



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Instituto de Letras
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas
Programa de Pós-Graduação em Linguística

**O MORADOR DE RUA
E A INVISIBILIDADE DO SUJEITO NO DISCURSO
JORNALÍSTICO**

Theresa Christina Jardim Frazão

Brasília
2010

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Instituto de Letras

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Theresa Christina Jardim Frazão

**O MORADOR DE RUA
E A INVISIBILIDADE DO SUJEITO NO DISCURSO
JORNALÍSTICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Linguística.

Orientadora:

Prof^a. Dra. Denize Elena Garcia da Silva

Brasília
2010

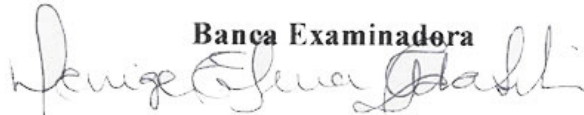
Theresa Christina Jardim Frazão

**O MORADOR DE RUA
E A INVISIBILIDADE DO SUJEITO NO DISCURSO
JORNALÍSTICO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutora em Linguística.

Aprovada em 10 de dezembro de 2010.

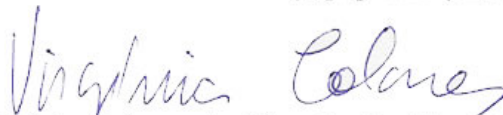
Banca Examinadora



Profa. Dra. Denize Elena Garcia da Silva (UnB / LIP – orientadora) – Presidente



Prof. Dr. Kanavillil Rajagopalan (IEL / Unicamp) – Membro



Profa. Dra. Virgínia Colares de Figueiredo Alves (Unicap/PE) – Membro



Profa. Dra. Maria Christina Diniz Leal (UnB / LIP) – Membro



Prof. Dra. Cibele Brandão de Oliveira (UnB / LIP) – Membro



Profa. Dra. Viviane Ramalho ((UnB / LIP) – Membro suplente

À torcida que me acompanhou e apoiou em todo o tempo brasileiro:

A *Joaquim*, por acenar com Brasília e a UnB,
para renovar sonhos e juntar novamente a família.

A *Serginho*, a dizer que não há ridículo e nem
insensatez em ressuscitar antigos sonhos.

A *Daniel*, o nosso *Dan*, que com a alegria dos seus três anos, deu-me o título mágico de
companheira de lida, superlativo do *jardim* que trago no nome.

Quando lhe disse que eu, como ele, também era estudante,
entendeu sem achar estranha a condição:
Ah, eu sei, Tereza, você é do Jardim 2!...

A *Sibele*, filha do coração, que garante mais um toque de harmonia
ao nosso pequenino clã.

Portanto, a gratidão à minha família que faz esta cidade especial e mais linda,
não bastassem os ipês rosas, amarelos ou brancos,
nem o pôr do sol a juntar cores e
sugerir novos sonhos.

AGRADECIMENTOS

Começo pela *Universidade de Pernambuco* - UPE, lugar de onde vim e para onde volto. Agradeço a permissão para me ausentar do trabalho por dois anos e meio, tempo necessário para aprender muito e ampliar a percepção sobre pessoas e coisas. Um obrigada especial à diretoria e aos colegas professores da Faculdade de Ciências da Administração, pelo apoio à pretensão de ainda querer ser uma estudante.

A *Renata e Humberto*, as primeiras pessoas que me atenderam na UnB, quando vim do Recife para a seleção. Renata começava na Pós, mas já deixava transparecer o ser maravilhoso que é.

Ambos são referência de solidariedade e competência. E, desde então, tem sido um regozijo renovado encontrá-los no meu percurso.

A todos os professores e professoras que conheci na Universidade de Brasília. Homenageio-os através das doutoras *Enilde Faulstich, Heloisa Maria Salles e Denize Elena Garcia da Silva*. Como membros da comissão de seleção do doutorado, conduziram a entrevista com objetividade e conhecimento do meu projeto, o que permitiu tornar-me aluna de Pós-Graduação da UnB, motivo de plenitude naquela ocasião, no presente e no tempo que há de vir.

Uma especial gratidão à *professora Denize Elena*, que agregou uma responsabilidade maior à tarefa inicial e se tornou a minha orientadora. E isto constituiu um caminho pontilhado de mil e uma leituras, refazer tanto quanto fazer, “corta aqui e põe ali” e outras preocupações afins.

Agradeço-lhe por me permitir conhecer a linda família que tem. Agradeço pelo cuidado e a atenção de profissional experiente, sobretudo na revisão dos textos e na análise dos discursos, meus e dos outros.

Os agradecimentos finais vão para a banca do exame de qualificação, composta pela orientadora, pela professora *Virgínia Colares*, que diligentemente desconstruiu a minha produção para melhorá-la, e pela professora *Christina Leal*, com a sua dimensão intelectual e a bela e sutil delicadeza no cuidar do ser.

Agradeço à banca da defesa, quando mais olhares debruçam-se sobre a tese, o que resulta em novas contribuições instigantes. Assim, agradecida aos examinadores e ao sensato conselho do *Rei de Copas ao Coelho Branco*: “Comece pelo começo, em seguida prossiga até o fim, e então pare”, terminei quando tive que terminar, embora reconheça com humana humildade que não há limites à melhoria.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de identificar como o discurso jornalístico e o *feedback* do leitor podem ser fontes empíricas para uma aproximação teórico-metodológica sobre questões de valoração na linguagem. A Análise do Discurso Crítica e a Linguística Sistêmico-Funcional subsidiam esse campo de pesquisa, que encontra respaldo, em termos de microanálise, nas *metafunções ideacional, interpessoal e textual* e no modelo analítico de *Valoração (Appraisal Systems)*. Os fatos narrados pela imprensa sobre as pessoas que vivem nas ruas, em situação de precariedade e penúria, estão restritos quase somente às páginas policiais, onde elas perdem a essência ontológica. Dessa forma, o ponto de partida são hipóteses como as de que o sem-teto é invisível na sociedade e invisível no discurso midiático, onde não são valorizadas e preservadas a identidade e a condição de sujeito do seu mundo. A suposição é a de que a mídia não lhe reserva maior espaço fora das páginas policiais, (sempre como suspeito de crime ou vítima de violência) ou nas páginas de vida urbana, (como agente de invasão de áreas residenciais ou públicas). No discurso jornalístico a imagem apresentada é quase sempre negativa e neles a sua voz do morador de rua é apagada, já que o repórter pede que outros falem por ele. Esta pesquisa visa, então, apresentar uma visão analítica sobre o uso da linguagem na organização e manutenção da hegemonia dos grupos sociais, levando em consideração que o jornalista não é uma entidade que exista fora do discurso, já que os enunciados posicionam os sujeitos envolvidos no processo como produtores e receptores das notícias. Ao utilizar o termo '*discurso*', admito a existência da ideologia, mesmo que implícita, e o uso da linguagem como uma forma de prática social, e não como atividade puramente individual ou reflexa de variáveis situacionais. A proposta consiste no exame do papel da linguagem do *corpus* selecionado na reprodução das práticas sociais e das ideologias, como também a identificar as pistas que sinalizam para intenções e idéias subjacentes aos textos.

Palavras-chave: discurso jornalístico; ideologia; linguagem; imprensa; mídia; sistema valorativo; práticas sociais.

ABSTRACT

This work aims to identify how journalistic discourse and reader feedback may serve as empirical sources for a theoretical-methodological approach to issues of language valuation. Critical Discourse Analysis and Systemic-Functional Analysis subsidize this field of research, which finds support, in micro-analytical terms, in the ideational, interpersonal and textual meta-functions and in the analytical model of Appraisal Systems. Facts narrated by the press about people living in the streets in conditions of deprivation and poverty are restricted almost solely to the police and crime pages, where those individuals lose their ontological essence. In this regard, the starting point are hypotheses about how the homeless are invisible in society and invisible in media discourse, where the identity and the conditions of the actors are not valued or preserved. The assumption is that the media will not give those individuals any space outside of the police pages (always as suspects of crime and violence) or the metro pages (as squatters in private or public properties). In journalistic discourse the image of the homeless is presented almost always negatively and their voice is almost always erased because journalists ask others to speak for them. Therefore, this research aims to present an analytical view about the use of language in the organization and maintenance of hegemony among social groups, taking into consideration the fact that the journalist is not an entity that exists outside of discourse: their texts position the subjects in case in this process, both as producers and receivers of news. By using the term 'discourse,' I admit the existence of ideology, even if it is implicit, and the use of language as a form of social practice, and not as a purely individual activity or one that reflects situational variables. This proposal consists of examining the role of language, in the selected body of texts, on the reproduction of social practices and ideologies, as well as in identifying the clues that point to the intentions and ideas that underlie the texts.

Keywords: journalistic discourse; ideology; language; press; media; appraisal system; social practices.

SIGLAS E DENOMINAÇÕES

ADC - *Análise do Discurso Crítica*

LSF - *Linguística Sistêmico-Funcional*

TSV – *Teoria dos Sistemas de Valoração*

CB – *Jornal Correio Braziliense*

ESP – *Jornal O Estado de São Paulo*

FSP – *Jornal Folha de São Paulo*

GLOBO - *Jornal O Globo*

JC - *Jornal do Commercio*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I: O ESTIGMA DA EXCLUSÃO SOCIAL	
Introdução.....	09
1.1. Contexto histórico e social.....	12
1.2. População de rua e o sistema produtivo.....	16
1.3. Passagem da pobreza à miserabilidade.....	19
1.4. Identidade fragmentada: <i>homeless</i> , <i>clochard</i> , morador de rua.....	23
1.5. Estereotipia: da repulsa à invisibilidade social	33
Considerações complementares.....	39
CAPÍTULO II: BASE TEÓRICA PARA A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO	
Introdução.....	41
2.1. Análise do discurso e interação social.....	46
2.1.1. Índícios e expressão do poder na estrutura discursiva.....	50
2.1.2. Ideologia e discurso.....	54
2.1.3. Gênero e subgêneros do discurso jornalístico.....	59
2.2. Ação comunicativa sob a perspectiva de Habermas	62
2.2.1. A pragmática universal e a estrutura de comunicação.....	66
2.2.2. Pretensões de validade na ação comunicativa.....	69
2.3. Contributo da Linguística Sistêmico-Funcional.....	73
2.4. Teoria dos Sistemas de Valoração (<i>Appraisal Systems</i>).....	82
2.5. Considerações complementares.....	87
CAPÍTULO III: FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA	
Introdução.....	91
3.1. Concepção de metodologia e instâncias metodológicas.....	94
3.2. Aspectos epistemológicos da pesquisa qualitativa.....	98
3.3. Pesquisa qualitativa em jornalismo.....	101
3.4. Etnografia subjacente à notícia.....	104
O sujeito do <i>método arqueológico</i>	108
3.5. Descrição da pesquisa.....	111
3.5.1. Procedimentos e técnicas.....	113
3.5.2. Critérios para a coleta de dados.....	117
3.5.3. Suporte metodológico.....	121

Considerações complementares.....	126
 CAPÍTULO IV: DISCURSO DA IMPRENSA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	
Introdução.....	129
4.1. Função social e papéis da imprensa.....	131
4.2. A palavra situada e o discurso atravessado.....	140
4.3. O intertexto e a pluralidade de vozes	144
4.4. Critérios para seleção e produção da notícia.....	150
4.5. Observação, investigação e pesquisa.....	154
Considerações complementares.....	159
 CAPÍTULO V: ANÁLISE DO CORPUS	
Introdução	161
5.1. Subgênero informativo.....	165
5.1.1. Notícia I.....	165
5.1.2. Notícia II.....	175
5.1.3. Notícia III.....	182
5.1.4. Notícia IV.....	189
5.2. Subgênero opinativo.....	201
5.2.1. Feedback 1.....	201
5.2.2. Feedback 2.....	210
5.2.3. Feedback 3.....	215
5.2.4. Feedback 4.....	222
5.2.5. Feedback 5.....	224
5.2.6. Feedback 6.....	226
5.2.7. Feedback 7.....	229
Considerações complementares.....	232
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	235
REFERÊNCIAS.....	243
ANEXOS.....	253

LISTA DE QUADROS

CAPITULO II

Quadro 2.1. <i>Modos de operação da ideologia</i>	57
Quadro 2.2. <i>Museu da corrupção</i>	63
Quadro 2.3. <i>Teoria das pretensões</i>	70
Quadro 2.4. <i>Teoria dos Sistemas de Valoração</i>	83

CAPITULO III

Quadro 3.1. <i>Passos da pesquisa</i>	113
Quadro 3.2. <i>Roteiro de Caldas-Clouthard</i>	114
Quadro 3.3. <i>Itinerário da ideação</i>	115
Quadro 3.4. <i>Jornais da pesquisa</i>	119

CAPITULO V

Quadro 5.1. <i>Estratégias de legitimação</i>	163
---	-----

LISTA DE FIGURAS

CAPITULO I

Figura 1.1. <i>Mendigo estiloso lança moda</i>	27
--	----

CAPÍTULO II

Figura 2.1. <i>Atos de fala propostos por Habermas</i>	68
Figura 2.2. <i>Pretensões de validade</i>	71
Figura 2.3. <i>Processos da metafunção ideacional</i>	76
Figura 2.4. <i>Processos complementares da metafunção ideacional</i>	77
Figura 2.5. <i>Relações da metafunção textual</i>	81
Figura 2.6. <i>Critérios tipológicos de atitudes</i>	84

CAPÍTULO III

Figura 3.1. <i>Filtros da estrutura noticiosa</i>	111
Figura 3.2. <i>Aspectos analíticos da notícia</i>	119
Figura 3.3. <i>Divisão do discurso por Marcuschi</i>	125

CAPÍTULO V

5.1. <i>Categorias de análise</i>	164
---	-----

INTRODUÇÃO

Debruçar-me sobre o texto jornalístico tem sido o meu ofício, desde o tempo de estudante de Comunicação Social, depois como profissional e professora da área. Foram épocas de aprender e, depois ensinar, como se prepara uma matéria, um editorial, artigo, reportagem ou nota de coluna, como lidar com as fontes de informação, entrevistar ou identificar o valor-notícia de um acontecimento, entre outros tantos procedimentos. Posteriormente, ao enveredar pelos caminhos da Linguística, descobri que o percurso da construção faz-se melhor com a desconstrução. Que um bom caminho para a elaboração jornalística é desconstruir os discursos que perpassam o texto para assumir a consciência da tessitura e a responsabilidade do ato.

Considero que observar a produção jornalística é da maior importância. Porém, mais importante é ir além, o que é conseguido com a aplicação das propostas da análise do discurso crítica. Avaliar os textos jornalísticos e desvendar os discursos da imprensa constitui uma pesquisa documental sobre o registro de fatos sociais de ocorrência diária que podem elucidar aspectos que são aparentemente camuflados através da linguagem empregada.

Realizar a desconstrução do discurso da mídia aumenta a responsabilidade de quem o faz, especialmente o linguista que adentra os caminhos da sua interpretação. Estar apto a realizar tal tarefa exige que ele possa fazer uso do seu conhecimento especializado, ao qual incorpora um dever, da forma descrita por Rajagopalan (2004, p.21): “(...) junto com o dever, um enorme privilégio- na medida em que se considera detentor de um saber que lhe dá acesso às verdades sobre a linguagem, verdades essas que, quando postas a serviço de todos, podem trazer benefícios e justiça para todos”.

É esperançoso descobrir que reconhecidos profissionais da imprensa também adotam tal linha de pensamento e ação. Para o jornalista Washington Novaes (2008, p.59), o avanço democrático do Brasil está condicionado de uma reformulação profunda na comunicação e, se ela não acontecer, a sociedade como um todo será prejudicada. Reivindica um maior espaço na mídia para aqueles que ele nomeia como “despossuídos da sorte”, que já demonstram que não vão continuar passiva e pacientemente instalados na incômoda miséria: “Será ilusório pensar que os miseráveis da terra continuarão a conviver pacificamente com os cidadãos de primeira classe, seja qual for o regime. Os sinais de que não será assim já estão bem claros diante de nós”.

Por isto, então, surge esta tese que tem por finalidade, através dos princípios da Análise do Discurso Crítica-ADC, com o suporte metodológico da Linguística Sistemico-Funcional - LSF e da Teoria dos Sistemas de Valoração - TSV, verificar, nesse caminho da desconstrução textual, o tratamento discursivo dado pela imprensa escrita a moradores de rua de centros urbanos, em um *corpus* constituído por textos dos jornais *Correio Braziliense* (DF), *Jornal do Commercio* (Recife); *Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo* (SP); e *O Globo* (RJ), no período de 2008 a 2010. Foram acrescentadas matérias destes jornais, além do Diário de Pernambuco, revistas semanais, jornais eletrônicos e redes sociais para a exemplificação dos assuntos abordados.

Cada vez mais a mídia vem se constituindo em um campo fértil para analistas que percorrem os meandros da formação do discurso específico ao jornalismo, de forma a desvendar seus conteúdos e sentidos. A base que direciona essa importância, que às vezes parece demasiada, é a premissa de que a imprensa contribui decisivamente na formação da opinião pública, pela credibilidade que lhe é atribuída pelos seus leitores e que, diligentemente, ela alimenta através de uma política traduzida no discurso que apregoa o uso da imparcialidade, neutralidade e objetividade, qualidades impossíveis de serem atingidas pelo ser humano.

O discurso jornalístico tem fortes marcas ideológicas, nem sempre postas às claras, quando são sutilmente camufladas ou negadas, uma vez que não é conveniente ao veículo de comunicação assumir uma posição acintosa. Mas, através da análise é possível chegar às marcas contidas em textos específicos. E, para a descoberta das marcas e indicadores ideológicos, é importante observar alguns itens que assim são vistos por Fairclough (2003, p.15-16): “Para se alcançar os efeitos ideológicos e causais dos textos, é necessário estruturar a análise através de, por exemplo, uma análise organizacional, para ligar a ‘micro’ à ‘macro’ análise textual e relacionar o poder com a rede de práticas e estruturas”.

Ao se referir a aspectos relevantes da análise de textos jornalísticos, como o realce ao papel da mediação, que não envolve apenas um texto individual ou tipos textuais particulares, haja vista que é um processo complexo que engloba “cadeia” ou “rede” de textos, Fairclough salienta que a relação entre textos e eventos sociais é quase sempre mais complexa: “Os jornalistas escrevem para os periódicos com base em grande variedade de fontes- documentos escritos, falas, entrevistas – e os artigos são lidos por aqueles que compram o jornal e podem evocar uma variedade de outros textos”, inclusive nas comunicações interpessoais como as conversas com integrantes

de vários grupos sociais: “É dessa forma que a “cadeia” ou “rede” de textos é constituída, ou seja, é fruto de diferentes tipos de textos.” (Ibid. p.30).

Para esta tese, a pesquisa documental nos jornais citados engloba notícias veiculadas sobre adultos, adolescentes e crianças, desde que não tenham residência fixa e, durante a noite, fiquem ao relento ou se abriguem em marquises de edifícios ou em espaços públicos. Essa população é constituída por pessoas sem vínculos familiares, definitivamente rompidos ou momentaneamente interrompidos, grande parte dependente do uso de drogas, desnutrida, descomprometida com os deveres do cidadão e desamparada quanto aos seus direitos.

Um dos pontos facilmente identificável no texto da mídia, impressa ou falada, é a argumentação como estratégia discursiva independentemente do subgênero jornalístico a que se refira. Na maioria das vezes, a utilização de argumentos apresenta um raciocínio lógico com elementos conceituais tão claramente dispostos que se traduzem, pela decodificação do receptor, na representação da verdade. Os estudos de Bourdieu (1990) sobre o poder simbólico, mais especificamente o poder simbólico do campo do jornalismo, são esclarecedores quanto à questão.

O *poder simbólico* surge como todo o poder que consegue impor significações como legítimas. Os símbolos afirmam-se, assim, como os instrumentos de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. O campo surge como uma configuração de relações socialmente distribuídas que levam à relação de sentido. O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. E somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou de revelar coisas que já existem. (Ibid. p.167).

Sob tal ótica, está inserido o objetivo da pesquisa que consiste em analisar criticamente discursos contidos na produção jornalística desse *corpus* constituído por textos publicados na imprensa sobre moradores de rua, a partir dos recursos linguísticos empregados para expressar, negociar e tornar natural determinadas posições, além de identificar as expressões ideológicas e manifestações de poder. Por sua vez, os objetivos operacionais estão assim relacionados:

- Identificar a orientação argumentativa na mídia brasileira sobre moradores de rua dos centros urbanos.

- Discutir o papel imprensa na esfera pública: se contribui para despertar na sociedade a necessidade de se estabelecer um lugar social para os cidadãos que moram na rua ou, ao contrário, apresenta discursos que apregoam a necessidade de manter a ocultação e opacidade dessas pessoas.
- Revelar a heterogeneidade, perceptível através da intertextualidade e da interdiscursividade constitutiva do discurso.
- Investigar o modo como se faz a passagem da voz da pessoa física (morador de rua) para o texto escrito pela pessoa jurídica (o repórter que fala pela empresa jornalística): como se consubstancia essa transposição do discurso popular?
- Desvendar as marcas linguísticas, fenômenos de linguagem a construir sentidos na sua relação com as práticas discursivas e a interação com as práticas sociais do morador de rua e do repórter.
- Observar a construção do *sujeito* e das *identidades sociais* do morador de rua nos textos jornalísticos analisados e verificar se essas construções contribuem para a melhoria da imagem do excluído social ou asseveram os estereótipos.

O discurso jornalístico se solidifica com o reconhecimento da relação da produção da linguagem com a produção social, o que coloca a notícia no interior de uma complexa rede produtiva. Essas condições sociais de produção do discurso marcam especificamente as relações do jornalista com representantes dos outros campos, sendo necessário enfatizar que, segundo Habermas (1990, p.65), tais relações acontecem no mundo da vida que é um mundo compartilhado e que pressupõe a existência de estruturas de racionalidade comunicativa, por via reconstrutiva.

O jornalista, objetivando expressar o que ouve, testemunha ou lê, através de texto produzido por agência de notícia ou assessoria de imprensa, tem e toma a liberdade de elaborar o seu próprio texto a partir da sua percepção da realidade, dando a chance de que esse novo texto seja um produto de realidades. Nesse processo, ele faz escolhas, usando os *gatekeeper*, preconizados por David White (TRAQUINA, 2001), deixando transparecer o componente ideológico que não está restrito apenas ao estilo e ao conteúdo da notícia, mas está subjacente à captação da informação que se materializa, por exemplo, na opção por determinadas fontes e na interação com outros profissionais.

Com uma longa prática na análise do discurso jornalístico, Van Dijk (2000, p.55) interpreta a prática do profissional pelo papel da proximidade, pois é a proximidade que permite ao jornalista perceber os contextos que determinam os

valores-notícia e, conseqüentemente, organizar os restantes dos elementos valorativos, como a novidade, a atualidade, a relevância, a consonância, o desvio e a negatividade. Inegavelmente, tudo que se consubstancia no exercício do poder a partir da identificação do que é notícia sob o ponto de vista do seu produtor.

Cabe, então, utilizar a ADC para contextualizar os discursos da mídia no que se refere ao objeto do estudo, vendo-os como elementos relacionados em redes sociais e determinados por regras e ritos que podem ser modificados à medida que se confrontam com outros que, ao chegarem ao destinatário, podem influir na produção dos seus próprios discursos. Essa influência despertou uma reflexão de Bourdieu (1989, p.55) que continua atual: “O jornalista exerce uma forma de dominação, conjuntural, não estrutural, sobre um espaço de jogo que ele construiu, e no qual ele se acha colocado em situação de árbitro, impondo normas de objetividade e de neutralidade”.

Parto da hipótese de que os moradores de rua são invisíveis no discurso jornalístico, inclusive, quando são entrevistados, recebem destaque somente se apresentam algo esdrúxulo ou comportamento atípico, sendo dado maior espaço às pessoas que falam por eles. A mídia adota tratamento diferenciado ao entrevistar indivíduos de categorias sociais específicas, com a tendência de estabelecer uma hierarquização em função do *status* social. Pessoas bem situadas são mencionadas com nome e sobrenome, cargo e profissão, enquanto que, para os que estão na base da pirâmide, o nome é suficiente e, em muitas vezes, nem isto.

Esse tipo de atuação não se restringe ao jornalismo, mas constitui uma das muitas demonstrações do exercício do poder. Figueirêdo Alves (2003, p. 63) constata no acompanhamento de inquirições para analisar as estratégias linguístico-discursivas aplicadas ao campo jurídico, e que podem servir para a interpretação em outros campos, que a relação hierárquica entre os interlocutores determinará a natureza simétrica ou assimétrica do discurso: “Nas relações simétricas, os interlocutores partilham, pelo menos em princípio, os mesmos direitos e deveres discursivos, estabelecendo, assim, um processo de *negociação*”.

Nas relações assimétricas, ela conclui o mesmo procedimento que observo na maioria das entrevistas jornalísticas ou etnográficas, quando os entrevistados de classes desfavorecidas podem, conscientes da inferioridade social, tender a falar baixo e inaudível, e serem lacônicos e tímidos: “Nas interações assimétricas, entretanto, os direitos de um interlocutor com *status* ou posição inferior se manifestam verbalmente, são restritos e, em geral, já estão pré-fixados pelo ritual do evento”. (Ibid.)

Para exemplificar a pequena participação numa interação assimétrica, apresento excerto da matéria publicada no ESP (8/8/10) sobre a blindagem de ruas centrais de São Paulo contra os sem-teto. Nela, são entrevistados apenas dois deles, apesar de a notícia ser sobre eles. Há diferença entre o espaço que lhes é destinado e às vozes de habitantes da área, de síndicos e porteiros de prédios comerciais, autoridades da prefeitura, especialistas em exclusão social, todos com maior espaço e a argumentação mais longa e concatenada, diferentemente da que se lê abaixo relativa a Tereza e Antônio, moradores de rua:

Tivemos de sair porque os GCMs¹ estavam batendo, jogando água. Meu colega levou até bomba”, disse uma moradora de rua que se identificou como Tereza, de 50 anos (...). Antônio Maria, de 60 anos, diz que sempre morou na Praça da República, mas que a situação ficou complicada depois da ação da GCM.

Com o propósito de cumprir os objetivos que inclui apresentar uma visão panorâmica sobre os moradores de rua e as estratégias da prática jornalística, dividi a tese em cinco capítulos, nos quais procurei apresentar exemplos sempre retirados da mídia cotidiana, até mesmo quando os veículos não fazem parte daqueles que compõem o *corpus* definido para a análise. Considero que dois dos capítulos são operacionais, sendo um deles formado por aspectos ligados aos sem-teto como objeto da pesquisa, e, o outro, sobre o funcionamento da imprensa, desde os seus mecanismos de ação a aspectos éticos e deontológicos da prática profissional. Para complementar, dois capítulos são teóricos, com exemplos onde há a aplicação das teorias à prática da mídia e, o maior, compreendendo a análise crítica dos discursos que estão nos textos selecionados.

O primeiro capítulo, intitulado de “O estigma da exclusão social”, é constituído por apreciação da situação em alguns países e do contexto brasileiro tipificado pela concentração da riqueza dentro do processo histórico, centrada em diferenças marcantes entre classes e estratos, onde as desigualdades se materializam na exclusão social, econômica e política. As pessoas muito pobres, os sem-teto, com o mínimo de dignidade e de cidadania, sofrem estigma pela própria condição, sendo reféns de estereótipos e encaradas com repulsa, chegando a suscitar o desejo, dito às claras, subtendido ou melifluamente sugerido, de que se tornem invisíveis, que não importunem com a presença, ou às vezes, com o próprio e incômodo direito à existência.

¹ Guarda Civil Metropolitana de São Paulo.

“Base teórica para a análise crítica do discurso” é o título do segundo capítulo que contém princípios da Análise Crítica do Discurso – ACD com informações sobre a teoria linguística e sua aplicação prática visto que, como “ciência social crítica”, fornece suporte científico para questionamentos de hipóteses e problemas levantados. Há a descrição dos instrumentos usados, a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) e a Teoria dos Sistemas de Valoração - TSV (*Appraisal Systems*). Seus postulados permitem desvendar como as diferenças discursivas são negociadas nos textos que costumam ser espaços de luta por guardarem traços de diferentes discursos e ideologias em disputa pelo controle do poder. Para tanto, juntam-se as contribuições de Foucault e Habermas na elaboração de um quadro analítico do discurso.

No terceiro capítulo é apresentada a “Fundamentação metodológica” com a discussão sobre os procedimentos teórico-metodológicos como diretriz para escolha da amostra, constituída pelo *corpus* da presente pesquisa. A visão epistemológica (*episteme*/conhecimento e *logos*/explicação) resulta em conhecer e justificar e se consolida no emprego de métodos e técnicas adequadas à geração e análise dos dados, com o uso de um quadro teórico de referência. Os métodos de procedimento adotados referem-se à pesquisa qualitativa, documental, descritiva, interpretativa e histórico-crítica. Destaco a relevância das fontes documentais, jornais diários de grande circulação, uma vez que o fazer jornalístico é uma construção social composta de histórias de vida, o que permite a entrada no âmbito da etnopesquisa.

O quarto capítulo, “Discurso da imprensa e representações sociais” faz referência ao funcionamento da imprensa e do seu papel na construção da memória coletiva. Considero que a mídia tem como característica a construção de um discurso polifônico e multifacetado, que lhe permite especular e pontificar sobre os diferentes saberes e dar visibilidade a determinados fatos que elege como dignos de serem noticiados, o que se configura como uma intervenção permitida e até esperada pelo seu público. Isso implica ser o discurso jornalístico um modo de ação, uma forma com a qual as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros. Acrescenta-se a legitimidade que perpassa a sua linguagem por estar vinculada ao poder, consubstanciada na sua utilização que serviria ora para o combater, ora para o confirmar através, muitas vezes, do estabelecimento de parceria que se mostra benéfica aos responsáveis pelos *dispositivos do poder*.

O quinto capítulo apresenta a análise crítica do *corpus* selecionado, tendo como referência a base teórica da Linguística Sistêmico-Funcional, à qual é incorporada a

Teoria dos Sistemas de Valoração para, então, tornar viável a aplicação dos princípios da ADC. Justifico a intenção de dividir o *corpus* selecionado, em função da necessidade metodológica, em subgênero *opinativo* e em subgênero *informativo*, mesmo concordando com aqueles que dizem que os textos informativos têm subjacentes, no processo de criação, ideias, ideologias, valores do seu autor, para assegurar suporte e forma ao discurso. Grande parte do material analisado pertence ao subgênero *informativo*, desde que ele constitui a maioria da produção jornalística, o que pode ser constatado com a leitura de jornais diários.

O percurso seguido visa, através da relação texto e contexto, aprofundar a visão sobre a realidade social, de onde emergem discursos contraditórios sobre os excluídos como manifestação de piedade ou de rejeição. Julgo procedente a afirmativa de que os textos jornalísticos dão visibilidade aos detentores do poder e menor importância aos que lhes são subordinados, formadores da massa inerte e desejavelmente passiva, constituída, em certo estrato, por indivíduos que despertam repulsa e condenação social, como os sem-teto, mantidos à margem do mundo da vida.

Todo o trabalho da mídia começa e finda na linguagem, o que legitima informações e referências. O texto jornalístico permite revelar o discurso como uma construção social, e não individual, que somente pode ser analisado ao se considerar o seu *contexto* histórico-social. Por isso, há a necessidade de desvendar discursos, quando a leitura transcende o que é posto no texto para ir mais além, inclusive nos *feedbacks* dos leitores. Estes são resultantes da importância dada pelos jornais a essa intervenção intencional a denotar dimensões sociocognitivas, tais como conhecimento, valores e crenças que passam, então, a ser socialmente compartilhadas.

CAPÍTULO I

O ESTIGMA DA EXCLUSÃO SOCIAL

Introdução

Este capítulo é constituído por apreciações sobre o contexto brasileiro tipificado pela concentração da riqueza dentro do processo histórico. Tal concentração encontra-se centrada em diferenças marcantes entre classes e estratos, onde as desigualdades materializam-se na exclusão social, econômica e política. As pessoas muito pobres, sem-teto, com o mínimo de dignidade e cidadania, sofrem o estigma pela própria condição, sendo reféns de estereotípias e encaradas com repulsa, chegando a suscitar o desejo, dito às claras, subtendido ou melifluamente sugerido, de que se tornem invisíveis, que não incomodem com a presença, ou às vezes, com a existência. Quando questionados, os demais cidadãos muitas vezes transferem para o Estado a responsabilidade pela erradicação do que classificam como um mal, como se não lhes coubesse nenhum outro papel, a não ser o de espectador contrariado e ofendido com aquela forma de vida.

As estatísticas apontam para o aumento da renda do povo brasileiro. E realmente são perceptíveis as transformações e avanços das classes menos favorecidas, como também é real que, mesmo com a diminuição das desigualdades, ainda há uma grande distância social e econômica entre os brasileiros inseridos no sistema produtivo e aqueles entregues à miséria e ao desamparo. São eles que, à margem da sociedade, sentem-se, ao mesmo tempo em que assim são vistos, como desobrigados dos deveres de cidadania e, em contrapartida, destituídos dos direitos básicos que vão do trabalho, à saúde e à moradia.

Pairando sobre essa imensa agressão à condição humana, há o sentido de urgência para enfrentar essas questões. O avanço de uma consciência crítica, a ampliação dos direitos à cidadania, a proliferação dos movimentos sociais organizados identificam o enfrentamento do problema do morador de rua como um caso de direitos humanos. Vejo o estudo de tais aspectos como importante para situar o problema da análise e para balizar a hipótese de sustentação da presente tese, uma vez que constitui a sua contextualização.

A própria expressão para designar os moradores de rua é substituída por termos considerados mais apropriados como *famílias sem registro de moradia fixa*; *população*

sem capacidade contributiva; população em situação de rua, ou outras tantas que permitam camuflar a situação para amenizar a crueza semântica, o que pode apascentar consciências com o emprego dessas denominações politicamente corretas. A expressão utilizada nesta tese é definitiva e especificamente “morador de rua”, ou o que julgo seu equivalente que é o “sem-teto,” por serem ambas usadas por algumas associações da categoria, pela opinião pública e, sobretudo, nos discursos da imprensa.

É, especialmente, a tentativa de fugir aos eufemismos que mascaram o problema, mas não lhe tiram a injustiça nem a miséria da vida sofrida e marginal. Por sua vez, o signo *lixo*, matéria prima da sobrevivência desses moradores de rua, não é empregado com nenhuma sinonímia, a despeito de ter sido encontrado em documentos institucionais, como em um do Senado que autoriza a entrega do lixo reciclável que produz às cooperativas, a edulcorada eufemização de “rejeito inservível”.

A professora Potyara Amazoneida Pereira² como membro titular de uma das bancas examinadoras de defesa de tese em Linguística, na Universidade de Brasília - UnB, em setembro de 2009, refutou o uso do eufemismo “pessoas em situação de rua”. Explicou que é o seu emprego é inapropriado, pois “em situação de rua”, somos e estamos todos nós ao circular nos espaços públicos, o que não se caracteriza como uma prerrogativa ou característica somente dos sem-teto.

A igreja católica que desenvolve ação junto a essa população usa “povo pobre do centro” ou “sofredores de rua” para evitar a correlação com vagabundo ou meliante. Souza (2010, p.21), na apresentação do resultado da ampla pesquisa sobre o que classifica como “uma ‘classe de indivíduos’ que nasceram sem o ‘bilhete premiado de pertencer às classes alta e média’”, optou por chamá-los de *ralé*. Esclarece que o termo não é utilizado para ofender “essas pessoas já tão sofridas e humilhadas”. Em contraposição, usa o contundente signo “para chamar a atenção, provocativamente, para nosso maior conflito social e político: o abandono ‘consentido por toda a sociedade’, de toda uma classe de indivíduos ‘precarizados’ que se reproduz há gerações enquanto tal”.

A professora Nelly Carvalho,³ em artigo publicado no primeiro caderno do *Jornal do Commercio* (Recife, 23/10/09, p.3), exprime o seu descontentamento com a substituição dos velhos por novos preconceitos, consubstanciados no uso exacerbado de

²Professora titular do Departamento de Serviço Social e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, da UnB.

³ Professora do programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE.

eufemismos, a exemplo de: “(...) classe economicamente desfavorecida, excluídos, morador de rua. Esta é uma contradição em termos, pois a rua não é lugar de morar, de permanecer: rua é passagem. Eles são mendigos, o que queremos esconder nas dobras do termo”.

Para significar o fim desse esconderijo “nas dobras do termo”, resta muito mais do que a alternativa semântica, que é reverter as condições dos moradores de rua e inseri-los no sistema produtivo com assistência social e amparo legal, haja vista a perspectiva otimista identificada por especialistas brasileiros, como o economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas. Em entrevista à revista *Rades* (Fiocruz, nº 92, maio/10) e, em outra, ao jornal *Folha de São Paulo* (13/6/10, p. B1) disse que a redução da desigualdade de renda foi a principal característica desta década: “Nos anos Lula, até a crise de 2009, o número de pobres (renda até R\$ 137,00) caiu 43%, de 50 milhões para 29,9 milhões”. A sua previsão é a de que, mantida a tendência de crescimento médio do governo petista, o Brasil reduzirá à metade o número de pobres. A *FSP* dá o destaque com a interpretação do repórter Fernando Canzian sobre os dados informados pelo economista: “Números de miseráveis, de 29,9 milhões hoje, ruma rapidamente para cerca de 14,5 milhões, ou 8% da população”.

Os últimos dados do Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), divulgados pelo IBGE (2010), demonstram que, no período de 2003 a 2008, houve o crescimento médio de 5,3% ao ano per capita real (além da inflação). Enquanto que o economista Ricardo Paes de Barros, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo* (13/6/10, p.J5), faz a sua avaliação sobre estes últimos dez anos: “Mudaram a política social e a realidade social- em ambos os casos para melhor”. Ele concorda com os que acham que o programa Bolsa-Família teve grande papel na redução da pobreza e da desigualdade porque os beneficiários são de fato, na sua maioria, pobres ou muitos pobres.

Tafner, Carvalho e Botelho (2009, p.171-172) avaliam que diversos indicadores sociais têm apresentado melhora, entre os quais estão, por exemplo, os níveis médios de educação, a diminuição da mortalidade infantil, a ampliação da expectativa de vida da população, o acesso, por parte das camadas mais pobres, à justiça e aos serviços de saúde. Ressalvam que, apesar do que se conseguiu, há mais a se conquistar, porque em termos de redução da pobreza e desigualdade de renda estamos aquém a dos países desenvolvidos na busca de uma sociedade mais justa: “E nessa medida, o combate à

miséria, ou extrema pobreza, e o aumento da educação dos mais pobres adquire papel crucial. Essa deve ser a tônica da terceira geração de políticas sociais no Brasil”. (ibid.)

1.1. Contexto histórico e social

O morador de rua sobrevive do que encontra pelo caminho. E esse caminho é recheado de lixo, a ponto de a sua figura ser identificada pelo senso comum com a do “catador de lixo”, o que de certa forma contribui para a sua exclusão social e a disseminação do preconceito. A análise semântica relaciona os dois grupos de pessoas com o estigma que os une: *lixo* é o que se joga fora, é entulho. É tudo que por não prestar, é naturalmente descartado. É sujeira, refugo, sujidade, imundície, constituída de coisas inúteis, sem nenhum valor. E quem mexe com ele, degrada-se nesse lixo e tem essas conotações aderidas a si mesmo como se fora uma segunda pele. Sofrem a exclusão social pela discriminação que os transforma em párias, por lidar com o lixo.

Para exemplificar, eis a declaração de um catador do Aterro de Aguazinha (Olinda-PE) à pesquisadora do Núcleo de Gestão Ambiental da Faculdade de Administração (FCAP) da Universidade de Pernambuco:

Chega gente perto de nós e fica perguntando feito a senhora, como nós vive aqui, quanto ganha por semana, nós até ta achando que quer ajudar a gente. Mas tudo tem nojo, fica de longe, na barreira, oiando a gente de cima para baixo, só quando vai dar alguma coisa é que se aproxima... As pessoas tem nojo, num fala nada, mas não chega perto da gente.

O que é certo é que não lhes faltará material para vasculhar, visto que a sociedade industrializada cada vez mais contribui para o aumento da geração de lixo, o que também pode favorecer a contaminação do meio ambiente, com a poluição da água, do solo e do ar. É paradoxal que o mesmo público que produz o lixo tenha aversão e desprezo pela consequência do seu consumo. Nesse descarte, o imaginário passa da satisfação pelo bem adquirido para o desprezo pelos resíduos produzidos, adjetivados de imundos, mal cheirosos, e que andam ao lado da morte.

Goffman (1988, p.11) identifica a origem do termo *estigma*, criado pelos gregos para indicar sinais corporais que eram utilizados para destacar alguma coisa de mau ou extraordinário sobre o status moral de quem era escravo, criminoso ou traidor, constituindo-se em marcas com cortes ou fogo no corpo como aviso da exclusão: “uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos”.

O morador de rua, aquele que usa o lixo desprezível e descartado, é visivelmente estigmatizado. Sem cortes e marcas intencionais de distinção, carrega consigo os signos visíveis da sua indigência e abandono, a começar pelas vestes rotas, sapatos de tamanho desigual ao seu, odor peculiar a quem não é possível ter e manter os mais simples hábitos de higiene. Assim, consumido pelo estigma, preso no vácuo que é o seu cenário desprezível, o nosso ator social excluído da economia formal, frequenta muitas vezes as ruas e os lixões⁴ em busca de materiais recicláveis e de alimento, a desempenhar uma atividade insalubre e repudiada pela sociedade.

O estigma não é recente, mas é permanente. Através dos tempos esse segmento da população, deliberadamente esquecido, composto de seres à margem da cidadania, é muitas vezes considerado como formado por “viciados em mendicância”. Segundo Souza (2009, p.21): “Enquanto uma classe com uma gênese e um destino comum, só é percebida no debate público como um conjunto de ‘indivíduos’ carentes ou perigosos, tratados fragmentariamente por temas de discussão superficiais (...)”

No dia a dia isto pode ser percebido repetidamente. É o caso da notícia que foi divulgada por todos os veículos de comunicação sobre o político carioca Índio da Costa (DEM) que apresentou, em 1997, projeto de lei para punir os cidadãos do Rio de Janeiro que dão esmola a pedintes: “Fica proibido esmolar no município, para qualquer fim ou objeto”, sentenciava o texto. “Quem doar esmola pagará multa a ser definida”. A proposta chegava a chamar a mendicância de “vício”. Foi considerada inconstitucional e acabou esquecida numa gaveta da Câmara Municipal.

Os moradores de rua têm as suas vidas emaranhadas em processos complexos, a ponto de se poder dizer que sempre houve pessoas morando nas ruas das cidades brasileiras, muitas vezes a formar contraste entre ordem e desordem, entre o desenvolvimento urbano essa forma indigente de sobrevivência. Nesse caos social, surge o marco na nossa história sobre o atendimento aos moradores de rua, em São Paulo, na passagem dos anos 80 para os 90, com as comunidades eclesiais de base e os movimentos sociais nas periferias, inaugurando a nova abordagem e o tratamento especial do problema.

A administração da então prefeita Luiza Erundina, a partir de 1988, tornou-se uma referência no atendimento dessa população, uma vez que o Estado passou a enxergar o segmento como uma questão social. O antropólogo Daniel de Lucca Reis

⁴ - Os lixões ficam a céu aberto e, sem nenhum tratamento, em sua maioria são clandestinos. A falta de controle possibilita a proliferação de insetos, de roedores e germes patológicos, vetores de doenças.

Costa⁵, em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, ressalta essa fase: “É a partir daí que a população de rua passa ser um objeto de gestão. A vida nas ruas é vista, pela primeira vez, não como fenômeno individual, de que a pessoa está ali porque é preguiçosa ou louca, mas como problema coletivo, estrutural”. Lembra que foi na administração Marta Suplicy, na Prefeitura de São Paulo, que houve a regulamentação de uma lei de atenção à população de rua, atitude pioneira no Brasil. Explica o uso das expressões “povo de rua” e “população de rua” como uma opção de fundo ideológico e religioso:

Embora os dois termos subsistam, o segundo ganha relevo. Em sua origem, o "povo da rua" é o "povo de Deus", tem esse caráter divino, oriundo do pensamento dessas alas da igreja, e também caráter ideológico, do sujeito histórico e político. O "povo" é aquele que faz, se movimenta, toma o poder. É, portanto, uma expressão vinculada aos ideais religiosos e marxistas. Já "população de rua", que ganha força nos anos seguintes, é uma categoria estatística, de gestão, já na chave do que chamamos de controle populacional. Não é algo para ser extirpado, mas entendido, regularizado e normatizado. Isso vem já no final do governo Erundina, quando é feita a primeira pesquisa sistemática, que resulta na publicação do livro *População de Rua: quem é, como vive, como é vista* (editora Hucitec, 1994).

Os jornais têm um forte papel, entre vários aspectos, como registro dos contextos de cultura e de situação. No capítulo V deste documento, há a amostra de como se processa e das marcas ideológicas que acentuam o seu efeito. A matéria publicada pelo Estado de São Paulo (24/12/09) é um exemplo pontual. Com o título “Lula oferece ‘pacote de bondades’ a catadores”, com o uso de aspas para reforçar o tom irônico e jocoso, e o subtítulo também: *“Pacote de bondades natalinas” foi anunciado para moradores de rua e catadores de material reciclável*.

A expressão “pacote de bondades” é empregada rotineiramente pela imprensa para dar a ideia de que a medida é interesseira e descabida, concedida inapropriadamente, ou que tem objetivo espúrio. O jargão foi criado por jornalistas em contraposição ao termo “saco de maldades”, empregado pelo então presidente do Banco Central, Gustavo Franco, em fins de 1997, ao apresentar pacote econômico que, ao ser considerado muito duro por conter 51 medidas fiscais e a elevação de juros, recebeu manifestações de repúdio.

Talvez o mais apropriado para o rema dessa notícia, sobre o presidente Lula e os moradores de rua, seria aludir à ampliação anunciada do programa Bolsa-Família, considerado pela área econômica como de forte impacto e benéficas consequências,

⁵ - Suplemento *ALIÁS*, de 11 de julho de 2009.

para também os sem-teto que, até então, não poderiam receber por falta de domicílio e do mínimo de documentos que garantem a cidadania. O primeiro parágrafo expõe:

Em um discurso no qual contrapôs pobres e ricos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou uma espécie de "pacote de bondades natalinas" para os moradores de rua e catadores de material reciclável. As medidas anunciadas, que se estendem até o ano eleitoral de 2010, compreendem renúncia fiscal de R\$ 107 milhões, investimento em moradia popular de mais de R\$ 20 milhões e a ampliação do Bolsa-Família para todos os moradores de rua. Ao fazer um balanço de seu governo, pediu aos moradores de rua que levantassem as demandas.

Na mesma ocasião, o presidente Lula resumiu a sua visão sobre os moradores de rua que nem sempre é compartilhada pela sociedade brasileira, e no caso específico ao qual ele se refere, pela população de São Paulo:

Sabemos que tem um problema político. Tem uma parte da sociedade que não quer que vocês morem no centro. Neste país é assim: todo mundo quer feira, mas ninguém quer feira na porta de casa. Pobre é bom para a gente ver em filme, a gente não quer morando no prédio em que a gente mora.

Essa avaliação coincide com a de Souza (2009, p.49) sobre visões estereotipadas que são produzidas pelo senso comum e reproduzidas em ideologias e falsas afirmativas que “mantêm a imensa maioria dos indivíduos- e no limite todos nós em alguma medida -presos a esquemas de comportamento e de interpretação do mundo e da vida superficiais, de modo a legitimar o mundo como ele existe”. Mais adiante, faz referência à atitude desses indivíduos em deliberadamente ignorarem, ou deixarem de lado, os problemas sociais, uma vez que é mais confortável: “É sempre ‘arriscado’ encarar conflitos de frente, do mesmo modo que é sempre arriscado conviver com a verdade”. (ibid.)

Existem, porém, os que não se furtam a enfrentar os conflitos, a exemplo do músico irlandês Bob Geldof, ativista com indicação ao prêmio Nobel, que esteve em Brasília para falar sobre globalização e solidariedade. Questionado sobre qual a pior violência contra o ser humano disse em entrevista ao jornal Correio Braziliense (7/9/09):

Existe todo tipo de violência. A física destrói tanto quanto a violência psicológica e financeira. Pobreza é uma forma de violência econômica. Destrói vidas. Como disse, uma definição de pobreza é a negação do potencial humano. Os resultados da violência física, na degradação e redução de uma vida. Todas essas coisas podem destruir uma pessoa emocionalmente, psicologicamente. Uma vez que o indivíduo é destruído, não importam as sobras da destruição.

Diferentemente dessas visões humanitárias, a concepção do que seja “população de rua” para o jornal *O Estado de São Paulo* está detalhada no editorial (5/6/10), quando

a abordagem aproxima a visão acadêmica e a do senso comum, o que significa que, levando em conta aspectos específicos, favorece a multiplicação de estereótipos e preconceitos:

Não há quem não veja, nas áreas centrais da capital, como as Praças da Sé e da República, pessoas carregando cobertores nos ombros durante o dia. Essas pessoas, sempre carregando trouxas de roupa de cama, que se locomovem aparentemente sem direção, são moradores de rua.

Se têm aparência jovem, são prontamente confundidos com drogados e os transeuntes tomam o cuidado de evitá-los. Se são mais velhos, são geralmente mendigos. Alguns se postam em frente aos bares e pedem dinheiro para um café ou uma "prontinha". Nenhum deles diz abertamente que quer dinheiro para tomar uma "birita".

1.2. População de rua e o sistema produtivo

Em artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* (suplemento Aliás - 6/3/10), com o título de *Jogados ao deus-dará*, o professor José de Souza Martins conclui que o desenraizamento ocupacional dos trabalhadores rurais não provocou a presença dos moradores de rua, pois não foram recrutados necessariamente do contingente dos boias-frias das regiões mais pobres do Nordeste e Sudeste: "Mas não deixaria de levar em conta a acentuada imigração sazonal desses trabalhadores rurais precários e instáveis para grandes cidades como São Paulo e Rio como um dos fatores da crescente população de moradores de rua".

São, portanto, esses migrantes temporários que vão aumentar a população das favelas dos grandes centros urbanos, onde as condições de habitação são extremamente precárias, e que, ao serem inseridos no mercado de trabalho, formam o agrupamento de mão-de-obra barata e desqualificada, sem estabilidade e direitos trabalhistas plenamente assegurados. Na hora da crise, especialmente os que trabalham na construção civil, são facilmente descartados e transformados, por falta de opção, em moradores de rua. Os dados apresentados pela Secretaria Municipal de Assistência Social sobre os sem-teto de São Paulo indicam que, em 2000, 74,8% provinham de dois anos ou mais de emprego estável, 26,2% de dez anos ou mais de emprego e 8,9% de 20 anos ou mais. Desse total, um quinto trabalhava anteriormente como ajudante de pedreiro ou outras ocupações inferiores da construção civil.

O sistema produtivo desconsidera tal situação aflitiva, no que é seguido de maneira geral pelos habitantes das grandes e médias cidades, onde ao invés de esperar por ações governamentais, vistas como ineficazes ou morosas, tentam coibir a presença dos moradores de rua. Como exemplo, cito a matéria publicada, pelo Estado de São

Paulo (23/6/09): *Em SP, moradores usam água para afastar dependentes*, onde o destaque é para a dependência química e, subjacente, esteja dito que eles vivem nas ruas e, por isto, incomodam ao ocupar o espaço público que não lhes pertence.

Os depoimentos daqueles que tentam justificar as ações, entre as quais estão o uso de água, de pedras e de pau ou tiros para o alto, contêm expressões de sentimentos como o de estarem ofendidos com essa convivência forçada. As escolhas lexicais evidenciam a posição do jornal, pois os que tomam as iniciativas relatadas “não atacam” drogados sem-teto, mas “se defendem” ao participar do que é chamado de “guerrilha urbana”. É dessa forma que se configura a ideologia vista por Bosi (2010) como a ligação entre discurso e poder, e que foi sistematizada mais claramente a partir da proposta do relativismo antropológico de Montaigne e da visão idealizada por Thomas Morus na concepção da sua “Utopia”.

O binômio *discurso e poder* está presente no excerto abaixo, com a ausência do princípio jornalístico de que devem ser entrevistadas as partes em conflito, o que não foi seguido, pois nenhum desses sem-teto é ouvido sobre a situação na qual são protagonistas, pois não lhes foi facultado o espaço para falar sobre as suas vidas:

Com água e pedras, moradores e comerciantes da Rua Guaianases, no centro de São Paulo, estão atacando - e se defendendo de - usuários de drogas que tomaram conta da via. É como guerrilha urbana: de um lado a comunidade, que se sente acuada, e de outra os dependentes, cujo número não para de crescer. Eles são migrantes da Cracolândia, onde a Prefeitura desenvolve o projeto Nova Luz. O Ministério Público Estadual já foi acionado.

O presidente do Conselho Comunitário do Centro (Conseg), Antonio de Souza Neto, afirma que a população passou a reagir porque não aguenta mais. Ele argumenta que os moradores perceberam que os viciados não são perigosos, mas pessoas doentes que precisam de tratamento. A população procura os órgãos competentes, como Prefeitura e polícia, mas ouve como resposta que se trata de um problema social. Só que ninguém resolve. Estão nesse impasse há um ano. Para obrigar os drogados a sair da frente das construções, prédios e lojas jogam água neles com mangueiras.

Não ficamos só na água. Já jogamos pedras e paus. Nos defendemos dessa bagunça que a polícia e a Prefeitura dizem que é um problema social, afirma uma síndica. Há pouco tempo, um morador, da sacada, disparou tiros para o alto para tentar intimidar usuários de drogas. Os vizinhos apoiaram. Moradores contaram que já acionaram a PM por causa de confusão na rua. Só que, quando uma viatura chegou, a multidão de desocupados era tão grande que eles cercaram os policiais, diz um zelador.

A matéria citada reforça a opinião de Maciel e Grillo (2009, p.266) sobre o uso de mecanismo específico para momentaneamente ressaltar o desqualificado, o indigno de deferência que só se torna visível quando se comporta agressivamente de alguma forma ou faz algo que chame a atenção: “Como um cachorro de rua, que só percebemos que está lá quando rosna ou late para nós, ou quando mexe no lixo e deixa tudo

esparrramado”. Pouco mais adiante, os autores tentam resumir a questão com a pergunta inquietante: “Afinal, quem quer encarar diariamente sua aversão (velada, ou não) pela sujeira e degradação?”.

Isto pode ser constatado com as incursões dos jornais aos redutos onde estão os moradores de rua. Vão lá, observam a movimentação e publicam amplas matérias com opiniões de especialistas, tendo como tema geralmente a degradação da paisagem citadina pela falta de higiene, invasão do espaço público e quebra da estética urbana. Logo após a divulgação, espera-se que entrem em cena algumas entidades governamentais, como a polícia e o serviço de assistência social, para varrer o problema e concretizar a limpeza da área. Como consequência, os jornais que identificaram o foco dos sem-teto, voltam ao assunto para avisar que a ação foi exitosa ou, se o governo não agiu prontamente, para reclamar que, a despeito de ter feito a sua parte, a inoperância estatal é grande, pois “tudo continua como antes; tudo igual”.

A mídia diária procura freneticamente assuntos que tenham *valor-notícia*, como o que é apresentado na matéria da repórter Sílvia Bessa, no *Diário de Pernambuco (Vida Urbana-4/7/10)*. O antetítulo de “SOS Pernambuco”, em alusão à ajuda humanitária por conta das enchentes que devastaram várias cidades do Estado, no período chuvoso de junho a julho de 2010. Ele cumpre a função de libertar o título de elementos circunstanciais (onde, quando) que o alongariam inutilmente. O título expõe a dicotomia imprevisível: “*Onde o morador de rua e o médico são iguais*”, numa aproximação aparentemente paradoxal por unir faixas distanciadas da pirâmide social. O subtítulo reforça a aproximação das classes: “No Quartel de Derby, voluntários de diferentes classes sociais se unem pelas vítimas da enchente”. O tema é a solidariedade, mas o rema é a aproximação de classes sociais distintas, conforme pode ser constatado em alguns trechos:

O Quartel da Polícia Militar do Derby, no Recife, virou a maior sala de aula a céu aberto de Pernambuco, com ensino gratuito de trabalho em equipe, fraternidade e igualdade. Deveria se tornar ponto obrigatório para visitas de estudantes de todas as idades e classes sociais. É lá onde se assiste o exercício pleno da civilidade e da consideração ao próximo. Só no quartel do Derby pode-se encontrar um cirurgião cardíaco e torácico dos melhores hospitais particulares do estado e um morador de rua carregando, sem diferença, um caminhão de cestas básicas. Escondidos atrás da camisa da "Operação Reconstrução", Paulo Santana, de 49 anos, e Airton de Oliveira da Silva, de 37 anos, têm emprestado horas em favor das vítimas da enchente que arrasou 67 municípios do estado. São extremos unidos em função de uma causa.

Dr. Paulo Santana chegou ao centro de recebimento de doativos da PM às 9h da quinta-feira e, às 12h, ainda estava suando a camisa, segurando um saco de mantimentos por segundo e animando a fila de voluntários. "Vamos, acelera, para esse povo comer ainda hoje", repetia, promovendo a alegria de ilustres desconhecidos do lado. Airton de Oliveira Silva, o morador de

rua, chegou um pouco antes, às 7h, e às 17 ainda se destacava pela disposição com a qual colocava nas costas os sacos de comida destinado aos desabrigados. “Disseram que a coisa está séria pelo interior”.

A matéria, da qual foram extraídos esses parágrafos, é longa e exprime a valorização que a imprensa empresta a fatos inusitados. Ao atribuir importância a comportamentos atípicos, encontra a oportunidade de relacionar o médico com o sem-teto. Isto é possível porque “o cachorro de rua”, identificado por Maciel e Grillo (2009, p.266), não rosna ou late, mas se humaniza diante dos seus semelhantes. E, então, a sua mansidão ocasiona a proteção e o amparo da aceitação, fazendo-o um pouco parecido aos demais seres humanos.

1.3. **Passagem da pobreza à miserabilidade**

De maneira geral, é possível encontrar na imprensa brasileira matérias e reportagens sobre moradores de rua, apresentadas com informes, estatísticas, análises e entrevistas com especialistas, embora com pouca ou nenhuma presença dos sem-teto, o que caracteriza a invisibilidade do sujeito. O Estado de São Paulo (suplemento *Aliás* - 6/3/10), na reportagem “Jogados ao deus-dará” (já citada no item 2), tem o subtítulo como indicativo do seu conteúdo: “Moradores de rua são uma modalidade extrema e dramática de desempregado, com pouca chance de ressurreição”. Com destaque apresenta o artigo assinado por José de Souza Martins⁶ com a tipificação do quadro atual relativo à capital paulista, mas que serve de parâmetro sobre a amplitude do problema, balizando a sua extensão, uma vez que em muitos aspectos tais dados aproximam-se daqueles referentes a outros centros urbanos brasileiros. Martins alia o rigor científico à sensibilidade na análise da situação dos moradores de rua, cuja maneira de viver, segundo ele, “constitui uma forma de morte social”:

Os sumários dados preliminares do novo censo decenal dos moradores de rua da cidade de São Paulo, realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, confirmam que o problema se agrava. Se no ano de 2000 havia 8.706 moradores de rua, agora eles são 13 mil, 49,3% mais. Seu número cresceu dez vezes mais do que o número de habitantes da cidade.

O morador de rua é uma modalidade extrema e dramática de desempregado. O censo entre eles realizado, em 2000, mostrou que apenas 31,9% não trabalham, 54,1% são ambulantes, 24,9% vivem de esmolas e apenas 1,2% não têm renda alguma. Muitos trabalham na coleta para reciclagem dos abundantes resíduos urbanos do centro da cidade, a mais forte razão para ficarem naquela área. São trabalhadores, mal pagos até pela cidade que de seu trabalho de limpeza se beneficia. Antes de se tornarem moradores de rua, apenas 3,3% não trabalhavam, 36,6% tinham ocupações de baixa classe

⁶ Professor emérito da Faculdade de Filosofia da USP. É autor de *A Sociabilidade do Homem Simples* (Contexto)

média (uns poucos tinham curso superior), 19,9% vinham da construção civil e apenas 4,3% vinham de ocupações agrícolas. Portanto, uma população cultural e ocupacionalmente urbana.

A onda atinge seletivamente suas vítimas. Uma grande parte desses moradores, 39,5%, tinha 41 ou mais anos de idade, a idade crítica nas relações de emprego, o que se confirma pelo fato de que 83,6% deles eram do sexo masculino, justamente os mais atingidos pela idade no desemprego precoce. Um estudo de Maria Antonieta da Costa Vieira mostrou que os moradores de rua são majoritariamente homens que vivem sem família, com idade média de 44 anos, sendo grande o contingente de idosos. Nasceram em outros Estados 65% deles, mas vivem há muitos anos na cidade de São Paulo. Um número significativo é doente.

Bursztyn (2003, p.36) avalia que a pobreza e a segregação sempre existiram na história da humanidade, mas que “sempre houve um certo elo orgânico entre os mundos da riqueza e da pobreza: o trabalho e a inevitável interdependência entre os dois lados”. Com o passar do tempo surge uma nova realidade que consiste na separação entre “o mundo do trabalho, entre os mundos da riqueza e da pobreza que se vai tornando *excluída*”. A exclusão, por sua vez, é integrada pelos que ficam à margem, constituindo a categoria dos miseráveis, submetidos a todo tipo de violência e situados abaixo da linha da pobreza.

No caso específico da pobreza brasileira há dados confiáveis que apontam a sua diminuição, embora o mesmo não aconteça com a base piramidal da população, a exemplo da ausência de informações sobre a migração de moradores de rua para a categoria dos pobres. A mídia noticia casos isolados quando alguém entre tantos, consegue o feito de individualmente promover a sua ascensão econômica e social, a exemplo do ex-morador das ruas do Recife que, sem frequentar cursinho preparatório, estudando em bibliotecas, em praças e debaixo de marquises, foi aprovado em concurso público e, em junho de 2008, e finalmente tornou-se funcionário do Banco do Brasil. Por isto, então, foi personagem de notícias em rádios, emissoras de televisão e jornais impressos e *on line* de todo o país. E sempre com a aposição exclamativa: “por mérito próprio”.

Se fatos como o do pernambucano tornassem-se acontecimentos rotineiros e massificados, não teriam valor-notícia e não chamariam a atenção da imprensa, nem da opinião pública. Caso os miseráveis ascendessem com facilidade e naturalidade, seria mais animador ler o Comunicado nº 59 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado para a imprensa e postado no seu *site* em 22/7/10, com o título *Previdência e Assistência Social: Efeitos no Rendimento Familiar e sua Dimensão nos Estados*. O estudo mostra, entre outros dados, o resultado das transferências de renda na queda da pobreza e da desigualdade no Brasil e as mudanças geradas por essas transferências na própria estrutura de renda das famílias. Em geral percebidas como

fatores de risco para o equilíbrio das contas públicas do país, as políticas previdenciária e de assistência social, de acordo com o IPEA, cumprem um papel de destaque no sistema brasileiro de proteção social.

Depoimentos de especialistas e acadêmicos como os citados, de maneira geral, são mais encontrados em reportagens, enquanto as matérias informativas não aprofundam o exame dos problemas sociais, apresentando-os muitas vezes com a conotação dada pelo senso comum, apesar de transmitir conhecimentos pragmáticos fundamentais: “Por outro lado, reproduz os esquemas do poder dominante, que só podem se perpetuar enquanto tal se as causas da dominação e da desigualdade injusta nunca puderem ser reveladas”. (SOUZA, 2009, p.48).

Junta-se ao valor-notícia, então, a recomendação de Pinto (2009, p.69) sobre a divulgação: “A boa reportagem é a que trata da maneira mais abrangente um assunto bem delimitado, e não a que trata de forma limitada um assunto abrangente”. Se o conselho da profissional é seguido, o resultado é a história que poderia começar por um “era uma vez” um sem-teto, que, em tempos idos, chegou ao ensino universitário e foi empregado com carteira de trabalho assinada. Sem emprego, vagando pelas ruas, certo dia ele encontrou um Fiat abandonado que converteu em sua casa. Essa moradia e estilo de vida chamaram a atenção de pessoas de boa vontade que ajudaram a transformá-lo e deram outro sentido à sua maneira de estar no mundo. O assunto foi relatado por vários veículos de comunicação brasileiros:

Sem-teto que mora em carro vira contínuo

Seu Raimundo deixou o Fiat 147

Raimundo Geraldo de Pinheiro, de 58 anos, que morou por sete meses num Fiat 147, está de casa nova. Foi contratado por uma empresa de segurança, ganhou roupas, fez a barba e hoje dorme na sala de treinamentos da empresa, na Tijuca, zona norte do Rio. Mas só até conseguir alugar um quarto perto do trabalho. "Mudou tudo. Saí do estado de miséria para essa tentativa de progresso", diz seu Raimundo, enquanto mostra orgulhoso a carteira de trabalho, que há 15 anos não recebia anotação. Seu Raimundo foi parar no Fiat 147 depois de uma série de reveses - perdeu a mulher e a filha no nascimento da criança, abandonou a faculdade de História, se demitiu do emprego, brigou com o primo que lhe dera abrigo, e foi trabalhar como vigia de uma loja, em Cascadura. Ali ficou por dez anos e quatro meses.

Posto na rua após a venda do imóvel, pediu autorização para morar no carro, que dividia com o viralatas Barbudinho. Até que os vizinhos não gostaram mais do veículo sem motor e sem rodas na porta do prédio e decidiram despejá-lo, como o Estado mostrou no dia 19. A sorte de Raimundo mudou quando seu caso ganhou a atenção da imprensa. Ao ver uma reportagem na televisão, o policial civil Alcides Iantorno Filho propôs à mulher, Vanessa Iantorno, dona da Anzen Segurança Patrimonial, que o contratasse.

Iantorno Filho checou os antecedentes criminais do morador do Fiat 147. Fez uma pequena investigação entre os vizinhos. E uma equipe da Anzen foi até Cascadura, na zona norte, para buscá-lo. Seu Raimundo reagiu com desconfiança. "Um morador, meu amigo, chegou a dizer que iam me matar." A equipe teve de distribuir cartões de visita. À noite, uma moradora ligou para se certificar de que seu Raimundo estava bem.

Foi contratado como contínuo, mas acabou na manutenção predial. Em uma semana, resolveu um problema de infiltração no vestiário que pedreiros contratados nos últimos cinco anos não deram conta. Agora, anda uniformizado e com crachá. Na primeira vez que foi visitar os antigos amigos, se perdeu. A equipe da Anzen foi procurá-lo e o encontrou perto do antigo endereço - o Fiat 147.

(Jornal *O Estado de São Paulo* - 26/9/09).

Esse final feliz, como o das histórias de fadas, teve como varinha mágica a notícia que saiu anteriormente, publicada uma semana atrás e que provocou a comoção do policial e outros habitantes do local. Tal desenrolar coaduna-se com a visão de Thompson (2009b, p.45) sobre o efeito das mensagens midiáticas relativas à tradição hermenêutica do processo de recepção, interpretação e reinterpretação: “Ao interpretar as formas simbólicas, os indivíduos as incorporam na própria compreensão que têm de si mesmos e dos outros. Eles as usam como veículos para reflexão e auto-reflexão”. O autor chama esse processo de “apropriação”, pois é através dele que o indivíduo pode atingir o conhecimento e o autoconhecimento: “Apropriar-se de uma mensagem é apoderar-se de um conteúdo significativo e torná-lo próprio”. Talvez, por isto, o jornalista produtor da notícia faça questão de alardear nessa *suíte* da matéria anterior: “A sorte de Raimundo mudou quando seu caso ganhou a atenção da imprensa”.

Nas poucas oportunidades de serem ouvidos sobre a sua experiência como moradores de rua, muitas vezes eles relatam fatos e apresentam análises que surpreendem pela profundidade e nível de discernimento, como no caso de Tião Nicomedes, um dos fundadores do *Movimento Nacional da População de Rua* (MNPR). Em entrevista ao *O Estado de São Paulo* (6/6/10) Tião questiona os números da última pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) sobre pessoas em situação de rua em São Paulo, divulgada naquela semana: “O estudo foi feito entre novembro e dezembro, durante o verão, portanto quando moradores de rua descem para o litoral fugindo especialmente do abafado dos albergues”.

Nicomedes também duvida do número de pessoas levantado pelo estudo: 13.666. “São mais de 18 mil, a pesquisa se concentrou no centro de São Paulo e não considerou os desabrigados de outros bairros, como São Miguel, Santo Amaro, Penha, onde a população de rua cresceu muito”. Concorde com a pesquisa da Fipe quando ela diz que muito morador teve carteira assinada. “O problema é que vários desses nem sabem mais reconhecer o próprio nome na carteira”.

Um trabalho acadêmico pioneiro no Brasil e uma das mais importantes pesquisas sobre moradores de rua, resultou no livro *Os Mendigos na Cidade de São Paulo*, da

socióloga belga Marie-Ghislaine Stofells (1977). O estudo foi realizado durante a sua pós-graduação na Universidade de São Paulo, quando morou nas ruas para vivenciar o objeto da sua pesquisa participativa, atitude considerada suspeita pelas autoridades militares, e que, por isto, resultou na sua prisão por comportamento *subversivo*, adjetivação condenatória e extremamente temida durante a ditadura implantada em 1964.

A prisão e a perseguição não a impediram de registrar dados importantes e aspectos sociológicos que continuam atuais no que se refere à vida fragilizada dos sem-tetos. Não mudam as três fases pelas quais passam as pessoas nessa situação, onde a etapa inicial consiste na *defesa*, seguida da *revolta* e, finalmente, da *resignação*. Nesta última, acontece a auto-convicção de que o cidadão transformou-se realmente em morador de rua, o que acarreta uma consequência igualmente cruel que é o processo da gradativa da *dessocialização*, com a destruição de suas referências sociais e seu conformismo com a vida perdida e o desamparo sem fim.

1.4. **Identidade fragmentada: *homeless*, *clochard*, *morador de rua***

Visto como um problema social, o morador de rua está presente em praticamente todos os rincões, sob a sombra dos seus indicadores de desajuste, a exemplo do alcoolismo, vícios, distúrbios psicológicos etc. Também é acompanhado do reflexo das condições econômicas, que lhes são alheias, mas que lhe atingem indiretamente. Assim, desloca-se de um lado a outro como andarilho sem rumo. E essa figura de andarilho permite que, muitas vezes, assumo aspecto romantizado, o que lhe possibilita entrar numa escala de valoração diferenciada, figurando na literatura, no cancionero e cinema de vários países como indivíduos plenos de liberdade porque romperam amarras e grilhões ao se pôr à margem dos padrões da sociedade de consumo.

Isto é possível verificar na produção de Kerouac e Kurosawa, por exemplo, onde o *homeless*, seja norte-americano ou japonês, *hippie* ou *beatnik*, tem a busca da liberdade, paz e amor como filosofia de vida. O equivalente francês, *clochard(e)*, foi ícone pitoresco de Paris, alojado no passado sob as pontes que cortam o Sena. Era ali que essa gente dormia o suposto sono libertário, como foi retratado no filme *Les Amants du Pont Neuf*, do diretor Leos Carax. A história ficcional descreve um sem-teto que se abriga na *Ponte Neuf*, a mais antiga de Paris, lugar onde encontra o seu grande amor.

O dicionário Larousse (2008) dá o significado para *clochard*,⁷ figura emblemática da França do século XX, como “pessoa que não tem domicílio e que vive da mendicância”; enquanto o verbo *clochardiser* é “reduzir alguém à condição de *clochard*” e, na forma pronominal, “privar-se de recursos, de domicílio e se tornar pouco a pouco um *clochard*”. A *nominalização* do verbo acontece com *clouchardisation* para indicar a transformação de alguém anteriormente produtivo em mendicante, o que corresponde à resignação como fase final do processo da mudança.

A revisão histórica permite identificar a aceitação social do pedinte ainda na Idade Média, em casos especiais como o dos integrantes da *ordem dos mendicantes*, formada por peregrinos que, ao visitarem castelos e cidades medievais, recebiam comida e flores em sinal de boas vindas. Enquanto a história registra fatos desse tipo, o inventário sobre os pedintes da atualidade apontam os indícios da exclusão a que são submetidos e o tratamento desigual que recebem.

Nascimento (2003, p.61-62) classifica três acepções da exclusão social como problema da sociedade moderna. A primeira trata de concepção mais ampla e genérica, sendo revestida de caráter discriminatório, enquanto que a segunda consiste na negação dos direitos: “São grupos sociais – trabalhadores pobres, mendigos, biscateiros – que não têm uma clara integração no mundo do trabalho, não possuindo, em decorrência, condições mínimas de vida”. A terceira classificação consiste na pior etapa, quando essa gente passa a ‘não ter direito a ter direitos’: “Sem serem reconhecidos como semelhantes, a tendência é expulsá-los da órbita da humanidade”. Essa expulsão, noticiada frequentemente pela imprensa, é muitas vezes realizada através de grupos de extermínio.

A mídia não se furta a noticiar o aumento desses extermínios. O jornal *Folha de São Paulo* (23/7/10) realizou por sua própria iniciativa e publicou o levantamento das ocorrências nos sete primeiros meses de 2010, com resultado preocupante: *Número de mortos em chacinas em São Paulo já supera total de 2009*. O jornal mostra que os mortos nesse tipo de ocorrência – atentado no qual três ou mais pessoas são assassinadas – no ano de 2010 em São Paulo já superou o de 2009. Segundo a reportagem, durante o ano de 2009, 51 pessoas foram assassinadas em 16 massacres no Estado, enquanto até a noite do dia 22 de julho de 2010, foram 53 vítimas em 13 casos.

⁷ *Clochard*: Personne qui n'a pas de domicile et qui vit de mendicité. *Clochardiser*: Réduire quelqu'un à la condition de clochard.

Apesar desses números alarmantes, a Secretaria da Segurança Pública afirma que ninguém foi preso até a última data, ao menos na capital e Grande São Paulo, sob a acusação de participar de atentados que culminaram em chacina. No capítulo V desta tese há a análise do discurso crítica de alguns episódios divulgados pela imprensa escrita, onde fica evidenciada a dificuldade para que a investigação policial sobre assassinatos praticados nas ruas venham a se transformar em inquéritos concluídos que possam chegar aos tribunais com réus identificados, julgados e punidos.

A figura do morador de rua, muitas vezes execrada no dia a dia, chega a fazer parte de abordagens jocosas, piegas ou pretensamente realistas, quando o extermínio não acontece no plano físico, mas no moral, como o que foi divulgado em todo o mundo, em agosto de 2009, sobre a polêmica causada na França com a popularização de um jogo *on line* gratuito. Nele, internauta vira mendigo, rouba e briga para subir na vida e poder chegar a viver em um palácio. Eis alguns parágrafos de uma das matérias publicadas no Brasil:

Um jogo gratuito lançado na internet que propõe ao internauta "ser o mendigo mais talentoso de Paris" e se tornar, por meio de furtos e brigas, o proprietário de um castelo "e se instalar no Palácio de Versalhes" vem provocando grande polêmica na França. Várias associações francesas que auxiliam os sem-teto criticam a proposta do jogo, chamado *Clodogame* ("game do mendigo") e afirmam que ele contribui para reforçar os clichês em relação à imagem dos sem abrigo. "É uma vergonha, é degradante, é humilhante fazer dos sem-teto um objeto de escárnio. A imagem que o jogo transmite é exatamente a que nós tentamos combater", afirma Jean-François Riffaud, porta-voz da Cruz Vermelha.

Todos os meios são válidos para o "rei das calçadas" se tornar o dono de um castelo, diz o jogo. Para enriquecer, o personagem deve se tornar um exímio trombadinha, aprender a mendigar "para encher os bolsos", roubar uma máquina de bombons e até furtar moedas dos banheiros públicos de Paris. Além disso, o internauta, no papel de um falso mendigo, pode se aliar a outros jogadores e criar uma gangue para atacar outros sem-teto "e reinar no bairro, se tornando o mestre das ruas".

"Como é possível fazer um jogo baseado em um grande sofrimento? Não devemos nos divertir com a infelicidade dos outros. O roteiro desse jogo é vulgar, imoral, discriminatório e violento", critica David Berly, diretor da associação Coletivo dos Sem-Teto, responsável por três centros de hospedagem para pessoas sem-abrigo na região de Paris.

Na página de abertura do site, uma foto-montagem mostra mendigos em frente à casa de shows Moulin Rouge, em Paris. A própria palavra mendigo aparece no site sob forma de gíria (em francês, clodo, em vez de *clochard*). O jogo propõe ao internauta "criar um mendigo gratuitamente" e "descobrir novos locais para morar". O pôster do *Clodogame* mostra um anúncio fictício de uma safra especial do vinho Château Clodo, como se a bebida fosse a patrocinadora do jogo.

(O Estado de São Paulo 31/8/09)

A percepção do morador de rua também é divulgada no noticiário informativo, sem perder a relação visível de fantasia com a idealização de uma realidade menos verdadeira sobre a sua identidade. O jornal *Folha de São Paulo* publicou (4/10/09, p. E

2) a crítica do diretor argentino Juan Buezas ao que considera como um baixo nível de informação do povo brasileiro. Para exemplificar, escolheu a figura do morador de rua, na base da pirâmide social, para reforçar o enunciado comparativo com a presença de um provável “até” que, apesar de elíptico, funciona como operador argumentativo para indicar a mais forte alegação de uma série: “Na Argentina, (“até”) o cara que mora na rua lê jornal”...

O mesmo jornal publicara uma matéria assinada pelo repórter Gustavo Fioratti, (27/4/08 - caderno *Cotidiano*), como a seguinte chamada: *Repórter passa quatro dias puxando carroça pelas ruas de SP, percorre 50 km coletando lixo e ganha R\$ 13,60*. Apesar de ter passado quatro dias disfarçado de catador de lixo, dormindo em abrigo da prefeitura, puxando a carroça de 90 kl pelas ruas movimentadas da capital paulista, de se referir a si mesmo como mais um “homem- cavalo”, entre tantos outros “homens-cavalos”, em nenhum momento entrevistou um real e verdadeiro catador.

A pesquisa participativa que engendra é a de um protagonista que visa contar a experiência como ator, que se sai tão bem no desempenho da personagem a ponto de enganar a todos, inclusive o pessoal da administração do abrigo para moradores de rua, onde fez três pernoites. Ressalta que, no entanto, a senhora que registrou a sua entrada, desconfiou da falsidade ideológica, mas que ele se safou bem, pois a convenceu do contrário:

A assistente estranha o fato de eu ter ‘boa aparência’, apesar da barba crescida e da camiseta encardida. Para conseguir minha vaga, respondo a várias perguntas. Como soube do albergue? Há quanto tempo estou em situação de rua? Onde meus pais moram? Não poderia ficar na casa de amigo? Bebo ou uso drogas?

Na conclusão, ou no fecho, da matéria, manifesta a surpresa com a solidariedade dos outros catadores que lhe ensinarem os segredos da sobrevivência nessa selva urbana, como o de partilhar abrigo e ruas: “Nos momentos finais da reportagem, ando mais tranquilamente pelas ruas do Bom Retiro e, no caminho, vou encontrando vários outros carroceiros. Todos erguem a mão, me cumprimentando. Retribuo, mais como um adeus do que como um aceno”.

Ao narrar a sua experiência que considera real e justa, o jornalista Gustavo Fioratti aproxima-se da prova à qual se submeteu o humorista Rafael Bastos, também volitiva e intencional, e que resultou em programa que foi ao ar em uma das emissoras de televisão comercial. A matéria sobre a aventura de se passar por um sem-teto saiu no

jornal *Folha de São Paulo* (*Folha Ilustrada*, 04/05/2010), titulada como “Em ‘A Liga’, Rafinha Bastos vira morador de rua por 2 dias em SP”, e cujos trechos selecionados mostram parte da encenação impetrada, embora o diretor Diego Barredo declare que o programa tem como foco o jornalismo: “Mas queremos uma relação intensa com o tema abordado. O repórter pode fazer uma entrevista mais formal e pode mostrar emoção também”.

Para a proteção, tem sempre uma pessoa de vigília na hora que os outros dormem, já que pode chegar alguém para agredir, ensina um grupo de garotos que mora nas ruas de São Paulo a Rafinha Bastos. O risco impressiona Rafinha, um dos apresentadores de "A Liga", programa jornalístico que estreia hoje. "Se chegasse alguém batendo em todo mundo, eu era todo mundo", conta - ele estava caracterizado como sem-teto -, "e a filmagem ia continuar", afirma.

O portal Yahoo publicou notícia (10/3/10) com o título “O mendigo mais estiloso do mundo”, ilustrada com várias fotos, retratando com humor um morador de rua atípico. A notícia chamou a atenção a ponto de ser divulgada pelo jornal inglês *The Independent* e ser inserida no rol dos que lançam moda, um dos elos importantes da poderosa economia capitalista. Eis fotos e excertos da matéria:



Figura 1.1. Mendigo estiloso lança moda

O look "mendigo de boutique" está na moda novamente. Depois dos punks no final dos anos 70 e do grunge do início dos anos 90, voltou com tudo o estilo "leveí horas para ficar com essa cara de quem acabou de acordar", principalmente em coleções como a da estilista Vivienne Westwood.

Mas só um sujeito no mundo inteiro pode se gabar de ser um verdadeiro "mendigo chique". O chato é que ninguém sabe o nome dele. Este chinês das fotos aparece sempre vagando pelas ruas de Ningbo com um look mais ousado que o outro - muitos deles, femininos.

Apelidado de "Brother Sharp" - algo como "O irmão descolado" -, foi matéria de página inteira no tradicional jornal inglês *The Independent* e ganhou um perfil "fake" no Facebook,

com vários fãs brasileiros, inclusive. Onde e quando o Brother Sharp aparecerá de novo, ninguém sabe. Mas é certo que estará usando um look de dar inveja a muitos mauricinhos - e patricinhas - loucos para aderir ao estilo "sou feio, mas tô na moda".

Esses tipos de descrição, exemplo de atração pelo exótico ou da necessidade de relatar bravatas, esconde a intenção de idealizar uma possível interpretação do real morador de rua, sem que, ao mesmo tempo, tal idealização perca o seu caráter ficcional. Apesar de o sem-teto está presente no espaço urbano, mais interessante se faz representá-lo. E, à medida que ele é representado nesse teatrinho da vida, desconhece-se e se alija o ser real porque, segundo a interpretação de Nascimento (2003, p.71): “O que se vê hoje, em diversos países, é que os ‘desqualificados’, por meio de mecanismos diversos, entre os quais o de saturação política, são gradativamente afastados do espaço de representação como *agentes incômodos*”.

Entrevistados, os sem-teto falam da importância dos laços familiares, e a lamentada e lamentável quebra desses laços, assim explicadas por Silva (2008, p. 272): “No caso da pobreza nas ruas, pode-se afirmar que a exclusão social constitui a resultante dentro de um *continuum* que envolve uma série de rupturas configuradas nas perdas de vínculos sociais, familiares e individuais, alguns sem possibilidade de resgate na maioria das vezes”.

A necessidade do resgate, para a superação desse transtorno existencial, é explicada por Giddens (2002, p.179) através do tópico *impotência e apropriação*, em referência à figura do sobrevivente, cuja mentalidade pertence a “alguém que se sente privado de domínio social adequado numa série de ambientes pessoais e sociais ameaçadores”. Mas, segundo o autor, essa visão de sobrevivente não o exime das conotações de apropriação além da impotência: “Sobreviver é ser capaz de enfrentar de maneira determinada as tarefas que a vida apresenta e superá-las”. (ibid.)

A busca dessa superação foi exemplificada por Mônica Manir, do jornal *O Estado de São Paulo* (6/6/10), ao entrevistar Sebastião Nicomedes, ou Tião, cujo texto-legenda resume o que ele pensa, faz e declara: *Tião Nicomedes escreve, atua, ensina, bloga, critica: ‘As autoridades tendem a achar que um morador de rua falando é como se estivesse louco, delirando ou mentindo’*.

Nicomedes explica o significado do seu nome como “Aquele que planeja a vitória”, e acrescenta para surpresa da entrevistadora e dos leitores: “Também é nome de uma conçoide, a conçoide de Nicomedes, curva plana constituída por dois ramos situados em lados opostos de uma reta assíntota que intimida inclusive o dicionário”.

Depois de ouvir tanto da vida de Tião, a repórter deu-lhe o epíteto de “Um senhor equilibrista”, que poderia ser substituído por “um senhor sobrevivente”, haja vista a narrativa da qual foram retirados os excertos abaixo:

Tião nunca planejou seu destino. Nascido há 42 anos em Assis, perdeu os pais aos 12, foi criado por uma irmã missionária de voto perpétuo, abandonou a Escola de Aprendizes-Marinheiros, virou churrasqueiro de churrascaria, pedreiro de obra, saqueiro da Zona Cerealista, candidato a atleta e chapa de caminhão.

Tião gostava de cravar os sentimentos no papel. O primeiro atrapalhado que o viu escrevendo acabou se tornando seu anjo. No Parque Dom Pedro II, o tal andarilho mandou ver: "Letrado, escreve aí uma carta para a minha mãe". Então deu a ideia da literatura como profissão: "Ela pode mudar sua vida e pode mudar a nossa". Em lan houses, ele atualiza seu *diariotiao.zip.net*, "o blog que mostra a realidade das ruas de São Paulo". Mora com seus livros prediletos: *Germinal*, *A Revolução dos Bichos*, *O Diário de Anne Frank* e outros que ganha em lançamentos.

Em 2007, Tião escreveu o livro de poesias *Cátia, Simone e Outras Marvadas*, publicado pelo Coletivo *Dulcinéia Catadora*, que divulga material artístico produzido por moradores de rua. *A Cátia é mistério, a Simone é aquela e, entre as outras marvadas, prima a bebida: "A pinga pede o corpo/ que pede o chão/ que pede o corpo/ que pede a pinga se o corpo cai"*. Tião também escreveu o monólogo *Diálogo dum Carroceiro*, interpretado pelo ator Antonio Carlos de Nigro e apresentado inclusive para o presidente Lula. Hoje o texto roda por espaços alternativos, com *O Homem sem País*, outro monólogo de Tião, estrelado por ele mesmo. No cartaz, a linha fina tenta explicar o título: "O que é cidade de origem para quem não tem mais para onde ir?"

Nesse momento Tião não fala como poeta, ator, dramaturgo ou enxerido, mas como um dos fundadores do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR), formalizado após o massacre da Sé, em agosto de 2004, no qual moradores foram golpeados enquanto dormiam, sete deles mortalmente. Durante o assassinato, aliás, Tião recebeu ligações de desespero pelo celular vindos da praça. "No caso da Isabella Nardoni a perícia provou quem foram os assassinos. No caso do massacre"...

O discurso articulado de Tião demonstra todo o seu esforço para emergir da invisibilidade e reagir aos percalços da condição de ser um morador de rua. Procura demonstrar vários saberes e múltiplas identidades, onde predomina a sua diferenciação pela bagagem intelectual a partir da sua categoria de *blogueiro* que escreve sobre “a realidade das ruas” e ultrapassa a simples capacidade de ler um jornal como os assemelhados argentinos, conforme a avaliação do diretor Juan Buezas, e indo além com a leitura de autores do porte de Émile Zola, Anne Frank, George Orwell e outros tantos mais que possam lhe chegar às mãos.

A sua condição não o impede de realizar a busca da identidade que é perseguida continuamente pelos seres humanos, de acordo com o que explicita Hall (2006, p. 39): “Psicanaliticamente, continuamos buscando a ‘identidade’ e construindo biografias que tecem as diferentes partes dos nossos *eus* divididos numa unidade porque procuramos recapturar esse prazer fantasioso da plenitude”.

Vale ressaltar que a incursão de excluídos no rol dos escritores foi inaugurada com o que se chamou de *literatura documentária de contestação*, conhecida por fazer parte do jornalismo de denúncia dos anos 50-60 e sendo posteriormente classificada como *literatura das vozes subalternas*. Uma referência desse movimento foi Carolina Maria de Jesus (1914-77)⁸, ex-catadora de papel paulista, descoberta pelo jornalista Audálio Dantas que a entrevistou para escrever uma matéria sobre a expansão da favela do Canindé. Com pouca escolaridade, mulher, negra e pobre, Carolina fez das suas obras um meio de denúncia sócio-política ao relatar a sua percepção sobre o temor que as elites vivenciam em tempos de perda de hegemonia, quando se sentem ameaçadas por “gente de fora” ou “gente de baixo”. Sua obra mais conhecida, *Quarto de Despejo*, publicada em 1960 com tiragem inicial de dez mil exemplares, foi esgotada na primeira semana e traduzida em treze idiomas. Também escreveu *Casa de Alvenaria* (1961), *Pedaços de Fome* (1963), *Provérbios* (1963) e *Diário de Bitita* (1982, póstumo).

As produções sobre a exclusão social não ficam restritas a épocas passadas. Continuam na atualidade em livros, jornais e na rede social, sob a forma de *blog*, *site* ou *twitter*. Em todas essas manifestações comunicativas, os discursos cruzam-se e se completam. O caso recente, muito divulgado, é o do escritor paulista Ferréz que lançou a segunda edição do livro *Capão Pecado* (2005), desta feita por uma editora comercial. Ele escreve sobre a comunidade de Capão Redondo, onde vive e que, diante dos problemas que enfrentam seus moradores, foi rebatizada por ele.

Ferréz é apresentado pela editora Objetiva como um autor que trata de uma comunidade que “busca seu lugar no mundo. Um povo que já perdeu muitas coisas, mas que procura na rua, no gueto e nas palavras um espaço para aparecer”:

O Capão é um lugar abandonado por Deus e batizado pelo Diabo. É miséria, violência, droga e morte. É o retrato dos 'mano', das 'treta' que a moçada faz para se virar - e cada um se vira como pode. É o fim da linha. Usando a linguagem do gueto, alimentando-se daqueles personagens tão reais e sem futuro, Ferréz construiu uma narrativa original. 'Capão Pecado', seu livro de estreia, provocou o leitor ao revelar o cotidiano da periferia. Como o próprio autor disse há cinco anos atrás - Capão é um livro de mano para mano. É ácido e violento. É um grito.

⁸ - Em 2010, constavam do catálogo de livrarias brasileiras e norte-americanas (com títulos em inglês): *Quarto de Despejo*, pela editora Atica (2007); *The unedited diaries of Carolina Maria de Jesus*, Rutgers University Press (New Jersey/USA, 1999) e *Child of the Dark*, Signet Classic (2003).

Sobre a autora:

Carolina Maria De Jesus - Uma Escritora Improvável, de Joel Rufino dos Santos, Garamond (2010).

O autor paulista tem outras publicações, como “Amanhecer Esmeralda” (2005), que conta o cotidiano de “Manhã”, criança negra e moradora de uma comunidade pobre. Ele diz que “a personagem foi inspirada numa criança que assistia às suas palestras e o impressionava pela altivez comparada a das grandes nobres africanas”. Sua última publicação é “Cronista de um tempo ruim” (2009), livro de contos e crônicas, sendo o primeiro título da editora alternativa *Selo do Povo*⁹: “Um selo em um livro de bolso, para ser posto na sexta básica, para ser lido na rua, no horário de almoço, nas prisões, nos acampamentos, nas zonas, nos bares, barracos e barrancos desse imenso país periferia”.

O mais usual é que pessoas do meio acadêmico, jornalístico ou literário debruçam-se sob os problemas da exclusão social e os descrevam, expliquem e busquem soluções. Usando a competência do saber escrever por ofício, associem-se aos que vivem, ou viveram, à margem da sociedade, para ajudar a dizer o que precisa ser dito. Por isto, considero indispensável a leitura do livro “Esmeralda, por que não dancei” (2000), com o depoimento de Esmeralda do Carmo Ortiz, a organização do jornalista Gilberto Dimenstein e a publicação de duas grandes editoras comerciais. É comovente ver o resgate de uma jovem que esteve nas ruas desde os oito anos, convivendo com a violência, as drogas e a indiferença. Dimenstein assim a apresenta:

Na rua desde os 8 anos, quando fugiu de casa porque não suportava a violência da mãe, conheceu a estrutura de poder das gangues se misturando com policiais, o implacável código de silêncio e, depois, o código brutal da Febem. Em pouco tempo, estaria se sentindo refém da droga. Magra, cabelo raspado, andava armada. *"Estava vendo meus amigos morrendo ou sumindo. Eu vegetava, não tomava banho, ficava fedida"*.

Sentindo-se sem alternativa, desejava a morte, supunha que uma overdose iria liquidar aquela angústia. Mas, ao mesmo tempo, queria se libertar. Aquele lado que ainda tinha uma tênue esperança de saída fez com que se aproximasse, lentamente, de educadores do Projeto Travessia, no centro de São Paulo. Montou-se em torno de Esmeralda, uma operação de salvamento.

Frequentou sessões de terapia: *"Tive de perdoar meu passado para poder me perdoar"*.

Na busca de apoio e cumplicidade associou-se a grupos de dependentes que procuravam tratamento, internou-se para a desintoxicação. Participou de oficinas de arte, de letras, voltou para a escola e arrumou uma casa. Descobriu sua paixão pela comunicação, o prazer de escrever poesias para músicas e a vontade de escrever um livro. Foi construindo sua autoestima.

Sem saber, montou no livro um roteiro de recuperação de drogados. Prepara-se para seu salto mais ousado: recuperar o que deixou de aprender na escola para entrar em uma faculdade de comunicação. Ainda não sabe que, com este livro, não precisou de diploma e escreveu sua grande reportagem.

⁹ **Selo Povo:** blog. www.editoraliteraturamarginal.blogspot.com.

No campo literário, um exemplo é a peça *Deus lhe pague*, do jornalista e professor Joracy Camargo, encenada pela primeira vez em 1932, sendo considerada como “crítica social revolucionária”. Tem na figura de um mendigo o seu eixo temático que se contrapõe à burguesia, formadora da plateia dos teatros lotados a participar de apresentações onde é personagem dessa sátira à sociedade com forte apelo à reforma social. Eis excertos da peça *Deus Lhe Pague* (CAMARGO, 1983), obra que continua sendo atual:

Mendigo: O que o povo quer é a coisa mais simples deste mundo.

Péricles: Qual é?

Mendigo: A supressão de uma palavra do dicionário.

Péricles: Qual?

Mendigo: Miséria!

Péricles: Só isso?

Mendigo: Só (..)

Péricles: E o egoísmo?

Mendigo: O egoísmo é o grande obstáculo! É o castelo feudal em cuja arca está guardada essa palavra abominável, mas necessária – Propriedade!

(.....)

Outro: Ora!... Quem é que precisa de um mendigo?

Mendigo: Todos! Eles precisam muito mais de nós, do que nós deles. O mendigo é, neste momento, uma necessidade social. Quando eles dizem: “Quem dá aos pobres, empresta a Deus”, confessam que não dão aos pobres, mas emprestam a Deus... Não há generosidade na esmola: há interesse. Os pecadores dão para aliviar seus pecados; os sofredores, para merecer as graças de Deus. Além disso, é com a miséria de um níquel que eles adiam a revolta dos miseráveis...

Outro: Mas quando agradecem a Deus, revelam o sentimento de gratidão.

Mendigo: Não há gratidão. Só agradece a Deus quem tem medo de perder a felicidade. Se os homens tivessem certeza de que seriam sempre felizes, Deus deixaria de existir, porque só existe no pensamento dos infelizes e dos temerosos da infelicidade. Quem dá esmola pensa que está comprando a felicidade, e os mendigos, para eles, são os únicos vendedores desse bem supremo.

Outro (desanimado): A felicidade é tão barata...

Mendigo: Engana-se. É caríssima. Barata é a ilusão. Com um tostãozinho, compra-se a melhor ilusão da vida, porque quando a gente diz “Deus lhe pague...”, o esmolero pensa que no dia seguinte vai tirar cem contos na loteria... Coitados! São tão ingênuos... Se dar uma esmola, um mísero tostão, à saída de um “cabaret”, onde se gastaram milhares de tostões em vícios e corrupções, redimisse pecados e comprasse a felicidade, o mundo seria um paraíso! O sacrifício é que redime. Esmola não é sacrifício! É sobra. É resto. É a alegria de quem dá porque não precisa pedir.

Em 1973, em plena ditadura militar, o compositor Jards Macalé dirigiu um espetáculo musical, no Rio de Janeiro, chamado *Banquete de Mendigos*, como homenagem aos 25 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, conforme o registro de Bazzo (2009, p.74). Macalé¹⁰, na ocasião, deixava clara a intenção do grupo: “Este trabalho começou como beneficência e continua beneficente. Nós todos, artistas, gravadora, equipe de trabalho da feitura do disco, abrimos mão de nossos

¹⁰ - Fonte: <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/audios/banquete.htm>.

direitos artísticos e fonográficos em função de outros direitos que se tornam urgentes: o direito à vida, à sobrevivência”. Nos dias atuais, modificada a linguagem, atualizados os meios de divulgação das ideias, há muitas outras iniciativas que se impõem pela permanência dos problemas sociais.

Quase um século depois do aparecimento de *Deus lhe pague*, com a atualização do canal e do meio de comunicação, foi lançado o portal *Fala Rua* para dar visibilidade às pessoas que moram nela. A jornalista Renata Bessi¹¹ explica a concepção do portal a partir dos seus três eixos fundamentais. O primeiro diz respeito à convergência de conteúdos sobre a população de rua, texto, foto e vídeo. O segundo ponto trata da criação da *Comunidade Fala Rua* com os seus canais de relacionamento. E o terceiro eixo é formado justamente pela etapa em que essa própria população possa apropriar-se e atualizar o portal.

Na avaliação de Bessi, o terceiro eixo é uma das principais preocupações, uma vez que o planejamento prevê a descentralização da alimentação do portal a partir do próprio gerenciador de conteúdo. O trabalho é desenvolvido em dois níveis. No primeiro, as pessoas, previamente habilitadas, podem enviar textos, fotos e vídeos. Este material não é publicado imediatamente. Automaticamente cai no segundo nível, formado, no momento, por três pessoas habilitadas a autorizar a publicação. A jornalista confirma que foi feita uma oficina com representante de oito estados. “Dela tiramos duas pessoas da população que estão no segundo nível. Fizemos uma semana intensiva com uma delas, que está capacitada a alimentar o site, e venho fazendo oficinas com a segunda pessoa. A terceira administradora sou eu”.

1.5. **Estereotipia: da repulsa à invisibilidade social**

Maciel e Grillo (2009, p.266-267) identificam a invisibilidade como condição essencial para que o sem-teto possa habitar as ruas e não somente dormir nelas: “Afiml, quem quer a miséria estampada em sua paisagem cotidiana, quem quer encarar diariamente sua aversão (velada, ou não) pela sujeira e degradação?” É, então, a partir dessa constatação, que se forma um acordo tácito, normatizado silenciosamente, mas que tem força da lei: “Assim o cidadão pode evitar ser incomodado e o subcidadão que cata lixo pode evitar a humilhação. Ou melhor, deixá-la latente”. O tal acordo permite-lhes circular pelos bairros burgueses, remexer no lixo e tirar algo que valha a pena, mas

¹¹ - Entrevista por e-mail realizada em 26 de Julho de 2010 com a jornalista Renata Bessi, produtora da construção e responsável pelo conteúdo do portal *FalaRua* (www.falarua.org).

sempre de forma discreta e invisível, sem perturbar a paz dos moradores locais. E assim é estabelecida a base dessa convenção, cuja exigência, a de não chamar a atenção e passar intencionalmente despercebido, continua valendo.

A naturalização do preconceito e da estereotipia é frequente. Os criadores do jogo *Clodogame*, segundo a *BBC (British Broadcasting Corporation)*¹², ao serem atacados pela ideia e hipocrisia que disseminam, justificaram a existência da brincadeira virtual pelo interesse gerado na França. Uma semana após o lançamento, financiado por anúncios no site, inclusive com a propaganda de uma safra fictícia e especial do vinho *Château Clodo* (também em referência ao termo *clochard*), já possuía cerca de quatro milhões e meio de internautas inscritos no país.

A empresa que desenvolveu o jogo, a alemã *Farbflut Entertainment* que pertence a dois jovens de 20 anos, informa que o “*Clodogame* retoma o estilo dos jogos tradicionais de estratégia, mas se insere em um contexto mais próximo da nossa realidade”. Niels Wildung, criador do jogo, não se preocupa com as críticas sobre a possibilidade de ampliação do preconceito porque “o objetivo não é criar um mundo virtual baseado em um cotidiano difícil e solitário. Nossa adaptação satírica desse mundo permite falar dos sem-teto e de um problema da sociedade”. (*ESP 31/8/09*).

O preconceito contra os moradores de rua é estabelecido, entre outras causas, pelo alto nível de alcoolismo, ao qual, mais recentemente, foi associado o uso do *crack*, a provocar mudanças na sociabilidade das ruas, principalmente com a ampliação da violência entre eles próprios ou, na maioria das vezes, em direção a eles, como acontece com a ação dos grupos de extermínio, apresentada como punição e solução por quem a promove. A forma de vida desses sem-teto, na realidade, acarreta, entre outras consequências, a intensificação do crime, a repressão policial e a forte desaprovação da maior parte da população.

A opinião pública fica dividida entre a conceituação ambígua sobre o que é mais adequado nominar - como questão de polícia ou questão social - para classificar o problema. É possível observar que a repulsa não acontece somente por conta dos comportamentos considerados antissociais ou criminosos, mas é concedida *a priori*, antes da prática de qualquer delito ou crime. Nascimento (2003, p.59) considera que, em tal situação, necessariamente “o excluído não necessita cometer nenhum ato de transgressão (...). A condição de excluído e a repulsa lhe são naturalmente imputados do

¹² - BBC (*British Broadcasting Corporation*): <http://www.bbc.co.uk/>

exterior, sem que para tal tenha contribuído direta ou mesmo indiretamente”. Isto significa que na passagem da vida produtiva para a exclusão social, a exemplo da contingência de morar nas ruas, o cidadão pode ser visto como um delinquente, mesmo que não tenha cometido nenhum ato que mereça punição legal.

Martins, em seu artigo (*ESP*, 6/3/10), avalia que o aumento do número de moradores é proporcional à rejeição que despertam, tendo em vista às características estigmatizantes que os acompanham, como a desorganização da família e o apelo do álcool e de outras drogas, estas ilícitas. Como resultado, surge o que chama de “morte social” e que acontece com a passagem das vítimas da crise do trabalho ao mundo da rua, o que significa uma forma de vida na qual é pequena a possibilidade da superação, à qual chama de “ressurreição”. Sobre o tratamento dispensado aos sem-teto, ele condena o reducionismo que escamoteia as causas e emperra as ações eficazes: “Há muita hipocrisia e muito oportunismo na redução do problema do morador de rua à questão do número de vagas nos albergues noturnos. É reduzir a tragédia de uma vida ao drama de uma noite, que nem por isso é menos real e menos doloroso”. (ibid.)

Embora o analista fale especificamente sobre a “morte social” que atinge esse segmento da população, muitas vezes esse perecimento vai além, com o aniquilamento físico de sem-teto em muitas cidades brasileiras. Os crimes são cometidos por encapuzados, vindos de moto ou carro, e que usam o “elemento surpresa”, jargão policial em referência ao ataque a vítimas indefesas, especialmente quando estão dormindo, o que permite aos criminosos matar e fugir, sem serem formalmente identificados e nem legalmente punidos, apesar de alguns indícios apontarem para a autoria.

Um desses casos foi apresentado na matéria da *Folha de São Paulo* (12/6/10, p.C1) sobre o resultado das investigações dos setores de inteligência do Ministério Público Estadual e das polícias Militar e Civil sobre policiais militares que se uniram para formar uma milícia, sendo suspeitos de integrar grupos de extermínio nas zonas norte e leste da capital paulista. Segundo a apuração, o grupo envolve pelo menos quatro batalhões da PM e tem cerca de cinquenta integrantes.

Notícias sobre as agressões contra moradores de rua são comuns. Elas não se restringem aos extermínios, como os do bairro de Jaçanã, zona norte de São Paulo (notícia analisada no capítulo V), mas também nas atitudes das pessoas que se exasperam a ponto de escrever cartas raivosas aos jornais, ou mesmo, conforme ampla

divulgação da mídia, instalar chuveiros para expulsá-los - artifício depois proibido pela Prefeitura de São Paulo-, como recurso extremo para afastar essa população indesejável.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que proibiu os chuveiros, o órgão municipal paulista implantou o que foi apelidado de “rampa antimendigo” nas proximidades da Avenida Paulista e dos bancos na Praça da República, o que impede que as pessoas possam se deitar, sem causar estranhamento ou desacordo por parte da maioria da opinião pública. A imprensa também noticiou que moradores e comerciantes do local jogam óleo queimado ou creolina nas calçadas e marquises ou contratam seguranças privados para o que chamam de “limpar o espaço público”.

É assim que se prevê a eliminação da paisagem urbana do elemento destoante e incômodo, a exemplo do “*homo sacer*”, termo retomado na modernidade pelo filósofo Agamben (2002), a partir da referência feita à pessoa de determinado grupo que, entre os moradores da Roma antiga, era considerado tão indigno que não teria serventia nem para o sacrifício como oferenda aos deuses. Assim, ao receber o epíteto de “insacrificável” passava à condição de “matável”, à qual era agregada a ausência de culpa ou punição por parte de quem o destruísse.

Entre os muitos casos em que os “matáveis” da atualidade são exterminados é possível encontrar a explicação nas atitudes da sociedade de lhes virar as costas, fechando casas e carros, trocando de calçada quando cruzam com eles, ou chegando mesmo a matá-los, como no caso noticiado pelo *Correio Braziliense* sobre Amaral Filho, um entre muitos matadores do “*homo sacer*” do século XXI. E ele promoveu a execução porque se sentiu no direito de fazê-lo: “Queria ‘limpar’ eles de lá. Não consegui nem dormir de tanta raiva”:

O analista do Banco Central José Cândido do Amaral Filho confessou ontem o assassinato a tiros de dois mendigos em Brasília, ocorrido em 19 de janeiro na mesma praça onde, há doze anos, o índio pataxó Galdino dos Santos foi queimado até a morte por cinco jovens de classe média.

O que mais espantou foi a naturalidade com que Amaral Filho relatou sua motivação para o crime. Na véspera, ele disse ter ficado irritado ao ter visto, ao lado dos filhos, os mendigos “trocando carícias” a menos de 200 metros de sua casa.

À noite, disse ter sentido falta de uma tocha que ficava em seu jardim e contou ter visto o objeto aceso na praça. “Depois disso, o sangue subiu à cabeça. Queria ‘limpar’ eles de lá. Não consegui nem dormir de tanta raiva”, afirmou o assassino.

E, na manhã seguinte, após render as vítimas e deixá-las de bruços, disparou duas vezes na cabeça de um e uma vez na cabeça de outro. Com prisão temporária decretada, o funcionário público pode pegar até 30 anos de cadeia por duplo homicídio e porte ilegal de arma. (CB, 29/4/09).

Michel Misse (2010) trabalha com o pressuposto de que uma parte da população constitui e sedimenta o preconceito contra os excluídos na tentativa de neutralizar a sua

participação no processo de criminalização das camadas mais pobres, encontrando a saída na forma de justificar os assassinatos como uma consequência do comportamento das vítimas. O mesmo raciocínio que levou o funcionário do Banco Central a matar, agindo pelas próprias mãos para punir a conduta que julga condenável e que descreve como “mendigos trocando carícias”.

A seguir tal linha de raciocínio, esses moradores de rua diferentemente deveriam ter o bom senso de se fixar na periferia e não deturpar a paisagem com a sua presença, negando-se à ousadia de transcender limites interditos ao se instalarem na Asa Sul, uma das áreas nobres de Brasília. O afastamento dos mendigos é a condição necessária para que pessoas intolerantes possam esquecer o sofrimento humano e minimizar a gravidade das atitudes com o emprego de expressões que se tornam comuns e banalizadas como “ações saneadoras”; “faxina social”; “passar o rodo” ou usar “inseticida social,” para assegurar “a limpeza urbana”. Tudo isso inexoravelmente aumenta o desconforto de uns e o humor pervertido de outros que acham justo e certo reduzir moradores de rua à condição de “matáveis”, sem culpa, punição ou remorso.

Em dezembro de 2009, um jornalista foi responsável por um episódio que causou constrangimento em meio às festas de final de ano, estarrecendo parte dos telespectadores por conta da demonstração inequívoca da arrogância subjacente ao preconceito individual contra as camadas inferiores da população, além da declarada estereotipia social que brinda com pouco caso e desdém aqueles que não são bem sucedidos na vida. O acontecimento pode ser assim resumido:

No "Jornal da Band" do último dia 31, o âncora Boris Casoy passou por uma bela "saia justa". Durante o programa, após as felicitações de Ano Novo de uma dupla de garis, o jornalista não percebeu que o microfone estava aberto e falou o que pensava.
"Que merda... dois lixeiros desejando felicidades... do alto de suas vassouras... dois lixeiros... o mais baixo da escala do trabalho..."

Os dois lixeiros desejavam: “Saúde, muito dinheiro, emprego em um feliz 2010!” A reação do jornalista foi amplamente divulgada sob o título de “Boris Casoy comete gafe e humilha garis ao vivo”, e repetida por vários veículos de comunicação, sem a prevalência do *espírito de corpo*, embora o fato tenha sido minimizado ao ser considerado pela maioria como “gafe”. Diante do que ele disse, não fica difícil imaginar qual o nível do seu preconceito em relação aos moradores de rua, estes que estão abaixo dos garis, e que, apesar de também trabalharem com o lixo descartado pela sociedade

consumista, têm uma situação estável, por não pertencerem à categoria dos desempregados.

No dia seguinte, *1º de janeiro, dia da confraternização universal*, o apresentador reconheceu a ofensa contra os garis. Justificou-se na edição noturna do *Jornal da Band*:

Ontem, durante o intervalo do *Jornal da Band*, em um vazamento de áudio, eu disse uma frase infeliz, que ofendeu os garis. Por isso, quero pedir profundas desculpas aos garis e aos telespectadores do *Jornal da Band*.

O *Jornal do Commercio* do Recife comentou o caso (02/1/10), titulando a matéria como “Boris Casoy pede desculpa por gafe em telejornal”, onde repete as informações anteriores e acrescenta parte do currículo do jornalista: “Casoy é conhecido pelo bordão ‘Isso é uma vergonha’. Ele já foi âncora no SBT durante nove anos (TJ Brasil), na Record, de 1997 a 2005 (Jornal da Record e ‘Passando a Limpo’) e na TVJB (ex-rede CNT)”.

Ao jornal *Folha de São Paulo*, no qual trabalhou por muitos anos e ocupou posições de destaque como editor-chefe e diretor de redação, Casoy reconheceu a falha, em entrevista por telefone, no mesmo dia em que cometeu a sua avaliação inadequada. A sua declaração deixa transparecer que, para ele, o mal não está no seu pensamento elitista, mas no inesperado vazamento:

Foi um erro. Vazou, era intervalo e supostamente os microfones estavam desligados. Errei mesmo. Falei uma bobagem, falei uma frase infeliz. E vou pedir desculpas.

A professora Rosemere Maia, da UFRJ, em artigo publicado no jornal *Folha de São Paulo* (11/7/10, p. C-5) expõe o quadro composto pelos variados estratos da nossa sociedade desigual e a impossibilidade de pessoas bem situadas terem a imunidade pretendida: “Não há como se manterem imunes às mazelas existentes na cidade, aos conflitos emanados das relações estabelecidas entre os segmentos sociais, relações estas pautadas em toda sorte de desigualdade e contradições”. Provavelmente declarações e comportamentos como os até aqui apresentados evidenciam e expõem a segregação melíflua e disfarçada que continua a existir na nossa sociedade.

Considerações complementares

As situações relatadas e presenciadas pelo homem urbano, ao se deparar no seu cotidiano com o morador de rua da atualidade, suscitam a reflexão baseada no mito da caverna de Platão (in *A República* – livro VII). Apesar de as sombras não passarem de espectros, na prática elas assumem a dramaticidade do desconhecido, são vistas como verdadeiras a inspirar repulsa ou medo. Libertar-se dos grilhões e fugir das amarras que prendem o homem comum às suas falsas crenças é indispensável à busca da verdade e à conquista de um mundo humanizado e mais amplo. Pela razão, consubstanciada na reflexão sistemática e organizada, ele pode chegar às respostas tomando por base a causalidade, ao invés do acaso.

O homem que se move e avança, sai da caverna, liberta-se dos mitos e mentiras e se certifica de que, ao ultrapassar os limites que lhe foram impostos, mergulha na verdade que o resgata pela assunção da sua humanidade, que também é a humanidade de todos os seres humanos. Esse autorresgate é feito aos poucos, à medida que vai se movendo e avança, enfrentando os obstáculos que encontra para sair da caverna dos seus preconceitos. E, assim liberto, descobre que as sombras eram feitas por homens iguais a si mesmo, todos merecedores do seu espaço no mundo e da fruição dos bens naturais e materiais que estão nele.

Em nenhum momento pode-se desconhecer esforços, desacreditar da boa vontade e menosprezar ações promovidas por pessoas cujo objetivo é ajudar essa gente desamparada. Sempre há algum tipo de assistência estatal, de iniciativas individuais ou de organizações não-governamentais, a exemplo da Comunidade dos Pequenos Profetas – CPP (Recife-PE), além de muitos grupos filantrópicos que agem nos centros urbanos.

Apesar desse trabalho fragmentado, os sem-teto vagam pelas ruas, onde às vezes contam com a solidariedade dos seus iguais. Quando questionados, sobretudo as crianças e adolescentes, precoce e duramente envelhecidos, falam sempre da fome que os atormenta e do desejo de terem um lar, ou simplesmente conseguirem crescer e se tornarem adultos, uma vez que têm consciência e temor da morte que os ronda sorratamente porque ela pode chegar a qualquer momento e em qualquer lugar.

Na ânsia de atendimento às necessidades básicas, os moradores de rua têm no lixo o local onde podem encontrar “coisas que sirvam”. Identificam os locais onde é possível arrecadar e fazer uma boa coleta, com forte cotação na própria e pobre bolsa de valores do seu referencial de qualidade, a exemplo do *Mc Donald's* do Parque Amorim,

no Recife, onde se forma a fila de mendicantes, a partir das 23 horas, quando os fregueses vão rareando. Assim, ficam quietos e mudos à espera da aposição do lixo, à meia noite, nos contêineres da calçada. Nas outras horas, buscam nos lixos de prédios residenciais e de lojas, algo que lhes garanta a subsistência e a sobrevivência, tendo valia desde o alimento a algum móvel descartado, ou papelão que lhes sirva de cama.

Os moradores de rua de idades distintas não integram a economia formal e vivem em condições, a maior parte, de miséria quase absoluta. Não são personagens de notícia de jornal e, quando aparecem, com raras exceções, figuram nas páginas policiais, como mortos ou meliantes. Com esse contexto e nesses textos, perdem a sua condição de sujeito do seu discurso, à medida que nem sempre falam sobre as suas condições de vida e as suas necessidades e anseios, muitas vezes não sendo nem questionados.

Os sem-teto têm a voz quase sempre emudecida, a imagem esmaecida e estão mergulhados na total exclusão social. São ignorados, o que faz lembrar a reflexão de Leonardo Boff (2006) em direção à solidariedade fraterna como negação ao conceito do “uso da violência defensiva” para afastar inoportunos. Advoga, o que julgo pertinente e necessário, que o efeito final da ação humana deve ser um aumento de esperança e de vontade de se comprometer com a Terra, com o resgate da dignidade dos empobrecidos e excluídos, com uma ética que combina justiça e cuidado.

E para refazer a ligação é necessária a certeza de que os moradores de rua não formam um segmento da população exógeno à totalidade do povo brasileiro e que pelo princípio da universalidade, a mudança das condições da sociedade brasileira deve significar a melhoria para todos. Sem achar que é um otimismo exagerado, considero que o Brasil tem condições de diminuir as desigualdades sociais e que avança nessa direção.

Diante das afirmativas técnicas dos especialistas, também considero que não é exagerada a previsão de que as camadas inferiores ascenderão com a baixa dos níveis máximos de desigualdade brasileiros e que, enfim, estamos caminhando para a eliminação da extrema pobreza. Talvez, sob essa perspectiva, não seja fantasioso imaginar um Brasil que venha a ser tão justo a ponto de não caber a presença de um ser humano vivendo ao relento e gastando sua vida a mendigar pela sobrevivência.

CAPÍTULO II

BASE TEÓRICA PARA A ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA

Introdução

Este capítulo apresenta a base teórica para a elaboração desta tese, selecionada por conta da identificação com o tema e pela possibilidade de fornecer subsídios para compatibilizar e explicar, através de concepções e princípios defendidos por filósofos, linguistas e jornalistas, o exercício de uma prática profissional que está calcada, quase sempre, em eventos recentes e que, por isso mesmo, despertam interesse, curiosidade, indiferença, acordo, desacordo, comoção ou outros tipos de reação provenientes de diferentes fatores.

A principal escolha consiste nos princípios da *Análise do Discurso Crítica* – ADC com informações sobre a teoria linguística e sua aplicação prática porque, como “ciência social crítica”, fornece suporte científico para questionamentos de hipóteses e problemas levantados. Seus postulados buscam desvendar como as diferenças discursivas são negociadas nos textos como espaços de luta por abrigarem traços de diferentes discursos e ideologias em disputa pelo controle do poder. A ADC volta-se não só para a noção das lutas pelo poder e pelo seu controle, mas também para a intertextualidade e a recontextualidade de discursos que competem entre si. Enfoco as estruturas ideológicas sobre a perspectiva da ADC, o uso da transdisciplinaridade, às quais se juntam as contribuições de Foucault e Habermas na elaboração de um quadro analítico do discurso.

A ADC fornece a base para a identificação de traços das desigualdades sociais expostas, em maior ou menor grau, nas estruturas do discurso, o que permite ao analista esquadriñar o discurso sob a perspectiva de uma prática social e o relacionar com outras práticas sociais de modo a atingir o seu objetivo, ou seja, desvendar o que há por trás de um texto pretensamente imparcial ou expressamente faccioso.

Para alcançar os objetivos, a opção para viabilizar a utilização de tais princípios recaiu na base teórica da *Linguística Sistêmico-Funcional* – LSF, por fornecer o instrumento adequado à proposta, embora considere a existência de outros também eficazes à investigação dos dados linguísticos, constituindo-se no suporte teórico que

viabiliza a consecução dos objetivos da Análise do Discurso Crítica, por fornecer um caminho seguro para desvendar as relações de poder na prática jornalística. Como explica Halliday (1994), essa teoria é sistêmica porque é uma teoria do significado como escolha. Quando busca descrever a linguagem, começa com os traços mais gerais e avança paulatinamente a refinar o percurso até chegar a detalhes bem específicos. Assim, “uma mensagem é ou sobre fazer ou sobre pensar, ou sobre ser: se for sobre fazer, ou é sobre ação simples ou ação sobre algo; se for ação sobre algo, é ou sobre criar ou lidar com algo já criado etc.” (ibid. p.14).

Outro referencial é a *Teoria dos Sistemas de Valoração - TSV (Appraisal Systems)* que tem como ponto de partida a LSF e, entre seus objetivos, clarificar as formas com as quais a voz textual se posiciona em relação a avaliações do ponto de vista do *engajamento, atitude e gradação*. A TSV trata dos recursos linguísticos empregados nos textos dos falantes e de como podem expressar, negociar e tornar natural determinadas posições intersubjetivas e, por fim, identificar as expressões ideológicas. Por meio dessas teorias, é possível chegar aos significados que fazem variar ou modificar o começo e o fim do comprometimento do falante com seu discurso, e que podem mudar com o jogo estabelecido na relação dialógica. A fundamentação teórica dos *Sistemas de Valoração* está centrada em estudos de Peter White (2004); J. R. Martin (2003); Martin e White (2005); Martin e Rose (2002/2008), haja vista que, segundo o esclarecimento de White (2004, p.177), o modelo oferece uma abordagem que fornece caminhos para explorar as formas como a voz expressa no texto está posicionada em relação a essas avaliações, numa aproximação para chegar à caracterização das diferentes perspectivas intersubjetivas disponíveis para essa mesma voz textual.

O questionamento que me move é saber o que os textos jornalísticos selecionados dizem sobre os moradores de rua de grandes centros urbanos, vez que é na superfície estruturalmente organizada que se infere a discursividade. O objetivo principal deste trabalho é investigar, no discurso midiático e nos comentários feitos por leitores, o lugar que ocupa o morador de rua, em torno de assertivas como:

-
- *Não são valorizadas e preservadas a sua identidade e a condição de sujeito do seu mundo.*
 - *Ele é invisível na sociedade e invisível no discurso midiático.*
 - *A mídia não reserva maior espaço para o sem-teto fora das páginas policiais, (como suspeito ou vítima de violência) ou nas páginas de vida urbana, (como agente de invasão de áreas residenciais ou públicas).*
 - *A imagem apresentada pela imprensa é quase sempre negativa.*
 - *A sua voz é apagada, já que o repórter pede que outros falem por ele.*
-

Ressalto que o jornalismo, ao usar a língua escrita na busca da clareza e objetividade, obedece a regras próprias e bem adequadas ao veículo. Um exemplo, entre tantos, é o emprego obrigatório das normas da língua padrão, salvo quando transcreve trechos da fala do entrevistado, os quais podem conter a reprodução da oralidade. É o caso do emprego da expressão ‘*sic*’, recurso reservado especialmente a declarações de iletrados e menos comum na referência aos informantes com maior escolaridade, a exemplo da afirmativa: “Nóis prifirimu ficá aqui mermo!” (*sic*). O advérbio latino, que equivale ao português *assim*, serve para destacar o uso incorreto ou incomum da língua e esclarecer que aquele emprego não é da responsabilidade do autor do texto, mas que “*assim*” foi dito por outrem, no caso, por um morador de rua como manifestação de resistência, ou teimosia. Dessa maneira, o hibridismo da forma oral com a escrita faz-se com incorreções, frases curtas, pouca variação de itens lexicais e gramaticais, por exemplo. Quando transcreve manifestações de alguém com maior escolaridade, há diferentemente o uso de vocabulário apurado, frases mais longas e elaboradas, com variedade de lexemas, diversidade gramatical, como a subordinação, além de nominalizações adequadas.

A relação dialógica do texto jornalístico envolve a primeira e a segunda pessoa do discurso; enquanto que cabe à terceira pessoa, que Benveniste (1991) chama de “não-pessoa”, o papel de referências àqueles envolvidos na interação. Cito, para exemplificar, excertos da matéria da *Folha de São Paulo* (21/2/10, p.C5), cujo título é “Depois de rampa em São Paulo, Rio cria a pedra antimendigo”, onde é possível verificar tal observação, inclusive pela alusão a não-pessoa de Benveniste em referência a “eles” (moradores de rua) que são mencionados, mas não declaram nem dizem, pois não foram entrevistados:

Para evitar que os vãos sejam usados por moradores de rua, a Prefeitura do Rio está instalando pedras sob viadutos, em mais uma iniciativa do “Choque de Ordem” do prefeito Eduardo Paes (PMDB). Em 2005, a gestão José Serra (PSDB) em São Paulo tentou implantar medida semelhante ao colocar rampas antimendigo em passagens subterrâneas na região da Avenida Paulista.

De acordo com o secretário Fernando Willian (Assistência Social) os vãos dos viadutos são um risco. “Muitos usam o local para fazer comida, o que afeta a estrutura do viaduto”. Para o coordenador das operações da Secretaria de Ordem Pública do Rio, Marcelo Maywald, a estratégia é “a melhor saída”. “É um trabalho de insistência até que a pessoa aceite não dormir mais na rua”.

A base epistemológica está nas afirmativas e princípios defendidos por Foucault (1971/ 1986/ 1987/2002/2007) e Habermas (1978/1989/1990/2004), muito mais pela aproximação do que pelas divergências, consubstanciada no interesse comum pela *pragmática* (embora a nomenclatura tenha sido rejeitada pelo primeiro), no estudo das condições de compartilhamento, enunciação e circulação da linguagem, o que leva à teoria da linguagem como discurso, resultante da produção de enunciados cognitivos e da busca da pretensão de verdade. Acredito que ambos se complementam. A junção dos dois pensamentos é decisiva para uma interpretação que procura conciliar a pertinência histórica e política do propósito com a consciência dos limites do próprio discurso. Portanto, a base epistemológica pode ser estabelecida pela aproximação da convergência de *interesse, intersubjetividade e poder*.

Enquanto Foucault (1971) apregoa o discurso como ressonância monológica, onde a pretensão à verdade deve aproximar as condições da sua produção sistemática com os efeitos produzidos, pois a assimetria entre os traços do poder não é qualquer coisa que possa instalar-se no discurso, mas algo que condiciona tanto a emissão como a recepção e que é determinante no efeito da verdade dos enunciados produzidos, Habermas (1989) fala de uma ordem dialógica, como força da produção, que deve ser livre tanto na produção como na crítica, além da reprodução da vida social. Este último nos leva a refletir sobre o poder dos sistemas de comunicação na perspectiva de uma resistência pela palavra, a marcar uma posição de contrapoder simbólico.

Para Habermas (1989), a constituição do ser é um processo intersubjetivo e os interesses referem-se à uma problemática do reconhecimento. O *agir comunicativo* representa a democracia em si mesmo, pela possibilidade de os *atos ilocucionários* serem percebidos nos seus intentos e os seus efeitos minimizados nos *atos perlocucionários*. A sua aplicação à proposta deste trabalho parte da inferência de que o discurso do jornalista acontece de forma performativa: ele afirma algo, argumenta, critica, cita fontes e dados, emprega linguagem concisa e clara, remete a um determinado contexto, busca a persuasão. O *agir comunicativo* é, portanto, múltiplo,

visto que pode ser dito de muitas maneiras, fazendo valer os argumentos e a força do *poder dizer* por quem é institucionalmente habilitado para tal.

Para possibilitar a Análise do Discurso Crítica referente à discursividade midiática, desde que dela se apropria o grande público, passando a usá-la como fonte de informação e referência, o estudo tem por base afirmativas e princípios filosóficos de Foucault e Habermas e, mais especificamente na aplicação da ADC, com a orientação e autores, a exemplo de, entre outros, van Dijk (1990/2000/201/2003/2004/2008); Fairclough (2001/2003/2005); Wodak (2003/2004/2005); Carmem Rosa Couthard (1994/2004/2008); Van Leeuwen (1997/1999), Magalhães (2004) e Silva (2005/2006/2007/2008).

Entendo que o uso dos princípios da ADC propicia a identificação de vestígios e pistas das ideologias que perpassaram a elaboração dos textos constitutivos do *corpus* selecionado. No estudo das teorias da notícia são de fundamental importância livros publicados por Nelson Traquina (1999/2001); Luiz G. Motta (2002); Felipe Pena (2005); Marques de Melo (2003/2007); Sophie Moirand (2007); Thaís Oyama (2008); Ana Estela Pinto (2009), como também declarações de jornalistas sobre o exercício da profissão no dia a dia das redações e na convivência com o poder. Deixo claro, no entanto, não existir a pretensão de abordar o assunto à exaustão, pois o que procuro são subsídios para a fundamentação teórica, sempre levando em conta uma premissa inequívoca, a de que o jornalista pretende, ao se dirigir ao receptor de sua mensagem, transmitir a sua versão da realidade que, imprescindível, deve dirimir o binômio falso vs. verdadeiro, usando os meios disponíveis à persuasão.

Considero que a persuasão preceituada por Aristóteles, como a finalidade da retórica, move o profissional da mídia, pois se ele não é suficientemente convincente perde a credibilidade pessoal e compromete a do próprio veículo, que se ressentido dessa quebra e resiste a desmentir uma notícia dada anteriormente. Para garantir a credibilidade sobre os fatos que relatam, jornais, como *Folha de São Paulo*, publicam rotineiramente a seção “Erramos”, ou *O Estado de São Paulo* com a sua “Correção”, como forma de transmitir a informação correta e de asseverar aos leitores que trabalham com precisão, mas que, quando se equivocam, publicam o humilde *mea-culpa*.

2.1. Análise do discurso e interação social

Os textos materializam as práticas sociais da produção dos discursos. Cada discurso representa uma construção social, não individual, e somente pode ser analisado ao se considerar o seu *contexto* histórico-social. O discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente vinculada à dos produtores e à sociedade em que vivem.

A base teórica da Análise do Discurso Crítica - ADC (FAIRCLOUGH, 2001), possibilita a utilização de elementos para interpretar relações essenciais do funcionamento discursivo, a exemplo das vinculações encontradas, entre muitas, nas estruturas sociais perceptíveis na marginalização de cidadãos, em manifestações de abuso de poder, no ato de silenciar ou ocultar vozes, ou no apagamento do sujeito. Logo, o discurso é *socialmente constitutivo* porque contribui para a configuração das dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem. O discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de sua significação, constituindo e construindo esse mundo em significados.

Fazendo uma retrospectiva, é possível identificar que a Teoria Crítica do Discurso – TCD, fundamentou a Análise Crítica do Discurso - ACD, sob a inspiração de Foucault, na década de 80, com a proposta de promover o debate sobre a linguagem textualmente orientada e, nessa perspectiva, oferecer uma contribuição significativa para a compreensão dos processos sociais relacionados às transformações econômicas e culturais contemporâneas. Vale ressaltar que o estudo das transformações no contexto social faz parte da TCD por considerar a vida social como ‘redes interligadas de práticas sociais de diversos tipos’, segundo o destaque de Fairclough (2001).

Além do discurso, as práticas sociais incluem: ações, sujeitos e relações sociais, instrumentos, objetos, tempo e lugar, formas de consciência, valores. Para a compreensão da TCD, é preciso questionar a relação entre práticas, eventos e estruturas sociais, uma vez que as práticas são, segundo Fairclough (ibid.), entidades organizacionais intermediárias entre estruturas e eventos.

As práticas sociais são tipos de atividades sociais que apresentam relativa estabilidade, formadas de diversos elementos, dentre os quais o discurso, como na nota publicada pelo jornal Estado de São Paulo. A coluna, *Direto da Fonte* (Cultura, p. D 14, em 15/11/09), assinada por Sônia Racy, tem título de “SAI, NÃO SAI, SAI”, onde é possível identificar escolhas lexicais como a “guerra particular” entre visões antagônicas e cisões inevitáveis:

Moradores de rua das áreas centrais de São Paulo são objeto de uma guerra particular entre Prefeitura e ONGs. Os fiscais tentam recolher essas pessoas e as ONGs lhes dão comida e cobertor. “Assim eles nunca vão sair”, diz Marcos Antônio de Almeida, da Viva o Centro. “E não se avançará na inclusão”.

As estruturas sociais, como raça, gênero, classe, parentesco, língua, determinam um ‘conjunto de possibilidades’ que podem não se concretizar nos eventos sociais, como, por exemplo, aula, reunião acadêmica ou sindical, culto religioso. Os textos são elementos dos eventos sociais que se relacionam dialeticamente com elementos não-discursivos. Dessa forma, os textos contribuem para definir os sentidos construídos nas práticas sociais. Mas as práticas que controlam a seleção dessas possibilidades e sua manutenção ou transformação, materializam-se em domínios sociais particulares como, por exemplo, na esfera da medicina, da religião ou do ensino.

Para Fairclough (2001), existe uma relação dialética entre os elementos das práticas sociais, o que significa a ‘interiorização’ de uns por outros, sem que haja relação entre eles, uma vez que as relações sociais, as identidades sociais, os valores e a consciência cultural apresentam uma faceta discursiva no domínio da semiótica, muito embora sejam teorizados e pesquisados de forma diferente da linguagem.

Fairclough (2001) ao tratar de *evento discursivo* explica a sua amplitude, pois, ao se constituir essencialmente em um texto, concomitantemente representa uma prática discursiva e uma prática social. Dessa forma, a dimensão do texto está relacionada à análise linguística textual e à dimensão da prática discursiva na interação, no processo de produção e interpretação desse mesmo texto. Mais adiante, Fairclough (2003), apresenta proposta para modificação das categorias da LSF, enquanto que, à ACD, é atribuído caráter transdisciplinar, aspecto enfatizado também por outros autores, como Van Dick e Chouliaraki, ao situarem-na como ciência social crítica. Por isto, recomendam a observância da transdisciplinaridade, que se materializa no estudo do discurso como um dos momentos das práticas sociais, relacionando-se dialeticamente com outras práticas.

É interessante identificar os pontos em comum entre Fairclough e Halliday, basicamente convergindo para a necessidade da crítica e da análise, juntas e indissociáveis para a interpretação do homem e da sociedade. Assim, enquanto

Fairclough (2001, p.99) dizia: “Os signos são socialmente motivados, ou seja, há razões sociais para combinar significantes particulares a significados particulares,” Halliday (1978, p.160), ressaltava: “Os usos mais correntes da língua transmitem de maneira muito eficaz a estrutura social, os valores, os sistemas de conhecimento, todos os mais profundos e mais penetrantes padrões de cultura”.

Tais afirmativas podem ser largamente identificadas na prática midiática, com a análise através do jornalismo comparado. Cito um exemplo pontual, a partir de um mesmo fato - a encomenda da *CNT* (Confederação Nacional do Transporte) ao instituto *Sensus* para consulta popular sobre a corrida presidencial de 2010 -, com a sequência consolidada na produção de textos com enfoques distintos, mas com a prevalência da bipolaridade: *Serra mantém vantagem vs Dilma sobe* ou *Embora ainda apareça atrás do tucano, Dilma cresceu na disputa*, onde a oscilação semântica materializa-se entre subir ou descer nas pesquisas eleitorais, com a expressividade metafórica a transitar entre crescer (surpreender; erguer-se; avançar) e cair (desvalorizar-se; baixar; descer).

Uma das manchetes explica que “*O governador José Serra de São Paulo continua em vantagem, apesar da queda da desvantagem da ministra Dilma*”. Além das possibilidades representadas por cair e crescer, outra contingência é aventada: “a posição de José Serra se mantém”, quando o reflexivo *manter* possibilita a conotação de posição preservada; bem alicerçada; sustentada; protegida. Isto significa que a pessoa que se mantém está estável e bem posicionada em relação à outra, sendo constatada a vantagem que leva na comparação apresentada.

O operador argumentativo “apesar de...” aponta para o tom interpretativo e o foco da abordagem, e as escolhas lexicais expressam a dicotomia entre *desvantagem*, a designar inferioridade; perda; desigualdade; prejuízo. Por sua vez, o signo linguístico *vantagem* expressa superioridade; supremacia; benefício; ganho. A disputa por lugar privilegiado versa sobre as posições de estar “à frente de” (na dianteira; em superioridade; na vanguarda) ou “atrás de” (na retaguarda; em desvantagem; com pouca chance).

Segundo o jornal *O Estado de São Paulo* (24/11/09):

A pesquisa da CNT/Sensus mostra que a vantagem do governador José Serra (PSDB-SP) sobre os outros possíveis candidatos à Presidência se mantém. No cenário mais provável, Serra lidera com 31,8% das intenções de votos. A pré-candidata do PT, a ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil, aparece em segundo, com 21,7% ”.

Mais adiante, vem o seguinte comentário:

Dilma continua atrás, mas sua desvantagem caiu de 25 para 18,6 pontos em dois meses.

O Jornal do Commercio (Recife), em data idêntica ao expor o mesmo assunto, usou o seguinte título:

RUMO A 2010: Serra cai, mas mantém liderança. Dilma sobe.

Pesquisa do Instituto Sensus, divulgada ontem, mostra queda do governador de São Paulo, José Serra (PSDB), na disputa pelo Palácio do Planalto. (...)Enquanto Serra cai na pesquisa, o presidente da CNT avalia que Dilma, embora ainda apareça atrás do tucano, cresceu na disputa.

Para a análise dos textos mencionados, ou outro escolhido ao acaso, torna-se evidente a importância da transdisciplinaridade, tão ressaltada pelos autores e para a qual a contribuição de Michel Foucault é essencial, especialmente pela elaboração da teoria social do discurso direcionada a áreas como a relação entre discurso e poder, a construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento e o funcionamento do discurso na mudança social. Ele optou por focar as práticas discursivas num esforço para ir além dos dois principais modelos alternativos disponíveis para investigação na pesquisa social - o *estruturalismo* e a *hermenêutica*, embora reconhecendo suas contribuições. No caso específico da hermenêutica, definiu-a como “/.../ conjunto de conhecimentos e de técnicas que permitem fazer falar os signos e descobrir seu sentido. (...) Buscar o sentido é trazer à luz o que se assemelha.” (FOUCAULT, 2002, p. 40) . Na busca desse ir mais além, preocupou-se com as práticas de discurso como constitutivas do conhecimento e com as condições de transformação do conhecimento em uma ciência, associadas a uma formação discursiva.

Mesmo se debatendo nessas dúvidas e desafios, o homem elabora e expõe o seu discurso como construção social, que somente pode ser interpretado e analisado ao se considerar o seu *contexto* histórico-social. O discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente vinculada à dos seus autores e à sociedade em que vivem. É *socialmente constitutivo* porque contribui para a configuração das dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem. O discurso é uma prática não apenas de representação do mundo, mas de sua significação, constituindo e construindo o mundo em significados.

Duas expressões explicadas por Fairclough (2001) são importantes para entender a estrutura discursiva: a *interdiscursividade* e a *intertextualidade*, ambas representando mistura de vozes e apreensão de conceitos e pontos de vista. A *interdiscursividade* é originária de Foucault e Pêcheux, enquanto a *intertextualidade* é inspirada em Julia Kristeva, que, por sua vez, usa como base a teoria de Bakhtin.

A partir desses conceitos, Fairclough passa a considerar a *intertextualidade manifesta*, que é a presença evidente de outros textos em um determinado texto, como a representação do discurso e a *intertextualidade constitutiva*, possível de ser encontrada em um texto com níveis e formas diferenciadas e que tem semelhança com o conceito de interdiscursividade, já que se refere à constituição de um texto a partir da configuração de tipos de textos, que são convenções discursivas. Esses conceitos são facilmente aplicáveis quando em referência à produção jornalística.

Fairclough (2003) amplia a sua proposta teórico-metodológica ao estabelecer três formas de prática social. A primeira é representada pelos *gêneros do discurso*, ou modos de ação; a segunda, pelos *discursos*, como modo de representação; e, por último, os *estilos*, ou modos de ser. Admite o conceito da Linguística Sistêmico-Funcional de que os textos são multifuncionais, desde que sejam submetidos à divisão que ele faz entre gêneros, discursos e estilos.

Assim, há tipos de *significação*, termo que considera mais adequado do que *função*, como a de que os textos são ações de eventos sociais, a produzirem representações do mundo e construção de identidades. Explica que quando fala em identidade não se restringe à identidade social, que remete ao agenciamento, mas quer dizer que a identificação não é meramente um processo textual, nem somente uma questão de linguagem: “Atingir a identidade social em um sentido completo é uma questão de ser capaz de assumir papéis sociais, personificando-os ao agregar traços da sua própria personalidade.” (FAIRCLOUGH 2003, p.161).

2.1.1. Indícios e expressão do poder na estrutura discursiva

A ACD tem como objeto o exame do texto, considerando-o de forma abrangente e ultrapassando o conceito de que um texto é um documento visível e palpável, desde que é uma mensagem codificada e pronta a ser decodificada com valor comunicativo, em que a imagem assume projeção na sua dimensão linguística. Há a combinação da prática social com o discurso, com o seu componente ideológico, produzido em relação

à visão da realidade apresentada. Caldas-Coulthard (2008, p. 35) lembra o que é aparentemente evidente, mas que merece ser repetido para uma maior reflexão, uma vez que, quando se fala em texto, faz-se referência à linguagem: “Quando estudamos textos, estudamos as características formais, particularmente as escolhas gramaticais e lexicais feitas pelos autores e, ao se falar de um texto, faz-se referência a uma unidade completa de comunicação linguística”. E, respaldando o texto (parte linguística), está o contexto, com seu aspecto social.

A apropriação por Fairclough das conceituações de *interdiscursividade* e de *intertextualidade* estende-se aos conceitos do que sejam hibridismo, representatividades institucionais, mistura de vozes, discursos correlatos, como contribuição à manutenção ou à transformação da ordem social, e deram ensejo à formulação de ‘cadeias de gêneros’, (FAIRCLOUGH, 2003, p. 31), visto que diversos gêneros são conectados e associados usualmente, o que ocasiona mudanças sistemáticas de gênero para gênero.

Ele preconiza que as cadeias de gêneros podem tornar possível a execução de ações que ultrapassam dimensões espaciais e temporais, a relacionar eventos sociais e práticas sociais diferentes e, então, “facilitando o exercício do poder”. (ibid.) Esta percepção de Fairclough aplica-se em especial ao objeto do presente estudo, desde que me detenho de modo particular em como os leitores elaboram seus próprios discursos, tendo por ponto de partida o discurso da mídia impressa, sempre levando em consideração a afirmativa de que língua e sociedade são inseparáveis.

Quando se fala em manifestações de poder, um aspecto relevante ao estudo são as representações sociais, visíveis e caracterizadas pela hierarquização dos papéis, desde que há os detentores e os subordinados, estes a constituírem massa inerte e desejavelmente passiva, submetida ao rigor da lei e do medo. Van Leeuwen (1997, p.187) argumenta que representações podem dotar os atores com papéis ativos ou com papéis passivos: “A *ativação* ocorre quando os atores sociais são representados como forças ativas e dinâmicas numa atividade, e a *passivação* quando estão como ‘submetendo-se’ à atividade, ou como sendo receptores dela”.

Fairclough (2003, p. 98) ao dividir a troca de informação em “troca de conhecimentos” e em “troca de atividades”, que acontecem por meio da disposição gramatical (orações declarativas, interrogativas ou imperativas), mostra que essa disposição expressa-se por meio dos atos de fala do entrevistador e do entrevistado, que tendem a usar mais questões declarativas do que interrogativas, na busca da

expressão do que cada um quer dizer. Dessa forma, ambos buscam *estratégias de legitimação*.

Então, Fairclough (2003, p. 98), em consonância com van Leeuwen (1999), divide essas estratégias em:

1- *Autorização*, que é a legitimação em referência à autoridade ou tradição, costume, lei ou o papel institucional de alguém que, imbuído de autoridade, pode dizer algo.

2- *Racionalização*, legitimação relativa aos serviços de uma ação institucionalizada e aos conhecimentos que a sociedade vem construindo e aos quais agrega validade cognitiva.

3- *Avaliação moral*, compreendendo a legitimação referente ao sistema de valores.

4- *Mitopoesia*¹³ (*mythopoesis*), a significar a criação de lenda e mitos na busca da legitimação através da narrativa.

Tudo que é permitido, aprovado e comprovado no discurso jornalístico e no discurso do leitor, que tenta adequar a sua linguagem à maneira do primeiro, embora carregue mais nas tintas, quando o pouco é velado e o muito é dito às claras. Exemplos dessas estratégias, com destaque para a *mitopoesia* são vistos rotineiramente na linguagem da mídia que, por sua vez, reproduz declarações de entrevistados, a ponto de ocultar e transpor, em alguns casos, visões estereotipadas a serem apresentadas de forma natural e lógica, ou irônica e jocosa.

Para corroborar, apresento trechos da prestigiada coluna *Monica Bergamo*, de página inteira e um só assunto, com fotos coloridas de roupas de *grife*, no caderno Ilustrada (E 2), da Folha de São Paulo (13/9/09), onde o título já chama a atenção pela aposição de cifrão a substituir o *s* da palavra *agasalho* e pelo subtítulo que adjetiva as socialites de “desapegadas”, assim mesmo com aspas, como expressão mais ampla de volubilidade e inconstância. Em algum momento é lembrado que a personagem do fato noticiado, Rosangela Lyra, é a sogra do jogador de futebol Kaká, de grande prestígio como craque internacional. A venda de vestidos doados por Hebe Camargo, Adriane Galisteu, Daniela Mercury e outras tantas “globetes” (atrizes da TV. Globo), vai ajudar

¹³ *Of or relating to the making of myths. Serving to create or engender myths; productive in mythmaking.*

“os sem-voz e sem vez”, segundo a sogra. E quem são eles? A entrevistada responde: “os moradores de rua!”

Campanha do aga\$alho

“Socialites “desapegadas” doam roupas que nunca usaram

(...) as duas peças saíram num saco plástico de um bazar beneficente realizado nos fundos da grife Dior, nos Jardins, na quinta. Nas araras, roupas intactas, algumas usadas, doadas por celebridades e socialites e outras da coleção passada de Dior.

“Bazar, não. É ‘garage sale’ (liquidação de garagem)”, diz Rosangela Lyra, enquanto dá um tapinha com um cabide na repórter. Rosangela é a diretora da Dior no Brasil, organizadora do bazar em prol da Aliança da Misericórdia e fundadora do recém-lançado movimento ABCD (Amigas do Bom Coração Desapegadas). (...) Rosangela escolheu amigas e clientes mais “bondosas, de bom coração e desapegadas” e intimou-as a doar as roupas que estavam esquecidas no closet para ajudar “os sem-voz e sem vez”.

Rosangela pretende fazer da sua ‘garage sale’ uma ação permanente. “Estou pensando em criar um ‘case’. Temos clientes como a Carolina Dieeckmann, a Angélica e várias ‘globetes’, que podem ajudar”, diz a diretora da Dior. “A ideia é ajudar os moradores de rua. As pessoas desconhecem a situação deles. Tem uns que até falam inglês”.

Essa apresentação divertida da FSP expõe a malícia ao ironizar a síntese da motivação simplória (*naïve*) do movimento ABCD: *Porque todos temos de aprender a ser solidários desde pequenos, se quisermos que esse mundo mude...não é?* É possível verificar que, ao ampliar a sua narrativa, a entrevistada expõe a *mitopoese* porque ela ‘conhece’, diferentemente da maioria (que ‘desconhece’), a situação dos sem-teto: “Tem uns que até falam inglês”.

Outro exemplo está na matéria publicada no caderno *Economia* (p.22) do jornal *Correio Braziliense* (23/8/09), com o título de *Brasileiros vivem melhor*. Ao apresentar pesquisa da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro que indica a melhoria das condições de vida dos brasileiros, a repórter procurou saber a opinião de cidadãos. Segundo a pesquisa, Brasília registrou piora em seu índice, com a redução de 1%. Sobre essa queda, o parâmetro (*presença de mendigos*) que não faz parte da pesquisa, foi voluntariamente introduzido por uma moradora de local privilegiado do Distrito Federal, para explicar a sua concordância, embora os itens avaliados tenham sido nas áreas de emprego e renda, educação e saúde, aspectos que ela analisa, mais adiante. Dessa forma, ela compatibiliza a pergunta da repórter à realidade que testemunha:

O que os números apontam, a bibliotecária Heliana Maria Dantas, moradora do Lago Norte, sente em seu dia a dia: “Quando eu me mudei para Brasília, em 1981, ela era uma cidade pequena, limpa, gostosa, tranquila e segura. Não tinha mendigo. Tinha pobreza, mas não se via miséria. Hoje é bem diferente”. (...) Com uma filha recém-entrada na faculdade, ela conta que sentiu a queda na qualidade do ensino. “Brasília tinha algumas escolas públicas que eram referência. Hoje vejo algumas abandonadas. Há alguns meses, fui a uma escola pública no lago Norte e ela estava abandonada. Se no Lago Norte a escola está assim, imagine o que acontece por aí”.

Com base nesses exemplos, confirma-se na prática o que nunca é demais repetir: que o discurso é fruto da criação do homem, da intenção de construção de valores, de sentidos, de ideais e de representações das experiências possibilitadas pelo agir social. A construção discursiva para fazer o efeito desejado passa pelo uso de raciocínio e argumentação lógicos por parte dos participantes da cultura que dão significados às pessoas, objetos e eventos, como observa Hall (2000, p. 3): “O significado resulta da nossa vivência com as coisas, com o que dizemos, pensamos e sentimos sobre elas. É pela maneira como as representamos que damos sentidos às coisas”. A perspectiva dialética considera a prática e o evento contrapostos e em luta, com uma relação complexa e variável com as estruturas, que manifestam apenas uma fixidez temporária, parcial e contraditória.

É em um contexto específico que está o *sujeito* pensado por Foucault (1986, p. 207), executor das práticas discursivas: “Não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”. Por conseguinte, as práticas são provenientes da conjunção do discurso, sociedade e história, o que pode provocar a mudança dos saberes, e de poderes.

Ao estabelecer a relação *discurso e poder*, Van Dijk (2008, p.52) identifica como isso acontece e a ressalta a necessidade de observar as formas de reprodução e disseminação do discurso do poder, uma vez que a obtenção do controle direto sobre a ação através dos discursos em consonância com as funções pragmáticas diretivas, constituem a força ilucutória, que pode ser expressa, por exemplo, em ordens de comando (como instruções, conselhos, regulamentos), às ameaças ou ao uso de mecanismos da lei, pois “os falantes costumam ter um papel institucional e seus discursos apóiam-se com frequência no poder institucional. Nesse caso, consegue-se a aquiescência muitas vezes através das sanções legais ou de outros tipos de sanção institucional”.

2.1.2. Ideologia e discurso

A ideologia, a despeito da multiplicidade de conceitos e da sua abstração, passou a fazer parte do vocabulário usual das pessoas, tendo sido incorporada pelo senso comum para fazer referência a crenças, valores e ideias que norteiam a postura diante de aspectos sociais. Isso tudo ocasiona um comportamento também costumeiro, que é rotular e fazer alusão, por exemplo, à “ideologia da esquerda”, ou “à da direita”, como

também afirmativas do tipo “aquele jornal, ou tal figura pública, tem determinada ideologia”. O que une essas opiniões correntes é a certeza que, as ideologias que são semelhantes às suas, são positivas, enquanto as diferentes são classificadas como negativas. Existe, portanto, uma naturalização no uso do termo que dispensa uma base científica, ou seja, qualquer rigor histórico ou filosófico.

O analista crítico do discurso dispensa à abordagem da ideologia um maior rigor, uma vez que a sua identificação é básica à pesquisa. Dessa forma, o seu interesse ao tomar a ideologia como objeto de estudo, afasta-o da conceituação simplista do senso comum, que a considera como um amontoado de ideias repetidas e valores repassados. Diferentemente, a ideologia representa um dos itens mais instigantes e provocativos para desvendar as marcas que permitem analisar discursos e descobrir sentidos. Para tanto, o primeiro passo é encontrar uma definição do que seja ideologia, sobre a qual todos falam, mas têm maior dificuldade em conceituá-la.

Fairclough (2003, p.9) ressalta o papel das ideologias como representações de aspectos do mundo que podem contribuir para estabelecer, manter e mudar relações sociais de poder, dominação e exploração. Considera que a visão crítica da ideologia, tomada como uma modalidade de poder, “contrasta com várias visões descritivas a respeito da mesma, como as posições, atitudes, crenças, perspectivas etc. de grupos sociais sem fazer referência a relações de poder e dominação entre os grupos”.

A ideologia tem sido material de estudo de cientistas sociais, filósofos e linguistas que formulam as concepções sempre a partir do marco histórico que foi a criação do termo *idéologie* (1796) pelo francês Destutt de Tracy, quando a implantou com o significado de ciência das ideias, vistas como estados de consciência, indo constituir a nova disciplina a ser estudada, as “Ciências das Ideias”. O estudo da ideologia como tal, segundo Thompson (2009a, p.44), seria uma forma de combater “a anarquia bárbara do terror” pela combinação da filosofia e da educação, “baseadas na análise sistemática das ideias: essa seria a maneira como o legado do Iluminismo poderia ser concretizado no interior de uma situação revolucionária”.

Tanto van Dijk (2003), quanto Thompson (2009a), ao fazerem amplo percurso em torno do tema, começam citando de Tracy, com o destaque de que ele expunha a nova ciência como positiva, em suas aulas no Instituto Nacional da França. Ambos reportam-se às críticas de Napoleão que considerava *l'idéologie* como negativa. Segundo Thompson (ibid. p. 46), “Napoleão ridicularizou as pretensões da ‘ideologia’:

ela era, na sua visão, uma doutrina especulativa abstrata, que estava divorciada das realidades do poder político”.

E foi a partir deste enfoque napoleônico que Marx, Engels, Lukács, Althusser, Gramsci, entre outros, elaboraram conceitos de ideologia marxistas. De acordo com a revisão de van Dijk (2003, p. 15), a interpretação de Marx que possibilitou a de Engels, era a de que as ideologias são expressões de uma “falsa consciência”, o que constitui uma visão negativa de crenças populares e equivocadas, elaboradas e transmitidas pela classe dominante para legitimar um status e esconder as condições sociais e econômicas reais dos trabalhadores.

O autor (ibid. p.16) vê a necessidade de desprezar alguns exageros, pois nem sempre as ideologias são negativas, nem tampouco dominantes: “Existem ideologias não dominantes que com frequência são consideradas ‘negativas’, como as de seitas religiosas ou de grupos extremistas de direita”. Dessa forma, van Dijk classifica a ideologia como uma das formas básicas de cognição social porque ela viabiliza a definição da identidade de um grupo que, por sua vez, é formado por pessoas identificadas com ele. Portanto, a ideologia define os sentimentos subjetivos da caracterização social que consiste no reconhecimento de princípios e na certeza que alguém tem de pertencer a um grupo especial, ou de ser um membro considerável de uma organização. A visibilidade dessa visão teórica acontece por meio das práticas sociais, entre as quais estão incluídas as estruturas do discurso: “Em outras palavras, é possível que haja um abismo entre as ideologias abstratas e gerais, por um lado, e como a gente produz e entende o discurso, ou melhor, como as pessoas se comprometem com as práticas sociais”. (ibid. p. 28).

Thompson (2009a, p.58) também refaz o percurso de Marx na busca de uma definição para ideologia. Diz que, após a concepção epifenomênica, cuja base é a relação entre a produção e difusão de ideias em relação às classes, chega-se à fase posterior, quando o filósofo alemão não usa o termo “ideologia”, mas palavras que descrevem fenômenos sociais: “Que ele retratou de maneira perceptível e clara em suas análises concretas, mas que, no nível da teoria, ele não se colocou sob um rótulo conceitual claro”. A sua apreciação é que, em todos os escritos de Marx, existe a visão negativa da ideologia, o que foi modificado em parte na literatura subsequente, tanto na produção de cunho marxista, quanto nas teorias que passaram a surgir com mais frequência no campo das ciências sociais.

O balanço desse aporte teórico permitiu a Thompson fazer a divisão do tema sob duas perspectivas (ibid. p.72-73): 1ª- As *concepções neutras de ideologia* que “tentam caracterizar fenômenos como ideologia, ou ideológicos, sem implicar que esses fenômenos sejam, necessariamente, enganadores e ilusórios, ou ligados com os interesses de algum grupo em particular”. 2ª- As *concepções críticas de ideologia* com “um sentido negativo, crítico ou pejorativo”, que prescrevem o exame crítico dos fenômenos catalogados como ideológicos. Sobre a própria posição em relação à reformulação do conceito de ideologia, ele diz (ibid. p.15) que não elimina o seu sentido negativo, mas que, ao contrário, prefere “tomá-lo como índice dos problemas aos quais o conceito se refere, como um aspecto que deve ser retido e desenvolvido criativamente, sendo que essa reformulação pode ser vista como uma concepção crítica de ideologia”.

No exercício, então, do declarado posicionamento crítico, Thompson (ibid. p.16) considera que a ideologia “é sentido a serviço do poder”. Para ele, o sentido, que é o significado, tem a serventia para “em circunstâncias particulares, estabelecer e sustentar relações de poder, que são sistematicamente assimétricas”. Denomina essas relações de poder como “relações de dominação”, termo também adotado por vários autores de correntes de pensamento semelhantes.

Thompson (ibid. p.81) identifica modos gerais de operação da ideologia e algumas estratégias típicas de construção simbólica, referências usadas no capítulo V:

Quadro 2.1. **Modos de operação da ideologia**

Modos gerais	Estratégias típicas de construção simbólica
<i>Legitimação</i>	<ul style="list-style-type: none"> ┌ Racionalização ├ Universalização └ Narrativização
<i>Dissimulação</i>	<ul style="list-style-type: none"> ┌ Deslocamento ├ Eufemização └ Trope (sinédoque, metonímia, metáfora)
<i>Unificação</i>	<ul style="list-style-type: none"> ┌ Estandartização └ Simbolização da unidade
<i>Fragmentação</i>	<ul style="list-style-type: none"> ┌ Diferenciação └ Expurgo do outro
<i>Reificação</i>	<ul style="list-style-type: none"> ┌ Naturalização ├ Eternalização └ Nominalização/passivização

Esse quadro elaborado por Thompson é um recurso que facilita a identificação das marcas da ideologia como forma de desvendar o percurso da construção do sentido, além da percepção de como ela é usada pelas formas simbólicas, desde as falas linguísticas cotidianas, às imagens utilizadas até chegar a textos complexos, o que se adequa perfeitamente à desconstrução da produção jornalística para deslindar o sentido dos discursos subjacentes aos textos.

Muitas das afirmativas de van Dijk sobre ideologia e discurso, mesmo aquelas aparentemente simples, colocam o assunto sob o ponto de vista prático e real e agregam reflexões pertinentes, como ao enfatizar que a maior parte dos nossos discursos, especialmente quando se faz parte de um determinado grupo, são manifestações de opiniões com fundamento ideológico, a começar pela família e escola. A aprendizagem ideológica continua pela vida a fora, por meio, entre outros, dos discursos orais e escritos, como a televisão, leitura de livros e jornais, e conversas cotidianas com amigos e colegas. (VAN DIJK, 2003, p.17).

Portanto, uma das práticas sociais mais importantes condicionadas pelas ideologias é representada pela utilização da linguagem e do discurso, uso que simultaneamente influi na forma de adquirir, aprende e modificar as ideologias. O cuidado que deve ser tomado, segundo van Dijk (ibid.), é estar atento para descobrir e saber como as dimensões discursivas expressam e camuflam as ideologias na interioridade do discurso e como elas se reproduzem na sociedade.

Sob tal ponto de vista, é possível atentar para o papel singular da ideologia, frequente e visível nas classes beneficiadas econômica e socialmente, que a usam para reafirmar e manter o poder, do qual não desejam abrir mão porque lhes é favorável e indispensável como garantia do *status quo*. Nessa linha, encontro o posicionamento instigante de Barthes (2004, p. 41) a garantir pela fundamentação semântica a sua visão filosófica e remeter à dificuldade de se defender uma ideologia à margem da economia. Ao descartar a possibilidade de emprego do termo “ideologia dominante”, ele observa que há incongruência na concepção e conseqüentemente no uso: “É precisamente a ideia *enquanto ela domina*; a ideologia só pode ser dominante. Tanto é justo falar de ‘ideologia da classe dominante’ porque existe efetivamente uma classe dominada”.

Assim, não existiria ideologia dominada. E é assim que percebo a situação dos excluídos sociais, como o morador de rua, sem perspectiva e sujeitado aos ditames dos que estão social e economicamente em patamar superior. O olhar realista do filósofo acautela e clarifica: “Do lado dos ‘dominados’ não há nada, nenhuma ideologia, senão

precisamente – e é o último grau da alienação – a ideologia que eles são obrigados (para simbolizar, logo para viver) a tomar de empréstimo à classe que os domina”. (ibid.). É possível acrescentar que, a classe que domina, é detentora do discurso dominante que diz o que é certo e errado, através de regras que preceituam o ordenamento do mundo da vida.

2.1.3. Gênero e subgêneros jornalísticos

A visão de Fairclough sobre “gêneros situados” (2003) bem se aplica ao texto jornalístico, inclusive pela existência dos pré-gêneros, já que *gênero textual* não cobre o *hibridismo* constituído por *tipo de texto* e *modos retóricos*: narrativo; descritivo; expositivo; injuntivo; argumentativo, como também dos gêneros que são discursos nos textos. A concepção de *gênero situado* já fazia parte da proposta de Chouliaraki e Fairclough (1999, p.56), como um gênero adequado à linguagem especial empregada na *performance* de uma prática social específica.

Portanto, os discursos que se cruzam e se completam na tessitura dos textos jornalísticos, estão inseridos no *contexto* histórico-social, o que permite a adequação da classificação dos gêneros levando em conta a realidade e as práticas profissionais. Existe consenso sobre a aceitação em considerar a produção midiática como um gênero. Assim, o gênero jornalístico corresponde ao que se convencionou classificar como aquele referente à propagação noticiosa e que desperta grande interesse do público-alvo. Por sua vez, a própria mídia subdivide essa produção em gêneros, sendo os principais o *gênero informativo* e o *gênero opinativo*. O primeiro presta-se à divulgação de fatos com a exigida objetividade, o que se materializa na intenção de observar o desapego à adjetivação e ao posicionamento ideológico nas matérias e reportagens.

Por sua vez, o *gênero opinativo*, representado especialmente por artigos assinados, editoriais, colunas especializadas, cartas dos leitores, permite a mostra da subjetividade de forma clara. Nele, os traços ideológicos dos discursos são mais perceptíveis, e até exigidos. Há a natural aceitação da tomada de posição do seu autor, que quase sempre não dissimula nem camufla, uma vez que a exposição do indivíduo está associada à emissão da opinião. Pairando sobre as manifestações do gênero opinativo, está o editorial que veicula, de forma clara e oficial, a posição do jornal sobre determinado assunto da atualidade.

A divisão exposta acima é registrada por Marques de Melo (2003), a caracterizar a separação no interior dos principais jornais impressos da atualidade, quando ainda é

difícil encontrar, na prática e na teoria, algo diferente. Acato, em parte, essa divisão, ainda que possa parecer descabida e paradoxal, já que todo discurso é detentor de opinião. Como não se pode aceitar que algo seja dito de forma neutra e imparcial, surge o paradoxo, uma vez que ele se instaura quando se tenta aproximar lados diferentes para construir uma coisa nova, manifestando-se fortemente na tentativa de compatibilizar essa separação tradicional de gêneros jornalísticos com a proposta inovadora da ADC.

Assim, chamo as duas divisões do gênero jornalístico de *subgênero informativo* e *subgênero opinativo*, condição que melhor se adéqua à proposta de Bakhtin (1997) para gêneros secundários e para os tipos de enunciados que formam os gêneros do discurso. Dessa forma, é que existe um padrão de produção jornalística facilmente identificada pelo leitor que sabe estar lidando com uma notícia de jornal, ao invés de uma carta de amor ou um texto de ficção, diferenciando os gêneros de acordo com o uso social que faz deles, através da utilização dos signos que compõem o seu pensamento e reafirmam a natureza dialógica da linguagem.

Portanto, um aspecto a ser considerado ao exame do discurso jornalístico é a noção de esfera da atividade proposta por Bakhtin (1992), com a sua divisão em esferas públicas e privadas, o que ocasiona a relação entre os *gêneros primários* com as esferas mais privadas, e os *gêneros secundários* com as esferas mais públicas. Os gêneros primários seriam os mais simples pela natural ligação entre situações particulares de emprego da linguagem e da ideologia do cotidiano, enquanto os gêneros secundários estariam vinculados ao emprego da linguagem na apresentação de acontecimentos mais complexos e, portanto, mais ideológicos.

Para o autor (ibid.), as formas de usos da linguagem são intimamente relacionadas às atividades humanas sendo tão variadas quanto essas atividades, visto que a linguagem se manifesta por meio de enunciados concretos que espelham as condições inerentes e metas de cada esfera de atividade e que, tais enunciados, depois de incorporados do ponto de vista temático, estilístico e de composição vão formar o *gênero do discurso*. Seguindo essa linha, a utilização da língua vai sempre acontecer em forma de enunciados que refletem as diferentes esferas de atividade humana, uma vez que o enunciado retrata as condições específicas que uma dada esfera lhe impõe e, cada esfera de atividade, gera particulares *tipos de enunciados* que formam os *gêneros do discurso*.

Em relação à divisão clássica do gênero jornalístico, Pena (2005, p. 67) registra que a Universidade de Navarra (Espanha), em 1959, foi um dos primeiros centros de

investigação a estabelecer os gêneros como *informativos*, *explicativos*, *opinativos* e de *entretenimento*. No Brasil, o autor destaca o pioneirismo de Luiz Beltrão, mentor de José Marques de Melo: “O próprio José Marques parte da sistematização feita por Luiz Beltrão, mas não o acompanha integralmente. Eis a sua proposta, atualizada por Pena (ibid., p.69):

<p>Jornalismo informativo: nota; notícia; reportagem; entrevista Jornalismo opinativo: editorial; comentário; artigo; resenha; coluna; crônica; caricatura; carta</p>

Mais adiante, o mesmo autor cita a professora Lia Seixas, da Universidade Federal da Bahia que, em trabalho apresentado em 2004, fez uma revisão das teorias classificatórias de gêneros jornalísticos, desenvolvidas a partir do final dos anos 50 e que continuam a produzir controvérsias: “São consideradas incorretas ou, até mesmo, inválidas pela academia, embora, em grande medida, sejam utilizadas na prática pedagógica, além de estarem em sintonia com os formatos impressos pelo mercado jornalístico”. (PENA, ibid. p.70).

A imprensa tem o nível de credibilidade alto e receptividade garantida por parte dos consumidores das notícias produzidas e distribuídas. Serve de referência e assunto de discussão nas relações interpessoais, assumindo conscientemente o seu papel de formadora de opinião pública, além do entendimento individual, pelo processo que Thompson (2009b, p.45) denominou de ‘apropriação’. Esta acontece pela apreensão de um conteúdo significativo e pela assimilação de mensagens, tornando-os próprios e incorporando à própria vida: “É adaptar a mensagem à nossa própria vida e aos contextos e circunstâncias em que vivemos; que normalmente são bem diferentes daqueles em que a mensagem foi produzida”.

Essa realidade suscitou o comentário de Van Dijk (1990, p.201) sobre a notícia ser lida e compreendida em situações sociais, assumindo normas e valores, objetivos e interesses socialmente compartilhados, uma vez que as pessoas, em geral, não lêem as notícias unicamente para atualizar seus modelos pessoais do mundo, “mas também porque esses modelos podem resultar relevantes para a interação social posterior, mesmo que sejam somente as conversas cotidianas sobre temas da atualidade”.

Considero adequada ao gênero jornalístico a posição assumida por Thompson (2009b, p.79) que denomina como uma ‘quase-interação mediada’ as relações sociais

estabelecidas pelos meios de comunicação de massa (livros, jornais, rádio, televisão etc.), deixando claro os limites que tal interação possa assumir para o dialogismo com a equivalência de participação: “(...) implica uma extensa disponibilidade de informação e conteúdo simbólico no espaço e no tempo. Em muitos casos, ela também envolve certo estreitamento do leque de deixas simbólicas, se comparada à interação face a face”. Isto se verifica na busca de maior participação dos leitores, mas que não se estabelece no mesmo nível, pois os jornais continuam a decidir o que e a quem editar. Em outras palavras, são os detentores do poder.

2.2. Ação comunicativa sob a perspectiva de Habermas

Embora os analistas críticos tenham optado por identificar a *ideologia* na construção do discurso, saliento a importância da perspectiva de Habermas ao valorizar o papel do *interesse*, na ligação entre o contexto constitutivo do conhecimento e as formas alternativas que sua utilização pode apresentar, visto que todo conhecimento é posto em movimento por interesses. O interesse pela razão, que pressupõe um ato reflexivo, pode ser um obstáculo ao uso da linguagem manipulada para criar formas de dependência disfarçadas e justificar os interesses da dominação, enquanto que “a ideologia, para ele, é uma forma de comunicação sistematicamente distorcida pelo poder – um discurso que se tornou um meio de dominação e que serve para legitimar relações de forças organizadas”. (EAGLETON, 1997, p.118).

A introdução do conceito de *esfera pública*, apresentado inicialmente e transformado com a *guinada linguística*, tornou-se fundamental para entender o pensamento de Habermas (1989), ao ser vista como mediadora do Estado com as forças econômicas da sociedade civil, cuja composição vai desde a imprensa à assembléia pública, famílias, clubes, escolas e outras organizações da sociedade. *A esfera pública* é o local onde o homem pode usufruir as liberdades civis, sendo, por isso, uma prova incontestada da ordem democrática. É o local onde flui o *livre discurso*, aquele que faz referência ao mundo da vida; é o espaço da crítica, pelo compromisso com a verdade e a universalidade.

Habermas defende a ação comunicativa para a superação da razão iluminista, como escapatória à dominação burguesa. A sua utopia prega que as normas podem ter validade se todos os participantes de um discurso prático concordem com ele, uma vez que a ação comunicativa conteria os requisitos para se chegar à democracia ideal.

Assim, o que importaria é o *logos* que se estabelece no diálogo com o intercâmbio de ideias, opiniões, conhecimentos, informações.

Então, a ação comunicativa acontece entre os sujeitos, como resultado dos modos diferentes de estar no mundo, por meio do *sistema e do mundo da vida*. O mundo da vida que impõe seus princípios e seus valores e que, para ser modificado, exige que as pessoas que dele participam, resolvam transformá-lo. Cito, para exemplificar essa perspectiva habermasiana, a campanha da rádio CBN, pela moralidade e exercício da cidadania.

Para atingir o objetivo, chega a usar outro tipo de mídia, a televisão, que veicula a cientista política Lúcia Hippolito (comentarista da rádio), em pleno Viaduto do Chá (SP), subindo em um banquinho de camelô a expor aos transeuntes o seu discurso sobre a importância do eleitor e lembrar que os políticos é que precisam dele: “Nós é que devemos dizer ao governo o que a gente quer que ele faça com o nosso dinheiro!”

Por sua vez, o âncora Heródoto Barbeiro, da mesma emissora, no seu programa diário exorta os ouvintes a lutarem por valores éticos, sobretudo apregoando a vigilância sobre os homens públicos. Complementa essa ação, no seu *blog*, com igual contundência, através da seguinte mensagem:

Quadro 2.2. Museu da corrupção

<p>VISITE O MUSEU DA CORRUPÇÃO</p> <p>Vale a pena. Avisar os amigos, a entrada é um quilo dos votos de cabresto ou uma contribuição para o caixa dois de campanha.</p> <p><u>Clique aqui</u></p> <p><i>“Os políticos e as fraldas devem ser mudados frequentemente e pela mesma razão.”</i> (Eça de Queiroz)</p>	<p>Não deixe a rédea solta, a democracia pressupõe participação ativa do cidadão</p> <hr/> <p>Escreva: www.presidencia.gov.br www.senado.gov.br www.camara.gov.br</p>
---	--

Habermas analisou o papel exercido pelos meios de comunicação de massa quando o consenso seria imposto de cima para baixo, alijando a participação discursiva da audiência, levando a esfera pública a ser pautada da mesma maneira que da razão instrumental do Estado e da economia. Assim, ela perderia seu caráter mediador, inclusive deixaria de lado a capacidade crítica, correndo o risco de se transformar em instituições que dão legitimidade à ordem vigente. Para a superação dessa ameaça é importante a valorização do poder da razão por meio do debate público, desde que a

tensão entre *sistema* e *visões de mundo* é a base do conceito de esfera pública. A razão comunicativa exerceria o papel na história de uma força redentora, com a transposição da divisão sujeito-objeto e o uso da racionalidade dentro da estrutura intersubjetiva da linguagem. (HABERMAS, 1989).

Entre as afirmações habermasianas (1990, p.170-171) está a de que “(...) a linguagem forma o meio para as encarnações culturais e históricas do espírito humano e que uma análise metodicamente confiável da atividade do espírito não deve começar pelos fenômenos da consciência e sim pelas suas expressões linguísticas”. Vai mais adiante, ao explicar que o *sistema*, reprodução material resultante do emprego da lógica instrumental, possibilita a relação entre meios e fins, enquanto o *mundo de vida* contém a *reprodução simbólica* formada pelo conjunto de significados que compõe uma específica *visão de mundo* com fatos, normas sociais ou de componentes subjetivos.

Dessa forma, o *mundo da vida*, sendo linguisticamente estruturado, contribui para a formação do contexto das conversações, enquanto que, como fonte dos conteúdos comunicativos, deve ser diferenciado da *suposição formal* de um *mundo* objetivo e de um *mundo* social, a despeito da conjectura de que as pessoas envolvidas no ato comunicativo possam fazer ao se referir por meio da língua a – ou de modo geral ao estabelecer relações com – alguma coisa no próprio mundo. (HABERMAS, 2004, p.93).

O mundo da vida é um mundo compartilhado que pressupõe a existência de estruturas de racionalidade comunicativa, por via reconstrutiva: “Eu descrevo os proferimentos linguísticos como atos através dos quais um falante gostaria de chegar a um entendimento com outro falante sobre algo do mundo”. (HABERMAS, 1990, p.65). Sob essa perspectiva, o filósofo identifica, na razão comunicativa, a base da estrutura do sistema social humano por gerar a integração social e por implementar o trabalho social ou das forças produtivas. Por sua vez, os sistemas podem colonizar o mundo da vida e mudar cidadãos em clientes e consumidores incapazes de se insurgirem contra as estruturas burocráticas, quando a prática comunicativa é unilateralmente conduzida para uma vivência utilitarista.

Identifico essas afirmativas habermasianas na matéria sobre menores infratores, publicada no Correio Braziliense (19/11/09), na capa do caderno *Cidades*, cujo título, “Cada vez mais violentos”, baseia-se em dados sobre a duplicação de homicídios e tentativas de assassinatos, em comparação com o ano anterior. Eis a abertura, a narrar a história de vida de um jovem das ruas de Brasília:

Pedro fumou maconha pela primeira vez aos 14 anos. Aos 17, matou. Acabou internado no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje). Aos 19, um ano e meio depois, saiu. Já era pai e decidiu trabalhar para sustentar a filha. Planejava mudar de vida, mas não teve tempo. Foi executado com 10 tiros. A história de Pedro é uma entre centenas de outras.

Mas o mundo da vida pode resistir e, para isso, precisa ser instado a fazê-lo. O antídoto é encontrado nos conceitos básicos da teoria democrática de Habermas, ao preceituar a valorização da noção de espaço coletivo formado pelo sistema político, pelo sistema dos meios de comunicação de massa e pela opinião pública dos cidadãos. Seus estudos, baseados na *ética*, sempre universalista, deontológica, formalista e cognitiva, e no *conhecimento*, identificam a “colonização do mundo da vida pelo sistema” como resultante da crescente instrumentalização advinda da modernidade, especialmente por conta do direito positivo que limita o debate normativo aos técnicos e àqueles vistos como especialistas em determinado assunto. Para ele, os princípios éticos não devem ter conteúdo pré-estabelecido, mas advir da participação nas decisões públicas através de discussões, onde perpassam os *discursos*, o que possibilita a avaliação dos conteúdos normativos que constituem uma exigência do mundo da vida.

O agir comunicativo materializa-se pela ação discursiva. A linguagem não funciona sempre, na sua maneira usual, em consonância com os princípios do *agir comunicativo* que leva à interação, como uma forma de realização de uma livre discussão, constituída pelo discurso. Dessa forma é que a *teoria do discurso* habermasiana prevê a sua utilização com o objetivo de promover a integração social como pleno exercício da democracia e da cidadania.

Ainda em referência à matéria mencionada na página anterior, a repórter entrevistou um especialista do assunto, o promotor Renato Varalda, que expressou o seu agir comunicativo:

Na sua avaliação, histórias como essa só deixarão de ser frequentes quando o Estado assumir de fato que os menores de 18 anos são prioridades, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). “Esses jovens sentam-se na minha frente e não têm perspectiva de vida nenhuma. Eu pergunto: ‘O que você pensa em ser no futuro?’ Eles dão de ombro ou respondem: Não sei”.

Em parágrafo anterior, o promotor, com perícia e vivência profissional, já fizera o diagnóstico da situação, etapa inicial do agir comunicativo:

(...) o aumento dos processos desse tipo de crime expõe o descaso a que as crianças e os adolescentes são submetidos no Distrito Federal. Revela uma sequência de falhas que começa na família, passa pela sociedade, escola e pelos poderes Judiciário e Executivo local. A família não passa valores, a sociedade não se sensibiliza com a causa da infância e juventude, a escola não tem atrativo para manter esse jovem em sala de aula, o juiz aplica a medida socioeducativa e não chama esse jovem para cumprir e o Estado que não tem políticas de prevenção à marginalidade. (...) essa parcela da população está totalmente excluída do mercado de trabalho e do consumo, fora da agenda cultural e evadiu-se da escola. Eles não lêem. Não sabem nada sobre a diversidade de profissões. Não enxergam alternativas. É nesse vazio de tudo que o Estado precisa atuar.

Assim, a resolução dos conflitos da sociedade somente poderia acontecer, é o único e desejável caminho, como proveniente do consentimento dos envolvidos no processo. Tudo deve passar pela tentativa para pôr fim à arbitrariedade e à coerção nas questões litigiosas que atingem a sociedade, como também pela proposição de mudança. Somente assim haverá justiça, com a existência de participação igual e real dos cidadãos nas questões que lhes são afetas. O discurso é, então, formado por dois aspectos, o *intersubjetivo*, como uma espécie do gênero, que é a comunicação, e o outro, o *lógico-argumentativo*.

2.2.1. A pragmática universal e a estrutura de comunicação

A *pragmática universal* está definitivamente ligada à concepção habermasiana da busca da liberdade, da verdade e da justiça, tendo por base a estrutura da comunicação, a partir dos *atos de fala* propostos por Austin e, posteriormente, por Searle. Dessa forma, Habermas (1990, p. 67) explica a formulação de Austin sobre o que acontece quando se diz algo, o que deve redundar na reciprocidade: “Ao realizarmos uma ação de fala, dizemos também o que fazemos”. Acrescenta que o alcance dessa interpretação performativa somente é possível se for realizada por um ‘ouvinte potencial’ que se materializa na segunda pessoa e afasta o distanciamento da terceira pessoa, considerada, desta feita por Benveniste (1991), como a “não-pessoa”. É somente assim que é possível abandonar a perspectiva de *observador* e adotar a de *participante*.

A terceira pessoa contém a diferença de natureza e de função entre a primeira e a segunda pessoa. Portanto, tudo que não está contido na abrangência da relação *eu* e *tu*, faz parte do domínio da *não-pessoa* (ibid, 1991). É, então, esse “eu” que, na produção textual jornalística, refere-se a um “*ele*” que é a pessoa que fala entre aspas, que diz,

que assume proposições e posições, e o “tu” que, nebuloso e anônimo, é a pessoa para quem o jornalista reporta o fato, seu destinatário e receptor.

É esse mesmo “tu” que, volitivamente, pode virar o “eu” de uma nova mensagem, através do *feedback* dado em espaço próprio, como o de *cartas à redação*. Essa atitude que se concretiza facilmente na relação interpessoal, aparece mais raramente nos textos noticiosos, já que o repórter assume declaradamente a posição do observador que divulga com distanciamento crítico, sendo canal e meio de transmissão do fato relatado. Como exceção, pode-se lembrar a entrevista *ping-pong* (pergunta/resposta), quando o entrevistador coloca-se mais amiúde e estabelece um diálogo direto com o entrevistado e deixa antever alguns aspectos e posturas individuais.

O *feedback* do leitor, através do espaço especial que lhe é destinado, talvez seja o que mais se aproxima das repetidas advertências habermasianas sobre a necessidade da busca de uma mesma e comum linguagem que possibilite a entrada no mundo da vida que se consolida no compartilhamento das intersubjetividades de uma comunidade linguística para poder tirar vantagens de peculiar reflexividade da linguagem natural e poder apoiar a descrição de uma ação executada por palavras sobre a compreensão do auto-comentário implícito nessa ação verbal.

O uso pragmático da razão pelo sistema é responsável pelas injustiças sociais, pela exploração, o que Habermas nomeia de *colonização do mundo da vida*, proveniente do uso exacerbado da lógica instrumental que, pela exigência do princípio da eficácia, invade a individualidade nos aspectos de vida pessoal e de vida social, sem ao menos questionar os fins pretendidos.

Os *atos de fala (speech act)* propostos por Austin, e base para a teoria da pragmática universal, são posteriores à *teoria dos performativos*, cuja máxima é a de que a função da linguagem não seria refletir sobre o mundo, mas comunicar, através dos *proferimentos (utterances)* de duas ordens: os *proferimentos constatativos*, por atos de dizer algo, podendo ser verdadeiros ou falsos, e os *performativos*, referentes à realização de ações que podem ser *felizes*, se bem-sucedidas. No caso contrário, as ações são denominadas de *infelizes*. Logo, para se chegar a ações felizes, é necessário preencher as *condições de felicidade*. (HABERMAS, apud COSTA, 2003, p. 43-52). A síntese do pensamento de Austin está no livro *Como fazer coisas com palavras* (1976), publicado após a sua morte, com o detalhamento da sua teoria dos atos de fala, em substituição à dos performativos:

1- *Ato locucionário*: refere-se à possibilidade de se dizer alguma coisa com sentido.

2- *Ato ilocucionário* corresponde ao ato que é realizado ao se dizer algo. É aquilo que se está tentando fazer com o que é dito.

3- *Ato perlocucionário*, em referência ao efeito daquilo que é dito, como consequência do ato ilocucionário.

A partir desse ponto, Habermas (COSTA, *ibid.*) procurou esclarecer sobre os pré-requisitos necessários ao sucesso de ações comunicativas na linguagem natural.

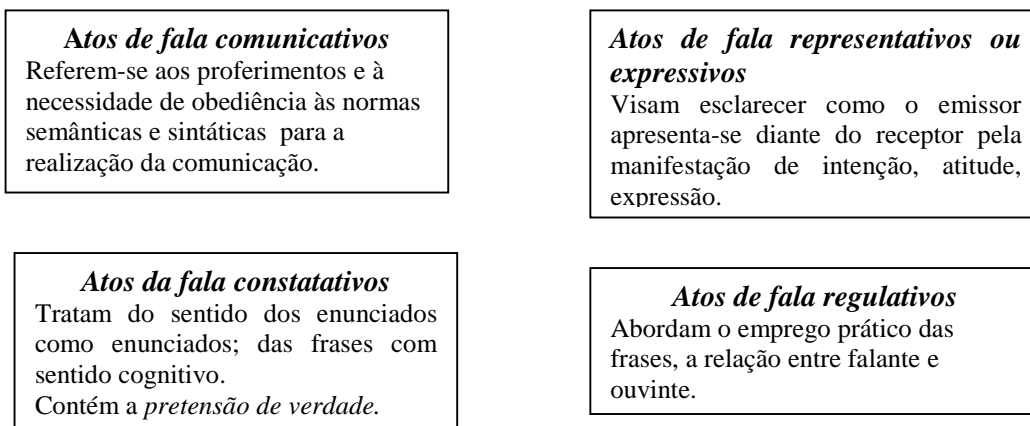


Figura 2.1. **Atos de fala propostos por Habermas**

Portanto, através da *pragmática universal* há a tentativa do esclarecimento das condições permanentes que refletiriam as estruturas normativas da sociedade. Dessa forma, é evidenciado o processo das comunicações estabelecido pelos sujeitos entre si que, ao fazerem uso dos atos de fala, em todas as interações sociais do mundo objetivo das coisas, tratam do mundo social das normas e instituições e do mundo subjetivo das vivências e sentimentos.

Para atingir a competência comunicativa o locutor, segundo Habermas (1989), deve atender a algumas exigências, necessárias às interações verbais. No caso do jornalismo, elas são muito exigidas, chegando a fazer parte dos manuais de redação de grandes jornais, como:

-
- Empregar frases gramaticalmente corretas.
 - Escolher o conteúdo do enunciado de acordo com as pressuposições de existência do estado de coisas que pretende levar ao conhecimento do ouvinte, com o intuito de partilhar o saber que possui.

- Expressar as suas intenções mediante emissão linguística que reproduza o que realmente pensa, de modo a merecer a confiança do ouvinte.
 - Realizar o ato de fala observando o quadro axiológico-normativo vigente que lhe permita chegar junto com o ouvinte a um acordo sobre os valores em questão.
-

2.2.2. Pretensões de validade na ação comunicativa

As condições universais da ação comunicativa são as pretensões de validade tematizadas em cada uma das espécies dos atos de fala, como no caso dos atos de fala comunicativos, onde a pretensão de validade é a de *inteligibilidade*, porque o emissor deve falar de maneira a se fazer compreender e, somente assim, os receptores podem entender e realizar a autêntica comunicação. Em decorrência, evidenciam-se as outras pretensões que podem estar contidas em cada um dos tipos de atos de fala e que é enfatizada prioritariamente em relação às outras. Portanto, uma das pretensões pode ser a mais importante em determinado ato de fala, mas as outras pretensões acompanham-na, estando lado a lado na concretização da ação comunicativa.

Habermas (1990, p.176) enfatiza que não é na ação comunicativa que a pretensão de verdade é possível, mas no *discurso*. E se houver dúvidas e discordâncias sobre a “verdade”, deve-se partir para o *discurso teórico*, para promover a discussão sobre a acertividade do que é dito, a verificar até que ponto é possível vislumbrar o que é verdadeiro. Por isto, a teoria da verdade representa o consenso das partes envolvidas: a pretensão é levantada sempre aqui e agora, em determinados contextos, sendo aceita ou rejeitada, e de sua aceitação ou rejeição resultam consequências fáticas para a ação.

A identificar razões ontológicas necessárias à divisão das pretensões, esclareceu que elas são provenientes da linguagem, um *médium* que estabelece os limites dos envolvidos no processo da comunicação em domínios da realidade:

-
- *Natureza externa* formada por tudo que pode ser percebido.
 - *Sociedade*, constituída por pessoas, instituições, crenças, valores etc.
 - *Natureza interna* formada pela vivência e experiências subjetivas.
 - *Linguagem*, como o meio capaz de objetivar-se a si mesma.
-

Dessa forma, é que a crença habermasiana aponta para o estabelecimento de uma *situação ideal de fala* fundada no diálogo e na ausência de coerção, o que possibilita aos participantes do discurso optarem pelo uso dos atos de fala *comunicativos, constataativos, regulativos e representativos*, onde vence o mais forte e fundamentado argumento, livre das amarras da coerção. A *pretensão de inteligibilidade*, conseguida pela linguagem, encontra-se ligada à própria existência do discurso. A *pretensão de veracidade* encontra-se envolta na nebulosidade, já que a pessoa é capaz de falsear para os outros, ou até mesmo a si próprio. Daí, tal pretensão somente poder ser avaliada durante as ações do falante, em virtude da possibilidade de verificação da coerência e coesão entre o que ele diz e o que faz:

Quadro 2.3. Teoria das pretensões

Natureza Externa	<i>Pretensão de Verdade</i>
Natureza Interna	<i>Pretensão de veracidade</i>
Sociedade	<i>Pretensão de correção normativa</i>
Linguagem	<i>Pretensão de inteligibilidade</i>

Pelo *agir comunicativo* a linguagem não funciona somente como interação, mas também como *discurso*, que é uma forma de livre discussão. Para Habermas (1989), na interação de comunicação as pretensões não deveriam ser questionadas quanto à validade, desde que o *discurso é uma situação de diálogo* onde estão visíveis as coerções práticas das ações comunicativas.

Dessa forma, as pretensões de validade podem ser problematizadas, avaliadas em seus fundamentos, tendo a finalidade de estabelecer acordo entre os usuários da linguagem. Em *Consciência Moral e Agir Comunicativo* (1989), Habermas chama sua proposta de "Ética do Discurso" e apresenta questões relativas ao caráter dialógico da moral, com pressupostos para a busca da imparcialidade na formação do juízo: o discurso prático é um processo para exame da validade de normas hipotéticas, e não de normas justificadas. Assim, ele ressalta a supremacia do caráter procedural sobre o contudístico, ou seja, do processo sobre o conteúdo.

Por sua vez, as pretensões e as naturezas podem ser relacionadas da seguinte forma:

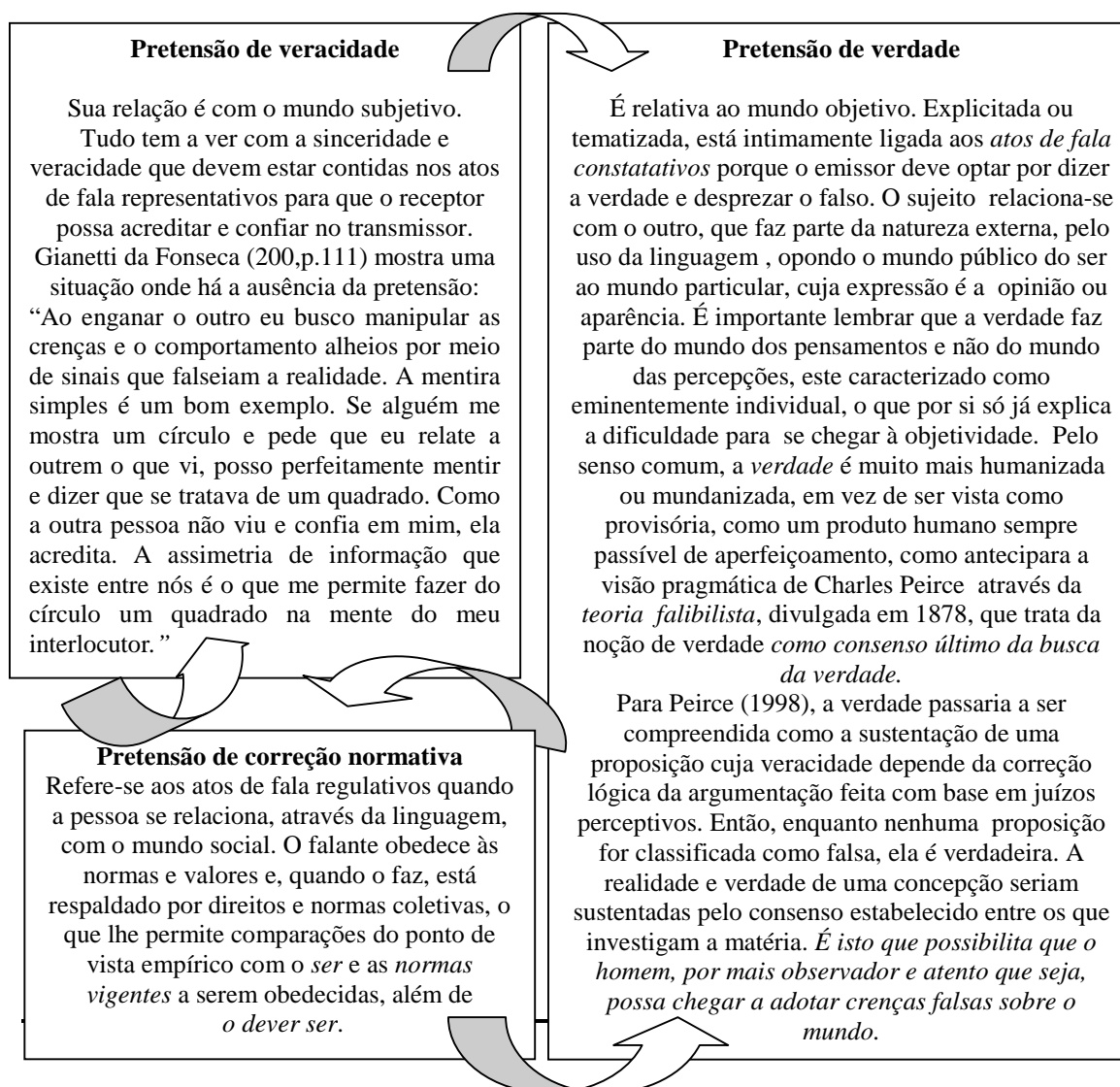


Figura 2.2. Pretensões de validade

Entre as afirmativas de Habermas (ibid.) sobre o discurso, sobressai-se a *teoria da argumentação* para tratar da possibilidade de continuar a ação comunicativa quando há desacordo e as práticas comunicativas usuais não levam ao consenso. Nesse caso, com a rejeição da ação estratégica consubstanciada no uso da força, busca-se a ação factível, ou seja, o emprego da racionalidade subjetiva para o entendimento, compondo a *prática argumentativa*, com a análise da pretensão de validade relativa à asserção em foco. Isto significa a vitória da *força do melhor argumento*, capaz de convencer os participantes do processo comunicativo, motivados pela solidez das razões apresentadas.

O discurso, então, é uma forma de comunicação que se realiza através dos argumentos concatenados que se transformam em conhecimentos válidos. Portanto, a

peessoa compreende uma ação de fala quando deduz as razões do falante, ao mesmo tempo em que percebe que é favorecido com enunciados contendo pretensão de validade, o que os torna aceitáveis: “Através de uma pretensão de validade, um falante apela para o potencial de razões, que ele poderia aduzir em favor dela”. (HABERMAS, 1990, p.81).

Como uma possibilidade de transformação da sociedade contemporânea na busca de solução para graves problemas da humanidade, o filósofo visualiza o resgate de uma racionalidade comunicativa em esferas de decisão, responsabilizando os cidadãos pela integração ao projeto coletivo que respeite também as características da individualidade. O que se conseguiria com o fim da coerção e a busca da autonomia através da razão, com o término da alienação por meio da harmonia consensual de interesses e com o fim da injustiça e da pobreza pela administração racional da justiça: “A função cognitiva da linguagem ganha relativa independência da função de abertura do mundo, notadamente no âmbito dos processos sociais e morais de aprendizado e na dimensão do domínio sobre a realidade exterior”. (HABERMAS, 2004, p. 94).

Retomando o projeto histórico-filosófico da modernidade, Habermas reconhece na opinião pública a fonte de legitimação do domínio político por meio de um processo crítico de comunicação sustentado nos princípios de um consenso racionalmente motivado. Salienta que esse consenso social é conseguido através da *ação comunicativa* que, por sua vez, está atrelada à ética comunicativa.

Somente a ética, para Habermas (1978, p.126), garante a universalidade das normas e a autonomia dos sujeitos. E essa autonomia será alcançada se a sua validade estiver condicionada à aceitação discursiva das pretensões de validade. Enfim, somente a ética comunicativa é universal, somente ela pode assegurar a autonomia e garantir ao homem o direito pleno de ser e estar no mundo: “Na medida em que prossegue de maneira voluntária e consciente, o processo de inserção dos potenciais pulsionais, ou melhor, o processo de socialização, numa estrutura comunicativa de ação”.

As sociedades complexas deveriam levar em consideração a existência de uma opinião pública baseada na garantia de condições gerais de comunicação que possam respaldar uma formação discursiva da vontade, através de uma *práxis* argumentativa pública, que vincule as validades das normas de ação a uma justificação racional e ética, oriunda da livre discussão dos cidadãos. A teorização prevê o uso de filtros estruturais no acesso à esfera da opinião público-política para evitar deformações burocráticas das

estruturas da comunicação de massa, ou o controle manipulativo dos fluxos de informação.

Tudo isto representa a busca da legitimação do sistema político pela opinião pública que se realiza de forma negativa/seletiva, em flagrante distorção sistemática da comunicação, por excluir determinados assuntos da discussão pública ou então, de maneira positiva, respondendo às expectativas de cumprimento dos programas próprios do estado social.

2.3. Contributo da Linguística Sistêmico-Funcional

A Linguística Sistêmico-Funcional - LSF é um instigante caminho no exame dos dados linguísticos para a análise do discurso, tendo em conta que a gramática é o meio que permite dar visibilidade ao que está oculto, ou seja, por trás do que alguém diz. Dessa forma, ela torna possível efetuar a análise usando parâmetros que guardam na essência a objetividade, o que evita que analisar um discurso seja uma mera apreciação pessoal, como resultado da percepção individual e mais facciosa de alguém sobre um texto. Segundo Halliday (1994, p.14), a LSF é uma teoria do significado como escolha, através da qual a língua, ou outro sistema semiótico, tem a sua interpretação baseada em uma rede de opções múltiplas: “ou esta, ou aquela, ou a outra, ou mais como uma ou mais como a outra etc.”

Assim, ao analisar um texto, sob a ótica da LSF, o ponto de partida é a oração, unidade de análise gramatical, pois é nela que são encontradas as metafunções da linguagem (ideacional, interpessoal e textual), e os seus sistemas correlatos. Há unanimidade sobre o reconhecimento do papel de Halliday para a consolidação da *Linguística Sistêmico-Funcional - LSF* que, por sua vez, foi decisiva à elaboração das proposições de Fairclough e seguidores da *Análise do Discurso Crítica - ADC*, desde que ambas tratam da interpretação crítica de discursos e encaram a linguagem como uma semiótica social, como o estudo do significado em seu sentido mais geral, em vez de somente a interpretação dos signos.

Quando Halliday faz referência às “línguas”, ele reconhece que embora cada uma delas tenha seu próprio código semântico, aquelas que compartilham uma cultura comum tendem a apresentar códigos visivelmente relacionados. Logo, sendo a língua condicionada pelo contexto de cultura e pelo contexto de situação, cada texto é desenvolvido em algum contexto de uso. (Halliday, 1994).

Caldas–Coulthard (2008, p. 27), ao historiar o surgimento da LSF, atribui a J. R. Firth os estudos iniciais que serviram de suporte à teoria elaborada por Halliday e destaca o seu ineditismo ao conseguir o reconhecimento dos estudos linguísticos como disciplina, passando a dirigir a primeira cátedra implantada, na Universidade de Londres. Esclarece que Firth foi contemporâneo de Malinowski, a quem se irmanava pelo objeto de estudo. Então, juntou seus esforços ao dele e “investigaram como as línguas funcionam como atos sociais”. (ibid). É a partir dessa fase que a figura do “falante”, como emissor da mensagem, atinge papel relevante.

Se o foco da análise está na *função ideacional*, *transitividade* ou *gramática da oração*, a busca é pela identificação de significados ideacionais ou cognitivos, expressos nos processos *materiais*, *mentais e relacionais*. A *transitividade*, como gramática da oração ou unidade estrutural, tem enfoque diferente daquele apresentado na gramática tradicional, por não fazer referência a alguma propriedade específica de um verbo.

Assim, o contexto de uso é que vai determinar a classificação do verbo em transitivo ou intransitivo. A importância da *função ideacional*, segundo Souza e Cunha (2007, p. 53-54), acontece porque o sistema de transitividade possibilita o reconhecimento de ações e atividades humanas expressas por meio do discurso que objetiva a transmissão de aspectos da realidade. A identificação é feita através dos seus principais componentes: *processos*, *participantes e circunstâncias*, estas marcadas por advérbios ou sintagmas adverbiais, a indicar coerções e condições relativas aos processos.

São esses componentes, de acordo com Souza e Cunha (ibid. p.54), “que permitem analisar *quem faz o quê*, *a quem e em que circunstâncias* e que correspondem, de modo geral, às três classes de palavras encontradas na maioria das línguas: verbo, substantivo e advérbio”. A observância desses processos leva à explicação da linguagem, a começar com os traços mais gerais para chegar ao procedimento mais específico da análise, uma vez que “uma mensagem é ou sobre fazer ou sobre pensar, ou sobre ser”. (CALDAS–COULTHARD, 2008, p.27). Esse procedimento evita a perda da perspectiva de que a língua é um sistema semiótico-social que constrói a realidade social por meio das estruturas léxico-gramaticais, recursos para a construção de significados.

Descrição dos principais processos:

- *Processos materiais* como não são constituídos somente por eventos físicos e concretos, podem representar ações ou acontecimentos abstratos e codificar nossas experiências (ações e eventos) do mundo material. É, dessa forma, que coisas acontecem, pessoas fazem coisas ou deflagram acontecimentos. Constroem o que está acontecendo ou sendo feito no mundo físico, externo, sempre ligados a perguntas como “Quem fez o quê?” ou “O que aconteceu?”
- *Processos relacionais* ligam um participante a sua identidade ou descrição, através de tipos *relacionais atributivos* e *relacionais identificativos*, que se subdividem em *intensivos*, *circunstanciais* ou *possessivos*. São formados por orações cujos processos servem para identificar e classificar um atributo. As orações relacionais compatibilizam a experiência do mundo físico com a experiência do mundo da consciência : é o “ser”, em lugar do “fazer” ou “sentir”.
- *Processos mentais* registram as experiências do que acontece internamente, no mundo da consciência por meio de reações, percepções, imaginação, reflexões, emoções.

Os processos da metafunção ideacional não se restringem aos que foram até aqui mencionados. Há outros localizados nas fronteiras entre os três já expostos e resultam do compartilhamento de alguns traços e que, ao mesmo tempo, apresentam indícios da própria particularidade e que se mostram necessários e eficientes à análise. Eles representam o compartilhamento de alguns traços e que, ao mesmo tempo, apresentam indícios da própria particularidade e que se mostram necessários e eficientes à análise:

- *Processos existenciais* porque apontam para a existência. Através deles, as coisas são reconhecidas por existir ou acontecer, estabelecendo concretude em relação ao mundo em que se vive. São executados por um *existente* através, especialmente, dos verbos *haver* e *existir*.
- *Processos comportamentais* que relacionam manifestações externas do que ocorre com a consciência individual, como também com estados fisiológicos.
- *Processos verbais* por referência aos verbos que expressam o dizer com o objetivo de comunicar, de apontar. Estão situados entre os relacionais e os

mentais, configurando associações simbólicas formadas na mente e expostas pela linguagem.

Visualização dos principais processo

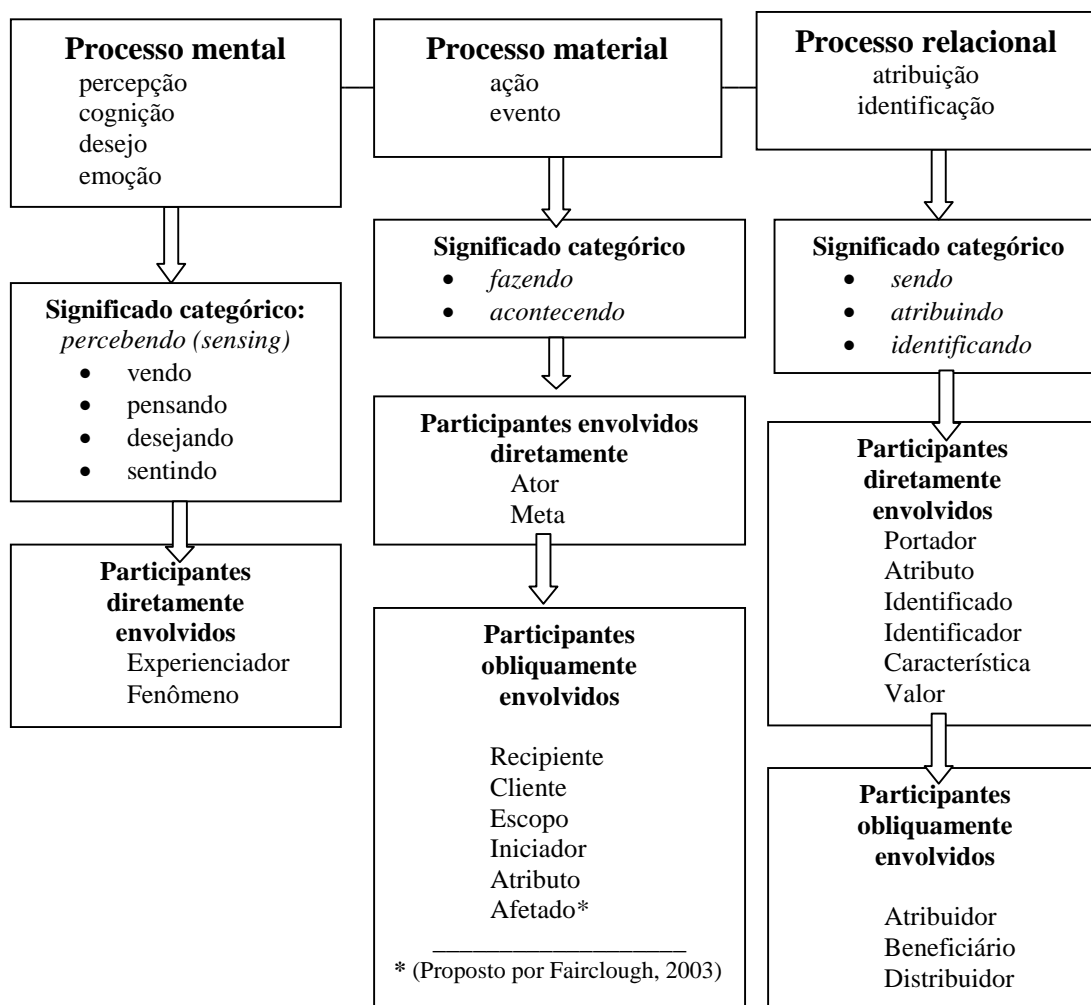


Figura 2.3. Processos da metafunção ideacional

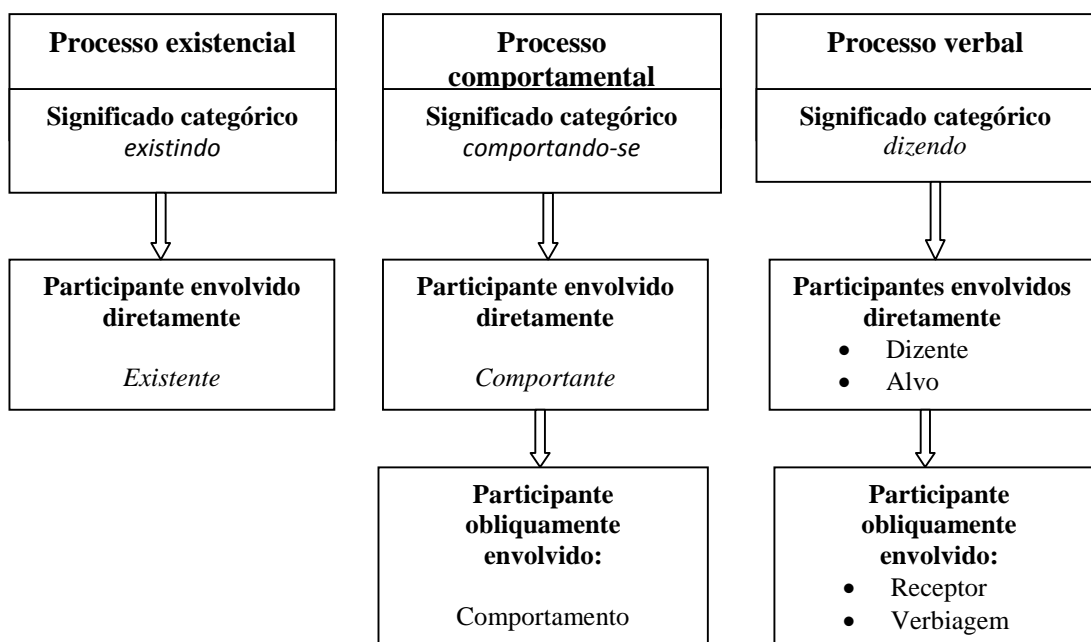


Figura 2.4. **Processos complementares da função ideacional**

A LSF é apresentada, portanto, como uma teoria que tem uma metodologia analítica para o o exame da linguagem como processo social. Como representação, a oração dá visibilidade ao processo da experiência do ser no mundo em que vive. Através da metafunção ideacional, o analista pode se debruçar sobre o todo sem perder de vista as partes constituintes da oração e não se restringir à análise somente das formas verbais.

Diante dessa proposta teórica observa-se o quanto ela é realmente *funcional*, à medida que busca prover os meios para a interpretação da estrutura gramatical, de modo a relacionar qualquer exemplo ao sistema da língua. Esmiuçando os processos, segundo a orientação de Halliday e Matthiessen (2004), chega-se a inferências sobre a diferença entre os seus tipos, que se concretiza a depender de como os verbos são empregados nas orações. Logo, a utilização dos processos aprofunda e orienta a descoberta de aspectos que uma mirada menos criteriosa deixa passar despercebido.

Embora inicialmente Halliday já tivesse apresentado a conceituação de *gênero textual*, a partir de fins dos anos 70 amplia a sua concepção. Ruqaiya Hasan (HALLIDAY E HASAN, 1989), vai mais adiante ao enfatizar que, na análise das estruturas de um texto, é conveniente considerar certos elementos como pertinentes a esse texto, mas não pertencentes a outros textos existentes no mesmo contexto. De acordo com essa orientação, é factível admitir uma quantidade de elementos opcionais e

obrigatórios possíveis e adequados à determinada estrutura textual. Cito o excerto seguinte para a constatação dessa afirmativa em texto opinativo da jornalista Ruth de Aquino, no qual também perpassam traços do agir comunicativo, proposto por Habermas (1989):

A família moderna – em que pais e mães trabalham dez horas por dia e dedicam pouco tempo aos filhos, ou se divorciam numa velocidade maior do que se casam – é autossuficiente para formar cidadãos responsáveis? A sociedade tem contribuído positivamente para mostrar à criança a fronteira da liberdade que não incomoda o outro? Quando se fala em defesa da cidadania, logo se pensa em sair às ruas e exigir nossos direitos. E os deveres de cada um? Quem é o guardião – precisamos de guardiães?

(Revista *Época*, 28/11/2009).

Uma análise textual sob a orientação da LSF permite chegar ao detalhamento dos significados da experiência (ideacionais ou representacionais) que traduzem resultados da vivência do ser humano ao transitar entre os mundos externo e interno, como aos significados interpessoais que estão ligados aos papéis sociais assumidos nas relações com as outras pessoas, na exposição de traços de individuais de personalidade, sentimentos, além das interações nas ações comunicativas.

Ao focar o *contexto de situação* onde um texto é produzido, a proposta da LSF possibilita a análise das três variáveis compostas por *campo/relações/modo*, às quais agregam significados experienciais, intertextuais e textuais que se manifestam na oração pelos sistemas lexico-gramaticais, expressos no trinômio *transitividade/modo/tema*.

Por conseguinte, o caminho para a realização da análise textual criteriosa, que se transforma em uma advertência recorrente, é que seja realizada através da avaliação gramatical, o que afasta a possibilidade de que o processo analítico venha a ser mais subjetivo, superficial ou tendencioso, ou seja, pouco crível, objetivo ou real, uma vez que um texto é uma unidade semântica, mas os significados são realizados através das palavras, e a gramática, que é uma teoria da construção da frase, é o lugar da análise. (HALLIDAY, 1994).

Os significados textuais começam na fase da elaboração de textos, como mensagens codificadas prontas à decodificação, que, para tal, devem possuir requisitos, a exemplo de coesão, coerência e precisão, de modo a fazer sentido em relação ao contexto ao qual estão vinculados. Portanto, irão fornecer ao leitor dados e registros que possam satisfazer as suas necessidades informativas e comunicativas. Fica evidente, nesse caso, que a responsabilidade pela execução da função textual não é restrita ao

emissor da mensagem, mas é partilhada com seu ouvinte/leitor, na via de mão dupla que constitui o processo comunicativo.

A função *interpessoal* acontece na “oração como troca” e é aquela que possibilita a expressão das relações do discurso. Por isto, então, é onde melhor se aplica a *Teoria dos Sistemas da Valoração (Appraisal Systems)*, escolhida para a análise dos textos pesquisados. A função *interpessoal* é vista por Halliday (1994, p.68) como aquela que leva a desvendar como, ao mesmo tempo em que se organiza a mensagem, a oração também é organizada como evento interativo composto por um falante, (ou escritor), e seu(s) ouvinte(s) ou leitor(es).

O termo ‘falante’ é usado por Halliday de forma ampla, o que o torna aplicável tanto à conversação como à expressão escrita, mas, sem dúvida, a constituir um *ato de fala*. É, então, esse falante que assume para si determinado papel discursivo, ou atuação discursiva (*speech role*), deixando ao ouvinte um papel complementar, que vejo, na dinâmica da interação midiática, como de menor força, uma vez que o receptor não tem a possibilidade, ou o poder, de decidir o que será divulgado, nem o direito de fazer valer a sua voz e destinar o espaço necessário a que ela seja divulgada até o ponto que acha conveniente.

É através da *função interpessoal* que se chega à interação social, quando a *língua* assume a *ação*, o que a aproxima da visão habermasiana, passando a descrever relações pessoais e sociais. Conseqüentemente é pela escolha da expressão linguística que os participantes envolvidos no ato comunicativo codificam e transmitem sua experiência de mundo e de vida, marcada pelo seu sistema conceptual-valorativo.

A *função textual*, por sua vez, configura-se na “oração como mensagem”, possibilitando a análise de aspectos semânticos, gramaticais, estruturais, onde a base é a oração, considerada a unidade central do significado gramatical. Para Halliday (1994, p. 19), “a estrutura gramatical é explicada em referência ao significado. (...). Se quisermos explorar como os traços semânticos são representados na gramática, temos de olhar primeiramente para a oração”. Logo, é através da função textual que é possível a percepção de como a língua constrói mensagens, com estrutura e unidade textual, o que capacita o escritor a produzir textos ordenados e inteligíveis.

De acordo com Halliday e Hasan (1989), o sentido, do que seja especificamente *um texto*, deve ser ampliado, pois um texto é uma unidade semântica. Portanto, é a unidade em uso, sem regras ou extensão previamente estabelecida, sendo diferente de unidade gramatical constituída de frase ou sentença: é unidade de sentido, ao invés de

unidade de forma. Tal conceituação faz lembrar a formulação de Roland Barthes sobre a origem de *texto* como *tecido* e sobre a importância do processo criativo textual, fase que vai além, e não se restringe somente à apresentação de um produto final.

Por muito tempo, esse tecido foi sempre tomado por um produto, o que seria visto, na interpretação Barthes (2004, p.74-75), como “um véu todo acabado, por trás do qual se mantém, mais ou menos oculto, o sentido (a verdade)”. Assim, ele exorta à necessidade da mudança dessa visão e que acontece na observância da fabricação desse tecido com a concepção de geração, de fazer brotar, de dar vida: “O texto se faz, se trabalha através de um entrelaçamento perpétuo; perdido neste tecido– nesta textura– o sujeito se desfaz nele, qual uma aranha que se dissolvesse ela mesmo nas secreções construtivas de sua teia”. (ibid.)

A função textual abriga em si o discurso. E é possível desvendá-lo através dos significados textuais que aparecem no estudo da constituição da mensagem, cujos elementos essenciais são o ‘sistema temático’, composto por *tema* (que dá organização ao texto), o *rema* e o ‘sistema de hierarquização da informação’, com o *dado* e o *novo*, como unidade de informação. Assim, cada oração se relaciona com outra na elaboração sequenciada do texto, local onde esse autor-aranha, usando a bela metáfora de Barthes, vai urdindo a sua trama com movimentos alternados entre construção e dissolução.

Nessa oscilação pendular, o produtor textual torna-se secundário porque o texto pode vir a ser maior do que o autor. E isto ele consegue se transpõe o estágio do lugar comum e atinge a transcendência criativa do ato de autoria, garantindo a imortalidade que lhe é impossível enquanto ser humano. É essa capacidade criativa que garante à produção de valor literário perdurar por séculos, ter significação na contemporaneidade e perenidade com aspecto de novidade, mesmo que sejam desconhecidas maiores informações sobre um dado escritor. Como Shakespeare, cuja vida, cercada de mistério, não impede que seja encenado à exaustão, nem que muitos dos seus versos caiam no gosto popular com aura proverbial de verdade, do tipo *ser ou não ser*, ou a inexorável certeza de que *há mais coisas entre o céu e a terra do que é capaz de supor a tua vã filosofia*.

Halliday (1994, p. 37-52) ao se deter na função textual, explica que o falante (emissor da mensagem) pode escolher o tema em consonância com o dado que é do conhecimento do receptor, mas que, para despertar o interesse e a atenção desse ouvinte, é necessária a existência do *clímax do novo*, ou a novidade da informação, pois as pessoas têm ânsia de saber mais sobre o que desconhecem, ou conhecem pouco. Essa é

a motivação que guia a indústria cultural e especialmente os meios de comunicação de massa.

Apresento, a seguir, figura para ilustrar as relações na metafunção textual:

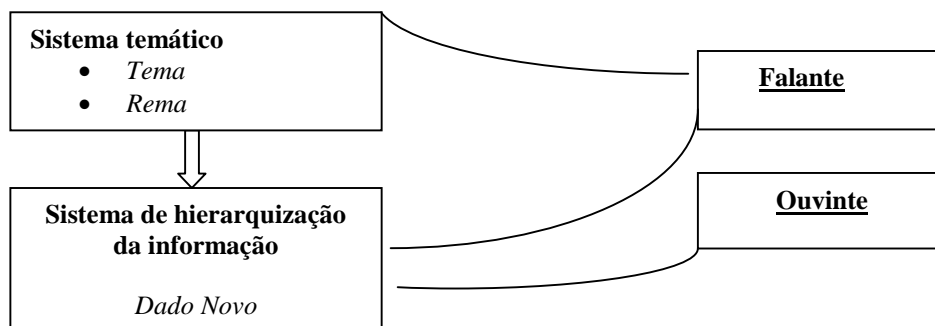


Figura 2.5. Relações na metafunção textual

É no *tema* que são feitas a exposição do contexto mais específico e a sua referência com o contexto geral do texto. Assim, funciona como ponto de partida em relação com o que foi dito antes, de forma a ficar clara a unicidade textual, garantindo o seu sentido. Por conseguinte, o *tema* tem o papel de organizador da informação a partir da orientação inicial à qual se segue o *rema*. Já o *sistema de hierarquização da informação* emprega a entonação, ou modulação, para assinalar e acentuar aquilo que é particularmente novo na mensagem. Contém a referência a determinado item que o falante quer destacar com a intenção de produzir efeito no ouvinte, o que é sobretudo característico na produção textual jornalística.

Pelo exposto torna-se possível perceber que o emprego dessa teoria justifica-se pelo caráter complementar aos pressupostos da ADC, uma vez que a perspectiva conceitual de língua, adotada pela LSF, destaca a importância da sua relação com o sistema social, realçando a cultura, como item especial da experiência humana e da estrutura coletiva. Somente interpretando adequadamente textos específicos, analisando criticamente seus conteúdos, o que pode ser feito através da LSF, é possível desvendar o modo como as pessoas percebem e descrevem a realidade, seus valores, conceitos, intenções e suas perspectivas. E isso é indispensável para redundar no agir comunicativo, proposto por Habermas para mudar o mundo para melhor.

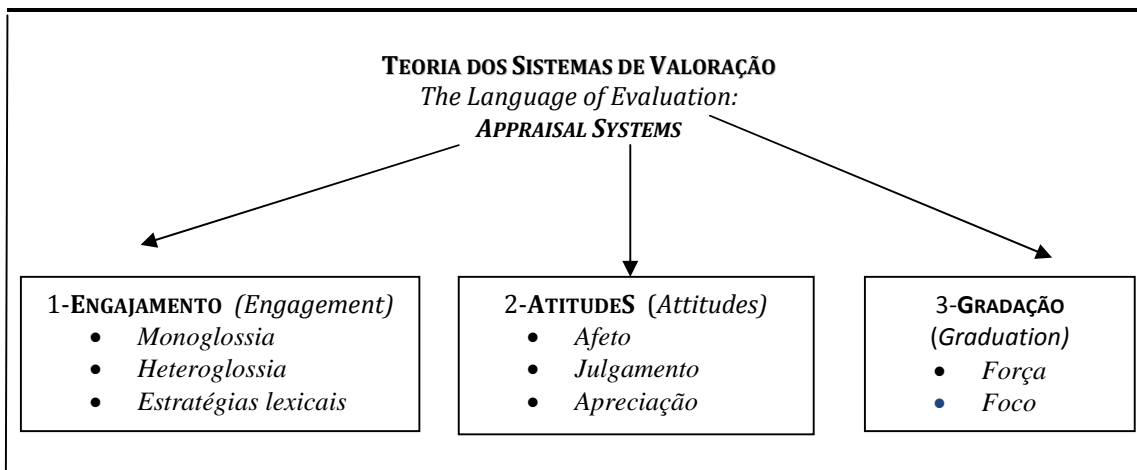
2.4. Teoria dos Sistemas de Valoração (*Appraisal Systems*)

Ao analisar criticamente o discurso produzido por um emissor que transmite uma mensagem com conteúdo argumentativa de modo a persuadir, seguindo o objetivo aristotélico da retórica (a persuasão), o analista busca pistas e indícios que lhe permitam desvendar artimanhas e recursos linguísticos, e assim responder a duas questões cruciais: de que maneira escritores e falantes instauram-se nos textos que produzem? Ao assim proceder, transmitem “o fato” em si, ou a versão subjetiva desse fato?

Entendo que textos aparentemente assépticos na transmissão do *fato*, a exemplo da produção jornalística diária, que usa o apregoado princípio da objetividade para apresentação de resultado que julga “imparcial” ou “neutro,” são marcados por ideologias e representações de poder. Textos e discursos são produzidos por pessoas, que narram as suas percepções individuais a partir de um mesmo evento. E, ao agir, não são neutras ou imparciais, pois atributos como neutralidade e imparcialidade não são humanos, nem reais. Apesar dessa obviedade, é preciso repeti-la continuamente, para desativar a armadilha que é confundir verdade com realidade.

O uso da *Teoria dos Sistemas de Valoração (TSV)* está circunscrito à aplicação de pressupostos de Martin (2003), White (2004), Martin & White (2005); Martin e Rose (2002) e (2008), para a elaboração da teoria como um sistema de significados interpessoais, cujo objeto é a observância das negociações nas relações sociais. Martin e White (2005, p. 33) apresentam a amplitude da análise avaliativa, responsável pelos aspectos interativos do discurso, portanto no nível da semântica discursiva (*discourse semantics*), e que, por isso, ultrapassa a observância de somente adjetivos e advérbios, ao usar outros recursos como a identificação dos processos e elementos de coesão, como a repetição e a colocação, de modo a articular esse sistema com outros dois sistemas: negociação e envolvimento. Eis o esquema sobre a interpretação que faço da proposta teórica desses autores:

Quadro 2.4. Teoria dos Sistemas de Valoração



A opção para avaliação do *corpus* deste trabalho é feita em relação ao *Subsistema de Engajamento* e ao *Subsistema de Atitudes*, visto que, para Martin e Rose (2007, p. 26), a análise das *atitudes* tem utilidade para avaliar coisas, caracteres e características das pessoas e a manifestação de seus sentimentos. Por sua vez, o *subsistema de Engajamento* favorece a identificação dos recursos verbais com expressão de posicionamentos subjetivos, tomando a base teórica de Bakhtin de que todo enunciado exposto pelo falante é essencialmente dialógico. Logo, estão relacionadas aos sentimentos e a sua construção e exposição, realizadas por meio da linguagem.

Martin e White (2005, p. 46) consideram que “os nossos mapas de sensibilidade (para o *afeto*, *julgamento* e *apreciação*) devem ser tratados como hipóteses sobre a organização dos significados - oferecidos como um desafio para aqueles envolvidos com o desenvolvimento de raciocínio”. Mesmo com tênues limites entre os critérios tipológicos, as principais características do *subsistema atitudinal* são assim identificadas:

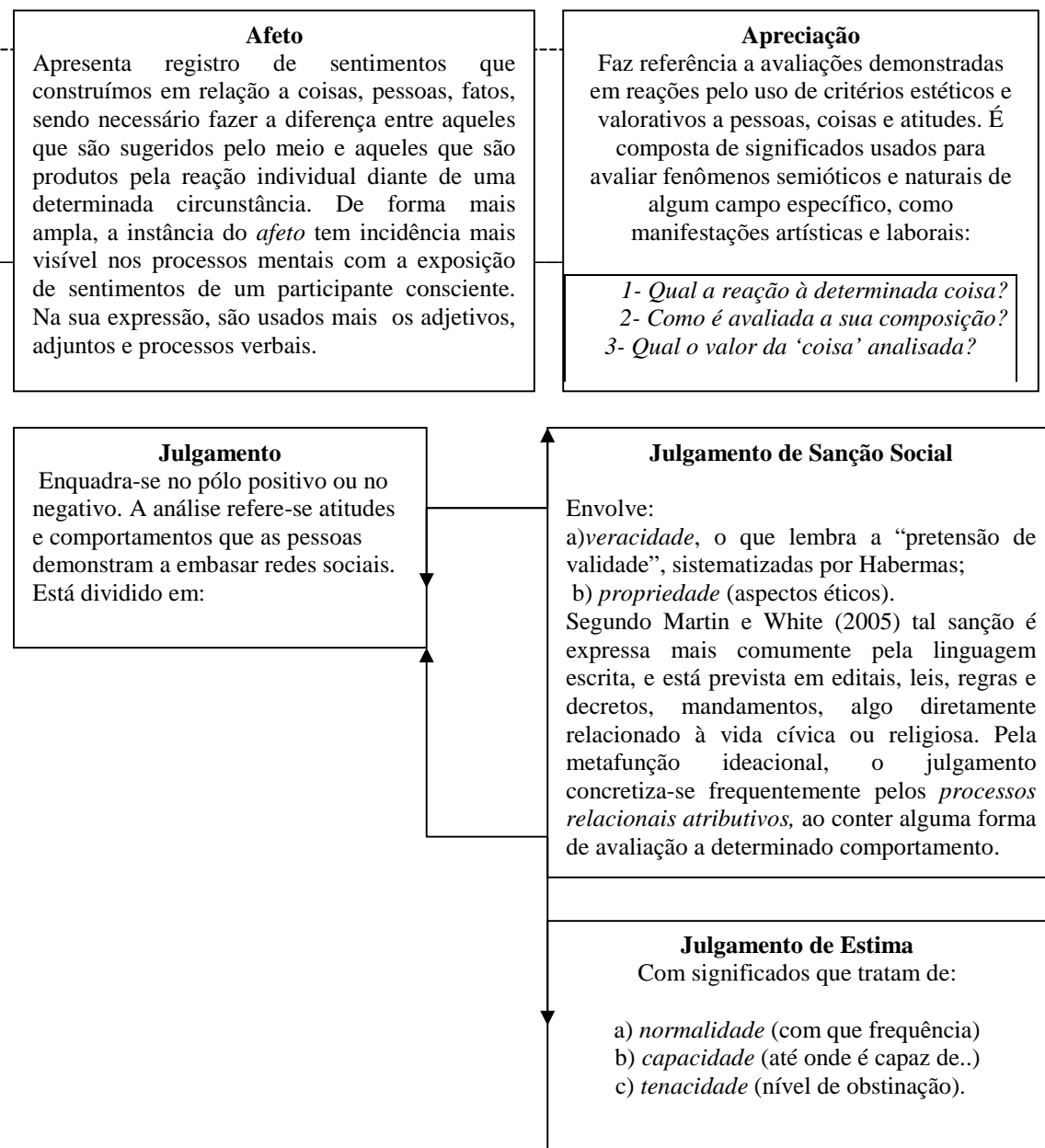


Figura 2.6. **Critérios tipológicos de atitudes**

A análise, apoiado nesses itens, visa esclarecer as referências sobre o aparecimento dos emissores nos seus próprios textos, sobre como são realizadas linguisticamente campos de envolvimento, de atitudes, a significar aprovação, desaprovação, entusiasmo ou rejeição. Esses itens, ligados aos significados, transmitem informações, inclusive deixam antever o modo como os falantes constroem as identidades nos textos, podendo chegar à identificação de ideologias claramente expostas ou pretensamente ocultadas.

O segundo enfoque a ser usado é o *Subsistema de Engajamento*. Para Martin e White (2005), é ele que permite avaliar os possíveis posicionamentos dos autores nos

textos que produzem, de acordo com a concepção dialógica de Bakhtin, o que favorece o entendimento da relação do discurso com o componente ideológico, quando o diálogo expectante busca a concordância do ouvinte em relação ao que está sendo exposto. Assim, os significados apresentados têm função na negociação dos relacionamentos de alinhamento ou desalinhamento.

O *engajamento* admite a *monoglossia*, quando o diálogo não se consuma, e a *heteroglossia*, constituída pela possibilidade do aparecimento da multiplicidade de vozes que dialogam através de *estratégias lexicais*. Destaco que os textos selecionados para esta pesquisa são predominantemente marcados pela *heteroglossia*, uma vez que as produções jornalísticas apresentam multiplicidade de vozes para possibilitar a complementaridade argumentativa, pela concordância ou alinhamento de posição, ou pela divergência de opinião, com posições marcadamente antagônicas, buscadas para justificar o autodenominado caráter democrático do veículo de comunicação. A *heteroglossia* manifesta-se através de dois tipos de reação:

- a) A *expansão dialógica*, que acontece quando o alinhamento é positivo e resulta na busca de aproximação das partes envolvidas no processo. Possibilita a abertura do espaço dialógico sobre posições distintas ou antagônicas, o que a acerca da visão habermasiana do “agir comunicativo”.
- b) A *contração dialógica*, representada pelo desafio da contestação, pela visão crítica que origina restrição ao enunciado de vozes, com falta de acordo e ausência de alinhamento.

As estratégias lexicais, expressas pela forma como se escreve, vindo a constituir o estilo, deixa várias pistas para a análise do discurso. Van Dijk (1990, p.49) destaca essa abrangência ao dizer que o estilo não somente apresenta um nível distinto, mas tem uma dimensão que perpassa vários níveis, já que resulta das escolhas do falante entre as muitas possibilidades que possui para se manifestar: “ (...) as formas do discurso que pode utilizar-se para expressar mais ou menos o mesmo significado (ou denotar o mesmo referente). O fato de dizer ‘médico’ em lugar de ‘doutor’, por exemplo, é um elemento de estilo do léxico”.

Alguns textos apresentam uma hierarquização lógica que reflete no campo lexical ou semântico a prática discursiva do emissor que se consubstancia na escolha de determinadas palavras para ocupar certas posições sintáticas relacionando o eixo paradigmático com o eixo sintagmático, ou da *estrutura*, atualmente o termo mais usado. A diferença entre os eixos, segundo o dicionário Trask (2004, p. 258), é a

seguinte: “O conceito de *relação paradigmática* está intimamente relacionado com o de *sistema*, um conjunto de escolhas alternativas, mais as regras que as escolhas obedecem”, enquanto que “a *sintagmática*, é a relação entre quaisquer elementos linguísticos que estejam simultaneamente presentes numa *estrutura*”.

No caso específico, para *morador de rua*, são encontradas expressões aparentemente sinônimas, todas tendo como ponto de partida o lexema “*excluído*”, que é substantivado como referência à posição à margem da vida social e econômica: “Excluído (adj.) é o que se excluiu. 1- posto para fora, expulso. 2- que foi omitido, deixado de fora.” (HOUAISS, 2007). Exemplos de equivalência: *sem teto; mendigo; pedinte; mendicante; esmoler; pobre; quem vive debaixo da ponte; indigente; necessitado; catador de lixo; vadio; imundo*. Todos são usados numa gradação que vai do manejo de eufemismos a disfemismos, numa hierarquia das menores às maiores desaprovação e repulsa de cunho viperino.

O léxico (*lexicon*) é visto “como um conjunto de recursos lexicais, que incluem os morfemas da língua e mais os processos disponíveis na língua para construir palavras com esses recursos.” (TRASK, 2004, p. 155). Por isso, observar a utilização de determinados lexemas, ao invés de outros, permite a identificação e análise de *elementos lexicais afetivos* que podem levar, por sua vez, à interpretação subjetiva do leitor, por meio de componentes valorativos.

Portanto, uma das ferramentas empregadas neste trabalho é investigar na amostra do discurso midiático selecionada, e de *cartas (e e-mails) à redação*, as estratégias lexicais usadas para situar o *morador de rua*, na conjunção do texto e do contexto, estabelecendo correlações de campo lexical, na identificação da relação de inclusão – por *hiperonímia* e *hiponímia*, a relação de contradição, pela *antonímia*, além da *meronímia*, citada por Martin e Rose (2007), tendo como eixo a busca do sentido do ponto de vista linguístico e ontológico.

O jornalismo, por sua natureza, é basicamente argumentativo. Ducrot (1977), ao falar sobre a argumentação, explica-a com fundamentação que se aplica ao jornalismo: a argumentação deixa marcas linguísticas no enunciado; está inscrita na língua, pois são os próprios elementos linguísticos que orientam a argumentação e não os fatos que podem ser representados pela língua. Dessa forma, percebo que a argumentação exerce uma função constitutiva no discurso jornalístico a fim de levar o interlocutor a uma determinada conclusão ou, até mesmo, a uma mudança de significado e do seu posicionamento em relação a uma opinião anterior.

Considerações complementares

A ADC materializa-se na reunião de conhecimentos e experiências, perpassando campos do saber e interfaces teóricas, sem nenhuma hesitação ou temor quanto à apropriação que contribua para a ampliação e melhoria dos resultados. Tendo sempre por base o saber linguístico, a sua abrangência demanda o uso multidisciplinar quando se juntam e se complementam várias áreas do saber, relacionadas ao contexto de cultura e ao contexto de situação.

Por ser multidisciplinar, a ADC contemporiza a sua base teórica a partir da conjunção de vários saberes, onde aspectos linguísticos andam *pari passu* com os filosóficos, com a comunicação, sociologia, antropologia, etnografia, psicologia, psicanálise e outras áreas que ampliem o campo de visão e a capacidade de análise porque os saberes não se chocam, mas evidenciam a importância da associatividade, complementaridade e da harmonia.

Mas, ao processar a ADC, não se pode desviar da área central que é a Linguística, por isto a opção pela LSF e a TSV. É uma das maneiras para evitar a acusação, muitas vezes feita aos analistas do discurso de que, ao enveredar por outras disciplinas, desviam o olhar sobre a língua, por força da vastidão de propósitos.

Os detratores avaliam que ao tratar do cotidiano, da pobreza e do desamparo social, os linguistas têm a tendência de se fixar nos aspectos sociológicos e esquecer a sua área de interesse e ação. Assim, perderiam o vínculo com o que o objeto do seu estudo e apresentariam um produto intelectual de menor categoria, uma vez que, ao deixar de lado a sua, enveredaram pela seara alheia.

Considero essas críticas estimulantes, pois servem de alerta para não se perder o foco do estudo, evitando a dispersão e o desvio de rota. Acredito também que a prática da análise de discursos não deva ficar restrita aos especialistas, mas ser ensinada para ampliar o acesso dos cidadãos a esse saber. Por conseguinte, eles também poderiam intensificar a leitura crítica dos discursos com os quais se defrontam e repensar os seus próprios discursos, irmanando-se o analista crítico do discurso no enfretamento do mesmo desafio que consiste na interpretação para modificar o mundo da vida para melhor.

O “mundo da vida” é pleno de marcas ideológicas com suas significações, construções e reconstruções da realidade, através de várias formas e sentidos das práticas discursivas. A ADC procura identificar a ideologia a partir das noções de poder

e hegemonia com base nos postulados, entre outros, de Gramsci, para quem o poder hegemônico não seria exercido através da coação, mas estabelecido nas relações como alianças, construídas por meio da adoção natural de ideias que vão gerar consenso na sociedade entre os diferentes estratos em disputa pelo poder.

A ideologia não está explícita nos textos, mas na interpretação dos textos, o que acentua a importância da análise dos discursos, clarificando a realidade de que os processos de produção e de interpretação textuais são eminentemente linguísticos, socialmente determinados, sendo a linguagem uma ação social que se concretiza em um contexto específico.

Desvelar os fundamentos ideológicos dos discursos para validá-los, ou não, uma vez que a prática discursiva é concretizada nas práticas sociais da produção textual, leva a acreditar na capacidade de resistência que o homem pode assumir pela linguagem para desafiar, manter, controlar ou alterar o poder com o qual se defronta ou confronta. Certos discursos, ao assumirem apresentação tão natural ao longo do tempo, passam a ser vistos como aceitáveis e com traços naturais na composição do pensamento e na sua manifestação. E pior, naturalizam a ausência de questionamento e de participação o que afasta o cidadão do agir comunicativo habermasiano e da visão crítica foucaultiana sobre a influência e confluência do poder na sua e nas outras vidas.

Por isto, então, eles devem ser estudados sob a perspectiva da linguagem como ação, consubstanciada nos *atos de fala*, como comunicação de crenças e valores e como interação em situações sociais, à qual está vinculada à produção midiática, composta por conexões que incluem práticas de construção de significados, as estruturas sociais e as relações de poder.

De acordo com esses aspectos relevantes, o papel da ideologia é visto como item da criação e manutenção de relações desiguais de poder. Por isto, a linguística crítica tem um interesse particular em discutir como a linguagem legitima a ideologia numa variedade de instituições sociais, entre as quais está a imprensa. Portanto, o caminho da análise do discurso leva a descobrir traços das marcas ideológicas, mesmo quando intencionalmente camufladas.

O analista percebe o contexto pelo texto, e o texto pelo contexto. Assim, vai desvendando manifestações linguísticas com interesse crítico pelas expressões da linguagem na sociedade em que se vive, possibilitando que se aposses do saber para se aperceber do poder, tão bem esmiuçado nas teorias foucaultianas, às quais recorro para complementar a base filosófica da pesquisa.

E esse é o caminho que busco para clarificar os sentidos construídos na prática social específica deste estudo compreendido pelo discurso jornalístico. A base teórica apresentada ressalta a necessidade de levar em conta a *teoria dos atos de fala* e a teoria da *pragmática universal* habermasiana, uma vez que a linguagem não é utilizada somente para proferir enunciados que possam ser classificados de falsos ou verdadeiros, mas é um meio de reflexo da realidade física e social. Mas, sobretudo, o meio que evidencia a necessidade de transformação dessa realidade, identificada, no caso presente, através da sua exposição no discurso jornalístico analisado.

CAPÍTULO III

FUNDAMENTAÇÃO METODOLÓGICA

Introdução

Neste capítulo, com a preocupação de fugir de catalogação e definições difundidas pelo senso comum, há a busca de padrões e critérios científicos para estudar o problema. Para tanto, são usadas fontes documentais constituídas de jornais diários de grande circulação, tendo em conta que o fazer jornalístico é uma construção social composta de histórias de vida, o que permite a entrada no âmbito da etnopesquisa. O corpus advém de pesquisa, em versão impressa ou *online*, dos veículos: *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco* (Recife); *Correio Braziliense* (Brasília); *O Globo* (Rio de Janeiro), *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo* (SP), enquanto os exemplos apresentados vão além, com maior amplitude das fontes citadas.

Acredito que a imprensa, através dos seus textos, hierarquiza a cidadania, reflete percepções da realidade, registra vivências, ideologias e fatos, o que permite a classificação dessa produção como *etnotextos*, conceito possível a partir dos estudos da Escola de Chicago em defesa da ampliação do campo de pesquisa, entre os quais está a valorização de documentos escritos, cartas pessoais, autobiografias, iconografia, literatura e jornais como registro de época, consubstanciando-se em fonte de conhecimento científico.

Richardson (1999, p.228), ao estabelecer a diferença entre análise documental e análise de conteúdo, aproxima-as pela complementaridade, pois enquanto a primeira trabalha sobre documentos, a análise de conteúdo debruça-se sobre as mensagens, através das quais os discursos podem ser desvendados. Ambas, são importantes meios não só para a observação de fenômenos sociais, mas das manifestações que registram estes fenômenos e das ideias elaboradas a partir deles: “O objetivo básico da análise documental é a determinação fiel dos fenômenos sociais; a análise de conteúdo visa

manipular mensagens e testar indicadores que permitam inferir sobre uma realidade diferente daquela da mensagem”. (ibid. p.230).

Macedo (2006, p.142) concorda com a amplitude conceitual da etnopesquisa porque “teoria e empiria engendram um diálogo que tende a vivificar, a vitalizar o conhecimento. Teoria e empiria se informam e se formam incessantemente”. Ele defende a ideia de que o conteúdo de um texto, ao qual acrescento a análise do discurso subjacente, representa “um vivo processo instituinte que numa pesquisa deve tornar-se objeto do esforço interpretativo”:

(...) alguns indicativos sobre o estudo de textos são importantes, principalmente porque, na análise de conteúdo, o texto é um subsídio que predomina: quem produz o texto lida com as ideias de seu tempo e da sociedade em que habita; a existência e suas condições fazem surgir as concepções, ideias, crenças e valores; o texto assimila as ideologias da época, mas também tem seu papel instituinte de estabelecimento de rupturas e contradições. *Não é apenas o mundo que cria a linguagem, a linguagem é uma potente criadora de mundo*, faz-se necessário ressaltar. Nesse sentido, há nos conteúdos de um texto um vivo processo instituinte que numa pesquisa deve tornar-se objeto do esforço interpretativo. (ibid. p. 149).

Os repórteres trabalham com entrevistas provocadas, estruturadas de maneira livre e flexíveis nas indagações, buscando nessa coleta os dados necessários à composição do seu texto. Essas entrevistas sem o rigor acadêmico, não deixam de ser um tipo mais simples de trabalho etnográfico que, transmitido à massa de leitores, permite que, dentre eles, o analista do discurso se aproprie do material para realizar a sua tarefa, desde que considera esse tipo de produção jornalística como etnotexto de grande valia.

O etnotexto tem no *espaço público* o contributo para executar a sua produção, pois ele compreende o ambiente físico onde se passa a ação, sejam ruas, praças, viadutos, pontes, jardins ou marquises de centros urbanos, onde circulam cidadãos e se amparam os excluídos sociais. O outro contributo é representado pela *esfera pública*, constituída pelo lugar simbólico, como o da imprensa, onde a ação é representada e onde as pessoas envolvidas emergem da sua abstração.

Na conjunção desse espaço público e dessa esfera pública, manifestam-se o bulício e a polifonia dos cidadãos-leitores, das fontes de informação, dos repórteres, editores, proprietários de jornais, anunciantes, instituições públicas, governantes, empresas privadas, a darem vez, importância e privilégio ao noticiário, tendo como fim em si mesmo a valorização de serem apresentados e representados na mídia. Assim, essa busca de atenção estabelece o movimento contínuo de retroalimentação.

Sobre a classificação da imprensa nesse cenário, Martins da Silva (2007, p.85) destaca que o lugar na *esfera pública* não a afasta da sua característica de *empresa privada*. O termo ‘pública’, para adjetivar a imprensa, tem a acepção de espaço público e de tribuna a hospedar a esfera pública: “Ou seja, as condições e o contexto para que existam discurso e polêmica, argumentatividade, debate e deliberação. (...) a imprensa seria uma esfera concêntrica entre as várias que se entrelaçam no tecido democrático”. Por isto, surge a inferência, há a necessidade de se pesquisar a produção midiática para interpretar a vida e a sociedade de uma determinada época.

A linha adotada na abordagem da ADC tem como um dos pontos de apoio a proposta da LSF, onde os aspectos lexicais e gramaticais do texto assumem relevância, cabendo a ressalva de que, embora signifique um caminho para a interpretação discursiva, nunca é um fim em si mesmo. Por isso, existe a possibilidade da inclusão de outras direções metodológicas que, longe de invalidar os princípios da LSF, somam valores e acrescentam saberes necessários ao aprofundamento da pesquisa sob a concepção da ADC, com amplitude de abordagem a acenar com a possibilidade da escolha pelo pesquisador do suporte metodológico que julgue mais conveniente.

Considero a LSF adequada a partir da explicação de Halliday (1885) sobre a necessidade de que o texto deva ser analisado não somente pelas suas características formais, uma vez que um texto é uma unidade semântica, e não uma unidade gramatical, mas que os sentidos sejam transmitidos através do sistema gramatical. Dessa forma, a análise textual deva ser feita levando em conta o seu vocabulário, estrutura, gramática, coesão e coerência. Vale salientar que os textos selecionados nesta pesquisa são jornalísticos e, com a preocupação de caracterizá-los, surge o questionamento sobre o que é jornalismo.

A resposta vem através do Marques de Melo (2007, p.7), para quem o jornalismo como fenômeno universal, pode ser classificado como processo social porque sua articulação faz-se a partir da relação periódica e oportuna, que acontece “entre organizações formais (editoras/empresas) e coletividades (públicos receptores), através de canais de difusão que asseguram a transmissão de informações (atuais) em função de interesses e expectativas (universos culturais ou ideológicos)”.

Com esse perfil, fica evidente que, na análise da produção jornalística, tem sentido e justificativa o uso da pesquisa qualitativa, visto que, conforme a observação de Bauer et al (2002, p.20), ela é aplicável quando o estudo tem seu foco “em dados sociais – dados sobre o mundo social – que são o resultado, e são construídos na

comunicação”. Mais adiante, o autor (ibid.189-191) critica a tendência de pesquisadores sociais de subestimar materiais textuais como dados e fornece diretrizes que servem de orientação para a análise do *corpus* - “um corpus de texto é a representação e a expressão de uma comunidade que escreve”. Essa seleção abrange matérias jornalísticas e a sua ressonância visível na produção textual dos leitores: “fonte e público são o contexto e o foco de inferência”. Ao se deter na observação da *fonte*, o texto é *um meio de expressão*; quando o foco é direcionado para o público, o texto “é um *meio de apelo*: uma influência nos preconceitos, opiniões, atitudes e estereótipos das pessoas”. (ibid. 192).

Portanto, a opção é feita pela análise *per si* e posterior compatibilização entre esse *meio de expressão* e *de apelo* que molda e direciona a relação, plena de itens persuasivos e ideológicos, entre a produção e o consumo de jornais impressos, atualmente expandidos para a versão *on line*. Vale ressaltar a crescente importância que essa relação assume para a difusão e a circulação da informação massificada.

Esse espaço exploratório é estudado através da pesquisa qualitativa que, como definem Denzin e Lincoln (2006, p.17): “É uma atividade situada que localiza o observador no mundo. Consiste em um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”. O que, neste estudo, possibilita tornar visível e crível um recorte do mundo específico, formado e configurado por moradores de rua, contextos e representatividades.

3.1. Concepção da metodologia e instâncias metodológicas

Metodologia, do grego *méthodos* e *logo*, compreende a investigação da verdade pelo uso de técnicas e processos, como a pesquisa, para ultrapassar as amarras da subjetividade e chegar a um fim, a *epistéme*. Ao explicar que “pesquisa é o modo próprio que a ciência tem para adquirir conhecimentos”, Lucia Santaella (2002, p.113) apresenta parâmetros metodológicos e faz uma alerta que serve de base para qualquer trabalho que se proponha a fugir da busca superficial de conclusões, o que pode descambar em resultados falsos ou pouco confiáveis. Lembra o que deveria ser óbvio, visto que o pesquisador não pode “apenas adivinhar, fazer suposições gratuitas ou emitir opiniões superficiais e inconsistentes”. Para fugir de tal armadilha, propõe que esse pesquisador consciente “deve realizar a sua busca através do levantamento de dados,

através de um método coletâneo ao quadro teórico de referência e também adequado à dificuldade a ser resolvida, método este com suas técnicas específicas”. (ibid.)

Na literatura específica é possível constatar, pela multiplicidade dos métodos de pesquisa, aspectos de repetição ou semelhança, o que favorece a escolha do pesquisador. No caso presente, ela é feita pelo *sistemismo* que se apóia nos pressupostos funcionalistas, como o de que todo fenômeno de organização inclui um sistema de partes harmonizadas, e que essa harmonia é resultante da retroalimentação, ou da recomposição dos elementos.

O conhecimento de princípios gerais resulta na explicação dos fatos analisados, no estabelecimento de relações e na previsão de outras relações e eventos ainda não observados. Portanto, a preocupação em explicar os fenômenos, leva o homem a buscar o método mais adequado à sua pesquisa, uma vez que, como identificam Laville e Dionne (1999, p.85), o que move o ser científico “são problemas, é a busca de um maior entendimento das questões com que a realidade nos desafia ou a busca de soluções para os problemas nela existentes”.

O objetivo inicial deste trabalho seria comparar a produção jornalística constituída por um *corpus* com textos publicados na imprensa escrita, com depoimentos colhidos em entrevistas com moradores de rua. Tal abordagem visava identificar se a heterogeneidade, perceptível através da intertextualidade e da interdiscursividade constitutivas do discurso, tornam-se transparentes e se consubstancia nos discursos da pessoa física e da pessoa jurídica, ou seja, o repórter que fala pela empresa jornalística, por meio dos textos selecionados e dos depoimentos coletados. Posteriormente, adotei a prática da análise dos textos jornalísticos porque considero que, de maneira geral, os repórteres, ao entrevistarem as fontes de informação, promovem um tipo específico de abordagem, mantendo aspectos assemelhados à pesquisa etnográfica.

Com o desenrolar da pesquisa, a opção faz-se por analisar textos jornalísticos e abandonar as entrevistas, acredito que não há perda de qualidade, nem de resultados confiáveis, visto que a produção midiática é representativa da vida sócio-econômica. Encontro respaldo na afirmativa de Santaella (2002, p. 131-132): “Pesquisas e suas metodologias exigem intimidade com a área na qual se pesquisa”. Preceitua que, na pesquisa em comunicação, é preciso conhecer o seu desenvolvimento histórico, como agem seus profissionais, quais são as teorias em voga, ter familiaridade com métodos e técnicas jornalísticas, tudo para “contribuir através da competência que o tempo e a dedicação trazem, com a transformação desses métodos através de pesquisas próprias”.

Outra mudança foi a escolha do foco, para especificamente “moradores de rua” que, por sua vez, são catadores de lixo, diferentemente dos catadores de material reciclável que já têm o reconhecimento da profissão, passando para condição de “legalizados”, como portadores de direitos da seguridade social. Eles ostentam o gregarismo que os faz mais fortes pelos benefícios advindos das condições legais e profissionais, como a participação do sistema de cooperativa, além da consciência do status que conquistaram e da importância que atribuem ao papel social de trabalhador remunerado dignamente. É, portanto, essa situação que lhes permite transcender a categoria da miserabilidade, aquela que acomete os sem-teto, párias do sistema produtivo, que continuam a vasculhar o lixo, infecto e desprezível, em busca de algo que inútil para outros, transforma-se, para eles, na maior das serventias, entre as quais está a garantia de sobrevivência.

Analisar criticamente os textos jornalísticos tem, entre outras, a vantagem de fazer refletir sobre o ato de informar, sobretudo para se precaver, como alerta Barros (2002, p. 207), contra “atos que ameaçam a face do destinatário”, que significa ofuscar o lado positivo e ressaltar aspectos negativos, naqueles que se consubstanciam em denotativos de ridicularia, desaprovação, julgamento, acusação, insulto, irreverência ou desafio. Assim, usar palavras para desdenhar, expressar repulsa, ofender, embaraçar ou estereotipar, é uma prática naturalizada por quem assume o papel social de paladino e justiceiro e, como tal, se acha imbuído desse direito.

O exemplo a seguir, extraído da versão impressa do jornal *Estado de São Paulo* (7/11/09), resultou em mais de 200 comentários de leitores na versão *on line*. Nele, é possível identificar as pistas linguísticas mencionadas por Barros. Julgo ser pertinente tal apresentação, desde que envolve o presidente da República, e a sua autoridade legalmente legitimada, e um compositor e cantor de prestígio, com extensão das ofensas a protetores (como o falecido Antônio Carlos Magalhães) e apaniguados.

Vale ressaltar que as figuras públicas, mesmo gozando de prestígio na escala social, não estão imunes à sanha dos seus detratores, o que os aproximam da imagem dos moradores de rua, mesmo que momentaneamente, pois são, em alguns *e-mails*, igualmente tratados com desdém, também reprovados e sujeitos à virulência verbal, a exemplo das análises constantes do Capítulo V sobre *feedbacks* dos leitores em relação aos moradores de rua:

Críticas de Caetano a Lula dividem artistas

Para alguns ele foi grosseiro e incoerente, mas há quem seja solidário às declarações e diga que o cantor conhece o 'peso das palavras' como poucos.

Atacado por líderes do PT por ter qualificado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva como "analfabeto", o cantor Caetano Veloso recebeu, na classe artística, manifestações de solidariedade e de crítica. "Por que nada de Lula pode ser criticado?", questionou Nelson Motta, produtor musical, escritor e colunista do Estado. "Achei realmente deselegante, para dizer o mínimo, o fato de o cantor ter chamado o presidente Lula de analfabeto, coisa que ele não é", afirmou o escritor Ricardo Lísias. "O leão está banguela, rugindo lugares comuns", opinou o ator Pascoal da Conceição.

Comentários na versão *on line*:

Lula é luis inacio da silva

Sáb, 07/11/09 07:17 ; santana44, santana44@estadao.com.br

Como sempre os intelectuais que sabem falar vários idiomas tem doutorado disto e daquilo,mas nunca vão saber a linguagem do povo esta só se aprende passando o que o pobre passa em seu dia a dia, caetano veloso, nelson mota,e tantos outros só sabem a linguagem do wiski 12 anos e filé mignon, precisam passar pela escola da miséria e da pobreza,para ver que a vida e o país.

Jornal

Sáb.07/11/09 11:41;projetonv,projetonv@cidadao.com.br

O problema do Brasil é que, quem elege os governantes não é o pessoal que lê jornal, mas quem limpa a bunda com ele.

Leitura do mundo

Sáb.07/11/09,07:12 dorival2006@estadao.com.br

Caetano foi grosseiro e mostrou que não sabe fazer leitura do mundo atual. O presidente LULA remodelou o Brasil e todo o mundo nos respeita por agora. Caetano sim foi "analfabeto" pois sequer soube fazer uma leitura do mundo político atual.

Bicha chata

Sáb, 07/11/09 16:21 danilogo, daniologo@estadao.com.br

Quem ainda tem saco pra baiano?

Caetano

Sáb, 07/11/09 21:08 jean.francisco.sena@estadao.com.br

PREFIRO MIL ANOS DE LULA NO PODER, DO QUE 2 MINUTOS OUVINDO AS MUSICAS BOIOLAS DESSE CANTORZINHO!!

O jornal impresso do dia seguinte a publicação da matéria traz, no espaço destinado aos leitores, mais cinco cartas sobre o assunto, todas marcadas por linguagem polida e, embora carregadas de críticas a Caetano ou ao presidente Lula, não chegam a afirmativas chulas como a de que os eleitores do presidente não lêem jornal, somente o usam como papel higiênico, nem às manifestações homofóbicas, registradas apenas na versão *on line*. Interessante é que há exigências para a divulgação dos comentários dos leitores, como: "Serão rejeitadas mensagens que desrespeitem a lei, apresentem linguagem ou material obsceno ou ofensivo, sejam de origem duvidosa". E o que se percebe é que há realmente pouca, ou nenhuma, preocupação com o maior ou menor

nível de ofensa às pessoas em questão, já que, na maioria das vezes, vilipendiar é norma e elogiar é exceção.

Portanto, tenho a convicção de que analisar textos midiáticos com objetivos definidos é uma forma adequada de fazer pesquisa qualitativa. Denzin e Lincoln (2006, p.18) explicam que a diversidade de práticas metodológicas da pesquisa qualitativa “pode ser vista como *soft science*, jornalismo, etnografia, *bricolage*, confecção de colchas e montagem”. O emprego de tal ponto de vista permite ao pesquisador a assunção do seu papel de *bricoleur*, cuidando da tessitura do texto e da articulação do discurso como um artesão, ou artista, que junta pedaços variados de tecidos ou de imagens a formar um todo harmônico que pode ser uma colcha ou uma produção cinematográfica, a considerar a construção metafórica de Denzin e Lincoln.

3.2. Aspectos epistemológicos da pesquisa qualitativa

Com o objetivo de analisar criticamente textos jornalísticos, as instâncias metodológicas reportam-se à existência de *jogos de linguagem*, no sentido proposto por Wittgenstein (1996) de que a linguagem deve ser tratada como o modo em que agimos no mundo, como configuração de vida em um contexto específico. Assim, é uma forma de atividade social constituída de palavras, de atos, de atitudes ou de comportamento que leva ao entendimento do processo de *uso da linguagem*.

Essa abordagem contrapõe-se à perspectiva filosófica, anteriormente aceita, de que a linguagem seria meramente o meio de representar o mundo, narrar fatos e interpretar a realidade. Com Wittgenstein, inaugura-se a concepção de que, nas interações sociais, as palavras não podem ser entendidas fora do contexto das atividades humanas extralinguísticas, campo onde se desenrolam os *jogos de linguagem*.

Denzin e Lincoln (2006, p. 33) seguem essa linha de raciocínio quando dizem: “Qualquer olhar sempre será filtrado pelas lentes da linguagem, do gênero, da classe social, da raça e da etnicidade”. Nada justifica a ideia de que é possível a existência de observações objetivas, pois o que há são “apenas observações que se situam socialmente nos mundo do observador e do observado – e entre esses mundos”.

Inegavelmente, a mídia é um item decisivo para o mundo compartilhado que pressupõe a existência de estruturas de racionalidade comunicativa, por via reconstrutiva do agir comunicativo habermasiano. A sua concretização acontece por meio de relatos constituídos por aspectos linguísticos e extralinguísticos a configurar

discursos e estratégias específicas para expor o “fato real” através de uma linguagem que, diferentemente da ficção ou de outra forma literária, busca credibilidade e objetividade com atos pragmáticos para se transformar na tradução da verdade.

Considero que a ênfase da relação do texto com o discurso jornalístico não está especialmente no relato em si, mas nos atos de fala para a produção dos efeitos pretendidos. Está em tudo que é usado com a intenção de persuadir o leitor, no melhor estilo da orientação aristotélica de que o discurso tem por objetivo a persuasão, o que significa que a exposição do fato relatado aconteceu tal qual é apresentado pelo repórter.

Por isso, ele/leitor é instado a abandonar a sua *não-pessoa*, assumindo seu papel na mudança para a participação dialógica da relação “eu/repórter e tu/leitor”, o que lhe permite acreditar no que lê e se sentir como se realmente tivesse presenciado o evento apresentado, reorganizando-o em sequências lógicas e produzindo efeitos de sentido que podem ir além, já que foi deliberada ou involuntariamente induzido.

Em nenhum momento pode-se perder o foco de que a verdade não é transmitida pelo ser humano como algo monolítico, límpido, unívoco, neutro ou totalmente destituído de equívocos ou ambiguidades, visto que o ser humano tem limites para perceber, o que lhe permite somente expor entendimentos fragmentados da realidade. Logo, não existe a verdade, mas verdades, afirmativa que está na base de várias correntes filosóficas.

Essas verdades estão nos relatos midiáticos como representações ordenadas e coerentes da realidade, que se materializam na reconstrução discursiva, e seletiva, elaborada pelo repórter, institucionalmente detentor do poder dessa transmissão. Ao se inteirar do noticiário, o leitor associa-o a informações anteriores, mistura textos e discursos, faz inferências, constrói sua opinião, amplia seu repertório cognitivo com aqueles dados e pode ser compelido a usar os meios disponíveis para expressar a sua voz discordante, ou apoiar o que foi veiculado. Isto, ele o faz nos diálogos com pessoas dos seus vários grupos sociais ou, buscando um público maior, leva a sua manifestação ao veículo de comunicação, o que acontece quando escreve cartas às redações dos jornais ou envia e-mails com a sua declaração e visão particular do assunto em foco.

Para analisar especificamente a linguagem jornalística o âmbito estende-se às escolhas lexicais, ao emprego de adjetivos, no uso de verbos, que a Linguística Sistêmico-Funcional orienta em direção ao estudo dos processos e do *elemento finito*, além de outros aspectos que levam à identificação do limite da proposição, circunscrevendo-a à realidade. A expressa dessa finitude é concretizada pelo *operador*

verbal (*temporal* ou *modal*, ao qual é agregada outra característica, a *polaridade* (entre positivo e negativo).

Assim, o uso da Linguística Sistêmico-Funcional - LSF faz-se imprescindível, como, por exemplo, no exame da *transitividade*, ou *gramática da oração*, para a identificação de significados ideacionais ou cognitivos, expressos nos processos *materiais, mentais e relacionais*, visto que, como identificam Souza e Cunha (2007, p. 53-54): “O sistema de transitividade permite identificar as ações e atividades humanas que estão sendo expressas no discurso e que realidade está sendo retratada”.

Tomando por base as afirmativas e princípios defendidos por Foucault e Habermas, muito mais pela aproximação do que pela divergência, uma vez que estão fundadas no interesse comum pela *pragmática* (embora a nomenclatura tenha sido rejeitada pelo primeiro), no estudo das condições de compartilhamento, enunciação e circulação da linguagem, o que leva à teoria da linguagem como discurso, resultante da produção de enunciados cognitivos e da busca da pretensão de verdade.

Acredito que as ideias foucaultianas e habermasianas complementam-se. A junção dos seus postulados é decisiva para uma interpretação que procura conciliar a pertinência histórica e política do propósito com a consciência dos limites do próprio discurso. A base epistemológica pôde ser estabelecida pela aproximação da convergência de *interesse, intersubjetividade e poder*.

Enquanto Foucault apregoa o discurso como ressonância monológica, onde a pretensão à verdade deve aproximar as condições da sua produção sistemática com os efeitos produzidos, pois a assimetria entre os traços do poder não é qualquer coisa que possa se instalar no discurso, mas algo que condiciona tanto a emissão como a recepção e que é determinante no efeito da verdade dos enunciados produzidos, Habermas fala de uma ordem dialógica, como força da produção. Acredita que ela deve ser livre tanto na produção como na crítica, por significar a reprodução da vida social. A abordagem habermasiana leva à reflexão sobre o poder dos sistemas de comunicação de massa na perspectiva de uma resistência à palavra pela palavra, a marcar uma posição de contrapoder simbólico.

Para Habermas, a constituição do ser é um processo intersubjetivo e os interesses referem-se a uma problemática do reconhecimento. O *agir comunicativo* representa a democracia em si mesmo, pela possibilidade de os atos ilocucionários serem percebidos nos seus intentos e os seus efeitos minimizados nos atos perlocucionários.

Assim, ao aplicar essa percepção filosófica ao exercício profissional, considero que o discurso do jornalista acontece de forma performativa, pois ele afirma algo, argumenta, critica, cita fontes e dados, emprega linguagem concisa e clara, remete a um determinado contexto, busca a persuasão. Para combater o exagero na busca dessa persuasão, o caminho está no *agir comunicativo* que, sendo múltiplo, alerta sobre o que pode ser dito de muitas maneiras, a fazer valer os argumentos e a força do *poder dizer*, por quem sabe fazer isso, porque é habilitado para tal e conhecer as regras do ofício.

3.3. Pesquisa qualitativa em jornalismo

A pesquisa qualitativa é o caminho adequado para esmiuçar a produção jornalística como um reflexo da vida social cotidiana, à qual se juntam as bases teóricas da ADC, da LSF e a TSV, para interpretar as relações essenciais do funcionamento discursivo dos meios de comunicação de massa. Para essa interpretação, é preciso lembrar os limites que condicionam a proposta da ADC. Sobre isto, a declaração de Fairclough e Wodak (2005, p. 368) impõe-se pela simplicidade e visão do real: “A proposta da ADC não se concebe a si mesma como uma ciência social objetiva e desapaixonada, mas como uma disciplina comprometida. É uma forma de intervenção na prática social e nas relações sociais”.

Tal afirmativa corrobora a linha adotada nesta pesquisa sobre a invisibilidade do morador de rua como sujeito assujeitado, carente da característica de sujeito livre, no discurso jornalístico. Para a análise, baseio-me na necessidade da inclusão da luta entre a manutenção da identidade insegura e a assunção da identidade consciente na agenda da ADC, feita por Fairclough e Chouliaraki (1999), como um impasse da modernidade tardia. Isto constitui uma situação que assim é vista por Diniz Leal (2009, p. 117): “E a luta quanto à identidade é uma luta relativa à diferença. Assim colocam-se duas questões igualmente urgentes: “quem sou e quem somos nós” e como dialogar e agir com outros que são diferentes”.

A abordagem da ADC permite identificar a linguagem dos textos produzidos e largamente divulgados como aquela que é caracterizada pela atuação de fatores históricos e ideológicos na língua, já que os jornalistas não conseguem retratar fidedignamente, nem tampouco podem criar narrativas ficcionais, e sim constroem versões dos fatos, recriando a realidade que testemunham, porém, muito mais, escrevem de acordo com o que as suas fontes testemunham, a lembrar o que expressou Foucault

(2002, p.448): “Posso dizer tanto que sou quanto não sou tudo isso; o ‘cogito’ não conduz a uma afirmação de ser, mas abre justamente para toda uma série de interrogações em que o ser está em questão”.

Essa linha de raciocínio, aparentemente paradoxal, sobre o pensamento do ser, do seu *cogito*, vai mais além, na pergunta crucial: “É preciso eu ser, eu que penso e que sou meu pensamento, para que eu seja o que não penso, para que meu pensamento seja o que não sou?” (ibid.). Esse desafio visto por Foucault é exposto e é colocado diante de quem está consciente da necessidade de manter, ao mesmo tempo, a relação e a interdependência entre o ser e o seu pensamento.

Para exemplificar, eis excertos da notícia assinada por Maurício Simionato, da Agência Folha de São Paulo de Campinas. Como a matéria é do subgênero informativo, o repórter não faz julgamento direto da ação, mas deixa antever algo quando usa aspas para nomear o ato da prefeitura que está “*devolvendo*” mendigos e promovendo a “*higienização*” da cidade. A parte central do relato está circunscrita aos enunciados de autoridades com posições antagônicas, quando, na transmutação do impessoal para o pessoal, a voz da instituição governamental “prefeitura” é personalizada, pois ela “argumenta que...”. Apesar disso, o jornalista deixa de entrevistar aqueles diretamente afetados - os moradores expulsos e excluídos das ruas, invisíveis e indefinidos no texto:

Campinas devolve morador de rua para cidade natal

Campinas (93 km de SP) está “devolvendo” moradores de rua para suas cidades de origem como parte de uma ação integrada da prefeitura chamada “Tolerância Zero”, iniciada há um mês. Desde outubro, 106 moradores de rua foram levados para outros municípios. Mais de mil foram identificados na cidade em *blitze* feitas por agentes de polícia.

A prefeitura argumenta que todos moradores de rua “devolvidos” até agora consentiram em retornar para suas cidades de origem e que não houve coação. Para o presidente da comissão de Direitos humanos da OAB, Mário de Oliveira Filho, a devolução pode ser inconstitucional e configura crime de constrangimento ilegal, se ficar comprovado que o cidadão foi coagido a voltar a sua cidade. O secretário de Assuntos Jurídicos de Campinas e coordenador do “Tolerância Zero”, Carlos Henrique Pinto, negou que haja “higienização” e coação de moradores de rua na ação.

(FSP, 08/11/09 – *Cotidiano* – p.C-5)

Na passagem do fato bruto para o fato jornalístico, os profissionais naturalmente procuram elaborar enunciados em consonância com a opinião pública, e essa enunciação pode contribuir para formar essa mesma opinião, como se isto fosse prerrogativa dos jornalistas, especialmente quando escrevem editoriais ou artigos assinados. Assim, asseveram e legitimam uma determinada interpretação do fato, de

acordo com a linha editorial do veículo de comunicação ao qual disponibilizam a sua força de trabalho.

Aquilo que é chamado de “a maioria da opinião pública”, pelo seu caráter abstrato pode chegar a ser forjada ou imposta, cabendo somente ao receptor da mensagem insurgir-se por meio da reconstrução seletiva do noticiário, que consiste em fazer uma leitura crítica para fugir à concepção simplista de que “é verdade” porque deu no jornal, no rádio, na televisão ou está na internet. Assim, a reação pode consubstanciar-se no que é apregoado por Habermas, ao destacar a ação comunicativa para prover e defender os direitos do indivíduo e da humanidade como um todo. São a razão comunicativa, a busca da verdade pelo diálogo, com a exposição dos discursos, a prevalência da argumentação pacífica materializada na ação comunicativa que tornam possíveis as modificações como instrumento de emancipação, em contraposição à violência, usada como ação estratégica.

O jornalismo alcançou tal força e credibilidade que lhe permite participar do jogo do poder através de interesses sustentados pelas grandes empresas de comunicação que, mesmo quando funcionam como concessão pública, podem chegar ao descumprimento de tal finalidade e passar a atender aos seus próprios interesses, os do governo ou de grandes grupos e corporações. A mídia tem a força para construir o seu discurso polifônico e multifacetado, que lhe permite especular e pontificar sobre os diferentes saberes e dar visibilidade a determinados fatos que elege como dignos de serem noticiados, o que se configura como uma intervenção permitida e até esperada pelo seu público.

Alguns jornalistas e muitos órgãos de imprensa creditam a si mesmos a capacidade sobre-humana da imparcialidade, isenção ou neutralidade nas suas posições e, conseqüentemente, nos relatos que produzem. Vale destacar que esses requisitos para um distanciamento crítico são apregoadas por alguns meios de comunicação de massa, como é o caso da revista *Época*, que se declara “apartidária, isenta e independente,” servindo, na maioria das vezes, somente como elementos de retórica. Embora sejam nomeadas como categorias indispensáveis ao discurso jornalístico, o que se vê é que diferem na prática do dia a dia das redações e nas produções postas nas ruas.

Tudo se complica quando o jornalista considera-se o guardião da verdade. A dúvida, sobre o sucesso da pretensão principia na definição do que seja ‘verdade’ e se prolonga na própria incapacidade do ser humano de apreendê-la na sua totalidade. Nietzsche (2004) considerava a verdade não como algo que o homem descobre sobre o

mundo, mas algo que lhe é ofertado por uma *vontade de verdade* individual, numa tentativa de pôr ordem no caos, tarefa do super-homem para estabelecer a sua ordem de acordo com a força de sua vontade de poder, onde não há espaço para a *verdade objetiva*, pois o mundo verdadeiro é feito de interpretações.

3.4. **Etnografia subjacente à notícia**

A antropologia, como ciência entre outras ciências do homem, passou a fazer parte dos estudos jornalísticos com o impulso dado pela Escola de Chicago, no início do século XX. Ao privilegiar e destacar a importância do estudo urbano, doravante consideraria a mídia como aspecto relevante de pesquisa sobre a percepção do homem no seu contexto, consubstanciada na observação participante. Essa mudança de abordagem metodológica permitiu ultrapassar o processo fazer/interpretar notícia e desvendar os meandros desse processo, para promover a observação orientada das práticas sociais que o envolvem.

Abdiquei da ideia de enveredar pela pesquisa etnográfica ao adotar a prática da análise dos textos jornalísticos porque penso que, de maneira geral, os repórteres, ao entrevistarem as suas fontes de informação, são também eles pesquisadores sociais e que, os relatos que divulgam, elaboram *diários de campo*, publicados de maneira adequada ao veículo da mídia. Portanto, considero que utilizo a pesquisa etnográfica preexistente e já do conhecimento do grande público, desde que a sua publicação tem considerável papel na esfera pública.

Para corroborar tal afirmativa, transcrevo parte da *Crônica da Cidade*, assinada por Conceição Freitas, intitulada de *O velho Liberato*, sobre um ancião que vende pipoca nas imediações da Universidade Católica de Brasília, publicada no *Correio Braziliense*, (07/11/09 – caderno “Cidades”, p.44):

O velho Liberato é um baú de histórias vívidas, testemunhadas. Para um repórter, porém, não basta que o entrevistado tenha histórias para contar. É necessário, para riqueza do material a ser produzido, que ele saiba contá-las, e o velho Liberato é um cronista oral da melhor qualidade. Digo isso sem medo do meu habitual exagero.

.....
Atenção, pesquisadores, documentaristas, escritores, cineastas: Liberato Osvaldo das Neves merece ser longamente entrevistado e não apenas por seus feitos de bravura candanga ao tempo da construção de Brasília. O velho goiano de Nerópolis já nasceu cheio de histórias. (...) Aos 8 anos, o goianinho já trabalhava numa fábrica de cerâmica. Pegava telhas e tijolos na forma e corria com eles sobre um tabuleiro de madeira, até o sol. Voltava na mesma toada para pegar nova fornada e levá-la para secar.

.....
O incrível novelo de histórias se desenrola, irresistivelmente, para deleite de quem se dispuser a pôr o banquinho perto do carrinho de pipoca e perguntar alguma coisa ao velho Liberato. Não há premeditação, nem frase feita, nem retórica rococó no candango pipoqueiro. Mas também não é um contador de causos sentado à porta fumando cigarro de palha. É um contador de histórias que se urbanizou, mas continua naturalmente simples.

É dessa forma, então, que o repórter ao entrevistar suas fontes de informação, observa, mesmo que não seja intencionalmente, os pressupostos de Malinowski, antropólogo social que, ainda no início do século XX, insurgiu-se contra a visão estereotipada e positivista de que o pesquisador é um ser isento que se mostra e se sente acima de tudo, e que deve evitar o envolvimento com o objeto da sua pesquisa. Ao contrário, indo ao campo, ele não pode, pois não consegue, abrir mão de sua dimensão humana.

No seu *Diário*, Malinowski (1997, p.50) registra que, quinze dias após a chegada a Nova Guiné, identificou a sua limitação e cuidou de resolvê-la. Ele se deu conta de que, para realizar estudo etnográfico, deveria estar melhor preparado. Apesar de ter um nativo como informante, Ahuia Ova, e realizar pesquisa de campo que lhe renderam muitas informações, a sua estratégia carecia de dois requisitos, cuja ausência ele considerou como erros:

- 1- A falta da observação cuidadosa e suficiente das pessoas.
- 2- O desconhecimento da língua delas, registrando a importância do fator linguístico para os trabalhos antropológicos.

Malinowski, ao corrigir a postura científica anterior, definiu esses preceitos como a base da sua metodologia e registrou seu nome para a posteridade, ao marcar o avanço da antropologia cultural, que se fez humanizada, a partir de então, pelo afastamento do seu caráter meramente descritivo. Com isto, a sua influência agigantou-se, não somente na sua área de estudo, mas também na Linguística, haja vista a contribuição dos seus estudos para os de Firth e de Halliday, entre outros especialistas.

Com esse modelo de procedimento, o pesquisador sai de sua cultura para realizar a *observação participante* que se materializa na vivência da cultura-objeto do seu estudo. Dessa forma, o método etnográfico exige o trabalho empírico de campo, quando o analista precisa estar junto ao outro. Ao escrever o *diário de campo*, com o registro de suas impressões, aspecto importante para a descrição do contexto, guarda o que ouve, a partir de entrevistas abertas ou conversas casuais e informais: ele escuta, observa e toma notas, do que viu e do que ouviu. Tudo o que faz o repórter na preparação da sua matéria.

Atualmente, na maior parte das vezes, é realizada a pesquisa urbana, cujas características preconizam que o olhar do pesquisador deve focar em quem lhe está perto, em quem pertence ao seu próprio *habitat*. Dessa forma, a escolha do percurso é pelo caminho inverso, quando a etnografia busca o comum e o usual no dia a dia, diferentemente do mistério, estranheza e excentricidade das tribos e paragens distantes, que tanto fascinaram e moveram Malinowski e que originaram o seu método de trabalho.

Ducrot (1984) faz uma diferença entre sujeitos da autoria, que considero de valia na interpretação do texto jornalístico. Ele ressalta que, embora haja essa divisão, as personagens geralmente coincidem no discurso oral:

- O *locutor*, carregado de subjetividade (quem fala), é o responsável pela enunciação, identificado pelo pronome eu e outras marcas da primeira pessoa
- O *autor empírico*, ou *real*, considerado o produtor do enunciado.

Ao jornalista que escreve um texto, às vezes lhe é oferecida a possibilidade de assiná-lo, sempre sob o amparo e de acordo com a linha ideológica do veículo de comunicação. Ao enunciar, faz emergir e torna público o enunciado, partilhando com seus leitores fatos da realidade social, que motivaram a matéria. Na sua seleção, ocupam um papel relevante os valores-notícia e a escolha das fontes de informação, quando se verifica a prevalência das “fontes legitimadas” (autoridades) em detrimento das pessoas comuns. Estabelece uma relação de alteridade ao desenvolver a narrativa, pontuada por dêiticos.

Nesse relato, tecnicamente estruturado, procura manter-se como *o eu-mesmo* que dialoga com *o outro*, compondo seu papel de personagem discreto ao reproduzir fatos do cotidiano. Ao citar as fontes da notícia, dando-lhes voz no texto, sai de cena e deixa que personagens/pessoas reais, geralmente de projeção na esfera pública, assumam a responsabilidade da autoria da declaração. Assim, procura demonstrar o afastamento crítico para ampliar a credibilidade sobre o que é dito e tornar possível o dialogismo com o seu leitor.

Quando age assim, no entanto, ele edita e seleciona as partes do tudo que foi dito pelo entrevistado, de forma a dar coerência e coesão ao texto e de harmonizar a disposição do texto e do discurso com o objetivo pretendido. Com a sua mediação, aceita e aclamada pela audiência, ele representa socialmente a realidade no espaço em que as fontes materializam-se no tempo presente, e também em um espaço idealizado e acessível, que se traduz na utópica proximidade com o ouvinte/leitor.

Um exemplo são a abertura e o título com aspas da matéria seguinte, como suíte sobre o assassinato do coordenador de projetos sociais do AfroReggae, do Rio de Janeiro, quando a repórter Luisa Belchior usa a declaração do advogado dos militares para chamar a atenção sobre o que está subjacente, o não-dito: *mendigo pode morrer à míngua, no vácuo do Estado, sem socorro médico ou da polícia, diferentemente dos cidadãos de bem*. Saliento que, enquanto ela cita, não é a voz da jornalista que aparece em primeiro plano.

A sua escrita é, por conseguinte, o instrumento para divulgar o pensamento do outro, que não é necessariamente o dela mesma. Ao não se posicionar, transfere ao leitor a possibilidade de, ao interpretar seu texto e discurso, indignar-se ou concordar com o advogado que tenta justificar a omissão de socorro e o ato de acobertar a morte, desde que *mendigo não é gente*. Logo, segundo esse raciocínio, o erro crucial do capitão e do cabo não é o crime em si, porém a incapacidade de distinguir com acerto a diferença entre *pessoa a considerar* e *pessoa a desprezar*. Erraram ao desconhecer que a pessoa baleada e moribunda tinha destaque e reconhecimento pelo trabalho social que desenvolvia na sua comunidade, e o trataram como coisa sem importância, como morador de rua, sinônimo de mendigo:

PMs não pararam porque “podia ser mendigo”

O capitão Denis Leonard Nogueira Bizarro e o cabo Marcos de Oliveira Salles não pararam para prestar socorro a Evandro João da Silva porque “podia ser um mendigo”. Essa foi a explicação apresentada ontem pelo advogado de Bizarro, José Aroldo dos Santos.

(Folha de São Paulo 24/10/09, p.C 3)

A narrativa jornalística diária apóia-se no novo, no tempo presente, embora possa se reportar ao passado e arriscar previsões sobre o futuro, como estratégia para situar o fato. Como tática de funcionalidade, o uso de elementos como tensão, suspense e clímax andam juntos e caracterizam a linguagem jornalística. A conclusão (*fecho*) é bem cuidada e possui requisitos textuais bem elaborados, pois é o momento em que se busca o leitor com suas expectativas informativas satisfeitas.

Mesmo que o assunto já seja conhecido do público, há o reforço como estímulo à reminiscência, embora o espaço privilegiado do primeiro plano seja destinado ao *novo*, o que há de mais recente ligado ao assunto. Essa continuação (*suíte*) exige a reconstituição dos aspectos conhecidos, necessários para elucidar as possíveis dúvidas do leitor sobre acontecimentos, locais e personagens que têm relevância e ligação com o relato em questão.

O sujeito do método arqueológico

Quando se recorre à pesquisa etnográfica, não é possível perder de vista o entendimento do que seja o *sujeito* e a escolha que se processa através da corrente de pensamento que a adota como tema de estudo. Assim, a opção é feita pela visão de sujeito proposta por Michel Foucault, cujo valor é assim destacado por Fairclough (2001, p.62): “O trabalho de Foucault representa uma importante contribuição para uma teoria social do discurso em áreas como a relação entre discurso e poder, a construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento e o funcionamento do discurso na mudança social”.

As concepções e os preceitos foucaultianos constituem uma parte importante no debate do pensamento filosófico, uma vez que têm como base a ideia da valorização do homem, pois ele é sujeito e objeto do conhecimento que é constituído pelo discurso. Para o filósofo não há um sujeito universal, mas existe um sujeito que se configura por práticas de sujeição ou de liberação. Segundo Foucault (1986), o termo "*sujeito*" é usado em duas acepções, ambas originárias das relações de poder que ensejam a formação do *sujeito-objeto* ou do *sujeito-livre*:

- O indivíduo substantivo, dotado de consciência e autodeterminação.
- Como adjetivo, é aquele que está submetido, ‘sujeitado’ à ação de outros agentes.

No segundo grupo, está o sujeito excluído por conta da sua categorização de pária social, a exemplo do *morador de rua*, quando se constata que o ‘assujeitamento’ é maior, recorrente e pactuado entre afortunados cidadãos, embora estes também, eventualmente, e em circunstâncias e níveis distintos, possam estar expostos à condição de assujeitados. Segundo tal concepção, todas as pessoas são, ao mesmo tempo, dotadas de poder, como também estão sujeitas à sua ação. É pela saída do confronto e a insubordinação ao assujeitamento, imposto pelas injunções de poder, que o sujeito-objeto pode chegar à condição de sujeito-livre.

O sujeito pensado por Foucault (1986, p. 207) é resultante das práticas discursivas, visto que: “Não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma”. Essas práticas são provenientes da conjunção do discurso, sociedade e história que pode provocar a mudança dos saberes e, conseqüentemente, a articulação com os poderes.

O abandono da noção de *sujeito constituinte* por Foucault, segundo a percepção de Gregolin (2004, p.101), acontece diante da necessidade de: “(...) desconstruir a ideia de sujeito como origem e fundamento dos sentidos e, para isso, é preciso se livrar da ideia do sujeito constituinte, a fim de chegar à figura do sujeito imerso na trama histórica”.

O filósofo discute o homem enquanto sujeito e objeto do conhecimento, através de três procedimentos em domínios diferentes: *a arqueologia, a genealogia e a ética*. Estes procedimentos constituem momentos do método. Para Foucault, o processo concretiza-se diante do objeto a ser estudado, e não ao contrário. Através do *método arqueológico*, chega-se à identificação dos saberes que falam sobre o homem, às práticas discursivas, e às não-verdades em relação a esse homem. Reivindica uma independência de qualquer ciência, pois acredita não poder localizar o homem através do que ela possa oferecer.

Estabelece, assim, inter-relações conceituais dos diferentes saberes e não de uma única ciência, o que bem se aplica à proposta da ADC, que prevê a busca de uma história dos saberes em que o homem é o seu objeto (ciências humanas) revelado na relação entre o discurso, a história, os sujeitos e a produção de sentidos. Assim, o *método arqueológico* que pressupõe a atividade de escavação, adapta a prática e os procedimentos para a pesquisa do discurso através da sua restauração e exposição, dando ensejo à análise das redes de relação entre o discurso e outros domínios.

O *sujeito* descrito por Foucault, como objeto da construção de identidade, requer que sua produção seja processada no interior do espaço delimitado pelo ser-saber; ser-poder e ser-si. Os dispositivos e suas técnicas de fabricação constituem o que se entende por sujeito e a subjetivação do ser constituída pelo discurso na relação entre linguagem, história e sociedade. Para analisar os diferentes modos de subjetivação é indispensável analisar acontecimentos discursivos porque é “através deles e contra os quais se formaram as noções, os conceitos, os ‘topoi’¹⁴ que atravessam e constituem os objetos e engendram os discursos que falam sobre eles”. (GREGOLIN, 2004, p.59).

Portanto, a constituição do discurso para Foucault passa por um processo que inclui a dispersão proveniente de um conjunto de elementos que não estão ligados por nenhum princípio de unidade. Assim, é imperativo identificar e descrever essa

¹⁴ Os *topoi* são lugares comuns utilizados como ponto de partida de uma argumentação. Para Aristóteles não é ciência (*episteme*), mas técnica (*techne*) para conduzir o raciocínio.

dispersão, estabelecendo regras capazes de reger a formação dos discursos. Essas *regras de formação*, assim denominadas por Foucault, permitem que os elementos que compõem o discurso sejam determinados.

As '*formações discursivas*' (tipos de discurso) são constituídas por um conjunto de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinados. Todo discurso vai montando a sua lógica, como o discurso publicitário, ou o jornalístico, religioso, político, acadêmico e os demais. As formações discursivas medeiam as condições de produção e as formações ideológicas. Os possíveis sentidos em um discurso dependem das relações constituídas nas/pelas formações discursivas, e não são predeterminadas por propriedades da língua. E é nessa formação discursiva que se instala o sujeito foucaultiano, a quem é preciso analisar e descrever, por meio do seu discurso.

Em '*Arqueologia do Saber*' (1986), Foucault explica a escolha desse tema recorrente pelo objeto da sua arqueologia que se prestaria a revelar o nível em que a história pode dar lugar a tipos definidos de discursos com historicidade relacionada com outras muitas historicidades. Dessa forma, há a necessidade da análise do acontecimento discursivo a partir dos enunciados realmente produzidos e da questão sobre o porquê de determinado enunciado aparecer em vez de outro, fazendo de tal enunciado um acontecimento na ordem do saber. Isto, então, constitui a busca do sentido do discurso em sua dimensão de acontecimento.

Os estudos arqueológicos iniciais de Foucault (1986) incluem as principais contribuições para a teoria crítica do discurso:

- a. Uma visão constitutiva que envolve a noção de discurso como ativamente constituindo ou construindo a sociedade em várias dimensões: o discurso constitui os objetos de conhecimento, os sujeitos e as formas sociais do 'eu', as relações sociais e as estruturas conceituais.
- b. O destaque à interdependência das práticas discursivas de uma sociedade ou instituição: os textos sempre recorrem a outros textos contemporâneos ou historicamente anteriores e os transformam (intertextualidade de textos), desde que qualquer prática discursiva é gerada pelas combinações de outras e é definida pelas suas relações com diversas práticas discursivas.

A utilidade dessas afirmativas à análise do discurso é justificada pela necessidade da avaliação de enunciados através de índices, como:

- Desempenhos verbais, com a avaliação lógica das proposições.

- Aspectos gramaticais das frases.
- Perspectiva psicológica ou contextual das formulações.

A essas observações de Foucault, somo, neste trabalho, o agir comunicativo de Habermas, aliados às propostas da ADC, da LSF e da TSV, o que permite a associação do linguístico com o social, para chegar à apreensão do sentido, de como e por quê tudo acontece, tendo como propósito analisar, para conhecer e explicar, o sujeito no mundo, ações e atividades humanas, centro de todo o processo de vida e de convivência. Para transformar, através da análise crítica positiva, apregoadada por Martin e Rose (2007).

3.5. Descrição da pesquisa

A pesquisa empreendida tem caráter extensivo para coletar indicadores e tendências gerais de um universo, como também é intensiva, na busca do conhecimento aprofundado do assunto estudado. A conjunção dessas abordagens possibilita a utilização de ferramentas metodológicas qualitativas na efetivação da análise crítica do discurso.

Ressalto o emprego da pesquisa qualitativa, porque, segundo a explicação de Seabra (2002, p. 35), ela é preferencialmente adotada quando a investigação tem como alvo a realidade social, já que essa realidade representa o reflexo do dinamismo da vida individual e coletiva, com todos os múltiplos componentes de significados.

Chomsky e Herman (1988) criticam a parcialidade da imprensa identificada pela *distorção da notícia, framework* a dar sustentação ao capitalismo. A análise da mídia é feita através da observância de filtros, como:

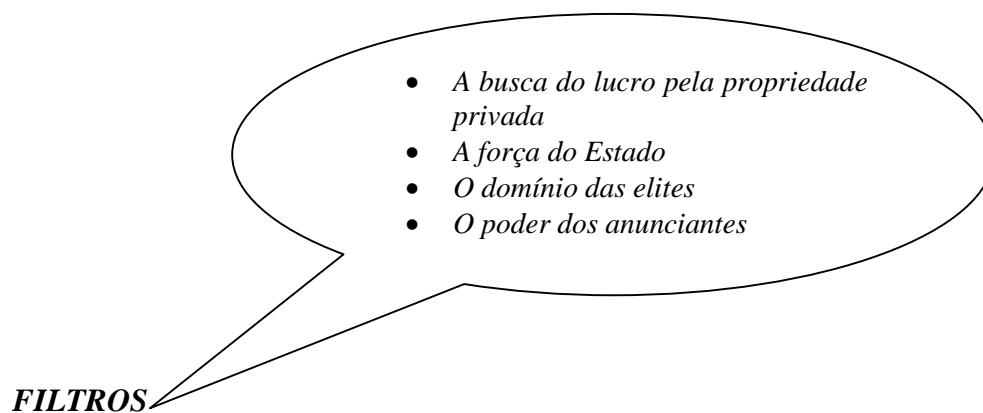


Figura 3.1. Filtros da estrutura noticiosa

Ambos consideram que a existência dos filtros vai influir decisivamente na estrutura noticiosa, podendo ser aplicados a qualquer jornal do mundo capitalista. Observo que o entendimento dos autores sobre a predominância do anticomunismo como a ideologia adotada pela mídia contra a então URSS, na atualidade tem a sua transmutação na guerra dos países ricos contra o terrorismo ou à presença de imigrantes, e, no caso de sociedades como a brasileira, no combate à violência urbana provocada, segundo muitos, pelos que estão à margem da vida, como os sem-teto.

Outro aspecto a observar nessa perspectiva apresentada por Chomsky e Herman é a classificação da ideologia como ‘preponderante’, o que se coaduna com a idéia de Barthes, (capítulo II- 2.1.1.) sobre a denominação que julga correta para “ideologia dominante” porque, para ele, não existe “ideologia dominada”. Esclarece (BARTHES, 2004,p.60): “Toda atividade ideológica se apresenta sob a forma de enunciados composicionalmente acabados”.

Para justificar a sua afirmativa, Barthes diz que é preciso analisar a proposição de Julia Kristeva pelo seu anverso, uma vez que todo enunciado, após a enunciação, está sujeito à condição e à classificação de ideológico: “Com efeito, é o poder de acabamento que define a maestria frástica e que marca, como que com um *savoir faire* supremo, duramente adquirido, conquistado, os agentes da Frase”. (ibid.). É, por isto mesmo, que os aspectos ideológicos devem sempre estar sob o foco do analista do discurso.

No caso da mídia, produtora e propagadora de sentidos, essas afirmativas podem ser constatadas visto que esses setores dominantes, unidos e irmanados por objetivos e visões similares, dão vez e voz aos seus pares, camuflando, minimizando ou abafando o clamor de sujeitos que divergem do *status quo*, e assim fazendo uso, segundo Chomsky e Herman, de um *modus operandi* condenável. Essa abordagem assevera a visão habermasiana da força da mídia para pautar a sociedade, provocando a colonização do mundo da vida pelo mundo sistêmico. O que também se coaduna com a visão de Foucault sobre o tratamento dispensado ao sujeito assujeitado pelas injunções de poder que procura estar em constante estado de resistência para evitar a mudança de estágio do sujeito-objeto para o sujeito-livre.

A transposição conceitual e a superação da divisão de mundo podem ser vistas na nota de coluna assinada pela jornalista Sônia Racy (ESP, *Direto da Fonte*, 12/12/09, p.D2) sobre a realização da *sessão-filme* (evento cultural da cidade) que dessa feita “*esquenta* na próxima quarta-feira, com telão gigante e 400 cadeiras, promovida por

Walter Feldman, na Cracolândia, centro da capital paulista”. Sobre as consequências da sessão ao livre, ela diz que o acontecimento estaria pondo lado a lado, daí o clima quente, “*moradores sem-teto e convidados com teto*”. A apreciação jocosa não acentua uma situação paradoxal, pois o paradoxo confronta para construir algo novo, mas apresenta o contraste, que aproxima coisas ou fatos opostos para salientá-los, como demonstração da inequívoca desarmonia.

3.5.1. Procedimentos e técnicas:

Os passos a serem seguidos neste trabalho de pesquisa foram assim divididos para sistematizar a execução:

Quadro 3.1. Passos da pesquisa

Identificação do objeto de estudo: com a delimitação do objeto, elaboração das hipóteses, revisão da bibliografia e seleção dos jornais.

Delimitação e apuração: Com a constituição do *corpus*. A coleta dos dados está intimamente ligada à formulação prévia da hipótese para a descrição do assunto pesquisado.

Produção: demarcação das categorias de análise, processamento do material coletado e definição conceitual sobre as particularidades do objeto pesquisado.

Apresentação dos dados: com a elaboração de novos textos autorais com a análise crítica dos discursos estudados.

A metodologia analítica da Linguística Sistêmico-Funcional é usada como:

A LSF será a ferramenta através da análise das três metafunções, com a escolha *de per se*, para avaliar a abrangência das relações (*metafunção interpessoal*); do modo (*metafunção textual*) e do campo (*metafunção ideacional*), sempre em relação à natureza do texto e ao gênero jornalístico, o que permite a avaliação tanto de estratos semântico-discursivos, como léxico-gramaticais.

Para a análise de aspectos textuais, busco em Caldas-Coulthard o questionário que apresenta (2008, p.33) a partir do que foi estabelecido por Fairclough, in *Language and Power* (1989). Com o intuito de identificar as diferentes escolhas que originam diferentes efeitos textuais e implicações ideológicas, Caldas-Coulthard (ibid.) sugere, com o uso de princípios da ADC e LSF, o exame sob os seguintes aspectos:

Quadro 3.2. Roteiro de Caldas-Coulthard

Em termos de vocabulário:

1. *Há palavras no texto que são ideologicamente contestadas?*
2. *Há algumas que permitem classificar as pessoas no texto quanto ao tipo de profissão e de papéis sociais?*
3. *Há palavras formais ou informais no texto (formas de tratamento, por exemplo)?*
4. *Que valor expressivo é dado às palavras (como as palavras avaliativas são usadas, por exemplo)?*
5. *Que metáforas são usadas?*

Em termos gramaticais:

1. *Que tipos de processos verbais e participantes são predominantes na interação?*
2. *O agenciamento é explícito (quem faz o quê)?*
3. *Que tipos de nominalizações são usados?*
4. *As orações são ativas ou passivas?*
5. *Que modos (declarativo, interrogativo, imperativo) são usados?*
6. *Como a modalidade é feita?*
7. *Que tipos de pronomes são usados? E como?*
8. *As orações são positivas ou negativas?*
9. *As orações complexas são caracterizadas por subordinação ou coordenação?*

Em termos de estruturas textuais:

1. *Onde está situada a principal informação no texto?*
2. *Que tipos de relações oracionais existem?*
3. *Que tipos de estruturas genéricas são usados (narrativas, argumentações, relatórios etc...)?*

Caldas-Coulthard (2008, p.33) considera que, ao fazer a análise com esse roteiro, pode-se descobrir o que está explicitado para desvelar as propriedades de interação possíveis na ação social, o que faz lembrar a observação de Bachelard (1988, p.103): “Observando que as coisas nos ‘falam’ e que por isso mesmo, se damos pleno valor a essa linguagem, temos um contato com as coisas”.

Para chegar à análise do discurso positiva, que desvende o “contato com as coisas”, os critérios de *Atitudes* e de *Engajamento* da Teoria dos Sistemas de Valoração, fornecem a direção para explorar as formas como a voz textual posiciona-se em relação às avaliações expostas, o que leva à caracterização das diferentes perspectivas intersubjetivas disponíveis para a voz textual, dado necessário especialmente em referência aos textos jornalísticos pesquisados.

A TSV, através do Engajamento, leva à investigação do *logos*, o que implica na identificação de campos lexicais relativos aos textos abordados, visto que o uso de determinadas estratégias desvende sentidos e fornece pistas linguísticas que tornam visíveis e acessíveis aspectos necessários à análise discursiva. A metodologia

empregada busca identificar a rede de correlação entre as unidades, segundo a orientação de Faulstich (1985, p.114), pautada em critérios linguísticos formais: “Assim é que podemos apontar como critérios de correlação, no *discurso*, as identidades e associações. Normalmente, estão na base dessas correlações ou um nome abstrato, ou um verbo de ação, complementado por um substantivo abstrato”.

Martin e Rose (2007, p.73-114) tratam da *ideação* na representação da experiência, unindo o experiencial com a lógica. Os autores ressaltam a necessidade de detectar como nossas experiências são construídas e relatadas no discurso, o que acontece através da apreciação das relações entre os elementos lexicais do texto com eventos linguísticos como repetição, sinonímia, contraste, classe etc. A análise textual visa relacionar a materialidade da produção e consumo da notícia para permitir a identificação das formas culturais decisivas na elaboração dos discursos e nas suas representações. Chega-se à *ideação* pela observação dos seguintes itens que formam as cadeias intertextuais:

Quadro 3.3. Itinerário da *ideação*

Relações taxinômicas: entre elementos de oração a oração; entre as partes e o todo e se subdividindo em dois tipos de taxinomia construídas no campo da experiência de pessoas sobre coisas, processos, lugares e qualidades: “Essas taxinomias originam várias formas de relações lexicais no discurso.” (MARTIN E ROSE, 2007, p. 80). Realizam-se através da associação entre elementos por meio das repetições, sinônimos, contrastes, classes e todo/partes. (ibid. p.86).

Relações nucleares: Referem à configuração dos elementos de cada oração; das relações lexicais na oração, de como as palavras são posicionadas de forma a causar o efeito pretendido, o que se concretiza pela formulação de um *padrão semântico* (HALLIDAY,1994), quando pessoas e coisas participam do processo. “As relações nucleares servem particularmente para informar sequências de análise de atividades no interior do texto”. (ibid. p. 99).

Sequência de atividades: determinada pela análise de processo em processo, ou em séries de períodos constituintes do todo, visto que: “O campo da experiência humana é composto pela repetição das sequências de atividades. E como elas são recorrentes, cada sequência é, até certo ponto, previsível dentro de um campo, embora a variação das sequências, por sua vez, possa vir a ser contrária ao esperado”. (Ibid. p.101).

Dessa maneira, a investigação passa pelos discursos oficiais e pela possibilidade da existência de contradiscursos, situados no campo da *avaliatividade* que advoga a elaboração da “análise do discurso positiva” para transcender as fases de prospecção e identificação do problema e ir mais além, ao usar os dados e fatos analisados para modificar a realidade e ajudar pessoas no resgate da cidadania.

No campo de investigação que empreendo, cito o exemplo do movimento *Street Esteem* que congrega voluntários que se articulam com os moradores de ruas de diversas grandes cidades dos Estados Unidos, Holanda, Canadá, além de outros países. Entre as várias ações e atividades, publicam jornais alternativos, como contradiscursos aos discursos da grande imprensa, que são vendidos e o lucro é revertido para tais associações. A Universidade canadense de Calgary sedia uma dessas organizações e estimula a participação com o lembrete de que, apesar de estar em uma das mais ricas cidades da nação, essa riqueza não impede que o número dos sem-teto aumente com o passar do tempo.¹⁵

Vale ressaltar que o consumo da notícia impressa, como acontece no Brasil, quase nunca é facultado ao público que é o foco desta pesquisa, uma vez que o jornal diário não faz parte da pauta de aquisição do morador de rua por vários motivos, como o custo do produto. Assim, o sem-teto, se chega a ser personagem nesse noticiário, não tem acesso a ele. A acessibilidade restringe-se a jornais velhos, já descartados pelos donos, mas que têm alta cotação entre os que habitam as ruas para servir de agasalho, de prato ou cama, e mais outras utilidades que a indigência inventa e a necessidade justifica.

Outra abordagem que julgo pertinente agregar às teorias até aqui apresentadas, é aquela do linguista Luiz Antonio Marcuschi que, na década de 80, em trabalho pioneiro fez análise com critérios sistêmicos e funcionais ao tratar da ação dos verbos introdutórios de opinião, com referência à multiplicidade de vozes, o que remete a Bakhtin, pela *heteroglossia*, e à *Teoria dos Sistemas de Valoração*, aplicadas ao discurso jornalístico, avaliando a reação do leitor diante do texto à sua disposição.

Para Marcuschi (2007, p. 146), quando o leitor interpreta um texto, a apreensão da opinião alheia acontece da seguinte maneira: “Procede-se uma nova seleção de termos e a outra construção sintática que a do autor. Embora esse processo aparente

¹⁵ *PLAYING IT SMART... ONE VICTORY AT A TIME*

Calgary is one of our nation's richest cities. Yet homelessness has more than tripled in the last decade! The official homeless count skyrocketed from 988 in May '98 to 1,737 in May '02. That's a 76% increase. This growing epidemic is a city-wide problem that requires a city-wide solution. Together, with the University of Calgary Dinos and Street Esteem, we can help Calgary's homeless – one victory at a time! Street Esteem is a non-profit organization whose mission is to improve the quality of life of individuals who are, or are at risk of, becoming homeless.

certa inocência, não impede a possibilidade de distorção ou interferência no discurso relatado.” Tal procedimento, leva a duas perguntas:

-
- *Será possível informar opiniões sem manipulá-las?*
 - *Qual a estratégia usada pelos jornais na informação de opiniões?*
-

A resposta à primeira pergunta tem obviamente o caráter instigante, a partir da própria carga semântica referente à “manipulação” que impinge a noção de adulteração, fraude ou manobra espúria. Marcuschi (ibid.) diz que não pretende dar “resposta exaustiva às duas questões”, desde que seria necessário ir mais adiante para desvendar a construção da informação submetida ao mecanismo das condições de produção do discurso midiático, o que significa começar pela identificação da linha ideológica do veículo e das fontes que narram e opinam sobre determinado assunto. Portanto, ele elege o estudo dos verbos, que, pela maneira como o faz, antevê os processos da LSF: “De interesse limitado e apenas exploratório, o estudo considerará uma amostragem reduzida sem pretensão à exaustividade”. (ibid.)

Ao discorrer sobre o problema, ele já antecipa o que está por vir: “Mais do que mostrar que a neutralidade é impossível, tentarei analisar como a parcialidade se dá na introdução do discurso alheio, seja como interpretação, seleção ou avaliação”. Para tanto, lembra que é preciso usar instrumento linguístico e “não uma interpretação explícita paralela”. Faz a diferença entre esses dois itens recorrendo à Pragmática, à qual alia a Semântica: “Não me refiro, portanto, aos comentários; refiro-me tão somente às palavras que introduzem opiniões alheias com pretensão de fidelidade ao pensamento do autor”. (ibid. p.147).

3.5.2. Critérios para a coleta de dados

O *corpus* é constituído por textos divulgados em cinco jornais postos no quadro 3.4 (p. 149), relativos ao período de 2008 a 2010, sobre moradores de rua de centros urbanos: JC (Jornal do Commercio); CB (Correio Braziliense); O Globo; FSP (Folha de São Paulo) e ESP (Estado de São Paulo). Aspectos quantitativos somente são levados em consideração se estão relacionados às técnicas específicas do jornalismo impresso, o que denota o maior ou menor grau da importância dada ao assunto em questão, como no

caso do espaço destinado à notícia que é dimensionado em centímetros ou, por exemplo, a posição que ela ocupa em relação à paginação.

Para a coleta foram selecionados textos publicados nos jornais mencionados, a partir do assunto tratado (morador de rua), levando em conta a divisão de tipos de produção usados pelos jornais: jornalismo informativo, jornalismo opinativo e as mensagens de leitores. A ampla coleta não se limitou somente à composição do corpus para análise, mas englobou outras fontes midiáticas, o que evidencia que o número total recolhido excede em muito as análises apresentadas no capítulo V, quando me detive em onze exemplos pontuais como representação da recorrência da forma de abordagem do assunto e da figura do morador de rua. Portanto, a partir da identificação do valor-notícia e do tratamento dispensado na sua elaboração.

Tal propósito levou-me, para exemplificar esses critérios, à análise de um mesmo assunto tratado à maneira própria do ESP (anexo 2: *Cinco morrem na segunda chacina da semana em SP*) ou, no dia seguinte, à do jornal FSP (anexo 3: *Sobrevivente de chacina em SP recebe escolta em hospital; 6 morreram*). O restante do material coletado foi usado nos demais capítulos desta tese para ilustrar as afirmativas feitas, como modo de adequar a teoria à prática jornalística, antecipar aspectos analíticos e evidenciar a sutileza da apresentação noticiosa.

Assim, os exemplos estão diluídos ao longo do percurso, como forma de evitar que as análises ficassem concentradas em uma única parte e para dar destaque aos meandros da tessitura do texto e do discurso jornalístico que, muitas vezes, são repetidos por leitores que, ao elaborar a sua própria produção para a mídia, apropriam-se desse conteúdo inicial. Com a abordagem qualitativa, o critério utilizado na seleção objetiva a avaliação do que é encontrado nesse conjunto finito de material significativo, composto por documentos (no caso, textos publicados), dados, informações sobre moradores de rua, com vistas a analisar criticamente os discursos constitutivos das matérias jornalísticas sobre esse assunto específico. Essa divisão torna claro o limite do analista, uma vez que, apesar de ser responsável pela escolha dos textos, não tem ingerência sobre os conteúdos apresentados, pois foram elaborados por outrem, já foram divulgados e, portanto, não podem ser alterados. Eis a relação das fontes pesquisadas:

Fonte	Localidade	Total coletado	Discursos analisados no capítulo V	
			Subgênero informativo	Subgênero Opinitivo
<i>Redes sociais</i>	Brasil e exterior	39	–	–
<i>Correio Braziliense</i>	Brasília/DF	31	01	04
<i>Jornal do Commercio</i>	Recife/PE	23	01	01
<i>O Globo</i>	Rio de Janeiro/Rio	19	-	01
<i>Folha de São Paulo</i>	São Paulo/SP	21	01	-
<i>Estado de São Paulo</i>	São Paulo/SP	29	01	01
<i>Diário de Pernambuco</i>	Recife/PE	15	–	–

Quadro 3.4. Fontes da pesquisa

Para a seleção das fontes, foram considerados itens da produção, a exemplo do agendamento (*agenda setting*) feito pela mídia, com a deflagradora pergunta: isso dá matéria? Ou a equivalente, o fato tem valor-notícia? É assim que a imprensa garimpa no cotidiano os assuntos que, de acordo com o critério, interessariam aos leitores. É possível também, em menor escala e com poder de decisão inferior, que o agendamento possa ser feito por pessoas ou grupos da sociedade, ao pautar o que lhes interessa ver abordado.

A grande imprensa rotineiramente leva em conta essa necessidade ao destinar espaços mais variados para o *feedback*, avançando além da seção tradicional de “cartas do leitor”, como no exemplo do jornal *O Globo on line*, com a seção “Eu-repórter”, onde são solicitados textos escritos e fotos ilustrativas. Um exemplo desta demonstração de *feedback* é apresentado e analisado no capítulo V.

Alguns aspectos necessários à análise:

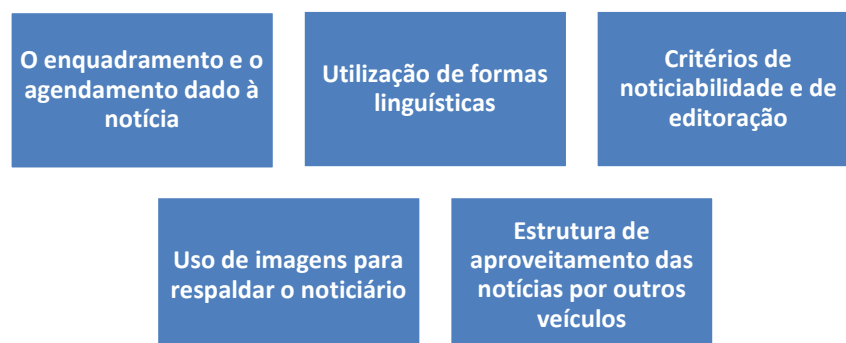


Figura 3.2. Aspectos analíticos da notícia

O processo seletivo envolve algumas categorias para definir os valores-notícia como o de que, por exemplo, as pessoas comuns e sem notoriedade somente merecem destaque e espaço na mídia quando estão ligadas a algo que difere da normalidade, ou seja, essas pessoas são noticiadas porque estão relacionadas ao insólito, vivenciam o bizarro e transformam suas vidas em histórias de péssimo gosto e estilo ou, simplesmente, porque o pitoresco alavanca o interesse e aguça a curiosidade.

Ilustro com trechos de matéria de meia página, canto superior, com imagem em preto e branco da silhueta difusa de uma mulher no centro da foto, levantando para o alto uma criança. Ambas estão rodeadas de tralhas por todos os lados, o que aumenta o efeito da miséria. O tom da matéria é de incredulidade, pois pessoas sem recursos habitam um local onde o metro quadrado de construção é caro, além de apresentarem comportamento moral reprovável, como a promiscuidade que acomete tal gente:

Moradores de rua invadem casarão histórico

Eles dividem o espaço de imóvel com 400 metros quadrados na rua Marquês de Paranaguá na região central de SP

Moradora de rua, não. Amanda agora habita um casarão de 1925, tombado pelo patrimônio histórico municipal. (...) Ela e cerca de 25 pessoas. O metro quadrado na região vale R\$ 2.500...

Quem recebe, à porta do casarão, é Thaís Michelle, ex-auxiliar de limpeza, e Lilian Alexandra, que pede dinheiro na rua: “Isso aqui tem é história”, dizem as duas rindo.

Thaís, Lilian e Amanda brigam pelo catador de latas William Jesus Faria, 25, que se desdobra entre as três – e a quem elas atribuem a paternidade de seus respectivos filhos. Ele divide um “quarto” com Leo Barbosa, 26, e Márcio Santos, 25, ambos desempregados. (...) Eles riem quando se pergunta quem é o pai das crianças que engatinham pela casa.

A maior parte dos atuais moradores – o rodízio é grande – viviam na praça Roosevelt (centro). Foram trazidos pelo “finado Vitor”, viciado em crack, casado com Juliana de Souza, que tem um filho dele e já trabalhou em telemarketing, mas foi demitida porque respondia com palavrões aos assédios dos interlocutores.

(Folha de São Paulo 1º/11/09 – *Cotidiano* - p.C 3)

Outra matéria, assinada pelo jornalista Marcelo Abreu, do *Correio Braziliense*, mostra o morador de rua *Luiz Vida*, a despertar comoção porque é um sem-teto diferente. A personagem dessa história tem valor-notícia por morar na rua, em ponto de ônibus desativado da capital federal, além de ter um passado pungente a causar a piedade dos leitores. Ele mesmo, excluído da sociedade, estranha a sua inclusão na pauta do jornal, o que se comprova na apreciação avaliativa diante do interesse do repórter: “Não vejo motivos pra aparecer em jornal. Minha vida talvez não seja tão interessante assim”.

Passageiro da vida mora em parada na Asa Sul.

Misterioso, elegante, sem-teto e com muita história para contar, morador de rua que conquistou a vizinhança da 103/104 Sul, dado por morto há meses, ressurgiu e volta ao lugar onde diz ter tido a visão de um “ônibus espiritual” que irá levá-lo ao encontro de Deus.

(...) Há um ano e quatro meses, ele não aceitou dar entrevistas. Fotografia, nem pensar. À época, conversou, contou alguma coisa, mas não autorizou que sua história fosse publicada. E justificou: “Não vejo motivos pra aparecer em jornal. Minha vida talvez não seja tão interessante assim”. Desta vez, Luiz Vida não resistiu em receber a reportagem.

E, logo de cara, disse: “Não há explicação pra que eu pudesse voltar a viver. Sou um milagre”. Milagre? Ele passa a mão sobre a barba e responde, explicando: “Era um homem completamente doente. Me tornei alcoólatra, drogado, viciado em cocaína, crack, maconha e todas as drogas que você possa imaginar. Me perdi de mim”.

Luiz Vida conta que se desencontrou dele mesmo por desencanto. “Perdi, num só dia, minha mulher e meus seis filhos. Morreram num acidente de carro. Fiquei sem referência. Acabei na rua.” De rua em rua, porre em porre, drogas em drogas, orverdoses, o mineiro de Diamantina criado em Belo Horizonte parou em Brasília. “Gastei 20 anos pra chegar da Rodoferroviária até a 103 Sul. Quando desembarquei, encontrei um grupo de moradores de rua, todos mendigos. Lá mesmo fiquei”, conta. “Até hoje eu não conheço bem Brasília. As drogas me tiraram do ar”, diz o homem que trabalhava em restaurante, tinha casa e sonhava ver os netos nascerem.

(Correio Braziliense, 29 /10/ 2009)

3.5.3. Suporte metodológico

A ACD é indispensável à proposta da presente pesquisa porque permite o acesso a um suporte científico para questionamentos de problemas sociais relativos ao poder e à justiça, o que é característico da sua natureza de “ciência social crítica”, (FAIRCLOUGH, 2003), além de constituir um percurso transdisciplinar para o estudo dos textos, que considera a “linguagem como uma forma de prática social.” (FAIRCLOUGH, 2001). A sua aplicação prática e amplitude de ação estão contidas em Fairclough e Wodak (2005, p. 370): “Por conseguinte, a análise crítica do discurso é, em primeiro lugar, uma característica da vida social hodierna e, só secundariamente, uma tarefa acadêmica”. Essas ideias básicas do autor, repetidas em várias publicações, levam à síntese das três dimensões complementárias e indissociáveis do discurso: *texto*, *interação*, compreendendo a produção do texto e a sua interpretação, e *ação social*. A interação constitui o que chama de *prática discursiva* que, por sua vez, consubstancia uma ação social.

Quando o pesquisador identifica o problema que vai estudar e concretiza a prática através de perguntas que busca responder, começa a trilhar o caminho cujo ponto de partida é assim delineado por Laville e Dionne (1999, p.95): “A partir de uma observação do real, ou de uma leitura sobre o real, e por meio de um quadro de referência determinado. Esse *quadro de referência* lhe fornece a grade de leitura pela qual percebe o real”.

Buscando construir o quadro de referência que se preste ao estudo do discurso jornalístico, que considero a tentativa de traduzir o real, a escolha recai no suporte

metodológico que tem por base as teorias explanadas neste e no capítulo II, como meio para consolidar a proposta da ADC. Portanto, a concretização da ADC é, no caso, compatibilizada na relação entre ideologia, Linguística Sistêmico-Funcional e Teoria dos Sistemas de Valoração. Para tanto, eis a grade selecionada para a finalidade proposta:

a) Modos de operação da ideologia

Os critérios utilizados foram retirados do esquema e das explicações apresentados por Thompson (2009a, p. 81-89) sobre os modos de operação da ideologia. Esses modos são fortemente marcados por estratégias típicas de construção simbólica, embora o autor afirme que o assunto não se esgota com essa classificação e que nem sempre o uso dessas estratégias é intrinsecamente ideológico. Portanto, para identificar a ideologia de um discurso é necessário o exame minucioso de como a estratégia é empregada e como as formas simbólicas entrecruzam-se com as relações de dominação, sempre em ocasiões pontuais e concretas. De acordo com essas observações e com a tipologia escolhida, optei por trabalhar com os seguintes modos de operação da ideologia:

- *Legitimação*: Consiste no uso de estratégias para justificar que relações de dominação sejam estabelecidas e sustentadas, sempre sob o amparo da legitimidade, além da exigência de que essas relações devam ser merecedoras de apoio e concordância. As estratégias da legitimação são: *racionalização*; *universalização* e *narrativização*.
- *Fragmentação*: A sua operacionalização consiste em repartir indivíduos de uma coletividade como segmentação estigmatizada para evitar que se insurjam ou contestem o poder de grupos dominantes. A justificativa para a fragmentação é que essas pessoas, perigosas e ameaçadoras, põem em risco a vida e os bens dos cidadãos. De maneira geral, é esse o discurso, principalmente o dos leitores de jornais, quando se referem aos moradores de rua. A fragmentação acontece através da *diferenciação* e do *expurgo do outro*.
- *Dissimulação*: A sua característica prende-se à sutileza da apresentação e se consolida pelo desvio da atenção e pela ocultação, negação ou camuflagem das relações e dos processos de dominação. Tal procedimento reafirma o poder que já estabelecido, será mantido sem contestação. Suas estratégias típicas de

construção simbólicas estão representadas pelo *deslocamento*; *eufemização* e *tropo*, a exemplo da sinédoque, metonímia e metáfora.

- *Reificação*: Para o estabelecimento e sustentação das relações de dominação, faz-se referência a uma situação histórica e transitória como se fosse uma situação permanente, simples e natural: “Processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado”, segundo Thompson (2009a, p. 87). Para construir e sedimentar essa “coisificação”, as estratégias típicas mais comuns são: *naturalização*; *eternalização*; *nominalização/passivização*. As duas últimas são encontradas mais frequentemente nos textos jornalísticos.

a) *Linguística Sistêmico-Funcional*

Análise das metafunções *ideacional* e *interpessoal*, a depender de cada um dos textos do *corpus* selecionado. Embora a estrutura textual seja relevante nesta pesquisa, de maneira geral não priorizo a metafunção textual porque o gênero contém a determinação do espaço e tamanho, do tema e rema, além do destaque para o *novum*, que guarda na sua essência o próprio motivo da notícia (*news*). Basta rever o que é perceptível na relevância da informação jornalística que, diferentemente da produção literária, está na sua atualidade, na capacidade de retratar o cotidiano, a lutar contra o tempo e as limitações do veículo e, sobretudo, divulgar o que “tem interesse” e, assim, manter leitores cativos, agregar novos consumidores do *produto notícia*, como também afiançar a fidelidade da rede de anunciantes, de modo a garantir a higidez financeira da empresa jornalística. E esses itens têm relação direta com os componentes ideológicos do noticiário.

c) *Teoria dos Sistemas de Valoração (Appraisal Systems)*

- *Subsistema de Atitudes*: (afeto, julgamento e apreciação)
- *Subsistema de Engajamento*: (heteroglossia e estratégias lexicais)
- *Relações nucleares*: A análise desta parte é incorporada à do item anterior, uma vez que pode aclarar o exame do papel das pessoas no desempenho de uma atividade seqenciada, pela configuração dos elementos da oração no seu interior, através das relações lexicais. Para complementar essa diretriz, destaco o que dizem Martin e Rose (2007, p.81) sobre a expectativa gerada por cada indicador lexical na combinação com os itens lexicais que aparecem mais adiante, o que é factível na identificação de cada um dos cinco componentes das relações taxonômicas: “Um item lexical assume sentido ou se expande no campo do

texto, e esse campo projeta um previsível variação nos itens lexicais relacionados que aparecem a seguir”.

Dessa maneira, as escolhas lexicais, expostas pela forma como se escreve, deixam várias pistas para a análise do discurso. No dia a dia da produção jornalística essas opções lexicais como são postas, muitas vezes, pela própria natureza transitória e efêmera da notícia, passam despercebidas, o que justifica a necessidade de analisar textos e discursos:

- *Sequência de atividades*: A avaliação é feita a partir da frase em referência ao todo constituinte do texto, o que permite chegar ao entendimento de como, de processo em processo postos em uma série de períodos, pode-se chegar ao geral. Martin e Rose (2007, p.101) destacam que o campo da experiência humana é composto por recorrentes sequências de atividades, onde cada parte ocasiona uma extensão possível e pretendida dentro do campo.

d) Formas de relatar opiniões

Utilizando a proposta de Marcuschi (2007, p.146-168), foram listados os itens de análise, específicos para produções opinativas. Aplico tal questionário a qualquer tipo de subgênero jornalístico, pois concordo com a afirmativa de que é impossível produzir um texto sem opinião. Portanto, a opinião está no texto, ostensiva ou veladamente apresentada.

Para o autor, a semântica dos verbos que carregam a opinião, não acontece à margem dos contextos de enunciação e das condições de produção do discurso com tal: “Isso significa que toda informação é produzida dentro de algum sistema que não se ignora a si próprio, veiculando implicitamente uma interpretação qualquer”. (ibid. p.150).

Um adendo essa escolha refere-se à intervenção da professora Virgínia Colares que, por ocasião do exame de qualificação para esta tese, ressaltou que o professor Marcuschi (2007) usa “o termo *discurso* como sinônimo de *texto*”. A partir deste oportuno lembrete, não desconsidero a pertinência de permanecer com a escolha, uma vez que este trabalho é realizado com textos jornalísticos, onde a listagem elaborada por Marcuschi oferece pistas para chegar ao fim pretendido que é, a partir desses textos, desvendar os discursos que deles emergem.

O roteiro contém os seguintes itens:

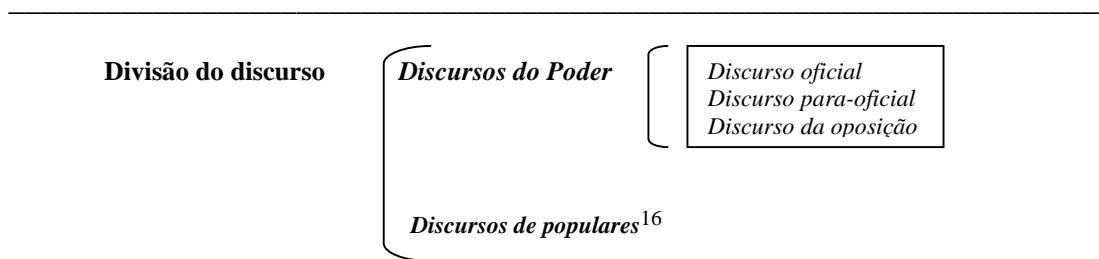


Figura 3.3. Divisão do discurso por Marcuschi

➤ Análise do caráter opinativo:

Mediante um verbo, para “antecipar o caráter geral da opinião relatada”.

Ex: *declarar; confirmar; elogiar; dizer; frisar; indagar; reiterar; advertir; acusar; pedir; sugerir; defender; atacar; contar; considerar; enfatizar; lembrar; acreditar; concordar*:

“Creio, o que não há como negar, que os verbos introdutórios de opiniões funcionem como ‘parafrazeantes sintéticos’, pois eles resumem em uma só palavra o sentido geral a relatar”. (ibid. p.149).

Mediante a nominalização de verbos, como “processo incisivo”.

Mediante construções adverbiais: modalidade que “aparentemente neutra, introduz um discurso literalmente ou parafrazeado. As expressões mais frequentes aqui são: ‘segundo fulano’. ‘na opinião de ...’, ‘para fulano’, ‘a seu ver’, ‘de acordo com’ etc.

Mediante dois pontos ou inserção aspeada no texto.

Retomando a menção ao quadro de referência feita por Laville e Dionne (1999, p.95), de que ele é formado pela bagagem do pesquisador, com fatos de dados brutos, e outros tantos construídos, visando a formação da base dos saberes necessária à concretização do seu intento, considero que o caminho traçado possibilita alcançar o fim ao qual me propus. Entre as muitas contribuições, ressalto a explicação dos autores, para o que chamam de *metáfora do mosaico* em referência ao procedimento a ser adotado: “No princípio, todas as suas peças são do mesmo material, mas de cores variadas; a disposição dessas peças do mesmo material, mas de diferentes cores, define o desenho específico do mosaico”. (ibid). Com esta visão bem particular e simples dos

¹⁶ Segundo Marcuschi (2007, p. 150): “Nos *discursos de populares*, a maior incidência é do verbo dizer: e a este se seguem as construções adverbiais e o processo de inserção da opinião sem o uso de um verbo ou expressão qualquer para introduzi-la no contexto do relato”.

procedimentos em uma pesquisa, eles traçam a missão do pesquisador, que deve estar sempre em consonância com o seu quadro de referência pessoal.

Portanto, o que busco é um olhar pessoal, a assunção responsável de um papel que possa resultar em conclusão para acrescentar algo, com a naturalidade e a singeleza identificadas por Laville e Dionne (1999, p.113): “Raros são os problemas sobre os quais ninguém se tenha jamais debruçado, raras são as perguntas que ninguém jamais se fez. Em uma mesma civilização, as interrogações e os questionamentos se encontram, mesmo que as perspectivas possam diferir”.

Considerações complementares

A metodologia fornece os meios para chegar aos objetivos propostos pela ADC, compatível e aplicada a textos jornalísticos que, através de recursos retóricos e argumentativos, de referencial ético, moral e simbólico, buscam a produção de efeitos do real e de sentido, com a intenção de convencer os seus leitores que tudo é verdadeiro, que aconteceu como está relatado e que as pessoas falaram tal qual está escrito. Visa resolver a passagem da observação à experimentação, fase em que o caráter polêmico do conhecimento torna-se mais evidente, e a escolha das teorias e dos meios para se chegar aos fins é decisiva.

Entre os impasses enfrentados, cito a triagem dos textos escolhidos para a amostragem e a necessidade de diminuir a amostra que inicialmente imaginei imensa, mas afortunadamente fui controlada pela professora Christina Leal (como membro da banca do exame de qualificação). Assim, pude adequá-la ao plano dos instrumentos para alcançar o objetivo, ou seja, o estudo de discursos jornalísticos sobre moradores de rua, a partir da concepção de que os instrumentos representam a concretização das teorias que, testadas pela aplicação, transformam-se na expressão da sua materialidade.

Essa afirmação adquire ressonância na aplicação da pesquisa qualitativa ao texto jornalístico, que é, na sua essência, o relato na maioria das vezes, ou a narrativa, em casos específicos, porque alguém conta algo que sabe, vivenciou ou testemunhou, e que deve, por exercício da profissão, compartilhar com os leitores.

É isso que acontece no mundo da vida e em todos os períodos da história, desde que relatos e narrativas estão intrinsecamente ligados ao ser humano. Com raízes fincadas no tempo e no espaço, têm o papel de organiza experiências e vivências. É

narrando e relatando que o homem procura ordenar o mundo, dar lógica e coerência aos acontecimentos, dos mais comezinhos aos de maior complexidade.

O jornalismo, então, faz do narrar e relatar a justificativa para a sua existência e continuidade. É o repórter que conta aos seus leitores a sua percepção sobre o que se passou a constituir a sua visão sobre o que viu e testemunhou. Busca corresponder à necessidade e anseio do leitor de também ter presenciado o fato apresentado. Assim, a carência de informação é sanada através da fala do outro, a do profissional da notícia que transfere a sua vivência ao público, à medida que põe coisas e fatos perto desse leitor, desvelando a mágica: o que era distante se faz presente, o personagem celebrado torna-se íntimo e concreto, o caso obscuro e enigmático recompõe-se pelas nuances nítidas e exatas. Tudo cai à mão ao se mergulhar no realismo do cotidiano.

O leitor também encontra, e precisa interpretá-la, a complexidade discursiva subjacente aos textos, que se materializa quando alguém fala através do discurso como resultado do trabalho simbólico e como parte do trabalho social e da história do seu autor, numa sequência ordenada de enunciados. O discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente vinculada à dos seus autores e à sociedade em que vivem.

Ao enveredar pela sua pesquisa tão assemelhada à etnografia, com objetivo claro e hábeis perguntas direcionadas à tessitura do texto, o jornalista enseja, muitas vezes, a transformação de pessoas anônimas em personagens dignas de visibilidade, como no caso do repórter Steve Lopez¹⁷, do jornal norte-americano *Los Angeles Times*. Entre as três crônicas semanais que escreve, em 2005 fez a primeira com um, dentre os 90 mil moradores de rua da cidade, o que desencadeou outras crônicas, e mais adiante, um livro *The Soloist* que, por sua vez, deu origem ao filme *O solista*, lançado em 2009. O resultado desse trabalho frutificou pelo envolvimento das linguagens jornalística, literária e cinematográfica.

Considero que essa história é um exemplo da *análise crítica positiva*, proposta por Martin e Rose, uma vez que trata da relação de amizade entre o repórter (Lopez) e o *homeless* (Nathaniel Anthony Ayers) e das transformações que ambos sofreram, a partir do relacionamento e das matérias publicadas. A entrevista e posteriores contatos levaram à modificação mútua pelo nível de envolvimento interpessoal, avanço da visão de mundo e da percepção das pessoas e acontecimentos.

¹⁷ <http://www.stevelopezonline.com/>

Esses discursos que se cruzam na *análise crítica positiva*, completam-se na tessitura do texto jornalístico e possibilitam a constatação de que todo discurso é uma construção social, não individual, e somente pode ser analisado ao se considerar o seu *contexto* histórico-social. O discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente vinculada à dos seus autores e à sociedade em que vivem.

Considero e ressalto, mais uma vez, a necessidade da junção da LSF com a TSV, sobretudo pela proposta da realização da *análise do discurso positiva*. Ela trata dos recursos linguísticos através dos quais os falantes e os textos podem expressar, negociar ou naturalizar determinados pontos de vista intersubjetivos, com os indícios das marcas ideológicas. Aplicá-la, então, é um dos caminhos para a compreensão do que se apresenta à frente, a constituir uma outra realidade que precisa ser conhecida.

A TSV debruça-se sobre a linguagem, ou a expressão linguística da valoração, atitude e emoção, mais particularmente sobre vários recursos que posicionam a forma interpessoal das propostas e proposições textuais. Isto pode ser traduzido no discurso, e interpretado na sua análise, que leva a antever os significados que constituem ou modificam o compromisso dos falantes com o que emitem.

Esta pesquisa não trata de tema original, jamais abordado. Ao contrário, encontro referências sobre o assunto, inclusive algumas produzidas por sem-tetos, expostas especialmente em redes sociais. Também constato o interesse sempre crescente sobre os excluídos e a necessidade da sua reinserção social e econômica, como no ambiente da academia e da sua utilização pela imprensa, que convida acadêmicos para apresentarem o resultado de suas pesquisas.

Acredito, por conseguinte, que a vivência da realidade, as teorias e metodologias devam estar a serviço das pessoas, da conquista da cidadania e da mudança do mundo da vida. Para a consecução dessa missão, o papel da imprensa e da academia é decisivo. Como também é decisiva a aproximação desses dois mundos para analisar, entender e massificar, pelo agir comunicativo, seus mecanismos de ação e seus papéis sociais.

CAPÍTULO IV

DISCURSO DA IMPRENSA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Introdução

Este capítulo trata da abordagem sobre o funcionamento da imprensa e o seu papel na construção da memória coletiva. Admito o pressuposto de que a mídia tem como característica a construção de um discurso polifônico e multifacetado, que lhe permite especular e pontificar sobre os diferentes saberes e dar visibilidade para determinados fatos que elege como dignos de serem noticiados, configurando uma intervenção permitida e até esperada pelo seu público. Dessa forma, o discurso midiático é um modo de ação através das quais determinadas pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros.

Diferentemente da relação interpessoal, que enseja o intercâmbio pretensamente igualitário entre os envolvidos, o noticiário da imprensa propicia o predomínio do falante, quando a amplitude da sua enunciação se agiganta porque não se restringe a enviar uma mensagem a um determinado indivíduo que conhece e com o qual frequentemente interage, mas visa alcançar a massa formada por indistintos sujeitos, mesmo que possa contar com estratégias, a exemplo da segmentação do seu público.

Thompson (2009b, p.31) faz a diferenciação entre a interação face a face, quando o processo de comunicação tem mão dupla, pois uma pessoa fala e outra responde, sendo “fundamentalmente dialógico”, e a comunicação de massa, cujo fluxo é flagrantemente de sentido único: “Por isso os receptores das mensagens da mídia não são parceiros de um processo de intercâmbio comunicativo recíproco, mas participantes de um processo estruturado de transmissão simbólica.” (Ibid.)

Na divulgação das suas mensagens, onde o papel forte é o do transmissor que busca garantir a fidelidade do seu receptor, os jornais dividem os assuntos em função de características do público-leitor e então, por isto, há a parte *geral* (que se imagina para todos), e blocos e cadernos de editorias específicas como: economia, política, social, vida urbana, cidades interioranas, internacional, agricultura, entretenimento, cultura, comportamento humano etc. Assim, atribui-se a cada segmento enfocado a caracterização aproximada pelo perfil dos leitores, embora o procedimento não distancie

o caráter massivo, pois estes continuam indistintos e anônimos e não se comunicam necessariamente entre si, apesar do compartilhamento possível de interesses comuns.

Acrescenta-se a legitimidade que perpassa a sua linguagem por estar vinculada ao poder, consubstanciada na sua utilização que serviria ora para combatê-lo, ora para confirmá-lo através, muitas vezes, do estabelecimento de parceria que se mostra benéfica aos responsáveis pelos dispositivos desse poder. Por conseguinte, o texto jornalístico permite o desvendamento das representações sociais caracterizadas na hierarquização dos papéis. Dessa forma, há os detentores do poder e os que lhes são subordinados, muitos a constituir massa inerte e desejavelmente passiva, submetida ao rigor da lei e do medo, da repulsa e condenação social, além da marginalização do processo econômico e desconhecimento dos direitos e deveres do cidadão.

Neste capítulo não existe a pretensão de focar os vários itens sobre o funcionamento da mídia impressa, mas a intenção em abordar alguns mecanismos específicos sobre o processo de produção da notícia e os seus efeitos, de modo a levantar subsídios para desvendar atos de comunicação de massa relativos ao assunto estudado. Sempre levo em conta a premissa inequívoca de que o jornalista quer, ao se dirigir ao receptor de sua mensagem, transmitir a sua versão da realidade que, imprescindível, deve dirimir o binômio falso vs. verdadeiro, usando os meios disponíveis à persuasão, a partir da certeza subjacente de que o que diz é a verdade dos fatos.

A imprensa influencia a opinião pública à medida que informa ou analisa, ampliando o conhecimento sobre acontecimentos do dia a dia, através de mensagens elaboradoras para o seu receptor. A realização desse trabalho está focada especialmente na figura do jornalista e nas suas estratégias de ação, o que lhe permite ir além e provocar avaliações consideradas inoportunas ou descabidas por parte de quem é alvo das suas investidas. A ultrapassagem dos limites está assim descrita no ensaio de Mark Twain (2010, p.6), produzido no período 1889-90, e até então inédito, sobre o gênero nascente da entrevista de jornal. O autor colocava-se como um dos principais protagonistas da notícia, ao dissecar a relação entrevistado e entrevistador que lhe parecia tormentosa e difícil:

Ninguém gosta de ser entrevistado, mas ninguém gosta de dizer não, pois os entrevistadores são corteses e gentis, mesmo quando têm o propósito de destruir. Não me entendam mal; não estou dizendo que sempre chegam com a intenção deliberada de destruir, ou que só depois percebem ter destruído; não, acho que a atitude deles tem mais a ver com a de um ciclone,

que chega com o propósito ameno de refrescar um vilarejo sufocante e depois se dá conta de que fez tudo ao vilarejo, menos um favor.

Aqueles que se queixam de um entrevistador fazem isso por não ponderar que, afinal de contas, ele não passa de um ciclone, ainda que disfarçado de Deus, como o restante de nós; ele não tem consciência da devastação, nem mesmo quando varre o continente com os nossos despojos e acredita que está tornando nossa vida mais agradável; e que, portanto, espera ser julgado por suas intenções, e não por suas realizações.

Diferentemente, o entrevistador vê essa prática profissional de um ângulo distinto, como uma estratégia conveniente para surpreender o entrevistado e revelar, à opinião pública, o ciclone que estivera tão devotadamente encoberto. A jornalista Thaís Oyama (2008, p.8) classifica a entrevista em duas categorias: a) – a de *informação*, que pode ser longa, breve, testemunhal ou temática; b) – a de *perfil*, “aquela que procura, por meio de perguntas e respostas, mostrar quem é o entrevistado”. Para qualquer uma das categorias, ela dá conselhos pontuais, todos resultantes da sua experiência no exercício da profissão, entre os quais, um deles se adéqua ao viés ciclônico de Twain: “Saber encontrar o ponto fraco do entrevistado e explorá-lo é uma qualidade preciosa para a técnica da entrevista. E, muitas vezes – mas muitas mesmo – esse ponto fraco será a vaidade”. Explica que tal característica humana leva a pessoa a contar fatos que deveria ocultar, ou sobre os quais não gostaria de falar, revelando o que não poderia tornar público: “A vaidade, ou seu excesso, em muitos casos, por si só já é notícia. Fazer com que ela desabroche em todo o seu esplendor depende de certo descompromisso do repórter com a sinceridade; exige uma boa dose de fingimento”. (ibid. p.35). Dessa forma, é possível constatar que as visões antagônicas e conflituosas não mudaram tanto no espaço cronológico e em aspectos éticos e deontológicos em vigor no período que vai do século XIX ao século XXI.

4.1. Função social e papel da imprensa

Os meios de comunicação de massa surgiram e se aprimoraram para atender a ânsia por informação do ser humano como uma das suas necessidades sociais, uma vez que estas não se esgotam nas relações interpessoais. A difusão noticiosa está presente no cotidiano porque, de um lado, dá amplitude à predisposição do homem para narrar e relatar histórias e, por outro, para corresponder à sua vontade de saber sobre acontecimentos que afetam vidas ou aguçam a curiosidade. E sobre os dois lados, pairam os interesses comerciais que norteiam tal indústria de difusão.

A ação da imprensa é sutil e esta razão, entre outras, permite que a ideologia produzida pelo emissor chegue a ser facilmente absorvida pelo destinatário da mensagem, mesmo que não seja necessariamente explicitado o objetivo de persuadir, de influenciar o receptor com apelos à razão, emoção, a imaginação, a ser concretizado na transferência de um determinado ponto de vista, de uma opinião a partir da informação de um fato específico pretensamente veraz. Tal perspectiva remete à necessidade de o jornalista assumir o seu papel ético e deontológico no exercício da profissão, caracterizado por Bernier (2004, p.17) como a transcendência que lhe permite não se restringir ao exclusivo papel de um comunicador, mas, sobretudo, assumir o papel de um ser que busca, de um pesquisador que questiona, do entrevistador que se comporta como um interrogador público, em nome dos seus leitores, ouvintes ou telespectadores, em nome de quem ele representa. Para tanto, precisa ter qualidades individuais especiais como honestidade intelectual, integridade, rigor, objetividade e um senso elevado de equidade.

Thompson (2009b, p.57) ressalta o papel das organizações tipográficas e editoras que apareceram nos “primórdios da Europa moderna” como instituições culturais e econômicas que, sem a perda da característica de centro comercial, tinham a função de ponto de encontro da intelectualidade. Sobre o surgimento da indústria editorial, avalia que ela possibilitou a criação de “novos centros e novas redes de poder simbólico que se baseavam principalmente nos princípios da produção mercantil, e que eram por isso mesmo relativamente independentes do poder político e simbólico controlados pela igreja e pelo estado”.

A difusão de massa permite que o emissor envie a mensagem ao receptor e que ele possa conhecer fatos que não presenciou, mas que, pelo detalhamento da notícia, assessora-se como se fosse uma testemunha ocular e passa, com o uso da *dissociação estrutural*, a apresentar a sua versão recriada, a discuti-la e opinar sobre ela nas interações face a face. Esse procedimento é assim visto por Thompson (2009b, p.34): “No lado da recepção, a dissociação estrutural significa que os receptores das mensagens mediadas ficam à vontade. Podem fazer o que bem entenderem das mensagens, e o produtor não está lá para reelaborar ou corrigir os possíveis mal-entendidos”. Apesar dessa característica, o autor acredita existir desigualdade nos processos de transmissão e produção e o de recepção: “(...) os receptores de mensagens mediadas pouco podem fazer para determinar os tópicos ou o conteúdo da comunicação”. (ibid.p.35).

A existência desse limites é comprovada pelo processo histórico, como nas inscrições de Lascaux, de Altamira ou da Serra da Capivara, quando não se sabe a intenção de quem fez os desenhos, mas se pode conhecer detalhes da vida de homens e animais primitivos, segundo a percepção e os conhecimentos maiores e superiores do homem da atualidade. Prospecções arqueológicas revelam muitas informações sobre aquela gente que aliava a atividade da caça às primeiras produções artísticas que se conhece. Pelas inscrições rupestres, consideradas como documentos históricos e verdadeiras testemunhas da vida do homem em tempos remotos e de culturas extintas, é demonstrada a capacidade humana de simbolizar, como forma de evocação do mundo através da concretude visível das diversas imagens mentais que o representam.

Inaugurando a produção das formas simbólicas com função expressamente informativa, serve como exemplo o primeiro jornal do ocidente que se tem notícia, o *Acta Diurna*, com estrutura de mural posto em locais públicos, inicialmente no fórum romano, por ordem de Júlio César. Sua reprodução pôde se ampliar, tempos após, com a invenção de Gutenberg da *prensa* móvel, palavra à qual se acrescentou depois o prefixo *in* para formar um novo signo, *imprensa*, a denominar o exercício de uma também nova e sistematizada atividade, com a capacidade de reprodução da mensagem e o aumento da acessibilidade.

Esses aspectos são vistos por Thompson (2009b, p.27) como resultantes da possibilidade da adequação das formas simbólicas à estrutura mercantil: “Isto é, transformadas em mercadorias para serem vendidas e compradas no mercado; e os meios principais de ‘mercantilização’ das formas simbólicas estão justamente no aumento e no controle da capacidade de sua reprodução”. Portanto, com a revolução industrial, houve o incremento e difusão da produção gráfica, ficando o jornal mais parecido com o que conhecemos hoje e se consolidando como uma fonte confiável de informação. Através dos tempos, pôde mudar a sua apresentação, assumir novas formas e tecnologias, até chegar atualmente ao *jornal on line*, sem perder, no entanto, a sua característica de credibilidade junto aos seus leitores, como vem acontecendo através dos séculos.

A imprensa possibilita alcançar o que Thompson (2009b, p. 38) chama de “mundanidade mediada”, ou seja, a “compreensão do mundo fora do alcance da nossa experiência pessoal, e do nosso lugar dentro dele, sendo modelada cada vez mais pela mediação das formas simbólicas”. Vejo nesta afirmação uma ponte com a antevisão de McLuhan que, ainda na segunda metade do século XX, preconizava a *aldeia global*.

Essa *aldeia global* é o lugar sem fronteiras no qual o homem moderno passaria a centrar a sua vida. Nessa amplitude espacial imaginária, através da aproximação mediada, poderia estar mais perto dos seus semelhantes. Assim, os meios de comunicação de massa podem agir sobre a imaginação e ampliar o mundo, visões e desejos: “Os horizontes espaciais de nossa compreensão se dilatam grandemente, uma vez que eles não precisam estar presentes fisicamente aos lugares onde os fenômenos observados ocorrem”. (ibid.)

No Brasil, o primeiro jornal, *Correio Braziliense*, era editado em Londres, por Hipólito José da Costa, trazido e distribuído na colônia, onde eram proibidas as máquinas impressoras para evitar a propagação de ideias libertárias. Hipólito da Costa definiu o objetivo da sua proposta, na primeira página do primeiro número: “Conclamar os leitores a abrirem suas portas ao esclarecimento, às lutas que engendram contra o *labyrintho da apathia, da ineptia, e do engano*”. (AQUILES, 1976). O novo e atual *Correio Braziliense*, editado em Brasília, é uma homenagem ao pioneiro, mas não representa a sua continuidade. Sobre aquela época inicial, não há avaliação pormenorizada ou registro da evolução do jornalismo brasileiro, praticado sobretudo por literatos detentores de reconhecido saber e erudição.

Nos dias atuais já se pode esmiuçar a sua história e estabelecer um corpo teórico sobre a predominância de princípios que lhe nortearam, com estudos sistematizados a partir do século XIX, quando, segundo Nelson Traquina (2001, p.52), o jornalismo começou a ganhar um pequeno lugar na universidade, principalmente nos Estados Unidos e na França, a exemplo da tese de doutorado de Max Weber, apresentada, em 1910, sobre o papel social do jornal, além da publicação de um outro trabalho sobre as notícias, em 1918.

Outro marco é o lançamento do livro de Walter Lippmann, quatro anos depois, com o título de *Opinião Pública*. No primeiro capítulo, *The word outside and the pictures in our heads*, o autor argumenta que os meios de comunicação social (nesse momento histórico, essencialmente a imprensa) são a principal ligação entre os acontecimentos do mundo e as imagens desses acontecimentos na nossa mente: “Lippmann iria antecipar em cinquenta anos todo um filão de investigação em torno da *teoria do agendamento*, de McCombs e Shaw, que foi no fim do século XX uma das linhas de investigação mais dinâmicas no estudo dos *media* e do jornalismo”. (TRAQUINA, 2001, p. 52-53).

Durante a década de 40, segundo Traquina (ibid.), foram divulgados os estudos de Lazerfeld com a análise da influência da campanha eleitoral sobre o voto dos cidadãos, dando origem a dois modelos, o da “comunicação em dois níveis”, o *two step flow of communication*, e a teoria dos *efeitos limitados da mídia*, que minimizava a sua influência. Entre outras teorias surgidas posteriormente, está a do *agendamento*, de McCombs e Shaw, que prevê a necessidade de se conhecer a agenda jornalística, com a seleção de enquadramentos, para descobrir o poder dos jornalistas e do jornalismo, além de tratar da necessidade da compatibilização com a ética. (ibid. p, 34).

Segundo Traquina (ibid. p.54) , a década de 50 teve uma grande importância para o jornalismo, com a publicação do artigo de David White, em revista acadêmica norte-americana, com o conceito de *gatekeeper*. A teoria revolucionou a forma de encarar o assunto e sua importância se ampliou até os anos 60, por prever que o processo de produção de notícias é concebido como uma série de escolhas à medida que o seu fluxo passa por portões, os *gates*, quando o profissional, o *gatekeeper*, deve tomar a decisão sobre as notícias que lhe interessam e quais as que deixará de lado.

Desta forma, o processo seletivo da notícia é arbitrário e subjetivo, baseada em juízos de valor, ou seja, ao acontecimento é atribuído um maior, menor ou nenhum valor-notícia. Logo depois, foram iniciadas pesquisas sobre a circulação da informação em nível mundial e investigações comparativas dos jornais, com o patrocínio da Unesco.

As conclusões já alertavam sobre a influência das agências de notícia do primeiro mundo sobre o terceiro mundo, denominado de “*fluxo informativo de sentido único*”, enfoque retomado por Galtung e Ruge, em 1965, que foram mais adiante ao apresentar a primeira base teórica sobre os valores-notícia que os jornalistas usam na seleção dos acontecimentos. (TRAQUINA, 2001, p.55).

A *teoria organizacional* de Warren Breed destaca a influência dos constrangimentos organizacionais no trabalho jornalístico. Seu introdutor partiu da ideia de que o jornalista tende a acatar mais fortemente as normas editoriais e a política da empresa jornalística para a qual trabalha, em detrimento das crenças pessoais que teria antes de começar na organização. O profissional tende a pensar e agir em consonância com a expectativa empresarial que, por sua vez, responde com o mecanismo de recompensa ou punição. O debate sobre a *teoria organizacional* ampliou-se e atingiu maior dimensão a partir dos anos 70. (Ibid. p.71-72).

A década de 60, com seus protestos e afirmações de princípios, foi emblemática ao revolucionar costumes e questionar crenças e valores. O movimento de *Maio de 68* da França, fez eco pelo mundo. O jornalismo não foi excluído desse turbilhão. Ao contrário. Nos Estados Unidos, em plena época da guerra do Vietnã, o chamado *novo jornalismo* se insurgiu contra a possibilidade de existência da *objetividade* no exercício profissional.

Ao mesmo tempo, na Europa, na Universidade de Glasgow, Stuart Hall, sobre a influência de Gramsci, de Barthes e da escola culturalista britânica sobre a linguagem, compatibilizou o tema à ideologia. Com a crescente dimensão dada ao jornalismo, a ponto de ser chamado de *quarto poder*, as questões passam a girar em torno da sua relação com a sociedade, onde pairam as implicações políticas, econômicas e sociais.

Na década seguinte, os ecos dessa visão fizeram-se mais fortes. O aspecto ético passa a ser questionado para tratar da relação dos jornalistas com a suas fontes, tópico que antes era abordado superficialmente. Outros temas correlatos recebem atenção da comunidade acadêmica, também de diversos agentes sociais e dos próprios cidadãos. Há a refutação de valores positivistas acerca da verdade jornalística, quando os acadêmicos passaram a adotar a parcialidade, em contraposição à objetividade, como conceito para a organização de outros estudos.

A preocupação com a dicotomia parcialidade/objetividade continua a gerar discussões. A *teoria do espelho* apregoa que os jornalistas devem refletir a realidade sem distorção, desde que há possibilidade de reproduzi-la. O exercício da profissão exige que eles não devem ter interesses que o desviem da missão de informar somente a verdade: “O *ethos* dominante, os valores e normas identificadas com um papel de árbitro, os procedimentos identificados com o profissionalismo, fazem com que dificilmente os membros da tribo jornalística aceitem qualquer ataque à *teoria do espelho*”. Contra esse *espelho* insurgem-se vários estudiosos, como Chomsky e Herman, a dizerem que a parcialidade é facilmente identificada na *distorção*. Para justificar, dão o exemplo da atitude da imprensa norte-americana na cobertura à repressão no terceiro mundo, quando se subordina à orientação e aos interesses das elites políticas e econômicas. (TRAQUINA, 2001, p. 68).

Chomsky e Herman consideram as notícias como *framework*, ou propaganda que dá sustentação ao regime capitalista pela utilização de todo um aparato para a cobertura de um determinado acontecimento nos meios de comunicação social, nos

moldes de uma intensa campanha de publicitária. (ibid. p. 82). Eles defendem o uso da *notícia como construção*, rejeitando a *teoria do espelho* com os seguintes argumentos :

- a) É impossível estabelecer uma distinção extremada entre a realidade e os meios de comunicação de massa como reflexo da realidade, já que as notícias ajudam na construção dessa própria realidade.
 - b) A linguagem não pode ser neutra na transmissão de significados relativos aos acontecimentos.
 - c) A mídia dá estrutura a sua representação dos acontecimentos por conta de variáveis, a exemplo da própria organização das atividades jornalísticas ou a sua constituição como empresa de um mercado competitivo que, como tal, visa o lucro.
-

As *teorias instrumentalistas*, dos anos 70 aos 80, acirraram as críticas ao jornalismo, a partir de dois pressupostos: o processo produtivo é feito com o conluio entre as partes e existe a intenção explícita da distorção na preparação da notícia. Estas afirmativas instrumentalistas são contestadas pelos estudos etnográficos dos meios de comunicação de massa que rejeitam a distorção intencional da notícia. Por sua vez, as *teorias construtivistas* defendem a idéia de que as notícias resultam da interação social entre os jornalistas e as suas fontes de informação, e entre os jornalistas e a sociedade. Assim, os profissionais não são observadores inertes, mas também são participantes da construção da realidade. (ibid.85-88).

As *teorias políticas*, de cunho instrumentalista, de acordo com Traquina (ibid. p.80-81), recebem acolhida ao explicar que a ação dos meios noticiosos serve objetivamente a certos interesses políticos. Na versão crítica da esquerda, são considerados instrumentos que defendem o sistema capitalista, enquanto que, na versão da direita, são meios que devem pôr em destaque o capitalismo. Portanto, essas teorias asseveram posição radical ao considerarem que as notícias são “distorções sistemáticas” a serviço de interesses políticos e do poder.

Entre as contribuições posteriores, Traquina (2001, p.61) ressalta o que tem sido feito desde os anos 80, por Teun van Dijk e Roeh que, como outros analistas críticos do discurso, usam a base metodológica da teoria no estudo desse campo específico, pois “a metodologia tradicional de análise de conteúdo deixou de ter um monopólio na análise dos textos jornalísticos”.

Nessa análise de textos jornalísticos, vale ressaltar a contestação de Fairclough (2001, p. 121) à concepção de Althusser de ‘ideologia em geral’ como forma de cimento social que é inseparável da própria sociedade, uma vez que todos os tipos de discurso são abertos em princípio, e de certo modo concretamente, ao investimento ideológico.

Para o autor, em nossa sociedade não significa que todos os tipos de discurso são investidos ideologicamente no mesmo grau. “Não deve ser muito difícil mostrar que a publicidade em termos amplos é investida com mais rigor do que as ciências físicas”. (ibid.). Logo após a contestação, ele ressalta a contribuição do trabalho de Foucault por apresentar a análise de como vários saberes e disciplinas normalizam instituições e práticas da sociedade. E, daí, a centralização da noção de *discurso*, onde *poder* e *saberes* juntam-se e que, se forem distanciados, não é possível julgar questões de verdade e falsidade.

Os analistas críticos consideram que o discurso é, ao mesmo tempo, estruturante e estruturado nos e pelos processos sociais, à semelhança da afirmativa de Pierre Bourdieu. E do próprio Foucault, ao admitir a existência de barreiras:

(...) por sob a representação, uma imensa camada de sombra, que nós agora tentamos retomar como podemos, em nosso discurso, em nossa liberdade, em nosso pensamento. Mas nosso pensamento é tão curto, nossa liberdade tão submissa, nosso discurso tão repisado que é preciso realmente nos dar conta de que, no fundo, essa sombra subterrânea é um poço de dificuldades. (FOUCAULT, 2002, p.292).

Ao transitar da arqueologia à genealogia, Foucault atravessa uma fase intermediária quando encara a concepção discursiva como uma ‘descentração do discurso’, desde que é dado um grande destaque ao *poder*, com o foco nas relações mútuas entre sistemas de verdade e modalidades de poder. Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (1971) considera que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas é aquilo pelo qual e com o qual se luta, é o próprio poder de que procuramos nos assenhorear. Considera que o caráter de poder nas sociedades modernas está relacionado aos problemas de controle das populações. O poder é implícito nas práticas sociais cotidianas, que são distribuídas universalmente em cada nível de todos os domínios da vida social e são constantemente empregadas.

Além disso, pode-se concluir sobre a concepção do filósofo francês, o que tão adequado ao processo jornalístico, é que o poder somente seria tolerável na condição de que mascare uma grande parte de si mesmo, já que seu sucesso é proporcional à sua habilidade para esconder seus próprios mecanismos. É dessa forma que atuam os meios de comunicação de massa. Mas, não se deve perder a perspectiva de que onde há esse

mesmo poder, há resistência pelo contrapoder e que, com novos saberes e tecnologias pode-se ampliar e aprofundar os poderes na sociedade disciplinar. Assim, há a possibilidade de que esse cenário abrigue a existência de sujeitos conscientes e engajados que venham a lutar contra esse mesmo poder e contra a alienação e o conformismo.

Vale salientar que essa alienação e esse conformismo são camuflados pelas inúmeras formas de dominação sempre criativas, renovadas e sedutoras. Isso é perceptível na matéria de meia página do disputado caderno de política do jornal *Folha de São Paulo* (31/7/10, p.A9), com o título de *Político sem-teto*. Na abertura, ele é assim apresentado:

Empresário falido com o confisco do governo Collor, José de Camargo, 62, que mora nas ruas há 11 anos, decidiu candidatar-se a deputado estadual pelo PRTB no Paraná. Com uma motoneta, comprada com o dinheiro que arrecadou catando latinhas e outros materiais recicláveis e coberta com adesivos do partido (ele ainda não foi buscar os santinhos), o sem-teto diz que costuma pedir voto na rua sozinho. Se eleito, o candidato quer criar uma comunidade de recuperação de dependentes químicos na região de Curitiba e atuar como representante dos catadores de lixo contra “o lobby das grandes empresas” do setor de limpeza.

A criação de uma nova abordagem pode ser capaz de promover a integração do excluído e a superação da exclusão, através de um discurso que apregoe a mudança da situação e o desenvolvimento do sujeito na sociedade. Tal qual preceitua Habermas (1989) sobre a necessidade do uso da razão comunicativa para exercer o papel na história de uma força redentora, com a transposição da divisão sujeito-objeto e o uso da racionalidade dentro da estrutura intersubjetiva da linguagem.

Ele defende a ação comunicativa para a superação da razão iluminista, o que significaria uma escapatória à dominação burguesa. A sua teoria prega que as normas podem ter validade se todos os participantes de um discurso prático concordem com ele e que a ação comunicativa conteria os requisitos para se chegar à democracia ideal. Assim, o que importaria é o *logos* que se estabelece no diálogo pelo intercâmbio de ideias, opiniões, conhecimentos, informações entre os sujeitos, como resultado dos modos diferentes de estar no mundo, por meio do *sistema e do mundo de vida*.

Enquanto não se implanta ainda a utopia habermasiana, considero importante observar a visão crítica sobre esse processo de compreensão e apreensão do discurso jornalístico. Para ilustrar, vale atentar para o que foi dito pela filósofa Marilena Chauí ao ser entrevistada pela revista *Caros Amigos* (novembro/2005, p.37): “Então você tem

informações verdadeiras e confiáveis, informações mais ou menos, informações pouco confiáveis e informações falsas. E você não tem elementos para discernir. E combina um pouco de cada uma. E destrói outra vez a informação”.

No meio jornalístico a visão crítica é apresentada pela *ombudsman* do jornal Folha de São Paulo, jornalista Suzana Singer. Na sua coluna dominical (25/4/10, p. A8), como representante do leitor, defende-o arduamente, aconselha um melhor tratamento para ele por parte dos jornalistas da FSP, além de tocar em assunto pouco abordado por ser tabu, constituído pela vaidade e arrogância profissional:

Em um jornal com mais de 290 mil exemplares, o leitor acaba se tornando um ente volátil, fictício. Fala-se em nome dele para defender teses A,B ou C. Ou, o que é pior, sucumbe-se ao erro narcisista de ignorar quem nos lê e escrever para colegas, fontes (quem nos passa informações) e especialistas.

As opiniões da filósofa Chauí e da jornalista da FSP evidenciam o desamparo ao qual podem ficar relegados os consumidores do produto/notícia, considerados seres abstratos e fictícios que aceitam por aceitar, que não usam critérios, que desconhecem, para o julgamento e para fazer a diferença entre as informações que recebem, abrindo mão de parâmetros e indicadores que os subsidiariam a estabelecer a gradação entre a maior ou menor credibilidade.

4.2. A palavra situada e o discurso atravessado

O poder perpassa a criação jornalística. Segundo van Dijk (2008, p.43) é imperativo focalizar as dimensões do poder que são diretamente relevantes para o estudo do uso linguístico, do discurso e da comunicação, uma vez que o exercício e a manutenção do poder escoram-se na estrutura ideológica: “Essa estrutura, formada por cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e seus membros, é adquirida, confirmada ou alterada, principalmente por meio da comunicação e do discurso”. Entre os cuidados que enumera para a identificação de tal estratégia, estão a necessidade da observância de uma entonação particular, emprego de pronomes, constituição e disposição das manchetes jornalísticas, escolhas lexicais, o ângulo e seleção de fotografias, uso de metáforas, que podem dar relevo e tornar evidente uma relação abstrata como é a de poder e sociedade.

Na interpretação do discurso midiático é interessante atentar para a *pragmática universal* que é definitivamente ligada à concepção habermasiana da busca da liberdade, verdade e justiça, tendo por base a estrutura da comunicação, a partir dos *atos de fala*

propostos por Austin e, posteriormente, por Searle, e da concepção de Wittgenstein de que a linguagem se esclarece através da ação.

A idéia de Austin, segundo a qual ao dizermos algo, fazemos algo, implica a recíproca: ao realizarmos uma ação de fala dizemos também o que fazemos. Esse sentido performativo de uma ação de fala só é captado por um ouvinte potencial que assume o enfoque de uma segunda pessoa, abandonando a perspectiva do observador e adotando a do participante. É preciso falar a mesma linguagem e como que entrar no mundo da vida, compartilhado intersubjetivamente por uma comunidade linguística, a fim de poder tirar vantagens de peculiar reflexividade da linguagem natural e poder apoiar a descrição de uma ação executada por palavras sobre a compreensão do autocomentário implícito nessa ação verbal. (HABERMAS 1990, p.67).

Um discurso recorrente da imprensa apregoa a sua própria honradez e a constante busca da verdade, sempre com imparcialidade, objetividade ou neutralidade. O caso do *manual de Redação da Folha de São Paulo* (2001, p.45) é emblemático. Em evidente contraste, declara a impossibilidade do jornalismo objetivo e, ao mesmo tempo, solicita que os seus profissionais sintam-se obrigados a usar a maior objetividade possível. (No original as expressões não estão em negrito).

Não existe objetividade em jornalismo. Ao escolher um assunto, redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma decisões em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da **obrigação de ser o mais objetivo possível.**

Uma perspectiva menos idealizada é corroborada na afirmativa do jornalista Ricardo Kotscho, em entrevista à Associação Nacional de Jornais - ANJ (2006):

(...) esse negócio de imparcialidade, objetividade, neutralidade não existe mesmo, não é próprio da natureza humana, é conversa de acadêmico. Prefiro ficar com uma singela definição do Carl Bernstein, aquele do caso Watergate: A reportagem é a melhor versão da realidade possível de se obter.

À opinião de Kotscho pode se aplicar o que escreveu Foucault (1996, p.18): “Enfim, creio que essa vontade de verdade assim apoiada sobre um suporte e uma distribuição institucional tende a exercer sobre os outros discursos – estou sempre falando da nossa sociedade – uma espécie de pressão e como que um poder de coerção”. Por conseguinte, o uso da análise do discurso permite a avaliação de enunciados com uma série de formas para a observância de desempenhos verbais, das quais fazem parte uma análise lógica das proposições, da gramática das frases e uma análise psicológica ou contextual de formulações.

Giannetti da Fonseca (2005, p.147) afirma que a parcialidade é inerente à condição humana: “Tudo se ajusta, sem nos pedir licença, ao nosso olhar”. Os fatos e objetos que nos cercam nunca se mostram como são, mas assumem características a partir do ponto de vista de quem os interpreta: “Aos olhos de um pedestre atento o que

realmente está vendo diante de si, a luminária acesa no poste à noite é maior do que a lua cheia. O vagalume a um palmo do nariz brilha mais forte que a mais majestosa e cintilante estrela no céu”. Mais adiante, (ibid. p.153) reafirma a dificuldade para chegar à imparcialidade e os limites da percepção: “Uma parte jamais verá, será ou compreenderá inteiramente o todo à qual pertence. Um ser dotado de sentidos que traduzisse fielmente a real magnitude e proporção das coisas perderia o senso de orientação e desapareceria na sua insignificância”.

Essa versão aplicada à elaboração e interpretação do discurso é explicada por Fairclough (2001, p.153), ao utilizar a expressão ‘*representação do discurso*’, em vez do ‘discurso relatado’, o que se aplica bem à produção jornalística. Para o autor, a representação do discurso capta melhor a ideia de que, quando se “relata o discurso”, necessariamente se escolhe representá-lo de um modo em vez de outro, sobretudo porque aquilo que está representado não é somente a fala ou a escrita com suas orientações gramaticais, mas tem relevância a organização discursiva acompanhada de certos aspectos do evento discursivo, a exemplo das circunstâncias, o tom no qual as coisas foram ditas, entre outros.

Van Dijk (2008, p. 52), ao tratar da relação *discurso e poder*, identifica como isto acontece e a importância da sua observância nas formas de reprodução e disseminação do discurso do poder, o que mostra a simetria com as afirmações dos autores citados anteriormente:

Obtém-se um controle direto sobre a ação por meio de discursos que possuem funções pragmáticas diretivas (força ilucutória), tais como comandos, ameaças, leis, regulamentos, instruções e, mais indiretamente, por meio de recomendações e conselhos. Os falantes costumam ter um papel institucional e seus discursos apóiam-se com frequência no poder institucional. Nesse caso, consegue-se a aquiescência muitas vezes através das sanções legais ou de outros tipos de sanção institucional.

Isso implica ser o discurso um modo de ação, uma forma com a qual as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros. Diferentemente da relação face a face, que enseja o intercâmbio pretensamente igualitário entre os envolvidos, o noticiário da imprensa propicia o predomínio do falante e a amplitude da enunciação se agiganta porque não se restringe a enviar uma mensagem a um único sujeito, mas visa alcançar a massa que, como tal, é desmesurada e indistinta, mesmo que se considere a possibilidade de fragmentá-la através da segmentação. Acrescenta-se a legitimidade que perpassa a sua linguagem por estar vinculada ao poder, consubstanciada na sua utilização que serviria ora para combatê-lo, ora para confirmá-lo através, muitas vezes,

do estabelecimento de parceria que se mostra benéfica aos responsáveis pelos seus *dispositivos*, conforme a classificação de Foucault.

Ao serem entrevistados, numa mudança de papel, jornalistas emitem opiniões que resultam de questionamentos sobre aspectos éticos e morais que perpassam a conjunção do pleno exercício da cidadania e da responsabilidade profissional. Em nenhum momento é possível esquecer que o seu trabalho é exercido em uma empresa jornalística que, como as outras empresas, tem seus próprios interesses que, inconfundivelmente, começam na estabilidade financeira, condição essencial para se firmar e permanecer no mercado. O êxito faz crescer a sua importância e o prestígio, a exemplos daqueles que certos veículos de massa usufruem e, como consequência, também seus empregados-jornalistas. O discurso da imprensa reproduz o discurso da parte dominante da sociedade. Da mesma sociedade da qual o jornalista responsável pela redação de determinado texto e discurso é parte ativa.

Quando mudam de lugar, passando de entrevistador a entrevistado, o jornalista defende posições ao opinar sobre assuntos que, em outras circunstâncias, são a fonte de questionamento na elaboração do seu exercício profissional, o que reflete bem a sua incapacidade de ser neutro sobre qualquer assunto em particular. De maneira geral, a imprensa contribui decisivamente para a formação da opinião pública, pela credibilidade que lhe é atribuída pelos seus leitores e que, diligentemente, ela alimenta através de uma política traduzida no discurso que apregoa o uso da imparcialidade e objetividade.

Esses discursos atravessados que permeiam o produto jornalístico levam à reflexão sobre o que diz Ducrot (1984, p.201) e que, embora não analise especificamente a enunciação da imprensa, a ela se aplica:

Não se trata das afirmações elogiosas que o orador pode fazer sobre sua própria pessoa no conteúdo de seu discurso, afirmações que, contrariamente, podem chocar o ouvinte, mas da aparência que lhe conferem o ritmo, a entonação, calorosa ou severa, a escolha das palavras, dos argumentos. [...] É na qualidade de fonte de enunciação que ele se vê revestido de determinadas características que, por ação reflexiva, tornam essa enunciação aceitável ou não.

Essa linha é seguida pelo jornalista e professor Luis Milman que, em artigo postado no site do *Observatório da Imprensa* (20/1/2009), relaciona a importância do bom uso da língua para o exercício profissional e critica a tendência atual do jornalismo de usar o futuro do pretérito, hábito que considera como “a miséria da mídia”, e que é, segundo a direção da maioria dos veículos de comunicação, mais uma das estratégias

para evitar o comprometimento com certas afirmativas categóricas, o que pode redundar em processo jurídico:

O jornalista pode estar informando, opinando, não importa. Procurar ser preciso no emprego das palavras, cuidando para que não haja equivocidade nelas; buscar assim a clareza e a objetividade da narrativa (já disse, pode-se estar opinando ou informando); não especular – banindo, por isso, construções linguísticas que possam levar à confusão –, enfim seguir as regras da pragmática jornalística que são, enfático, incontornáveis.

No jornalismo, a verdade perseguida é a correspondência com os fatos. Não é a verdade pragmaticista (não confundir com a pragmática inerente ao jornalismo), nem coerentista, nem idealista. Essas concepções filosóficas da verdade disputam com a ideia da verdade como correspondência (com os fatos) a posição lógico-filosófica mais consistente.

Tal afirmativa faz retornar aos pressupostos de Habermas sobre as *teorias dos atos de fala* e da *pragmática universal*, quando ele alerta sobre o uso da linguagem, especialmente sobre o cuidado que se deve ter para evitar restrições ao proferir enunciados que possam ser classificados de falsos ou verdadeiros.

4.3. O intertexto e a pluralidade de vozes

Ao analisar criticamente o discurso produzido por um emissor que transmite uma mensagem com conteúdo argumentativa de modo a persuadir, segundo o princípio aristotélico de que o objetivo da retórica é a persuasão, o analista busca pistas e indícios que lhe permitam desvendar artimanhas e recursos linguísticos para responder a uma questão crucial: de que maneira escritores e falantes instauram-se nos textos que produzem? Vale ressaltar que, textos aparentemente assépticos a transmitir fatos, a exemplo das produções jornalísticas, com tamanha objetividade que poderiam ser tomados como “imparciais” ou “neutros”, estão marcados por ideologias e representações de poder.

Textos e discursos são produzidos por pessoas que narram as suas percepções individuais a partir de um mesmo evento. E, ao proceder assim, elas não são neutras ou imparciais, pois atributos como neutralidade e imparcialidade não são humanos nem reais. Apesar dessa obviedade, é preciso repeti-la à exaustão, para desativar a armadilha que é confundir verdade com realidade. O discurso, ao perpassar o texto, é uma forma de mediação situada na *ordem do discurso*, um conceito de Foucault, apropriado por Fairclough.

A *ordem do discurso* trata da totalidade de discursos em uma sociedade ou instituição, à relação entre as práticas sociais, às articulações e rearticulações entre elas. De acordo com Fairclough (2001), as ordens do discurso são formadas de elementos,

com limites tensos entre as práticas. As rearticulações que vão predominar referem-se à hegemonia que depende do investimento e do reinvestimento ideológico das convenções discursivas, dos gêneros discursivos e dos estilos, o que é relevante para a compreensão da estrutura social da textualidade híbrida através da semiótica.

Sob essa perspectiva, a análise do discurso crítica - ADC considera a *ideologia* como um aspecto crucial da constituição do discurso porque subsidia a criação e manutenção de relações desiguais de poder. Dessa forma, a linguística crítica tem um interesse particular em desvendar como a linguagem legitima a ideologia numa variedade de instituições sociais. Trabalhar, portanto, com a ADC é um caminho possível para desmistificar os discursos e, por conseguinte, decifrar as ideologias cuja constituição abriga diversas vozes, expressas pela linguagem que, a princípio, não é poderosa em si mesma, mas adquire poder pelo uso que os agentes que detêm o poder fazem dela. Assim, consegue-se tornar adequado o que se pretende dizer através do próprio texto, de outros textos que expandem a multiplicidade de vozes.

A análise dos discursos jornalísticos permite desvendar a *formação discursiva*, apregoadada por Foucault e acatada por Fairclough, os *speech act* de Austin e Searle, mais tarde incorporados por Habermas na formulação da *pragmática universal*, em um profícuo encadeamento de saberes e multiplicidade de visões. Assim, é que tais visões estão presentes em ambas as divisões do gênero jornalístico, conforme o que é encontrado na maioria dos manuais de jornalismo, o *informativo* e o *opinativo*, embora seja levado em consideração que no processo de criação de textos ditos informativos, está presente a figura e a voz do repórter, embora ele somente faça referência a outras vozes que declaram, explicam, acham ou analisam algo, garantindo a pluralidade de vozes. Mas, mesmo em textos classificados como “de opinião” estão subjacentes outras vozes, discursos e textos.

Os textos jornalísticos são baseados em fatos e estes presumivelmente retratam a verdade ou verdades. As verdades que são próprias e inerentes àqueles envolvidos na relação *eu/ tu/ ele*. O *eu* é o autor da matéria feita por encomenda de uma empresa jornalística e que, de acordo com o Artigo 3º do Código de Ética, tem a seguinte caracterização: *A informação divulgada pelos meios de comunicação pública se pautará pela real ocorrência dos fatos e terá por finalidade o interesse social e coletivo.*

É, então, esse “eu” que, na sua produção textual, se refere a um “ele” que é a pessoa que fala entre aspas, que diz, que assume proposições e posições e o “tu” que, nebuloso e anônimo, é a pessoa para quem o jornalista reporta o fato, como

destinatário e receptor. É esse mesmo “tu” que, voluntariamente, pode virar o “eu” de uma nova mensagem, através do feedback dado em espaço próprio como o de “*cartas à redação*”.

Como exemplo, apresento a mensagem seguinte publicada no Jornal do Commercio (4/9/10) e que foi enviada por e-mail com comentário sobre matéria veiculada pelo jornal, no domingo anterior (dia de grande tiragem e maior repercussão), cujo título é “Abandonados sob o viaduto”.

a) Abertura da matéria do JC:

O bairro do Espinheiro, na Zona Norte do Recife, acaba de ganhar novos moradores. O endereço deles é logo abaixo do viaduto sobre a Avenida João de Barros. As pessoas estão vivendo em casas montadas com lençóis, cordas e outros materiais que encontram enquanto trabalham catando lixo reciclável para vender. Segundo o levantamento do Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas), quase todos são usuários de crack, vício admitido apenas por um rapaz de 25 anos.

b) Feedback do leitor:

Seção: **Cartas à Redação** (Publicada em 04.09.2010)

» **Desesperança**

O JC publicou no último domingo, matéria com o título "Abandonados sob o viaduto". A reportagem era estarrecedora. Visitei o local, pois não dá para entender como uma área de um bairro nobre, como é o Espinheiro (Viaduto da Avenida João de Barros), tenha pessoas sujas, sem comida, sem remédios, fazendo suas necessidades fisiológicas a céu aberto e... sem esperança. Fiquei estático - ou angustiado? Procurei falar com alguns sem-tetos e muitos deles contaram as suas histórias tristes, mas sempre enaltecendo a fé no Senhor. Uma jovem de 27 anos, mas aparentando 40, tem um filho, está grávida de quase nove meses e já tomou uma decisão: vai dar o filho. É justo? Ela está errada ou "certa"? O que significa a vida para essas pessoas? O que pensam das autoridades? E dos candidatos que gastam fortunas com propagandas e ainda têm a petulância de colocarem suas fotos perto delas para que sejam vistos? Por que os governos federal, estadual e municipal não estão nem aí? Sei que elas não estão apenas neste local, mas em outros espalhados pelos bairros. Procurei ajudar algumas famílias, mas fico pensando o que fazem as autoridades no sentido de procurar minimizar o problema. Com certeza, nada, pois é tempo de eleição e miseráveis não dão voto. Deprimido, não tinha condições de almoçar sabendo que aquelas pessoas - e milhares de outras - não tinham um pão para comer. É de partir o coração e se revoltar com a solidariedade utópica dos recifenses.

» Marco Albanez - São Lourenço Mata - marcoalbanez@uol.com.br

Apesar desse desabafo do leitor Marco Albanez ter sido publicado aparentemente na íntegra, isso não significa que exista equivalência de espaço e poder de decisão entre os produtores, que decidem o quê publicar, e os consumidores da mídia. Van Dijk (1990, p.112) relaciona as limitações do discurso jornalístico com as limitações do texto escrito e impresso como monólogo e que os leitores, como participantes da comunicação, estão presentes somente de forma indireta, pois o que é escrito não se dirige especificamente a um *você/vocês*, como pode acontecer em manuais ou livros de texto: “Em oposição às cartas pessoais ou às publicações especializadas, seus leitores formam grandes grupos, às vezes definidos por alianças

políticas ou ideológicas similares, sem levar em conta as diferenciações em um nível mais pessoal”.

A afirmativa está de acordo com o que Thompson (2009b, p.79) denomina de ‘quase-interação mediada’ para se referir às relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa (livros, jornais, rádio, televisão etc.): “Implica uma extensa disponibilidade de informação e conteúdo simbólico no espaço e no tempo. Em muitos casos, ela também envolve certo estreitamento do leque de deixas simbólicas, se comparada à interação face a face”.

Dessa forma, os repórteres propõem-se a prestar um serviço de utilidade pública, conforme o Art. 1º do Código de Ética profissional - *O acesso à informação pública é um direito inerente à condição de vida em sociedade, que não pode ser impedido por nenhum tipo de interesse*. Assim, intermedeiam o espaço entre o fato, acontecimento, declaração, com a sua representação que se consubstancia na interpretação e exposição da realidade que presenciam, ou que narram a partir do que outros testemunharam.

Em contraposição, a partir de ideia ou fato específicos, o jornalista pode escrever um texto dito opinativo, como artigo ou editorial, onde o “eu” passa a ter a maior relevância, deixando de se perder na opacidade da enunciação e se sobressai na superfície textual, o que isenta o profissional da exigência de imparcialidade ou neutralidade. No caso do editorial, esse “eu” subjetivo não tem vez, pois o espaço é destinado a tornar conhecida a posição do jornal sobre determinado tema.

Considero que o editorial pontifica com sua linguagem formal, às vezes pomposa, mas sempre categórica. Para explicar mais detalhadamente como se processa a sua elaboração, entrevistei o jornalista pernambucano Jodeval Duarte (9/4/10), editorialista do *Jornal do Commercio*. Eis o resumo das respostas de quem tem larga experiência em várias funções jornalísticas. Seu pensamento é a reafirmação da ideia de que o editorial contém a manifestação ideológica do jornal e de que o editorialista é escolhido com atenção entre os profissionais mais experimentados, sendo submetido a maiores exigências do que o repórter que cobre o dia a dia nas redações:

Na verdade nunca me foi dito o que seja um editorial. Sempre entendi como uma espécie de artigo assinado, sem assinatura, pelo dono do jornal, ou pelo editor geral.

Mas também sempre me pareceu evidente que o editorial representa a linha de pensamento do jornal. Assim, por exemplo, se o jornal é contra Lula - e quase todos são - o editorial conterà sempre conteúdo de crítica a Lula. Se o editorial defende a ocupação urbana com grandes edifícios, mesmo em áreas dadas como de preservação, esse pensamento é expresso no editorial como a linha editorial.

No conteúdo, fica visto que ele retrata o que pensa o dono e só eventualmente o que pensa o editorialista - quando essa idéia não contradiz a linha do jornal ou quando é tão inócua, poética, subjetiva, que deixam passar.

Na forma, o editorial sempre me pareceu uma espécie de artigo opinativo sobre temas atuais. O ideal é exatamente isso: que trate de temas do dia - o que infelizmente não ocorre no nosso caso, porque os editoriais são armazenados. Rigorosamente, ele deve ser fixado no dia, em reunião de avaliação da cúpula da redação, tomando por base o tema que deverá ser predominante no dia seguinte, ou algo que esteja dominando as atenções no dia

Essas declarações reacendem a discussão sobre a realidade de que o discurso nunca é inocente e descomprometido. Para dirimir a dúvida, Barthes (2004, p.36) alertara sobre impossibilidade do falar pretensamente apolítico dos agentes do Estado, da imprensa, do rádio, da televisão; e mesmo das interações dialógicas entre iguais: “Mesmo fora do poder, contra ele, a rivalidade renasce, os falares se fracionam, lutam entre si. Uma impiedosa *tópica* regula a vida linguagem; a linguagem vem sempre de algum lugar, é *topos* guerreiro”.

Todo o trabalho da imprensa, mesmo empregando os mais sofisticados meios eletrônicos, começa e finda na linguagem, na tentativa da divulgação de verdade(s), através dos diferentes gêneros jornalísticos e veículos de comunicação de massa. Mas a busca da verdade que acompanha a história do homem, não se restringe a uma determinada profissão ou somente à dimensão social, mas atinge aspectos éticos e morais no interior da *persona*.

O sujeito a quem a ação é atribuída pelo predicado (predicated) é, segundo os termos de Edward Sapir, ‘concebido como o ponto de partida, o agente da ação’ por oposição ao ‘ponto final, o objeto da ação’. É o sujeito, único termo independente da oração, que põe em evidência aquilo a que se aplica à mensagem. Qualquer que seja, com efeito, a posição do agente, ele é necessariamente promovido à dignidade de herói da mensagem logo que assume o papel de sujeito dela. (JACOBSON, 2004, p. 106).

É esse sujeito, no entanto, que se transmuta, quando assume a sua identidade em um grupo específico onde executa as suas práticas sociais. Van Dijk (2003, p. 46) dá um exemplo desse tipo de ‘herói da mensagem’ quando diz que as ideologias profissionais e sociais dos jornalistas controlam a quem se investigará, cobrirá, escutará ou entrevistará: “Portanto, a infinidade de atividades que definem as notícias de cada dia e a impressão de um jornal diário ou programa se baseia nas ideologias dos atores sociais que participam como membros de grupos sociais diferentes”. Daí é possível inferir que a veracidade tem que perpassar todas essas práticas, sendo condição *sine qua non* para o exercício da profissão. Somente a credibilidade garante o sucesso dos profissionais e dos seus empregadores, os proprietários da empresa jornalística.

Formadores de opinião podem, portanto, influenciar outros formadores pelo maior poder que tem a mídia para constituir, reformar, mudar diametralmente a opinião ou, até mesmo, alterar a visão da realidade, do que considera como verdade e verdadeiro na conjunção do sujeito e objeto, na combinação do nome e da sua predicção. É essa prática que torna possível a presença da intertextualidade e da polifonia vistas sob o aporte teórico de Bakhtin.

De acordo com a avaliação de Flores (1998, p.32), a teoria de Bakhtin problematiza a produção do discurso “já que a compreensão está contida no próprio processo de produção”. Ressalta que se trata de uma teoria da linguagem, “mas de uma linguagem que não é vista em separado do sujeito porque ele tem papel constitutivo”. Sobre a presença do dialogismo na produção do discurso diz, o que bem se aplica à produção jornalística, que a teoria “acena, concomitantemente, para um atravessamento de outros discursos, para um atravessamento constitutivo da própria língua, realizável por um jogo fronteiro”. (ibid. p.33).

O texto jornalístico, segundo a visão de Moirand (2007, p.85), é composto de “um mosaico de vozes”, constituído de várias “linhas intertextuais”, perceptíveis na horizontalidade do discurso, e que se materializam através das marcas da heterogeneidade como o uso de aspas, do tipo itálico, incisos, rupturas enunciativas que se manifestam na mudança dos indicadores de personagens envolvidos e dos marcadores de tempo.

É dessa forma que o repórter gerencia o intertexto e as variadas vozes que o compõem, o que lhe permite negociar o conteúdo do que elas dizem com o que ele presume que queriam ou deveriam dizer. Então, tal procedimento torna-se natural ao “parecer particular e próprio à enunciação da imprensa escrita.” (ibid.) A análise da imprensa cotidiana leva à evidência de que a enunciação pode transitar à vontade entre o posto e o pressuposto, sem precisar se envolver subjetivamente com aquilo que é dito.

No exercício da profissão, o jornalista emprega um sistema simbólico que encaminha o seu foco de atenção, as escolhas e modo de expor o assunto, tanto faz que seja na forma de escrita, imagem ou fala, que pode levá-lo a esquecer da prioridade em destacar o que é notícia e estabelecer a diferença entre *fatos noticiados* e *fatos omitidos*. Entre os condicionantes que contribuem para isso, a exemplo do espaço destinado à divulgação, a exiguidade do tempo através da opressão do *deadline*, cumprimento de pautas extensas, dificuldade de acesso às fontes de informação,

concorrência de outros veículos de comunicação, de tudo aquilo que pode levar à antecipação e à precipitação.

4.4. Critérios para seleção e produção da notícia

A rigor quem decide o que tem valor-notícia e que, portanto, merece publicação, é a própria imprensa. É ela que pauta o que vai noticiar, estabelecendo um acordo tácito em que ambas as partes envolvidas no processo, o emissor e o receptor, achem, porque assim preferem, que ambas têm o peso equivalente na escolha do que é notícia, a ponto de o Manual do jornal *Folha de São Paulo* admitir que os interesses dos leitores mudam e assegurar que o jornal participa dessa mudança. Esta afirmativa está em consonância com a reflexão de Moirand (2007, p.151) para o exame do discurso da imprensa cotidiana, no seu caso a imprensa francesa, através da *observação, análise e compreensão*, etapas da metodologia analítica que adota e que pode ser adequada à imprensa de qualquer outro país capitalista.

Para a autora, a leitura ou análise dos textos da imprensa supõe o exercício de uma atividade cognitiva particular, que se realiza na observância dos argumentos encadeados e se eles correspondem igualmente à posição das vozes que se instalam no texto pela enunciação, e se elas podem ser retomadas: “Quais são em efeito as palavras, construções, formulações, alusões que correspondem a tal ponto de vista; quais os argumentos que estão inscritos no texto e que surgem na linha do discurso adotada?” (ibid.152)

Pinto (2009, p.59-60) define a notícia com foco e simplicidade: “Jornais se ocupam principalmente do que é novo (em inglês a palavra é ainda mais feliz, por causa da coincidência de sentido: ‘news’). Além de serem novidade, notícias são uma combinação de: (1) importância e (2) interesse”. A jornalista explica que a informação será “tanto mais forte”, o que significa que despertará a atenção do leitor, quanto mais contiver os dois itens (1 e 2). E para melhor esclarecer o que é notícia, ela pesquisou em inúmeros manuais de jornalismo os critérios que a caracterizam e preparou a listagem (ibid.):

- *Ineditismo: a informação inédita é mais importante do que a já publicada.*
- *Improbabilidade; a notícia menos provável é mais importante do que a esperada.*
- *Utilidade: quanto mais pessoas possam ter a sua vida afetada pela notícia, mais importante ela é.*

- *Apelo: quanto maior a curiosidade que a notícia possa despertar, mais importante ela é.*
- *Empatia: quanto mais pessoas puderem se identificar com o personagem e a situação da notícia, mais importante ela é.*
- *Conflito: disputas entre pessoas, países, corporações, além de tratarem de diferentes interesses em jogo, costumam ser interessantes.*
- *Proeminência: notícias sobre pessoas famosas têm mais impacto.*
- *Oportunidade; o momento da publicação faz diferença. Publicar uma informação exclusiva sobre uma reunião antes que ela aconteça é mais jornalístico do que publicá-la depois.*

Van Dijk (2000, p.55) destaca que é a proximidade que permite ao jornalismo perceber os contextos que determinam os valores-notícia e conseqüentemente, organizar os restantes dos elementos valorativos, como a novidade, a atualidade, a relevância, a consonância, o desvio e a negatividade. Inegavelmente, tudo que se consubstancia no exercício do poder a partir da identificação do que é notícia sob a ótica do seu produtor.

Tal linha de pensamento também fundamenta a opinião de Pardo (2007, p.25) ao analisar a forma de ação da imprensa como meio de comunicação. Para ela, é atribuição dessa imprensa recuperar todas as expressões possíveis do *dizer* em relação aos problemas e assuntos próprios de uma comunidade e que, ao reconhecer a validade do procedimento, tornaria possível identificar as diversas organizações do significado.

Uma avaliação sobre o poder da imprensa para decidir o que vale a penas ser noticiado, é a do economista da Unicamp, Luís Gonzaga Belluzzo, no blog *Brasil de Fato* (12/9/09). Com o título de *Um olhar sobre a imprensa*, dá uma aula de jornalismo, desta feita sob o ponto de vista do leitor como receptor do produto notícia, tendo valor de reflexão por fazer a diferenciação entre o tratamento dispensado pela mídia capitalista a ricos, pobres e miseráveis:

Eu estava na ante-sala de uma médica, em Salvador. Sábado, dia 29 de agosto. E apenas por essa contingência, dei-me de cara com uma chamada de primeira página - uma manchetinha - da revista *Época*, já antiga, de março deste ano de 2009: "A moda de pegar rico" - as prisões da dona da Daslu e dos diretores da Camargo Corrêa. Alguém já imaginou uma manchete diferente, e verdadeira como, por exemplo, A moda de prender pobres? Ou A moda de prender negros? Não, mas aí não. A revolta é porque se prende rico. Rico, mesmo que cometendo crimes, não deveria ser preso.

Lembro isso apenas para acentuar aquilo que poderíamos denominar de espírito de classe da maioria da imprensa brasileira. Ela não se acomoda - isso é preciso registrar. Não se acomoda na sua militância a favor de privilégios para os mais ricos. E não cansa de defender o seu projeto de Brasil sempre a favor dos privilegiados e a favor da volta das políticas neoliberais. Tenho dito com certa insistência que a imprensa brasileira tem partido, tem lado, tem programa para o País. E, como todos sabem, não é o partido do povo brasileiro. Ela não toma partido a favor de quaisquer projetos que beneficiem as maiorias, as multidões. Seus olhos estão permanentemente voltados para os privilegiados. Não trai o seu espírito de classe.

Não há novidade ao lembrar que, no exercício da profissão, o jornalista presta serviço a uma empresa que forçosamente segue as regras de um mercado competitivo. Caso não aceite as condições impostas pelo esquema empresarial, o profissional pode se vincular à imprensa alternativa que tem outra concepção de ação e vem se destacando em profícuas iniciativas, a exemplo da prestação de assessoria à área sindical, às organizações não-governamentais, à produção nas redes sociais, onde é feita divulgação e é dado espaço a quem não aparece normalmente nos meios de comunicação usuais. Cito, para ilustrar, os casos do *Fala Rua*; do *Ocas* e do *Rede Rua*,¹⁸ (mencionados no capítulo I), todos com objetivos que incluem palavras de ordem como comunicar e articular a cidadania dos moradores de rua.

Se, no entanto, a opção do jornalista é adentrar no mercado capitalista e ser admitido como trabalhador de uma empresa midiática, o profissional assume compromissos onde transitam valores, crenças, interesses, ideologias e, sobretudo, a necessidade da observância da linha editorial adotada por aquele veículo de comunicação. Cabe-lhe, ao integrar a estrutura empresarial, adequar a sua subjetividade aos princípios e condutas que lhe são exigidos.

A compatibilização de visões, parcialmente diferentes ou antagônicas, leva o repórter, muitas vezes, a assumir um discurso que não lhe é próprio. O dilema remete a Basbaum (1977, p.30) que inclui o jornalista no rol dos intelectuais, escritores e artistas. Considera que, ao exercer uma profissão remunerada, todos se tornam profissionais que alugam a consciência ao patrão: “Serão livres, donos de sua consciência e de sua vontade? Se trabalham, a resposta é não. Os jornalistas escrevem o que o patrão lhes manda escrever, pró ou contra”.

Schopenhauer (2006, p.56-57) não demonstrava maior apreço pela classe, cuja produção diária serviria de parâmetro da baixa valia: “Uma grande quantidade de escritores ruins vivem exclusivamente da obsessão do público de não ler nada além do que foi impresso hoje e escrito por jornalistas. Um nome muito preciso! Traduzindo o termo original, eles se chamariam ‘diaristas’”. O desprezo é evidenciado a partir da etimologia da palavra empregada pelo filósofo, pois diarista vem do latim *diurnale* que é originariamente o salário pago por um dia de trabalho, termo substituído pela

¹⁸ *Fala Rua*: www.falarua.org/

Ocas : www.ocas.org.br/

Rede Rua: www.rederua.org.br/

expressão *free-lancer*, ou *frila*, no jargão aporuguesado pela classe, para designar o profissional sem vínculo empregatício e que trabalha por empreitada.

O jornalista Mino Carta, com a sua experiência de criador e primeiro editor das revistas *Veja*, *IstoÉ* e *CartaCapital*, também expõe a sua percepção crítica sobre as empresas jornalísticas e as relações com seus profissionais e a sociedade como um todo, o que leva à constatação de que, muitas vezes, a ideologia pessoal cede vez à ideologia defendida pela empresa jornalística à qual o repórter é vinculado, escrevendo com a abordagem que lhe é ditada e agindo da forma que lhe é exigida. Entrevistado pela revista *Caros Amigos*, (nº 105, de dezembro de 2005), Mino Carta faz a sua avaliação:

Acho que a mídia sempre esteve a favor do poder porque é um dos rostos do poder; ela é o poder, sempre trabalhou pelo poder. A única diferença está no fato de que, enquanto o nosso jornalismo regrediu muito em termos de qualidade de texto e coisas desse tipo, avançou em termos técnicos. Então, a televisão chega longe, os jornais, as revistas estão com um papel bonito. Eles chegam mais facilmente e o poder de manipulação aumenta.

Cabe à imprensa promover a investigação jornalística tanto no sentido de apuração dos fatos para a produção de notícias, quanto na realização da pesquisa sobre esses fatos, sem que isso signifique que possa percorrer o sereno e inatingível caminho da neutralidade e imparcialidade. A missão do jornalista é, portanto, averiguar e produzir notícias com aprofundamento das questões, como um observador atento e cuidadoso, mesmo quando muda de papel e passa a ser o receptor de notícias produzidas por outrem. Somente assim, poderá ser o agente de uma melhoria na qualidade da informação jornalística.

O jornalista Rubem Mauro Machado (2006), em artigo divulgado no site da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) disse: “Nós jornalistas costumamos ser extremamente críticos, de tudo e de todos. E estamos certos”. Apresenta a figura do jornalista com alguém que porta um tacape para defender seus princípios:

Poderíamos ser representados pela figura de um troglodita armado de tacape, vigiando a entrada da caverna, onde se abriga a comunidade. Nada a opor... Na sua tarefa de distribuir bordoadas à direita e à esquerda, acabam se achando os donos da verdade e da moralidade pública, ainda que muitas vezes conscientes da própria hipocrisia. E acabam transpirando um odor mal disfarçado de arrogância. E, quando erram, raramente dão o braço a torcer.

Essa ponderação de uma pessoa do meio jornalístico, e onde é possível identificar o temido ciclone de Twain, possibilita o momento adequado à outra reflexão, ou seja, o da substituição da arrogância e do mito da superioridade pelo questionamento

de Descartes, como pura e sagaz advertência: “Como posso estar certo de que não me engano?” Não se pode esquecer que o ser humano, no percurso de sua história através dos tempos, transita entre o falso e o verdadeiro na tentativa de adequar a necessidade da verdade com a natureza humana. E, assim, compatibiliza a sua procura com a etimologia, a exemplo da palavra primavera, que vem do latim, “*prima vera*” a significar *primeira verdade*.

A pergunta cartesiana é analisada por Giannetti da Fonseca (2005, p.74-75), a partir da motivação que movia o filósofo: “O medo de ser enganado por aparências falsas e o temor de se deixar enganar por sua própria mente, levaram Descartes a erigir a dúvida como método e a certeza indubitável como alvo. O que garante que toda empresa cognitiva não seja, também ela, outro engano?” Pois é justamente a ausência de certeza que deveria levar o jornalista na sua lida cognitiva a se debater na dúvida que permaneceria até que possa chegar à possível evidência.

Para se compreender uma ação de fala que se proclama verdadeira, é necessário compreender as razões que o falante alega para persuadir o seu ouvinte de que, naquela circunstância, segundo Habermas (1990, p.81), ele “tem o direito de pretender validade para a sua expressão, ou seja, em síntese: quando sabemos *o que as torna aceitáveis*. Através de uma pretensão de validez um falante apela para o potencial de razões, que ele poderia aduzir em favor dela”.

4.5. Observação, investigação e pesquisa

O discurso jornalístico solidifica-se com o reconhecimento da relação da produção da linguagem com a produção social, o que coloca a notícia no interior de uma complexa rede produtiva. Essas condições sociais de elaboração discursiva marcam especificamente as relações do jornalista com representantes dos outros campos. O mundo da vida é um mundo compartilhado que pressupõe a existência de estruturas de racionalidade comunicativa, por via reconstrutiva: “Eu descrevo os proferimentos linguísticos como atos através dos quais um falante gostaria de chegar a um entendimento com outro falante sobre algo do mundo”. (HARBERMAS, 1990, p.65). Sob essa perspectiva, o filósofo identifica na razão comunicativa a base da estrutura do sistema social humano por gerar a integração social e a implementação do trabalho social ou das forças produtivas.

O jornalismo, pela sua natureza, é basicamente argumentativo. Ducrot (1977) aborda o tema, que se aplica ao jornalismo, sob a perspectiva de que a argumentação deixa marcas linguísticas no enunciado; está inscrita na língua, pois são os próprios elementos linguísticos que orientam a argumentação e não os fatos que podem ser representados pela língua. Dessa forma, a argumentação exerce uma função constitutiva no discurso, levando o interlocutor a uma determinada conclusão ou, até mesmo, a uma mudança de significado ou do seu posicionamento em relação a uma opinião anterior. A forma como alguém escreve, o emprego de lexemas específicos, constituindo o estilo, fornece elementos para uma análise mais apurada.

Ao se referir ao estilo como uma característica da expressão linguística, van Dijk (1990, p. 49) diz que ele não se restringe a um nível distinto, mas que tem uma amplitude que atravessa diversos níveis: “O estilo é o resultado das escolhas que o falante realiza entre as variações opcionais das formas do discurso que pode utilizar-se para expressar mais ou menos o mesmo significado (ou denotar o mesmo referente). O fato de dizer ‘médico’ em lugar de ‘doutor’, por exemplo, é um elemento de estilo do léxico”.

O texto jornalístico possibilita o distanciamento do emissor da mensagem que, ao relatar o que alguém diz sobre algo, usufrui de credibilidade e não se compromete com a enunciação nem com o enunciado, pois nem sempre escreve sobre o que testemunhou, mas se reporta a o que lhe foi contado sob o amparo da transcrição aspeada. Tal possibilidade confirma o que disse Ducrot (1977, p.51), sobre um enunciado que, mesmo assertivo, pode assumir funções distintas “além de submeter uma afirmação a uma verificação lógica”, pois sempre suscita a possibilidade de o dito ser verdadeiro ou falso: “Tomemos, por exemplo, o ato de informar. Ele só se pode realizar se o destinatário reconhecer de antemão, no locutor, competência e honestidade de forma que a informação esteja de imediato situada fora da alternativa do verdadeiro e do falso”.

Exemplifico com a matéria do *Estado de São Paulo* (1º/8/10- caderno *Cidades/Metrópole*) sobre indivíduos que, além de moradores de rua, agregam a desvantagem de serem usuários de *crack*. Entre os entrevistados, há habitantes do local, autoridades da polícia e especuladores imobiliários, que declaram temer a desvalorização dos imóveis da vila Leopoldina, cujo metro quadrado construído é de R\$ 4 mil. Todos analisam as consequências do problema, mas nenhum dos viciados, que

constituem o objeto da matéria, é entrevistado. Em contrapartida, eles têm a descrição do *modus vivendi* assim detalhada pelo repórter Rodrigo Brancatelli:

São homens com cascões de sujeira no rosto e nos braços, escondidos em meio a papelões e cobertores sujos, que raspam a calçada em busca de migalhas que caem dos outros cachimbos. O cheiro de urina é insuportável. Não há luz além dos isqueiros, não há movimento além dos "noias", não há nada além do total abandono e da degradação.

Na maioria das vezes, o profissional afirma ou confirma o fato imbuído da certeza da verdade absoluta e apriorística. O filósofo Ramon Llull (DA COSTA, 2006, p.56) na sua cosmovisão medieval já destacava que “o princípio da busca do conhecimento deve ser livre de julgamentos prévios. A verdade é encontrada somente quando inicia a investigação com uma razão que admita que todas as possibilidades possam ser verdadeiras. Portanto, o entender é superior ao crer”. Segundo Llull, são necessárias três espécies de ‘se’: a que duvida (*‘dubidativa’*), a que afirma (*‘afirmativa’*) e a que nega (*‘negativa’*). Como Habermas (1989) destacaria mais tarde, é necessária a construção de discursos morais envolventes que possam servir para organizar, já que a moral perpassa o conjunto das representações do agir humano, do comportamento que se concretiza na comunicação interna e externa.

Na aplicação dessas teorias à construção dos discursos jornalísticos, vale rever a observação de van Dijk (2003, p. 46) sobre o papel da ideologia das notícias: “Ela não somente se limita ao conteúdo e ao estilo, mas também inclui a captação dessas notícias, as fontes de informação, a interação entre jornalistas e novos atores sociais e a organização das atividades profissionais”.

Essas observações podem ser aplicadas ao tema recorrente que é a ocupação das áreas nobres da cidade de São Paulo. A mídia paulista volta sempre ao assunto, apontando as regiões invadidas e ressaltando a inércia do poder público. Eis a abertura da matéria *As marquises da Paulista: METAMORFOSE*, do repórter Pablo Pereira, (ESP- 15/8/10):

*Local de eventos alegres da cidade, como festejos de fim de ano, corrida de São Silvestre, comemorações de torcidas de clubes de futebol, paradas religiosas e gay, a Avenida Paulista tem atraído a atenção pela tristeza. Temendo os abandonados que dormem pelas calçadas, lojistas da região fecharam espaços sob marquises para impedir a indesejada presença.
É curiosa a situação da Paulista. Aberta em 1891 para ser aprazível morada de famílias abastadas, no alto do Morro do Caaguassu, foi por mais de século objeto de desejo. Nos últimos anos, com a chegada do metrô e a reforma de prédios residenciais, a região vive uma nova mudança de perfil (...)*

Quando trata dessa forma a situação da Avenida Paulista, escreve como profissional que retrata uma realidade que ele vivencia como cidadão e como morador da cidade, o que faz voltar à outra observação de van Dijk (1990, p.96) sobre a necessidade de considerar a quantidade de conhecimento e crenças para interpretar orações e as sequências das orações, pois os discursos reais acabam se assemelhando ao *iceberg*.

A metáfora representada por esse *iceberg* indica que somente a informação da parte superior é visível, isto como informação expressa no próprio discurso, uma vez que a maior parte da informação restante está submersa e oculta à percepção das pessoas: “E está cognitivamente representada pelos usuários da linguagem e, em consequência, pode permanecer implícita no texto e pressuposta pelo falante. Contudo essa informação oculta pode está assinalada no próprio texto”. (Ibid.) Tal afirmativa expõe a necessidade de desvendar a parte submersa do bloco de gelo, o que pode ser feito, por exemplo, através da ADC para, assim, revelar o *iceberg* na sua totalidade e o discurso na sua completude.

Ducrot (1977, p.10) e colaboradores recolocam em pauta algumas das questões fundamentais da pesquisa semântica, como, por exemplo, o valor de verdade dos enunciados, o caráter referencial da linguagem e o tipo de inferência que se faz em língua natural, isso conduzindo à indagação da natureza do sentido lexical. Tudo que se faz com o objetivo de comunicar que “seria, antes de tudo, fazer saber, pôr o interlocutor na posse de conhecimentos de que ele antes não dispunha; não haveria informação a não ser que, e na medida em que, houvesse comunicação de alguma coisa”.

Nesse esforço para se fazer compreender, e mesmo para persuadir, há a dosagem de informações transmitidas, pois nem tudo pode e deve ser dito, possibilitando uma adequação já que se tem muito clara a imposição de limites que não são ultrapassados. Exemplificando, cito a matéria publicada pelo *Jornal da Tarde* (SP- 8/8/10, p.C9) com o título *Paulista se blinda contra morador de rua*, quando o processo de “blindar” tem a carga metafórica direcionada à possível guerra que se estabeleceu entre os cidadãos paulistas e os sem-teto carentes de cidadania, uma vez que *blindar* remete à necessidade de se proteger, defender-se e se escudar contra o inimigo. O subtítulo apresenta o balanço da situação: “Prédios da avenida instalam paredes de vidro em calçadas para isolar fachadas, marquises e jardins”. A operação de defesa é assim descrita na abertura da notícia:

A migração de moradores de rua do centro para a região da Avenida Paulista tem feito com que empresas e prédios residenciais adotem medidas para evitar que suas marquises e fachadas sejam ocupadas. Ao percorrer o maior centro financeiro de São Paulo, é possível perceber que condomínios se "blindam" com paredes de vidros em seus jardins. Seguranças de bancos e galerias protegem os clientes de abordagens. "Temos visto cada vez mais a mendicância tomando conta da cidade. De uns dois anos para cá, a coisa está piorando e agora chegou ao limite na região", diz a presidente da Sociedade dos Amigos e Moradores do Bairro de Cerqueira César, Célia Marcondes.

A negativa de que é uma medida antimendigos, vem em um período seguinte, quando a enunciação concretiza a previsão de Ducrot (1977, p.13): "Ora muitas vezes temos necessidade de, ao mesmo tempo, dizer certas coisas e de poder fazer como se não as tivéssemos dito; de dizê-las, mas de tal forma que possamos recusar a responsabilidade tê-las dito". É assim que faz o síndico de um dos edifícios da Avenida Paulista, quando diz que os condôminos não tiveram a intenção de se proteger contra os moradores de rua e que a obra evita alguém de "se amoitar", ou seja, refere-se à probabilidade de esconder-se, de ocultar-se, comportamento que somente é adotado por quem foge ou não tem onde morar. A ambiguidade é visível na expressão "acaba ajudando" a afastar os moradores de rua:

No Edifício Nações Unidas, uma parede encobre o imenso painel de azulejo da fachada. O síndico, Luiz Alberto da Silva, nega que a obra, concluída em novembro de 2009, seja antimendigo. "Além da boa visão, impede que alguém pule para "se amoitar." Acaba ajudando, mas não é para morador de rua".

O poder está presente, portanto, na forma de agir e na posterior decisão de falar sobre o fato. Não é uma coisa isolada que, como tal, poderia ser algo que se toma ou se dá, se ganha ou se perde. Diferentemente, ele é o resultado de uma relação, de um jogo de forças, de lutas transversais presentes em toda sociedade. O poder circula em rede e perpassa por todos os indivíduos, o que quer dizer que, a rigor, não existe ninguém alijado desse poder.

A imprensa, detentora de poder, relata outros poderes. Por isto, emite parecer sobre os mendigos: "Para eles, a Paulista é segura, por ter muito movimento, e atrativa, pela facilidade em conseguir esmolas;" ou entrevista alguns sem-teto da Avenida Paulista e expõe suas opiniões, como a do ex-morador da Praça da República que mudou porque se via ameaçada pela Guarda Civil Metropolitana: "Um dia falaram que iam fazer a 'limpa' e não podia mais ficar lá". A avaliação final fica por conta de Robson de Mendonça, do Movimento Estadual da População em Situação de Rua: "Os moradores são vistos como um 'transtorno'. As empresas buscam soluções para

contornar o problema.” Sobre a preferência pela Paulista explica: “Lá tem mais gente circulando e, por isso, atitudes mais autoritárias de expulsão são inibidas”.

Considerações complementares

Todo o trabalho da imprensa, mesmo empregando os mais sofisticados meios eletrônicos, começa e finda na linguagem. Assim, legitima a informação e serve de referência quando o assunto é a notícia. E, por isso, a necessidade de desvendá-la, quando a leitura transcende o que está posto no texto para ver além, o que consiste na interpretação e análise do discurso.

A análise da produção jornalística e da relação com os receptores do produto notícia remetem às *teorias dos atos de fala* e à *pragmática universal* habermasiana, uma vez que a linguagem não é utilizada somente para proferir enunciados que possam ser classificados de falsos ou verdadeiros, mas é também um meio para evidenciar a necessidade de transformação dessa realidade. O uso das normas de interação linguística é um instrumento valioso para mudar as situações vividas e descritas, através da comunicação entre falantes e ouvintes.

Cada vez mais é possível constatar a mudança do perfil do leitor do jornal impresso, talvez em função de novas mídias como a internet, com as suas variadas opções de informação. Essa mudança preceitua a necessidade de os jornais impressos, sob pena de desaparecerem, adaptar seus produtos às novas necessidades do público. Entre elas, talvez esteja a possibilidade de trabalhar mais em função das expectativas dos receptores.

Considero que a mudança do leitor do jornal impresso de “tubarão” para leitor “golfinho”, assim vista pela professora espanhola Bella Palomo, deva ser levada em consideração para identificar os critérios do valor-notícia. Diferentemente do tubarão, o leitor do presente não devora tudo que encontra pela frente e nem se prende a uma única fonte de informação, ou seja, não lê o jornal por inteiro, nem tampouco somente aquele, mas, como golfinho, seleciona o que interessa, navega em sites variados para complementar a informação e se atualizar com notícias recentes divulgadas na internet.

Por conseguinte, é preciso usar estratégias como noticiar o que faz parte do dia a dia do leitor, apresentar design inovador para capturar o seu olhar, destinar mais espaço para os seus comentários, mas, sobretudo, praticar um jornalismo cidadão como retomada do agir comunicativo visando a melhoria do mundo da vida.

O leitor golfinho muda o comportamento e faz a sua leitura crítica, expandindo e ganhando espaço na tentativa de identificar a argumentação como estratégia discursiva da produção jornalística. A dificuldade que esse leitor tende a superar é que, na maioria das vezes, a apresentação dos argumentos segue um raciocínio lógico com elementos conceituais tão claramente dispostos que se traduzem, pela decodificação do receptor, na representação da verdade. Dessa forma, a ação da imprensa torna-se sutil e esta razão, entre outras, permite que a ideologia produzida pelo emissor chegue a ser facilmente absorvida pelo destinatário da mensagem, mesmo que não seja necessariamente declarado o objetivo de persuadir.

Cada vez mais é ampliada a discussão sobre o *campo do jornalismo* visando a transformação do que seria esse instrumento de democracia, mas que se faz um instrumento de opressão simbólica. A falta de autonomia afeta o campo de produção jornalístico por sofrer interferência como a das fontes, a dos anunciantes ou a do poder político, entre outros. Mas, isto não a alija do seu próprio poder sobre a sociedade. Ela busca o poder e se alimenta do seu próprio poder, que não alardeia, mas usufrui sem parcimônia.

O discurso jornalístico se solidifica com o reconhecimento da relação da produção da linguagem com a produção social, o que posiciona a notícia no interior de uma complexa rede produtiva. Essas condições sociais de produção do discurso jornalístico marcam especificamente as relações do profissional de imprensa com representantes dos outros campos, pois cada *campo* tem seu próprio *capital*.

Embora os campos se estruturam de maneira independente, eles atuam de forma combinada, em consonância com a dinâmica interna de cada campo e suas interdependências. O poder simbólico possibilita o exercício da função mediadora da imprensa, em um nível que não é encontrado em nenhuma outra instituição social ou cultural.

É a partir do olhar da comunicação que o jornalista constitui o dado pela enunciação, legitimando-o publicamente, na contemporaneidade, posto que a definição social do jornalismo está na passagem do acontecido para o seu relato coerente e verossímil, composto de frases com nexos e enunciações vinculadas entre si.

CAPÍTULO V

ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA

Introdução

Tendo como escopo os princípios da Análise do Discurso Crítica - ADC, da Linguística Sistemico-Funcional - LSF e da Teoria dos Sistemas de Valoração -TSV e, como base filosófica, especialmente as assertivas de Foucault e Habermas, neste capítulo compatibilizo esses conhecimentos para assegurar elementos necessários a analisar para desvendar os discursos constitutivos do *corpus* selecionado.

A intenção, ao dividir o *corpus*, prende-se à necessidade metodológica de separar os blocos noticiosos a partir da adaptação da maneira usualmente adotada pelos meios de comunicação de massa que trabalham com dois grandes blocos, aos quais nomeiam de gênero informativo e de gênero opinativo. Como já mencionei anteriormente, em consonância com os postulados de Bakhtin, parto da classificação do jornalismo como gênero que, por sua vez, divide-se em subgêneros informativo e opinativo.

Ressalto que, apesar dessa divisão, concordo com aqueles que consideram a existência da manifestação de opinião subjacente às fases do processo da criação de textos informativos, traduzida em exposição de pontos de vista, ideologias, valores do seu autor para dar forma e suporte ao discurso. Assim, a análise subdividida em duas partes, está assim configurada: a) *Subgênero Informativo*, compreendido por notícia, nota, reportagem; entrevista; b) *Subgênero Opinativo*: constituído por editorial; comentário; artigo; resenha; coluna; crônica; carta ou outro tipo de comentário do leitor.

A maioria do material analisado pertence ao subgênero *informativo*. As reportagens, com textos pequenos ou maiores, únicos ou seriados, na sua busca da objetividade são geralmente abertos pelo *lide*, semelhante aos elementos da clássica identificação de Lasswell a partir de pesquisas de comunicação de massa, levando em conta dois temas centrais e de maior duração: análise dos efeitos e análise dos conteúdos, a constituir a Teoria Hipodérmica, para a qual a mídia age como uma espécie de agulha de injeção atingindo o que está por baixo da pele e, por isso, provocando efeito direto e indiferenciado entre indivíduos isolados. (WOLF, 1987, p.26).

O recurso da LSF, como ferramenta analítica, torna-se necessário como meio para a consecução dos objetivos dos estudos críticos do discurso, por permitir ao analista a entrada na interioridade da língua, mediante os três proponentes constitutivos

da teoria. Haveria outros caminhos para a análise, uma vez que a ADC é uma agenda de pesquisas em construção e sua especificidade em relação às demais abordagens do discurso consiste no fato de ser *textualmente orientada*, com vistas a explicitar relações de poder nas práticas sociais. Dessa forma, pode adotar qualquer teoria do texto, tanto a da Linguística Sistêmico-Funcional quanto outras mais, desde que o analista explicithe os modos de operação da análise e as categorias escolhidas.

Neste trabalho, o foco está na *transitividade*, ou “gramática da experiência” (HALLIDAY e MATHIESSEN, 2004), para a identificação de significados ideacionais ou cognitivos, expressos nos processos *materiais, mentais e relacionais*, além dos que se posicionam na fronteira destes, os processos *comportamentais, verbais e materiais*.

Por outro lado, para a análise de alguns textos, focalizo a metafunção *interpessoal* e a *textual*, adequando-as como melhor suporte teórico-metodológico da LSF, de acordo com a classificação e conteúdo de cada um dos textos submetidos aos procedimentos de análise. Por conseguinte, a avaliação dessas metafunções possibilita identificar quem faz algo, se o produto desse fazer afeta alguém e até que ponto e quais são as circunstâncias que envolvem a sua realização. Acoplada, está a Teoria dos *Sistemas de Valoração*, com os pressupostos teóricos apresentados por Martin (2003), White (2004), Martin e White (2005) e Martin e Rose (2002), (2008), especificamente com a aplicação do *subsistema de atitudes*, com seus critérios tipológicos de *afeto, julgamento e apreciação*.

Esses aspectos referem-se particularmente à maneira como os emissores posicionam-se nos textos que produzem, de como são realizados linguisticamente campos de envolvimento, de atitudes, a significar aprovação, desaprovação, entusiasmo ou rejeição em referência aos significados que eles transmitem, além de antever o modo como escritores e falantes constroem as suas identidades nos textos, perpassados por ideologias claramente expostas ou pretensamente ocultadas.

Entre os componentes da *Teoria dos Sistemas da Valoração*, aparece o léxico, especificamente no *subsistema de engajamento*, quando é detectada a necessidade da identificação das estratégias lexicais usadas. O emprego de determinados lexemas, especificamente em matérias jornalísticas, ao invés de outros, permite a compreensão de *elementos lexicais afetivos* que possibilitam, por sua vez, a interpretação do leitor, por meio de componentes valorativos.

Portanto, a aplicação da base teórica da TSV permite a investigação, tanto no discurso midiático impresso quanto nas *cartas à redação*, das estratégias lexicais usadas

para situar o morador de rua, na conjunção do texto e do contexto, estabelecendo correlações de campo lexical, na identificação da relação de inclusão e da relação de contradição, tendo como eixo a busca do sentido. Dessa forma, a análise de campos lexicais relativos aos textos abordados fornece pistas linguísticas que tornam visíveis e acessíveis aspectos necessários à análise discursiva.

Ao tratar de nível discursivo, Fairclough (2003, p.98) divide a troca de informação em “troca de conhecimentos” e em “troca de atividades”, o que acontece por meio da disposição gramatical (orações declarativas, interrogativas ou imperativas), meio para mostrar como essa disposição adquire expressão nos atos de fala do entrevistador e entrevistado. Em geral, os interlocutores tendem a usar mais questões declarativas do que interrogativas, na manifestação do que cada um quer dizer. Dessa forma, ambos – jornalista e informante - procuram *estratégias de legitimação*. Citando van Leeuwen (1999), Fairclough sintetiza essas estratégias de legitimação em:

Quadro 5.1. Estratégias de legitimação

- 1- *Autorização*, que é a legitimação em referência à autoridade ou tradição, costume, lei ou o papel institucional de alguém que o faz uma autoridade.
- 2- *Racionalização*, legitimação relativa aos serviços de uma ação institucionalizada e aos conhecimentos que a sociedade vem construindo e aos quais agrega validade cognitiva.
- 3- *Avaliação moral*, compreendendo a legitimação referente ao sistema de valores.
- 4- *Mitopoesia (mythopoesis)*, a significar a criação de lenda e mitos na busca da possibilidade de legitimação através da narrativa.

Ao uso desse parâmetro de análise é importante agregar a contribuição de Thompson (2009, p. 81-89) sobre os modos de operação da ideologia, que se realizam através de algumas estratégias típicas de construção simbólica. Entre os itens apontados pelo autor (expostos na página 73 desta tese) optei utilizar, por conta a maior quantidade de ocorrência no corpus selecionado, os seguintes:

- *Legitimação* (racionalização; universalização e narrativização).
- *Dissimulação* (deslocamento; eufemização; tropo).
- *Fragmentação* (diferenciação; expurgo do outro).
- *Reificação* (naturalização; eternalização; nominalização/passivação).

Thompson aponta a importância do exame de traços ideológicos, caminho também preconizado pela ADC, o que leva o analista crítico à sua busca para desvendá-los, visto que “o estudo da ideologia exige que investiguemos as maneiras como o sentido é construído e usado pelas formas simbólicas de vários tipos, desde as falas linguísticas cotidianas até às imagens e aos textos complexos”. (Ibid. p.16)

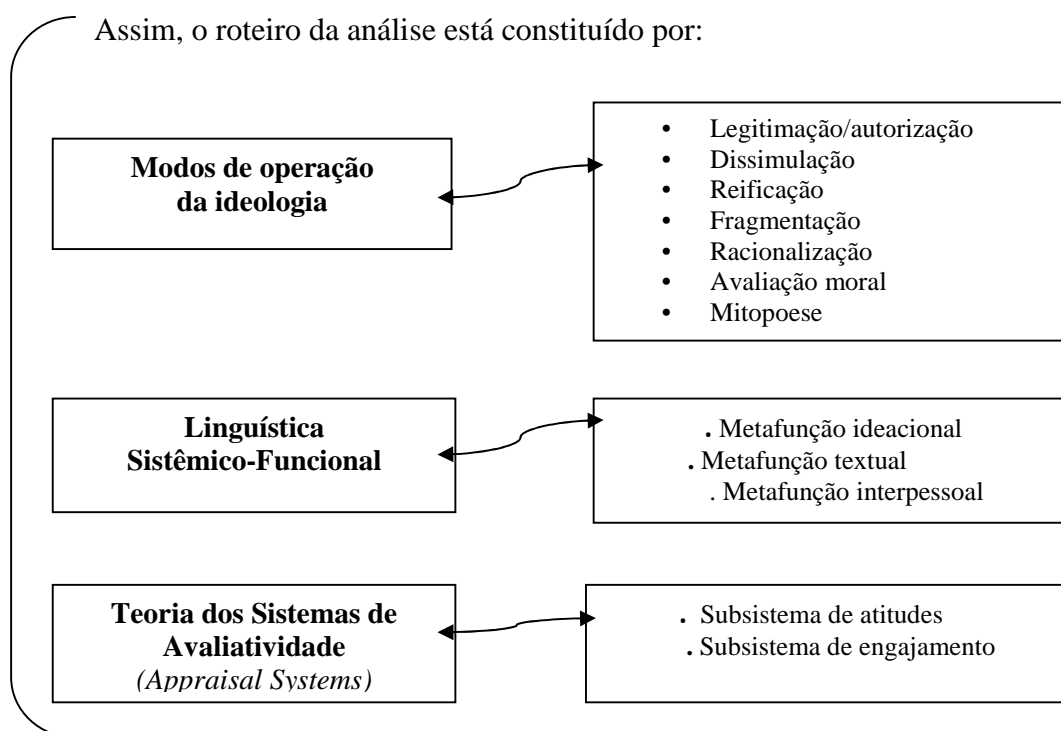


Figura 5.1. **Categorias da análise**

As categorias da análise, constantes do esquema acima apresentado, têm respaldo na base teórica exposta no capítulo II e na fundamentação metodológica, vista no capítulo III. Por sua vez, o *corpus* selecionado está subdividido em linhas que recebem a designação de L, acrescido de um número justaposto em referência ao ordenamento no texto original. Todos os textos mencionados fazem parte dos anexos deste documento, visto que contêm os discursos analisados sobre moradores de rua.

5.1. Subgênero informativo

5.1.1. Notícia I:

Jornal do Commercio do Recife (JC): Caderno CIDADES,
publicada em 17.11.2009.

MISTÉRIO NO OTÁVIO DE FREITAS
Corpo achado em terreno de hospital

*Notícia na
íntegra:
Anexo 1*

Para chegar às páginas do jornal de maior tiragem de Pernambuco, o fato em questão passou, *a priori*, pelo processo que incluiu seleção, hierarquização e produção da notícia, a partir do inusitado que é encontrar um cadáver em local público. O enquadramento da notícia é feito de forma implícita, desde que o posicionamento acontece sob a perspectiva das fontes de informação consultadas, com estrutura breve e sem complexidade, como a divergência entre as opiniões emitidas. O título, ao qual se junta o apelo do tipo e tamanho da letra, destacado em negrito - “Mistério no (hospital) Otávio de Freitas” – surge como manifestação do critério tipológico de *afeto*. Representa a reação de avaliatividade ao sentimento construído diante daquela circunstância especial e desvela a intenção do repórter no posterior desdobramento da narrativa: ele passa, logo depois, a contar ao leitor algo enigmático, incompreensível, nebuloso, obscuro ou duvidoso.

Dessa forma, são feitos o enquadramento situacional e o informativo, contendo operadores de identificação e de equivalência retórica. Para Verón (2004, p.259), os fatores determinantes da preferência por determinado título em vez de outro, dependem de representações sociais dos leitores “que superam largamente as propriedades discursivas desses títulos, tal como se pode descrevê-los na produção, no sentido de que se trata de fatores que seria impossível prever (ou deduzir) de uma análise em produção”. O título é seguido pelo subtítulo, usado como complemento de informação. Visa precisar parte da informação que ficou fora do título, acrescentando o elemento informativo que ele não pôde conter para não ficar extenso, o que não é indicado.

A mudança da expressão “corpo achado”, contida no subtítulo (como elemento à sustentação do título) para “corpo encontrado” (L.1), reafirma a ideia do estranhamento pelo aparecimento inexplicável e sem a correlação de causalidade dessa descoberta misteriosa, uma vez que não é comum fato como aquele. Ambas as formas adjetivas, que funcionam como unidades de informação, servem para sintetizar, com a mudança

dos lexemas, o desdobramento do tema e do rema, do aspecto principal da história (o *novo*) e despertar o interesse no receptor que, a partir daí, resolve continuar, ou desistir, da leitura. Funcionam como uma das variações estratégicas empregadas que “remetem muito diretamente aos fenômenos da concorrência interdiscursiva próprias do campo da discursividade enquanto *mercado* de produção do discurso”. (Ibid. p. 245).

Para fundamentar a matéria jornalística, o repórter buscou o depoimento de pessoas que, a despeito de não terem informações objetivas e precisas sobre a identidade do morto, são autoridades legalmente qualificadas, portanto legitimadas, a emitir juízo de valor e suposições factíveis. E é assim que acontece o desenrolar do discurso jornalístico que, segundo Véron (2004, p.131), corresponde a uma descrição como se fosse um ‘relatório’ sobre os fatos; quando “o enunciador, definindo-se como ‘jornalista’ nunca ultrapassa os limites estabelecidos pela tarefa (do qual existe uma representação social) que consiste em ir aos locais dos acontecimentos, para observar, interrogar as testemunhas, fazer um balanço”. Ao falar, esses entrevistados empregam com frequência e naturalidade, mas com variação de grau e intensidade, os critérios tipológicos de *afeto*, *juízo* e *apreciação* que compõem os Sistemas de Valoração.

Dessa forma, é que são apresentadas expressões que permitem a classificação apresentada por van Leeuwen (1999), apud Fairclough (2003, p.98), do emprego da legitimação, representada pela *autorização* em referência à autoridade ou tradição, costume, lei ou o papel institucional de alguém que o faz uma autoridade, de modo a asseverar a validade da informação e garantir a credibilidade, o que pode ser constatado como o exame de segmentos, como:

(L.14) *descreveu o diretor do HOF, Hermes Wagner, que acompanhou a...*

(L.17) *O gestor procurou saber se algum setor do hospital havia dado....*

(L.27) *De acordo com o delegado de Tejipió, o homem provavelmente estava...*

É evidente que, embora sejam mencionadas outras pessoas, como as crianças do colégio vizinho que “avistaram o corpo”, moradores do local e funcionários das instituições (escola e hospital), as fontes de informação noticiadas são justamente Hermes Wagner, diretor do hospital (L.8; L.14), também nomeado como gestor (L.17), e o delegado, que também é designado como Sérgio Ricardo (L.31) ou delegado de Tejipió (L.27), o que configura uma referenciação catafórica. Os depoimentos de ambos são baseados em hipóteses e poucas assertivas, como:

(L.12) *que a vítima não tinha sinais de violência pelo corpo, porém...*

(L.13) *aparentava saúde debilitada. “Um aspecto de desnutrição crônica”*

(L.27) (...) *o homem provavelmente estava...*

(L.30) *Parece um andarilho, um morador de rua.*

O processo de *legitimação* pode ser visto como um dos meios para concretização, transmissão ou operação da ideologia. Em tal narrativa noticiosa é apresentada a estratégia de *racionalização* que, segundo Thompson (2009a, p.82), facilita ao produtor da forma simbólica a construção de “uma cadeia de raciocínio”, o que se constata no desdobramento da notícia. Soma-se a tal procedimento, a observância das regras próprias do gênero jornalístico, o que torna possível a compreensão, adequação e sequenciamento lógico dos fatos relatados, emprestando-lhes maior credibilidade, uma vez que há legitimidade na voz de quem relata e na de quem declara algo sobre o fato relatado, ou seja, cada um dos entrevistados.

Pela notícia – a de quem foi achado um morto – provavelmente de um “morador de rua” são transmitidos valores sobre o anonimato e a invisibilidade daquele ser humano, com indício de *juízo de estima* como misto de fuga da normalidade e naturalização do fato: o homem sem nome, endereço ou documentos, desapareceu, somente deixando, como rastro da sua existência vazia, um cadáver indigente e sem dono. Observa-se no processo avaliativo a “reificação” que, para Thompson (2009a, p.87), acontece quando “processos são retratados como coisas, ou como acontecimentos de um tipo quase natural, de tal modo que o seu caráter social e histórico é eclipsado”.

Com essa eliminação, ou ofuscação, do caráter sócio-histórico da existência das pessoas que vivem nas ruas, não é analisado o que representa para a sociedade esse *modus vivendi*, nem a morte desse cidadão destituído da sua cidadania, o que o aproxima de todos os outros cadáveres anônimos que o antecederam. Tal recurso funciona como escape que se furta à exposição de *juízo*, que iria além da anunciação do desaparecimento de quem já era um ser desaparecido da cena social e econômica e que, com a morte, atinge o ponto maior do anonimato próprio de uma vida apequenada, até o paroxismo de ter direito a ser “notícia no jornal” porque, enfim, pôde ser notado, uma vez que estar morto prova a existência de um ser anteriormente vivo.

No relato, são encontrados atos de fala, segundo a classificação de Habermas (1989), do tipo *comunicativo*, com a obediência às normas semânticas e sintáticas da língua; *constatativo*, pela utilização de frases com sentido cognitivo como *pretensão de verdade*; *expressivo*, quando o repórter apresenta-se ao leitor como autorizado a manifestar-se, ou destinar aos entrevistados espaço para dizer algo; e o *regulativo*, cuja disposição das frases estabelece uma relação mediada entre emissor e receptor, ou seja,

repórter e leitor. É, então, esse paradigma linguístico que fornece a dimensão política à linguagem, que se traduz no *agir comunicativo*.

Por sua vez, a disposição dos dados sobre o acontecimento leva à constatação de que o discurso jornalístico evidencia a carga e a distribuição das relações que aproximam *poder* e *saber*: cabe à imprensa pesquisar, inquirir para, então, divulgar os fatos, buscando responder aos questionamentos e satisfazer as necessidades de informação dos leitores, sem perder o foco na legitimação do processo de produção da notícia, à qual está agregada a indispensável credibilidade, sempre destinada, como o maior valor agregado, à determinada empresa jornalística.

Fragmento 1:

1. Um corpo encontrado ontem em terreno do Hospital Otávio de
 2. Freitas (HOF), no Sancho, Zona Oeste do Recife, intriga a
 3. polícia. Por volta do meio-dia, crianças de uma escola vizinha
 4. avistaram, pela janela, um homem em meio ao mato da
 5. propriedade. Aparentando ter de 40 a 50 anos, descalço, sem
 6. camisa, sem documentos, apenas com uma bermuda marrom, até
 7. as 18h ninguém sabia de quem se tratava. Suspeitava-se que era
 8. um paciente que fugira, mas o diretor do hospital afastou essa
 9. hipótese.
-

O modo predominante utilizado é o declarativo, com agenciamento explícito e orações ativas. A informação principal do texto está contida na sua abertura e na coexistência de tema e rema, a partir da identificação do que é novo, que, nesse gênero, funciona como a caracterização sobre o que é a notícia. Há expressões avaliativas (L. 2 e L.3) na abertura da matéria, pela constatação do inusitado da situação: encontrar um cadáver desconhecido em área urbana, mesmo que em terreno baldio, “intriga a polícia”. Logo, a situação é “intrigante”, ou seja, enigmática, provocante e instigante até a intensificação do clímax que se traduz na impossibilidade de desvelar o “mistério” da identidade desse indivíduo desconhecido e tão anônimo na sua morte.

Há ponderações hipotéticas: seria “paciente fugitivo” ou “doente mental”; ele “aparentemente não sofreu agressão”; “parece andarilho ou morador de rua”; está sem “feridas no corpo”. Tais critérios tipológicos da TSV podem ser considerados como *apreciação*, pela exposição de padrões valorativos e estéticos, e o *juízo de estima social* que classificaria avaliativamente esse indivíduo como rebaixado na hierarquia da comunidade, sem que tais avaliações, quando empregadas como estratégias de *dissimulação* ou *reificação*, redundem em sanção moral ou legal. Há outras expressões que são conclusivas: ele tinha “saúde debilitada” e era portador “de desnutrição

crônica”, até o fecho que encerrar a questão: “não sabemos como ele chegou aqui”, que se classificariam como manifestações de *juízo* para a ausência de normalidade e a existência de aspectos negativos.

O processo material envolve o ato de encontrar, pois um corpo foi encontrado (L.1), como evento concreto que não aconteceu na ficção ou imaginação. O “corpo” na sua materialidade manifesta, oculta a essência do sujeito e da subjetividade fundadora constituinte, destituído da prática discursiva preconizada por Foucault, visto que aquele alguém/ninguém está, por fim, emudecido para sempre. A sua situação é definida pelo verbo ser, formador de um *processo relacional identificador* para se referir a alguém saído da vida, e que, a partir de um ignorado e nebuloso momento, “é” definitivamente um morto, como a sua *característica* de imutabilidade, a estabelecer a relação entre partes ou entidades diferentes. Sob a perspectiva foucaultiana, tal verbo existencial representa a ligação do ser com o que é significado, isto é, pensado: “Quando o verbo ser afirma, afirma o ser e a linguagem torna-se discurso, pois diz a realidade configurando-a sob a forma de proposições assertivas”. (Apud ARAÚJO, 2008, p. 108).

Os *participantes* são o repórter que registra o fato a *posteriori*, os alunos da escola vizinha ao hospital, funcionários das duas instituições, o delegado e o diretor do hospital. O *ator* seria representado por aquele que achou o corpo e que é ocultado pelo uso da voz passiva (como *reificação*) e, assim, não atendendo a um dos questionamentos do *lide*: quem?

É dito que “as crianças *avistaram*, pela janela, um homem de meia idade” (L.3/4), mas *avistar* é pressentir, perceber, divisar ou enxergar, o que dá a ideia de distanciamento e de suposição com nível mediano de envolvimento, enquanto *encontrar* remete ao sentido de aprofundamento que passa pelo ato concreto de descobrir, desvelar, recuperar, localizar ou identificar, o que representaria uma alta intensidade no nível do *afeto*, como reação personalizada ao estímulo apresentado.

Portanto, “As crianças avistaram, pela janela, um homem...” (L.4) configura um *processo comportamental*, desde que tal processo representa atividade psicológica à fisiológica, por possibilitar a junção de ação e sensação. Logo, as crianças são *comportantes*, enquanto a circunstância indica a condição de *meio* (pela janela), enquanto “Ninguém sabia de quem se tratava” (L.7), apresenta um *processo mental* (saber) que origina o *processo verbal* para explicar a incapacidade ou possibilidade de identificação, já que não há pistas: “o diretor do hospital afastou a hipótese” (L.8),

obviamente através do que ele disse e à qual declaração o repórter atribuiu um caráter definitivo, pois a hipótese afastada é garantia de certeza.

O pronome “ninguém” marca a indefinição e dá o tom conclusivo do questionamento à pergunta sobre *quem seria o morto*, uma vez que nenhuma pessoa sabe algo sobre ele. Subjacente, está a descrição do cadáver que “aparenta” uma idade que oscila no amplo intervalo de “40 a 50 anos”, a constituir, ele mesmo, um anônimo a encerrar a sina de ter sido talvez, durante a sua vida, um ninguém: “...descalço, sem camisa, sem documentos, apenas com uma bermuda marrom” (L.5 e L.6), que se classifica como critério tipológico de *apreciação*, com o emprego de traços semióticos desse campo específico.

A circunstância refere-se ao lugar: Hospital Otávio de Freitas, que fica na zona oeste do Recife. Encontrar o cadáver, como reação de *afeto*, “intriga a polícia” (L.2/L.3), que se vê desafiada a resolver o mistério de uma situação confusa e enigmática. Representa o *processo mental* que acontece na área cognitiva e que não se traduz em ação, mas no campo de pensamento, sentimentos ou percepções.

Fragmento2:

-
27. De acordo com o delegado de Tejipió, o homem provavelmente estava
 28. no local desde o começo da manhã. Nenhum vigilante do HOF teria
 29. percebido movimentação estranha. “Parece um andarilho, um
 30. morador de rua. Não há sinal de luta pelo terreno nem feridas
 31. expostas no corpo”, disse Sérgio Ricardo. Perto do cadáver, a polícia
 32. encontrou uma camisa e um par de sandálias infantis azuis, que
 33. a polícia não acredita serem da vítima.
-

A declaração do delegado é um exemplo do *processo verbal* comum no texto jornalístico informativo que se baseia no “dizer” para comunicar, para emitir opiniões e fazer declarações, como mecanismo sistemático que visa consolidar a argumentação, tornando claro, veraz e sólido o discurso: “O recurso de citações em discursos diretos torna mais fluída a narrativa, mais atraente o texto, mais leve a leitura e, sobretudo, mais credível o texto”. (SOUSA, 2004, p. 86).

Dessa forma, é apresentado ao leitor esse efeito de sentido de verdade, pois o narrador não identificado (a matéria não está assinada) omite-se ao deixar de declarar diretamente o que pensa ou testemunha, mas repete algo que lhe foi dito pelos entrevistados. A circunstância de modo representada pelo “o homem *provavelmente* estava lá” (L.27) é um dos exemplos da inexatidão e da falta de informação sobre a

identificação do morto e da causa da sua morte. As conjecturas evidenciam que muito pouco há o que dizer com certeza, o que diminui a amplitude do significado categórico do processo verbal.

Suposições, a exemplo de: “*Parece um andarilho, um morador de rua*” (L.29/30), com o *processo relacional identificador*, destacam o fosso entre a presunção do parecer (“parece”) com a concretude do ser (“é/foi um andarilho”), pois nem tudo que aparenta ser, o é na realidade, já que é posto na categoria do assemelhado e do hipotético, com baixo teor conclusivo, o que permite o enquadramento como *apreciação*, em vez de *juízo*. Assim, o *processo relacional identificador*, com *característica* e *valor* definidos, aponta para a sinonímia dos coipônimos, com equivalência de significado e campo lexical correlativo por identidade.

Esse andarilho, caminhante, vagabundo ou nômade, vagueia errante por esse discurso jornalístico ao deixar transparecer a sua condição de “Zé Ninguém”, oculta como expressão linguística e discursiva, uma vez que não é permitida, por ser vista como difemismo e, portanto, considerada incorreta. É essa figura anônima de Zé Ninguém que corresponde ao “John Doe”, cognome usual, nos Estados Unidos e Canadá, em tribunais, registros policiais e hospitalares, na imprensa e opinião pública, em criações literárias e cinematográficas, para denominar um homem sem nome ou cuja identidade permanece desconhecida.

Julgo que a possível existência de expressão semelhante na língua portuguesa, e nas nossas práticas sociais, seria enriquecedor. Do ponto de vista linguístico, quando é encontrada uma referência a alguém como John Doe, o seu perfil está delineado, sem delongas explicativas. Tais práticas, as nossas e a de outros, atestam diversidade cultural como outra forma de vida, pois, como destaca Fiorin (2009, p.52), “cada língua ordena o mundo a sua maneira”.

Em capítulo anterior, o autor chamara a atenção sobre a relação que existe entre formação ideológica e formação discursiva, uma vez que esta é repassada aos membros de uma determinada sociedade, por meio da aprendizagem linguística. Com a assimilação de uma determinada formação discursiva, o falante elabora seus próprios discursos, como reação linguística aos eventos e acontecimentos que testemunha ou participa: “Por isso, o discurso é mais um lugar da reprodução que o da criação. Assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva determina o que dizer”. (Ibid. p. 32). Tal afirmativa do autor, porém, não afasta a

certeza do analista crítico de que, ao usar o termo “discurso”, admite a existência da ideologia subjacente.

O inventário, como clara manifestação de *apreciação* (como reação de impacto e de qualidade), lista os bens desse morto e caminha também pela imprecisão, uma vez que a polícia não acredita serem da vítima “uma camisa e um par de sandálias infantis azuis” (L.32/ 33). Esse parco espólio, marca da indigência de um legado sem bens materiais, remete à diferença estabelecida por Goffman (1988, p.53) para *símbolo de estigma* e *símbolo de prestígio*: “A informação social transmitida por qualquer símbolo particular pode simplesmente confirmar aquilo que outros signos nos dizem sobre o indivíduo, completando a imagem que temos dele de forma redundante e segura”. Portanto, a ausência de legado, a inexistência de documentos, a bermuda marrom e a aparência física do morto corroboram o perfil de mais um excluído.

O *processo mental* constituído por “acreditar,” no sentido de admitir, aceitar ou fiar-se, quando é acompanhado da circunstância de negação, passa à equivalência de desacreditar ou descrever, e, ao transitar por esse domínio do mundo da consciência, consubstancia a apreciação dos especialistas– agrupados como “polícia”.

Fragmento 3:

-
23. Embora aparentemente não tenha sofrido agressão, só será possível
24. dizer o que aconteceu ao homem após os exames do IML e do
25. Instituto de Criminalística (IC), que demoram de 10 a 30 dias para sair.
-

O parágrafo iniciado com “Embora aparentemente” (L.23) expressa um *juízo* pela modalização de probabilidade, com o adjunto circunstancial de valor epistêmico. A declaração de que “o que aconteceu ao homem” (L.24) seria conhecido depois, pode criar a expectativa nos leitores de serem informados posteriormente. Passado o tempo mencionado para os exames, não houve mais nenhum registro sobre o assunto, o que seria, no jargão jornalístico, a *suíte da matéria*.

As explicações prováveis para essa baixa no valor-notícia estão na conceituação de Pinto (2009, p. 60) sobre o que é notícia. Para ela, além de conter sempre uma novidade, é uma combinação de importância e interesse: “Uma informação será tão mais forte – e atrairá mais o leitor – quanto mais dessas duas características tiver”. Baseada em manuais de jornalismo, ela lista critérios para identificar a importância de

uma notícia que passa por ineditismo, utilidade, apelo, empatia, exposição de conflito, ou de proeminência, e pela oportunidade.

Para o JC, portanto, esses critérios não se aplicariam ao morto e as condições de sua morte que, embora anteriormente noticiados, não merecem *suíte*. Portanto, a continuação não se concretiza porque lhes faltam característica de conflito, pois provavelmente não houve assassinato; não despertam empatia, visto que ninguém quer se identificar com um cadáver anônimo; também não são portadores de proeminência e nem utilidade pública, uma vez que aquilo que desperta interesse são pessoas ligadas a acontecimentos que possam provocar impacto ou afetar vidas.

Tal morte, cena da vida real que repete o drama urbano do samba do compositor João Bosco: *Tá lá o corpo estendido no chão* (...) carece de apelo para despertar curiosidade e de interesse; além do necessário ineditismo. Assim, a transposição, da ficção para a realidade, não preenche os requisitos de noticiabilidade, ou seja, com a noção de informatividade. Portanto, a primeira e única notícia publicada pelo JC desfez-se no dinamismo, na agitação do dia a dia e nos assuntos que, do ponto de vista dos editores, têm realmente valor-notícia. Diferentemente do morto do Hospital Otávio de Freitas, sem direito à *suíte* noticiosa.

Fragmento 4:

-
34. *Em se tratando de área, o HOF é o maior hospital público do Estado.*
35. Tem 81 mil metros quadrados de terreno, incluindo o matagal onde
36. se encontrou o corpo. Muros separam o terreno dos pavilhões que
37. recebem pacientes. Há uma comunidade situada por trás da
38. propriedade, por onde o homem pode ter entrado. “Na verdade, não
39. sabemos como ele chegou aqui. Só a investigação policial vai poder
40. dizer”, afirmou Hermes Wagner.
-

O parágrafo começa com “Em se tratando de área” para introduzir um enfoque novo à notícia, fato que não altera o seu conteúdo, mas leva à intenção de complementar o espaço destinado no *layout* da página e que passa, então, a ser preenchido com a descrição do cenário onde o corpo foi encontrado. Tal informação vem no fim da notícia, porque o fato já é do conhecimento da maioria dos leitores que vive na cidade e, portanto, apresenta baixo nível de novidade, o que exime o apelo do ineditismo.

As divagações informativas continuam como expressões de *apreciação*, segundo a TSV, como “o homem *pode ter* entrado” (L.38), às quais se somam imprecisões que

compõem as hipóteses, expressas por formas verbais, muitas delas modalizadas (como *juízo*) pela ideia de que tudo *aparentemente é*; ou *é provável* ou *é possível* que:

“(...) ninguém sabia de quem *se tratava*.” “*Suspeitava-se* que era um paciente” (L.7)...; “(...) *aparentava* saúde debilitada” (L. 13); “*não se fez* nenhuma queixa” (L.18); “*cogitaram* a possibilidade” (L.19); “*embora aparentemente não tenha*” (L.23); “o homem *provavelmente estava*...” (L.27); “Nenhum vigilante do HOF *teria percebido*” (L.28).

O uso de tais escolhas lexicais, na maioria formadoras de *processos existenciais, mentais e relacionais*, parte do *processo verbal* que caracteriza a tessitura da notícia onde alguém diz, declara, informa, opina, confirma ou nega. Tais expressões estão de acordo com o levantamento de Marcuschi (2007, p.150) sobre a semântica de tais verbos que, por introduzir opinião, não pode se distanciar dos contextos de enunciação “e fora das condições de produção do discurso como tal. Isto significa que toda a informação é produzida dentro de algum sistema que não se ignora a si próprio, veiculando implicitamente uma interpretação qualquer”.

Para concluir a matéria, o repórter, através do *processo verbal* (dizer) exprime o que seria a conjunção do rema e do tema e que é relatada no *processo mental*, com a polaridade negativa manifesta, do médico Hermes Wagner, diretor do hospital: “Na verdade, não sabemos como ele *chegou* aqui. Só a investigação policial *vai poder dizer*” (L.38/ 39/ 40). O emprego de “na verdade” assevera a intenção do declarante em ser objetivo e veraz, pois ele diz que, deliberadamente, não esconde nada, nem omite, apenas não conhece detalhes sobre o caso.

É a sua tentativa de unir linguisticamente a concretude do corpo ao incorpóreo representado pela trajetória de vida daquele desconhecido que nem chegou a ser paciente no hospital que ele dirige. Ele procede, mais uma vez, a *personalização* da instituição “polícia,” o que permite a sua caracterização como o *ator* do *processo material*, formado pelos agentes que vão investigar para, enfim, concluir algo sobre o morto e as condições de sua morte.

Assim, o fecho da notícia é categórico e conclusivo, do tipo ninguém sabe e ninguém viu. Os processos comportamentais são representados pelo antagonismo da passagem da condição anterior de ser vivo ao estado atual, portanto, pela dicotomia viver/morrer. Ambas as situações, têm a força vital a marcá-las diferentemente. Por conseguinte, foi o processo de “viver” que lhe permitiu o deslocamento de lugar desconhecido até ali /“aqui” (L.39), dêiticos que denotam a circunstância de lugar e a

indefinição da causa que consiste na premissa: sem que alguém possa saber como. No entanto, fica claro que, se o desconhecido não houvesse se comportado daquela forma, mudando seu lugar de estar no mundo, não teria realizado o processo comportamental de “morrer” ali, naquele local específico.

Foi a sua indefinição de rota que o transformou no *comportante* nominado de *andarilho* (L.29), cujo denotativo “aquele que anda muito”, segundo o Novo Dicionário Aurélio (2004), expõe o presumido ato (*behaviour*) de marchar a ermo sem ir muito além, e permite tomar por epitáfio imaterial, para um homem sem passado, identidade ou lápide, versos do sevilhano Antonio Machado y Ruiz¹⁹: *Caminhante não há caminho/ se faz caminho ao andar./ Ao andar se faz caminho/ e ao voltar a vista atrás/ se vê a senda que nunca/ se há de voltar a pisar.*

Assim, o cadáver do Hospital Otávio de Freitas retoma o seu mutismo e retorna ao silêncio misterioso, fugaz e repentinamente interrompido por essa matéria do *Jornal do Comercio*, que deixa no vazio alguns lapsos de informação, como melhor detalhamento sobre o sujeito da notícia e as suas condições de vida, talvez piores do que as circunstâncias de sua morte, permitindo antever a deficiência de uma abordagem com maior dimensão imagética, discursiva e factual.

5.1.2. Notícia II

Estado de São Paulo (ESP) - 11 de maio de 2010.
Repórter: BRUNO LUPION - Agência Estado
Cinco morrem na segunda chacina da semana em SP

*Notícia na
íntegra:
Anexo 2*

A notícia faz referência aos assassinatos que aconteceram no bairro paulista de Jaçanã, conhecido por ter sido homenageado pelo compositor Adoniran Barbosa com “Trem das Onze”, mas desta feita sendo notícia pela morte de moradores de rua por grupos armados. O título apresenta dados numéricos que apontam para a gravidade da situação na região metropolitana: ainda era terça-feira e já acontecera a segunda chacina da semana e, nessa última, de uma só vez, cinco pessoas foram exterminadas, enquanto na primeira, em São Bernardo do Campo, foram seis.

¹⁹ *Caminante, no hay camino/ se hace camino al andar. /Al andar se hace camino,/ y al volver la vista atrás/ se ve la senda que nunca/ se ha de volver a pisar. (Cantares in Antologia Poética. Lisboa: Editorial Cotovia, 1999).*

Alguns estudos apontam para o fato de um título ser lido, em média, cinco vezes mais do que o corpo de um artigo. Portanto, trata-se de um elemento sempre valorizado na escrita jornalística. Por isto, a escolha lexical de “chacina”, para configurar o acontecimento, tem como coipônimos carnificina, genocídio, extermínio, massacre ou morticínio, mas cujo sentido é caracterizado pela desigualdade de força, quando vence o lado mais forte, violento e cruel sobre o fraco submetido, fragilizado e trucidado.

A titulação, apesar de ser quase sempre provocativa e instigante, tem a intenção, preconizada nos manuais de jornalismo, de apresentar a notícia com objetividade, o que caracteriza especialmente o subgênero jornalístico do tipo informativo, devendo ser, preferencialmente, despojado de adjetivação e posicionamento, o que estrategicamente evita a armadilha representada pelo indício da opinião do repórter ou do jornal.

Assim, há a intenção de relatar o fato a partir do tempo presente e pela possível ligação com acontecimentos conectados entre si. Pinto (2009, p.106) ressalta que a qualidade fundamental em jornalismo é a observação crítica, sendo relacionada a observar, questionar e contar ao leitor o que viu e, para tanto, “o repórter tem que estar de olho no que está a sua volta”. Para complementar, ela traça o caminho: “Antes de sair para uma pauta, o repórter deve fazer o possível para ter informação sobre o que vai cobrir. Pesquisar banco de dados, ouvir quem entende do ramo, consultar colegas que cubram a área”. E, sobretudo, manter o distanciamento crítico para melhor interpretar o que apura.

Fragmento 5:

-
6. As vítimas dormiam sob um viaduto na altura do km 86 da Rodovia Fernão
 7. Dias, na Rua Abílio Pedro Ramos, quando cinco homens chegaram em três
 8. motos e atiraram várias vezes, segundo testemunhas. Entre os cinco mortos,
 9. todos homens, apenas Manuel do Nascimento Batista Cerqueira Junior havia
 10. sido identificado até a madrugada desta terça-feira. Uma mulher, Mariana
 11. Henrique, sobreviveu e está internada em estado grave no Hospital do
 12. Mandaqui.
-

A referência aos mortos, enquanto vivos, é a de “vítimas” com correlação de sentido para pessoas submetidas à violência, e que “dormiam”, *processo comportamental* que atesta a situação de desvantagem e desamparo, pois os *comportantes* estavam desprotegidos e desprevenidos. Dessa forma, adormecidos, perderam o direito de defesa contra os seus agressores “quando cinco homens chegaram em três motos e atiraram várias vezes, segundo testemunhas”.

A ação é relatada através dos *finitos* em sequências representadas por “chegar” e “atirar”, *processos materiais*, empregados no pretérito perfeito para designar ações irrevogáveis e definitivas, pois esse passado está delimitado e encerrado, uma vez que não há iniciativa presente que reverta a situação. A marcação da circunstância de que atiraram “várias vezes” denota a quantidade desmesurada das balas deflagradas, que serve para, sem adjetivar, dar subliminarmente a dimensão dessa chacina e apresentar a desigualdade de força entre atacantes e atacados.

No emprego do finito no passado perfeito acontece o que Weinrich (1973) considera como condição necessária à distinção entre os tempos verbais do *mundo narrado* e do *mundo comentado*, identificável na constituição do primeiro plano, chamado por ele de “esqueleto da ação”, a ser acompanhado do plano secundário, formado por proposições presentes com o verbo no imperfeito, o que se constata na continuação da matéria.

No seu desdobramento é aplicável o que esclarece Reuter (2007, p. 99) sobre o “pano de fundo”, onde são encontradas essencialmente as circunstâncias secundárias, descrições e comentários do narrador. Cita que, em certas passagens, admitindo-se a possibilidade de supressão das proposições com o verbo no imperfeito, “é possível conservar uma ‘imagem global’ do sentido da passagem daquilo que ocorreu. Já este não seria o caso se suprimíssemos as proposições incluídas em um verbo no passado perfeito”.

As fontes da informação são nomeadas como “testemunhas” (L.8), possível estratégia para a proteção dos espectadores ou observadores da chacina que posteriormente declararam o que presenciaram, tornando-se depoentes ou declarantes e, mesmo protegidos pelo anonimato, *dizentes* responsáveis pelo *processo verbal* quando dizem como tudo aconteceu.

O termo “testemunhas” é introduzido pela preposição “segundo”, para transmitir que o dado não constitui juízo do repórter, mas tudo está conforme, consoante, ou de acordo com o que expuseram tais *dizentes*, sendo de sua responsabilidade a presença ou ausência da informação conectada à verdade do evento, constituindo o que Habermas (1990) classifica como *pretensão de veracidade*, distinguida pela sua natureza externa porque é formada pelo que pode ser percebido, além da *pretensão de inteligibilidade*, em referência à linguagem, como meio de objetivar-se a si mesma, estando ligada à própria existência do discurso.

Entre os cinco mortos (L.9), todos (são) homens e apenas um havia sido identificado (Manuel do Nascimento Batista Cerqueira Junior), são construções que apresentam *processos relacionais identificadores*, mesmo com a elipse do finito na primeira afirmação, sendo essa identificação marcada pela circunstância de tempo (L.10): “até a madrugada desta terça-feira,” o que acena com a possibilidade da identificação posterior dos outros quatro mortos.

Há a ressalva sobre “uma mulher, Mariana Henrique” que é a sobrevivente, ou seja, alguém que resistiu às condições adversas, que escapou da chacina e que, por isto, “está internada em estado grave no Hospital do Mandaqui” (L.11/12), esclarecimento que expõe a possibilidade de que ela também possa vir a fazer parte da lista dos mortos, pois à sua atual condição está agregado o risco de morte a qualquer momento por conta da gravidade, no sentido de enormidade e intensidade, dos ferimentos.

Portanto, verifico que o fragmento do ponto de vista da TSV é destituído de características de análise atitudinais, o que entendo que seja pela sua finalidade informativa, que é construir a informação com fatos concretos, acontecendo o que prescreve Pinto (2009, p.199) para a escrita de uma matéria jornalística, após a apuração completa e a coleta de detalhes e dados: “Capacidade de hierarquizar as informações, escolher as mais importantes e aprofundá-las...” Além de: “Organização das informações no texto, de forma a que um parágrafo leve ao parágrafo seguinte, sem sobressaltos”. É assim que o texto deve fluir, o discurso é passado sem suscitar no leitor questionamentos vitais ou pontuais que o deixem com a sensação de perda de tempo com a leitura que fez ou de que restou estar mal informado.

Fragmento 6:

19. Agressões

20. Um homem e uma mulher foram agredidos por cerca de dez homens na noite
 21. de domingo, 9, sob o mesmo viaduto onde ocorreu a chacina, segundo
 22. testemunhas. A violência teria começado após uma moradora de rua
 23. aproveitar uma colisão entre veículos e roubar a bolsa de uma motorista.
 24. Algumas horas depois, os agressores teriam chegado ao local e atingido o
 25. homem e a mulher com socos e pontapés.
-

O intertítulo tem a denominação de “Agressões” e é apresentado aparentemente sem correlação direta com o que foi até então exposto na matéria. Sugere que os fatos estejam conectados entre si, como uma relação de causa e efeito, dando a ideia que a

chacina é consequência do que passa a ser relatado nesse bloco noticioso. Contrariamente ao título, um intertítulo não tem o objetivo de resumir um texto ou incitar à leitura, mas estimular a sua continuação, sendo composto por palavras extraídas do texto que o antecede.

Por norma, um intertítulo deve ter até três palavras, concretas e fortes, fugindo da abstração. Portanto, o lexema “agressões” faz referência a acontecimentos ofensivos, provocativos, violentos, destrutivos e ultrajantes, sendo um exemplo de *reificação*, modo de operação da ideologia através da estratégia de *nominalização* que, segundo Thompson (2009a, p. 88), acontece “(...) quando sentenças, ou parte delas, descrições da ação e dos participantes nelas envolvidos são transformados em nomes...”

O bloco noticioso é iniciado com a afirmação de que “um homem e uma mulher foram agredidos por cerca de dez homens” (L.20), com a apassivação com menção aos agressores, mas sem os nomear, recurso que deixa no vácuo esses personagens sem nome e rosto. Acontece, mais uma vez, a *reificação*, identificada por Thompson (ibid.), como modo de operação da ideologia que possibilita, nesse caso específico, o apagamento como atores e cuja tendência “é representar processos como coisas ou acontecimentos que ocorrem na ausência de um sujeito que produza essas coisas”.

Considero que a invisibilidade dos doze indivíduos envolvidos como párias sociais dá-se inicialmente pela sua nomeação como números: um homem/ uma mulher/ dez homens a compor uma dúzia de *sujeitos-objeto*, segundo a classificação de Foucault (1986) para aqueles que são submetidos, sujeitados à ação de outros agentes, diferentemente de cada individualização do “sujeito-livre”, ou ser substantivo, dotado de consciência e autodeterminação.

O *processo material* formado por “agredir” estabelece a troca estrutural pela passagem do grupo nominal (sujeito) para o grupo preposicional (agente), o que equivaleria a “cerca de dez homens agrediram um homem e uma mulher”, forma que, junto à exposição numérica, evidencia a desigualdade de força e demonstra o *juízo de estima*, pela descrição do que foge à normalidade, de acordo com o que Martin e Rose (2007, p.67) expõem sobre *juízo*: “Como no *afeto*, ele tem dimensão positiva ou negativa que correspondem aos julgamentos positivo ou negativo sobre determinado comportamento humano”. Agrega-se a esse *juízo de estima*, o *juízo de sanção social* subtendido, uma vez que ações como atacar e matar pessoas configuram crimes sujeitos à punição legal.

São postas as circunstâncias de tempo (no domingo 9) e a de lugar: “ sob o mesmo viaduto onde ocorreu a chacina”, (L.21), detalhes que unem os dois eventos. A fonte da informação mencionada é “segundo testemunhas”, não sendo identificadas como cidadãos com nomes e registros, mas tendo como referência a mesma menção contida no fragmento 1 desta análise e à qual se aplica, portanto, o mesmo comentário. “A violência teria começado” (L.22) descreve uma possibilidade, mas prevê a incapacidade de precisar o momento do início do conflito que resultou nas cinco mortes e em uma pessoa ferida. É possível identificar no sujeito da ação - “a violência” – como um dos aspectos de *reificação*, particularmente pela nominalização, assim explicada por Thompson (2009a, p.88): “A nominalização acontece quando sentenças, ou parte delas, descrições de ação e dos participantes nelas envolvidos, são transformadas em nomes (...)”.

A compreensão configura-se pela formação composta no futuro do pretérito para indicar algo que poderia ter acontecido em um possível futuro que ocorreu no passado, expressando cognição modal, com o finito flexionado *ter* (teria) seguido do particípio “começado”, forma nominal do verbo e que é utilizada em construções compostas onde perde a carga de potência temporal e se aproxima da categoria de um adjetivo. Um processo como esse pode, então, ser classificado como *mental* por conter a percepção de como algo possivelmente aconteceu.

Assim, tudo começou “após uma moradora de rua aproveitar uma colisão entre veículos e roubar a bolsa de uma motorista” (L.22/23). O *processo comportamental* de “uma moradora de rua” à espreita da vítima faz a apresentação da *comportante* que cometeu o crime do roubo de uma bolsa feminina, sendo merecedora, portanto, do *juízo de sanção social*, visto que, segundo Costa e Aquaroli (s/d, p.261): “ *Roubo* é a subtração de bem alheio móvel, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência”. A pena prevista no Código Penal brasileiro (art.157, *caput*) é a reclusão, de quatro a dez anos, além de multa”.

O sentido do verbo “aproveitar” marca a postura da infratora que, na caçada fortuita, considerou o episódio da “colisão entre veículos” como armadilha, uma cilada ou emboscada propícia para se apropriar do bem alheio. Tal exposição apresenta o que Thompson (2009a, p.82) chama de *racionalização*, estratégia “através da qual o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações (...)”.

A reação ao roubo é descrita a partir da *circunstância de tempo* - “Algumas horas depois” (L.24) - na concretização da relação causa e efeito, pois “os agressores teriam chegado ao local (*circunstância de lugar*) e atingido o homem e a mulher com socos e pontapés”, mais uma vez com o uso do futuro do pretérito para expressar a precariedade da exatidão informativa que, sendo oficiosa, impossibilita o repórter de empregar o pretérito perfeito.

No dia a dia das redações, tal uso é corriqueiro: “O condicional é muito usado por jornalistas quando eles não podem assegurar uma informação: por exemplo, quando a polícia diz que um sujeito atirou no outro porque ficou com ciúmes da namorada,” identifica Pinto (2009, p.229). Ela explica a razão: “o repórter não quer acusar sem provas”. Como também não pode e não deve incriminar sem comprovação, uma forma de evitar que ele mesmo possa vir a ser acusado de cometer calúnia, que consiste em atribuir falsamente a alguém determinado fato que é definido pela lei como crime contra a honra.

É dessa forma que pode ser concebida a *pretensão de veracidade*, apresentada por Habermas (1990, p.176) como aquela cuja natureza interna tem relação com o mundo subjetivo, o que poderia admitir a forma categórica de: “os agressores chegaram ao local” diferentemente do “teriam chegado”, que se configura na realização da *pretensão de verdade*, ligada ao mundo objetivo, além de *correção normativa*, relativa à observância do falante aos direitos e normas coletivas.

Os *processos materiais* contidos nos finitos “chegar” e “atingir”, para indicar que os agressores teriam aparecido, surgido ou vindo para pegar de sobressalto a dupla desavisada - “o homem e a mulher” - que “teria sido atingida por socos e pontapés” (L.24), como o sentido de que eles ficaram feridos e ultrajados, como forma de vingança não nominada, mas subtendida, inclusive prolongada com a chacina que aconteceu dois dias depois daquele fato, configurando o desdobramento dessa sequência de crueldade. A repetição de chacinas como a do Jacanã e a impunidade dos seus autores representam a banalização da violência, provocando torpor e indiferença, pois passaram a fazer parte do dia a dia das cidades.

5.1.3. Notícia III

Notícia na
íntegra:
Anexo 3

FOLHA DE SÃO PAULO (FSP)
Reportagem Local (12/5/2010)
**Sobrevivente de chacina em SP recebe escolta em hospital; 6
morreram**

A notícia foi publicada no dia seguinte, por um jornal concorrente e trata do mesmo assunto, ou seja, os crimes recentes do bairro do Jaçanã. Ambos os jornais paulistas – FSP e ESP – nomeiam o evento como chacina, o que configura a postura editorial diante da situação ao considerá-la com sentido semelhante à carnificina. O título, que procura despertar no leitor o interesse pelo assunto, é composto de elemento numérico que configura a gravidade do fato, visto que seis pessoas foram mortas (uma a mais do que foi citado pelo jornal ESP).

A matéria acrescenta uma nova informação sobre a sobrevivente, que está sob custódia policial, o que leva à dúvida se o patrulhamento é para protegê-la ou porque é acusada de crime. O uso do signo “escolta” tem o sentido que transita entre comitiva, acompanhamento, cortejo ou préstito, até guarda ou vigilância, mas sempre em torno da ação de acompanhar, guardar e defender pessoas ou coisas.

Fragmento 7:

-
1. Uma mulher que sobreviveu a uma chacina no Jaçanã (zona norte de São Paulo)
 2. permanece internada nesta quarta-feira, sob proteção policial, segundo a
 3. Secretaria da Segurança Pública. Na madrugada de ontem, seis rapazes com
 4. idades entre 25 e 35 anos-cinco deles moradores de rua-- foram assassinados a
 5. tiros sob um viaduto.
-

O lide da matéria (forma aportuguesada de *lead*, como é atualmente empregada pela imprensa) tem o seu foco na sobrevivente, cujo nome não é citado (diferentemente da matéria da FSP - notícia II), e que já recebera destaque no título, além de esclarecer que a escolta tem a finalidade de protegê-la, como vítima e testemunha do crime. Assim, ela “permanece internada” (L.2), como *processo relacional atributivo* que deixa clara a sua condição atual. A expressão “proteção policial” permite antever que ela corre risco de morrer e que o assunto é grave, pois a Secretaria de Segurança Pública oferece salvaguarda ou defesa contra outra possível investida criminosa.

O órgão estadual é personalizado, pois ele “fala” como uma pessoa que realiza um sugerido *processo verbal* para contar sobre as medidas que “adotou”. O uso da *personificação* ou *animismo*, como figura de linguagem, é considerado por Rocha Lima (2002) como modalidade de metáfora, sob a perspectiva da gramática normativa da língua portuguesa. Do ponto de vista discursivo, é uma estratégia típica de construção simbólica e que, no caso da notícia analisada, aumenta a credibilidade e aprofunda o assunto, através da *legitimação* dessa informação institucional.

A *personificação*, conforme Sardinha (2007, p.35), pode ser enquadrada como metáfora conceptual, proposta por Lakoff e Johnson, sendo caracterizada como “uma metáfora ontológica em que a entidade é especificada como sendo uma pessoa”. Explica que as metáforas conceptuais são culturais: “Elas refletem a ideologia e o modo de ver o mundo de um grupo de pessoas, construídos em determinada cultura.” (ibid. p.33).

Tal opinião é compartilhada por Thompson (2009a, p.85), ao considerar o uso de *tropos* (especialmente a *metáfora*, *sinédoque* e a *metonímia*) como modo de operação da ideologia pela estratégia da *dissimulação*. Em relação à metáfora, ressalta o seu papel na dissimulação de relações sociais através de sua representação, “ou da representação de indivíduos e grupos nelas implicados, como possuidoras de características que elas, literalmente, não possuem, acentuando, com isso, certas características às custas de outras”. (ibid.)

A informação é complementada com mais um item que provavelmente já seja do conhecimento do leitor, o de que na madrugada anterior, “seis rapazes com idades entre 25 e 35 anos-cinco deles moradores de rua, foram assassinados” (L.4/5), o que é relevante porque, embora careça de ineditismo, o dado está conectado a outros indícios que compõem a história. Neste caso, é usada a “pirâmide invertida”, forma de lide que apresenta o texto baseado na hierarquia da informação, da mais atual para outra anterior.

As marcações das circunstâncias asseveram que a chacina foi “na madrugada de ontem,” (de tempo), que ela se deu “sob um viaduto” (de lugar), e as mortes foram “a tiros” (de modo).

O uso da voz passiva (“foram assassinados”) contém o *processo material* para exprimir que alguém fez algo, embora haja o desconhecimento do *agente* (por quem foram assassinados?). Entendo que a ausência de identificação do agente da passiva não acontece como forma da sua ocultação, o que implicaria em maior carga ideológica, mas pela possibilidade do real desconhecimento das autoridades policiais (fontes de

informação do repórter) que ainda estavam, à época, na fase inicial das diligências para apurar o caso e identificar as vítimas e os autores da chacina.

Fragmento 8:

-
6. De acordo com a polícia, as vítimas eram viciadas em crack e cometiam
 7. pequenos crimes na região. Elas dormiam no momento em que foram atacadas a
 8. tiros por ocupantes de motocicletas.
-

O parágrafo é introduzido por “de acordo com”, locução prepositiva para eximir o repórter da responsabilidade da informação e indicar que a maior ou menor exatidão e veracidade é da responsabilidade exclusiva da informante (a polícia), mais uma vez caracterizada pela *personificação*, modo de transformá-la em “pessoa que fala”, um item a mais na soma do status que possui na sociedade, o de sujeito que declara algo sobre alguém, sendo, portanto, capaz e apta a realizar o *processo verbal*.

A declaração expõe a situação das vítimas através do *processo relacional identificador*, tendo com *característica* a de serem viciadas em *crack* e autores de pequenos crimes, o que mostra de forma simplista e direta o *juízo de sanção social* (segundo a TSV), pois tal forma de agir é reprovável e, em alguns itens, passível de punição legal, como explicam Martin e Rose (2007, p.68): “Sanção social envolve recompensa e condenação, estas frequentemente com implicações jurídicas, a ponto de os envolvidos precisarem de advogado para defendê-los”.

O repórter não questiona sobre o emprego, pela polícia, dos rótulos de “viciados” e “pequenos criminosos”, e tampouco a explicação sobre como ela chegou a essa conclusão estereotipada, uma vez que as autoridades são cautelosas quando o assunto envolve pessoas de poder econômico e social, pois rotular sem apresentar provas pode ser enquadrado com crime. Diferentemente, nem sempre têm a mesma postura quando os envolvidos são pessoas pobres e desamparados.

O repórter, por sua vez, demonstra prudência nessa circunstância, evitando assumir uma posição conclusiva, o que é perceptível através do uso do futuro do pretérito (como na matéria anterior), justamente para evitar o seu possível enquadramento legal como acusado de injúria, ou à pessoa jurídica que é o próprio jornal. No caso, não há perigo, pois a autoria da classificação clara e conclusiva é da polícia. É ela que fala, que diz e que rotula.

Tal procedimento pode ser classificado como modos de operação da ideologia, especificamente a *legitimação* e a *dissimulação*, com o uso da *sinédoque* que reafirma o senso comum de que todo morador de rua é viciado e criminoso, e que é assim vista por Thompson (2009a, p.84): “Esta técnica pode dissimular relações sociais, através da confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes, entre grupos particulares e formações sociais e políticas mais amplas (...)”. Fica claro que a polícia usa tais expressões amalgamadas como se uma fosse inerente à outra, como houvesse obrigatoriamente sinonímia entre morador de rua e viciado em drogas.

A circunstância de tempo, “no momento em que foram atacadas” (L.7), contém a apassivação do *processo material* e apresenta a repetição da *circunstância de modo* “a tiros”, mencionada anteriormente (fragmento 7), o que mostra a extensão do massacre, pois as vítimas estavam indefesas, e nem chegaram a ser surpreendidas, pressuposto plausível porque ela “dormiam”, *processo comportamental* que atesta a incapacidade de defesa dos *comportantes* e cujo agente da passiva fornece a identificação imprecisa e nebulosa sobre os agressores, que eram “ocupantes de motocicletas”. É do senso comum que a utilização de motos em crimes dessa natureza facilita o deslocamento, além de ter no capacete, de uso obrigatório conforme as leis de trânsito, um disfarce conveniente para cobrir o rosto e evitar a identificação por parte das testemunhas. A dificuldade do reconhecimento dos criminosos está subtendida, portanto, através da utilização desse agente da passiva.

Fragmento 9:

-
9. Dos seis mortos, só um não vivia nas ruas. Manoel do Nascimento Batista
 10. Cerqueira Júnior, 29, que morava em um conjunto do Cingapura vizinho, foi
 11. morto a poucos metros dali. A polícia não sabe se ele havia testemunhado o
 12. crime ou se tinha ido ao local consumir drogas. Uma mulher, que segundo a
 13. polícia vivia com o grupo, levou um tiro na cabeça e passou por uma cirurgia.
-

O reconhecimento dos mortos é feita através do *processo comportamental*, anterior à situação presente, que é o de “viver nas ruas”, a configurar a condição que afeta os invisíveis e estigmatizados, destituídos de nomes e outras caracterizações da cidadania. Mas, apesar de não saber seus nomes, a polícia tem certeza, sem diligências e superficialmente, que “as vítimas eram viciadas em *crack* e cometiam pequenos crimes”. (L.6/7).

A credibilidade que goza essa fonte institucional corresponde ao que Thompson (2009a, p.82) classifica como *legitimação*, um dos modos de operação da ideologia, além de outro, ou seja, a *unificação*, esta assim explicada (ibid. p. 86): “Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas através da construção, no nível simbólico, de uma forma de unidade que interliga os indivíduos numa identidade coletiva, independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los”. Assim, a naturalidade de avaliações dessa ordem consolida a ideia generalizada, disseminando o preconceito, de que aqueles que vivem à margem são intrinsecamente marginais e, por isto, cometem crimes com níveis diversos de gravidade.

Somente é conhecida a identidade civil de um dos mortos, “Manoel do Nascimento Batista Cerqueira Júnior, 29 anos”, que, diferentemente dos demais, não é morador de rua, pois tinha endereço “em um conjunto do Cingapura”, no bairro do Limão, zona norte de São Paulo, construído como projeto-piloto para a substituição dos barracos por conjuntos verticais nas favelas. A análise desse item, onde a diferença entre estratos sociais determina a adequação da linguagem, evoca a asserção de Fiorin (2009, p.30): “A ideologia é constituída pela realidade e constituinte da realidade. Não é um conjunto de ideias que surge do nada ou da mente privilegiada de alguns pensadores. Por isso, diz-se que ela é determinada, em última instância, pelo nível econômico”.

Apesar da moradia fixa, Manoel Cerqueira Júnior foi morto perto do local de residência, mas “a polícia não sabe se ele havia testemunhado o crime ou se tinha ido ao local consumir drogas”. (L.11/12). Dessa forma, constitui a primeira exposição de dúvida da informante, posta no meio da matéria, sobre o único dos assassinados que não era um sem-teto, avaliação que oscila entre a *apreciação* e o *juízo de estima*.

Logo após, trata da mulher ferida e ainda “sob custódia”, que, “segundo a polícia, “vivia com o grupo” (L.13). O emprego do *processo comportamental* suscita o pressuposto de que se vivia entre os que morreram, também cometia delitos semelhantes, caracterizando o *juízo de sanção social*, previsto pela TSV. Assim, ela “levou um tiro na cabeça”, sendo seu estado de saúde delicado a ponto de ter sido submetida a uma cirurgia, além de correr o risco de morrer diante da gravidade dos ferimentos, ou pela sua condição de testemunha e única sobrevivente da chacina.

Fragmento 10

14. Hipóteses

15. Para a polícia, a principal hipótese é que os assassinatos tenham sido cometidos
 16. por pessoas que estavam "incomodadas" com a presença deles. "Acho a
 17. possibilidade mais provável. Mas tudo será investigado", disse o delegado
 18. Pietrantonio de Araújo, do 73º DP.
 19. Outra hipótese é que a morte tenha sido motivada por vingança de uma mulher,
 20. parente de um policial militar, que teve a bolsa furtada por um dos sem-teto. "O
 21. problema é que não foi feito nenhum registro desse furto", disse o delegado
 22. Luiz Fernando Teixeira, do departamento de homicídios.
-

O intertítulo tem a função de propiciar leveza ao texto, apresentando pausas para facilitar a leitura, além de melhorar o aspecto visual da composição gráfica. É um elemento útil quando se pretende mudar de assunto dentro do mesmo texto, o que acontece com o intertítulo “hipóteses” para apresentar conjecturas, alternativas ou possibilidades de motivo de tal massacre. Ao mesmo tempo, identifica um *dizente* (membro da polícia) para representar a sua fonte de informação com nome e cargo, além de deixar de lado o caráter conclusivo usado no início da matéria na exposição das causas hipotéticas.

Assim, “o delegado Pietrantonio de Araújo, do 73º DP” (L.18) torna-se o *dizente* que realiza o *processo verbal* de “dizer”, considerado por Pinto (2009, p.231) como uma boa escolha dos repórteres por ser um verbo declarativo “neutro e positivo”, semelhante a verbos como afirmar, declarar, responder, assegurar, descrever e relatar, e cujo emprego contribui para a “precisão da informação”.

Por sua vez, Marcuschi (2007, p.160) considera que existe a predominância de tais verbos no discurso da imprensa porque eles “introduzem uma opinião muito importante, que se refere à personalidade no poder e sua autonomia decisória”. Sobre o verbo *dizer*, é bem conclusivo: “Este é considerado como um ‘coringa’, uma espécie de vale tudo, pois aparece em todas as funções e não tem alguma específica. Mas exerce uma ação típica, dependendo do contexto e dos tipos de discursos”. (ibid. p.164).

No caso presente, a ação típica de operação da ideologia é exercida pela *legitimação*, sendo acompanhada da *reificação* pela *passivização*, quando o agente nomeado - “por pessoas” - que o fizeram porque “estavam ‘incomodadas’ com a presença deles”, e o *processo relacional identificador*, cuja *característica* está posta entre aspas, para esclarecer que o eufemismo foi dito literalmente pelo entrevistado.

A *eufemização* é uma das estratégias típicas de construção simbólica, tendo como modo de operação da ideologia, a *dissimulação*, segundo a classificação Thompson (2009a, p. 84). É uma figura de linguagem cuja característica é empregar termos mais brandos para atenuar uma expressão desagradável ou inconveniente. O sentido desse eufemismo é o de que as pessoas “incomodadas” sentiam-se, na pertinência de um *processo mental*, ofendidas, desconfortáveis, embaraçadas, constrangidas, a ponto de ser possível atinar o que ele não disse, mas deixou no ar – as pessoas estavam raivosas a ponto de matar.

O *dizente* acrescenta, de acordo com a TSV, um *juízo de sanção social* como afirmação da postura oficial, esta modalizada pela conjunção que introduz o operador argumentativo contrário e subtendido, cuja equivalência é “apesar das dificuldades” ou “embora os mortos não tenham importância social e econômica”, mesmo assim a polícia agirá. A conclusão é introduzida por um “mas”, considerado por Ducrot (1977) como *operador argumentativo por excelência*: A afirmativa “Mas tudo será investigado”, é acompanhada pelo *processo material* para indicar que a polícia não se omitirá e envidará esforços para identificar os assassinos.

A segunda hipótese é a de que a vingança seria o motivo do crime: “a de uma mulher, parente de um policial militar” (L.19/20), tendo como causa a sua bolsa ter sido furtada por “um dos sem-teto”, estabelecendo a mesma relação de causalidade e efeito que a FSP expusera no dia anterior e que compõe o rema da notícia II. Essa relação é baseada na ação de “vingar-se”, que ocasiona a *nominalização* com o substantivo “vingança”, contida no resumo que faz o delegado na segunda hipótese, ou seja, a punição ou castigo pelo delito cometido, sem o questionamento da ação de justiceiros fora-da-lei que fizeram justiça com as próprias mãos, sem a chancela de qualquer um dos aparelhos do Estado.

O jornal entrevistou o responsável pelo departamento de homicídio da Secretaria de Segurança de São Paulo, o delegado Luiz Fernando Teixeira, sendo, então, a segunda fonte de informação da matéria, que resumiu a situação: “O problema é que não foi feito nenhum registro desse furto”. (L.21). O *processo verbal*, formado pelo finito “disse”, leva ao entendimento sobre o atual estágio das investigações, pois embora tenha sido aventada a hipótese da vingança “de uma mulher parenta de um policial”, pelo delegado Pietrantonio de Araújo, do 73º DP, não se tem certeza sobre quem sejam os mandantes e executores do crime. Se essa suposta mulher tivesse prestado queixa à polícia, o boletim de ocorrência (BO) seria um indício para a elucidação do caso. Dessa forma, a

investigação policial parte de hipóteses difíceis de serem averiguadas por ter mais caráter de rumor ou boato, com ausência de informações críveis e informantes confiáveis.

Ambos os jornais (FSP e ESP) não retomaram posteriormente o assunto desse massacre do Jaçanã, porque perdeu o seu valor-notícia, sobretudo pela inexistência de fato novo que pudesse ser considerado como relevante e do interesse dos leitores. Em edições posteriores, os diários paulistanos noticiaram outras chacinas, inclusive no mesmo bairro, visto que o critério de noticiabilidade justifica a publicação do fato novo, de acordo com as exigências dos veículos noticiosos, na versão impressa e na *on line*. Sobre o fato passado, seria necessário um dado surgido recentemente, mas a ser desvelado através do inquérito policial e isto se apresenta como uma dificuldade a mais.

Segundo explicita Misse (2010), há grande dificuldade para que o registro feito em uma delegacia chegue aos tribunais. A pesquisa empírica que realizou em capitais brasileiras concluiu que apenas 16% dos inquéritos policiais referentes a homicídios dolosos transformam-se em processos judiciais. Portanto, é difícil imaginar que os assassinatos de anônimos moradores de rua deixem de integrar esses 84% de casos sem solução.

5.1.4. Notícia IV

Notícia na íntegra: anexo 4

CORREIO BRAZILIENSE (CB) - publicação: 07/07/2008.
Repórter: Raphael Veleda

Plano Piloto tem mais de 100 moradores de rua

Entre 100 e 140 moradores de rua acampam em vários pontos do Plano Piloto, como no gramado entre as quadras 309 e 310 Norte. Há gente vivendo ao relento a apenas 200m do gabinete do presidente Lula.

O título da notícia apresenta o critério tipológico de *apreciação*, item do subsistema de “atitudes” da TSV, para expressar a reação estética e valorativa à situação que começa a ser relatada. Faz referência ao Plano Piloto, área nobre da capital planejada, onde, segundo dados do IBGE, os serviços públicos, a infra-estrutura urbanística e a segurança são de bom nível, como também a renda *per capita* e a taxa de alfabetização são as mais altas do Brasil. Em contraposição, Brasília também figura entre as vinte cidades do mundo com maior desigualdade social, segundo a listagem divulgada pela ONU (Organização das Nações Unidas), em 2010.

É nesse cenário descrito que se desenrola a matéria jornalística e o discurso é configurado, o que evidencia a assertiva de Fairclough (2001, p.104) sobre os discursos não apenas refletirem ou representarem entidades e relações sociais, mas, indo além, ao assumir a sua construção e constituição. Isto pode ser constatado a partir do próprio título e do *processo existencial* nele contido.

Considero-o assim porque o verbo “ter” está empregado no sentido de haver ou existir, para atestar a presença de cem moradores de rua, sem estabelecer a proporcionalidade em relação à população total do espaço físico. Logo após, vem o subtítulo como complemento à informação do título para acrescentar o novo elemento informativo que consiste na apresentação de um intervalo maior da quantificação dos moradores de rua - “de 100 a 140” - que “acampam em vários pontos do Plano Piloto”.

Logo após, há uma informação que contém o *processo comportamental* “viver” para indicar que aqueles *comportantes* residem precária e provisoriamente, pois eles acampam, aquartelam-se, assentam-se ou se arrancham, porém não habitam o lugar, não moram, nem têm endereço; é “gente vivendo ao relento”, o que significa que são *comportantes* sem abrigo, teto e proteção.

Com marcas da modalização, do contraste e do paradoxo, é dito que parte dessa gente está “a apenas 200m do gabinete do presidente Lula”, situado no Palácio do Planalto, um dos ícones da arquitetura brasiliense e sede do poder executivo brasileiro. A comparação, induzida subliminarmente, faz-se entre os sem-teto e o presidente da República, ressalta a imagem de Brasília e da sua pirâmide social, como também a importância do centro do poder político e a distância abissal que separa os dois grupos.

Essas imagens epistêmicas e deônticas são a forma encontrada para materializar a contradição entre desmando e mando, caos e governabilidade, entre invasores desafortunados e a elite, formada pelas autoridades constituídas e parte da população bem situada, que legitimamente está onde deve estar.

Ao contrário dos que ocupam os seus cantos privilegiados e legalmente conquistados, os moradores de rua apropriaram-se de muitos lugares. Eles não se restringiram ao espaço já anunciado, mas também invadiram a zona residencial, a exemplo do “gramado entre as quadras 309 e 310 Norte”, em referência à Asa Norte, bairro desenvolvido da cidade e com alto padrão de vida.

Fragmento 11

1. Barracos feitos de lona, montes de sujeira e pessoas vivendo à margem dos direitos do
 2. cidadão já fazem parte da paisagem da obra de Oscar Niemeyer e Lucio Costa que se
 3. tornou patrimônio cultural da humanidade. Ao lado de monumentos que enchem de
 4. orgulho o brasiliense, como a Praça dos Três Poderes, no meio da cidade com o maior
 5. Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) do país, brasileiros dormem sob as estrelas,
 6. passando frio e sujeitos a todo tipo de doenças. São entre 100 e 140 pessoas, segundo
 7. estimativa do governo. Uma população flutuante, invisível, que só é percebida quando
 8. incomoda a sociedade.
-

O uso do contraste é acentuado quando são postos em confronto “os barracos de lona e montes de sujeira” onde moradores de rua vivem “à margem dos direitos do cidadão”, com a “paisagem da obra de Oscar Niemeyer e Lucio Costa que se tornou patrimônio cultural da humanidade”. (L.2/3). A dicotomia é realçada pela figura semântica da *antítese*, com o *processo comportamental* a atestar a impropriedade da ocupação das áreas públicas tombadas pela Unesco, identificadas como exemplares cultuados da produção dos dois arquitetos.

É possível encontrar, de acordo com a TSV, o critério tipológico do *juízo*, tanto o *juízo de estima* como o *juízo de sanção social*, nas referências à ausência dos “direitos do cidadão” e ao título de patrimônio cultural concedido pela Unesco. Tais aspectos são recorrentes na matéria em análise, cujas marcas lexicais remetem à afirmativa de Martin e Rose (2007, p.81): “Cada item lexical em um texto supõe muitos itens lexicais no seu desenvolvimento... Um item lexical inicia ou expande o campo do texto e esse campo possibilita o previsível relato de uma gama de itens lexicais a seguir”.

A apresentação dos contrastes continua com a oposição acentuada entre os dois aspectos – a história e beleza de Brasília e a degradação do espaço -, sendo que uma se sobressai sobre a outra que, diferentemente do que se dá em um processo harmônico, competem entre si, sem possibilidade de combinação e convivência. É repetido, então, o emprego da *antítese*, figura de linguagem que consiste na exposição de ideias conflitantes, especialmente quando há uma aproximação de palavras ou expressões de sentidos opostos. Tal contraposição serve essencialmente para dar ênfase aos conceitos envolvidos, o que não se conseguiria com a exposição isolada dos mesmos, como no exemplo: “Ao lado de monumentos que enchem de orgulho o brasiliense, como a Praça

dos Três Poderes” (L.3/4) vs. “brasileiros dormem sob as estrelas, passando frio e sujeitos a todo tipo de doenças.” (L.5/6).

O uso desse recurso, portanto, pode ser classificado como *dissimulação*, modo de operação da ideologia através da estratégia típica de construção simbólica chamada de *tropo* e assim visto por Thompson (2009a, p.84): “Por tropo entendo o uso figurativo da linguagem ou, mais em geral, das formas simbólicas”. A dualidade, por sua vez, pode ser analisada ideologicamente nos textos a partir da identificação das pessoas mais bem posicionadas em contraposição aos antagonistas.

Martin e Rose (2007, p.316) apresentam o modelo para explorar mudanças políticas, composto de dimensões: a) esquerda; b) direita; c) protagonistas/antagonistas: “Na esquerda há pessoas com direitos a ganhar; na direita, pessoas com poder a perder. Protagonistas são aqueles que estão resolvendo questões, enquanto antagonistas são pessoas que estão criando questões”. Aplicando tal classificação, os antagonistas são representados pelos moradores de rua que invadem repetidamente as áreas nobres de Brasília. Julgo que o CB, ao publicar a matéria, assume o que lhe é de direito, ou seja, o papel de protagonista que identifica e descreve aqueles antagonistas.

A afirmativa de que “são entre 100 e 140 pessoas, segundo estimativa do governo” (L.6/7), evidencia um *processo relacional identificador*, seguido de *processo verbal* que, embora elíptico, subtende-se que “alguém autorizado do governo disse”, com o reforço da *personificação* para apresentar os dados numéricos, o que confirma a confiabilidade da fonte de informação através da estratégia de *legitimação*.

Continuando a aplicar a classificação de Martin e Rose (ibid.), pode-se ampliar a lista dos protagonistas com as autoridades e representantes da sociedade civil, enquanto os antagonistas continuam os mesmos, os moradores de rua que criam problema para o governo e os habitantes do Plano Piloto, com a permanência em áreas que lhes são interditas. A afirmativa de que “brasileiros dormem sob as estrelas” representa um *processo comportamental*, uma vez que dormir, ao lado de nascer, morrer, respirar, bocejar, tagarelar, resmungar, conversar, por exemplo, são classificados como tal.

O verbo “dormir sob estrelas”, neste caso específico, introduz uma metáfora poética para substituir “dormem ao relento”, o que caracteriza o emprego de *eufemismo* como designação das condições precárias, porque o clima na noite brasiliense muitas vezes é inóspito, além do fato de que repousar ao ar livre pode se tornar perigoso pelo risco de extermínio, o que pode ser comprovado através do noticiário repetitivo sobre agressões, muitas vezes letais, aos morados de rua nas noites brasilienses.

O repórter categoriza essa gente: “Uma população flutuante, invisível, que só é percebida quando incomoda a sociedade” (L.7/8), como clara exposição do apagamento do agente, ou seja, aqueles que ignoram a realidade social dos que vivem nas ruas. Essa exposição configura o *processo relacional identificador* (a população “é” flutuante e “é” invisível) para designar que os moradores de rua são instáveis pela constante mutabilidade e invisibilidade, sendo volitiva ou inconscientemente ignorados.

A conclusão é feita através de um *processo mental* (perceber), acompanhado do *processo material* (incomodar) que assume esta característica por constituir um novo *eufemismo*, estratégia típica da *reificação* como um dos modos de operação da ideologia, para indicar a prática de ação danosa e prejudicial, pois “incomodar” é estorvar e importunar ao fazer algo flagrantemente reprovável.

Fragmento 12

9. É o caso de um acampamento de catadores de papel e alumínio que surgiu há quase
 10. um mês no gramado que separa as quadras 309 e 310 Norte. “Primeiro eram duas
 11. pessoas. Agora já são quase 10 quando chega a noite”, informa o funcionário público
 12. Jessé Moreira Borges, 58, que mora em um bloco em frente aos barracos. “Não vou
 13. dizer que me agrada vê-los aí, mas para mim não são uma ameaça, são um problema
 14. social e temos que abrir os olhos para isso”, complementa. Esse papel, para o
 15. comerciante Mário Gilberto Feitosa, 40, cabe ao governo. “Não compramos um
 16. apartamento caríssimo para ter que conviver com esses baderneiros que passam o dia
 17. bebendo e aterrorizam os moradores. Como vou deixar meus filhos brincarem
 18. embaixo do bloco?”, questiona.
-

O funcionário público Jessé Moreira Borges é o *dizente* que “informa”, através do *processo verbal* para transmitir um dado novo que não é do conhecimento de outros, mas especialmente dele - ele que observou o movimento da área durante um mês. Sobre a semântica dos verbos introdutórios de opinião, Marcuschi (2007, p.150) diz que ela “não pode ser feita à margem dos contextos de enunciação e fora das condições de produção do discurso como tal. Isto significa que toda informação é produzida dentro de algum sistema que não se ignora a si próprio (...)”.

Dessa forma, o informante apresenta o crescimento numérico que, no período, passou de duas a “quase dez” pessoas, especificamente à noite (L.11), para marcar a *circunstância de tempo*. A modalização apresentada pelo advérbio “quase”, com a acepção de “aproximadamente” ou “cerca de”, tem a intenção de ampliar o grupo humano. Assim, se ele é constituído por dez indivíduos, é possível contá-los, mesmo que de certa distância, um a um e apresentar o dado preciso, uma vez que não se trata de

multidão quando a estimativa é aceita e o uso do “quase” se coadunaria com a situação relatada.

A *eufemização* vem a seguir, como exemplo de modo de operação da ideologia. A sutileza que cerca o seu emprego é assim identificada por Thompson (2009a, p.84): “Existe um espaço vago, aberto e indeterminado em muitas das palavras que nós usamos, de tal modo que a eupemização pode acontecer através de uma mudança de sentido pequena ou mesmo imperceptível”. É, então, pelo reconhecimento de discursos já conhecidos, a exemplo do que está sendo analisado, criado o efeito do real, assim explicado por Reuter (2007, p.175): “De fato, ele passa frequentemente pelos clichês, os lugares-comuns, os estereótipos, as expressões cristalizadas, aquilo que se chama de *doxa*: um discurso sobre o mundo relativamente consensual, partilhado por uma comunidade cultural”.

A informação do funcionário público ao ser entrevistado pelo repórter é, por conseguinte, acompanhada de manifestações de *apreciação* e de *afeto*, segundo a categorização da TSV, como registro de sentimento em relação ao fato e como referência e reação valorativa: “Não vou dizer que me agrada vê-los aí, mas para mim não são uma ameaça, são um problema social e temos que abrir os olhos para isso”. (L.13/14). Começa com a polaridade negativa e a modalização subjacente: “não vou dizer...”, cujo sentido é “não me agrada vê-los aí”, seguido de outra negativa “não são uma ameaça”, com *processo relacional identificador*, para concluir com rotulação de que “são um problema social” e, por isto, “temos que abrir os olhos”, ou é mister estar alerta, acautelado, de sobreaviso.

Outra marca encontrada é quando ele relaciona a motivação da sua prescrição de vigilância, nomeando a presença dos moradores de rua e do problema social como “isso,” dêitico anafórico que aponta para o elemento que foi o tema do seu discurso. Para fechar esse primeiro depoimento, o repórter usa o verbo complementar, pois seu dizente “complementa” a informação, passando a ideia de que não dissera tudo e, por isso mesmo, houve a necessidade de acrescentar algo mais à sua posição individual em relação ao fato relatado.

É perceptível o empenho do informante para expressar o que pensa de maneira polida e correta, a partir do que julga ser “um problema social”. Primeiramente, ele o faz através da comunicação interpessoal (com o repórter) e, depois, pela comunicação de massa (publicação no jornal), quando pode atingir um público incalculável. Tal postura reafirma o que disse Habermas (1990, p.65) sobre o mundo da vida ser um

mundo compartilhado que pressupõe a existência de estruturas de racionalidade comunicativa por meio da via reconstrutiva: “Eu descrevo os proferimentos linguísticos como atos através dos quais um falante gostaria de chegar a um entendimento com um outro falante sobre algo do mundo”.

O segundo entrevistado é o comerciante Mário Feitosa que considera ser o assunto da competência do “governo”, aqui tomado como entidade abstrata, que paira sobre os cidadãos e é responsável pela solução de problemas de várias ordens. Em seguida vem a revolta, como manifestação de *juízo de estima* (TSV) que, de acordo com Martin e Rose (2007, p.68), baseia-se em itens como *normalidade* (o quanto tal ato é pouco usual), *capacidade* (até quando alguém é capaz de fazer algo) e *tenacidade* (o quanto ele é resoluto).

O juízo emitido é marcado pelo *disfemismo*, *tropo* que permite carregar com mais agudeza o modo de operação da ideologia. Acontece o que Goffman (1988, p.15) identifica no comportamento humano sobre a manifestação de vários tipos de discriminação: “Construímos uma teoria do estigma, uma ideologia para explicar a inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em certas diferenças, tais como as de classe social”. Essa *racionalização* é classificada por Thompson (2009a, p.82) como estratégia típica de construção simbólica e que tem a *legitimação* como modo de operação da ideologia, “através da qual o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações”.

A negativa contida na frase: “Não compramos um apartamento caríssimo para ter que conviver com esses baderneiros que passam o dia bebendo e aterrorizam os moradores” (L.16/17), é acompanhada do finito como uma forma estilística para ser bem afirmativo na sua revolta, pois o que é negado enfaticamente corresponde à pressuposição da real intenção da compra do apartamento. Assim, é que este *processo material* apresenta como *ator* “nós,” em referência à primeira pessoa do singular, sendo seguido pela *meta* que consiste em “um apartamento caríssimo”, com a elevação do adjetivo ao seu grau máximo de qualificação, através desse *superlativo absoluto*, de forma a afirmar que o imóvel tem alto valor no mercado imobiliário. A expressão “para ter que conviver” denuncia o desconforto e a injustiça que ele sente por essa obrigatoriedade de convivência forçada, o que transforma o *dizente* em um ser coagido, pressionado e compelido a “conviver,” *processo comportamental* que tem a acepção deslocada para aturar ou suportar, ao invés de coexistir, viver e se relacionar.

Observo que as declarações do comerciante Mário Feitosa guardam traços descritos por Fiorin (2009, p.18) sobre a existência no discurso do campo da determinação inconsciente (pela semântica discursiva) e do campo da manipulação consciente (pela sintaxe discursiva): “Neste, o falante lança mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor”. Sobre o campo inconsciente, o autor enfatiza que os elementos semânticos têm a sua origem em “outros discursos já construídos, cristalizados e cujas condições de produção foram apagadas”. Mais adiante, o autor resume: “Esses elementos semânticos, assimilados individualmente pelo homem ao longo de sua educação, constituem a consciência e, por conseguinte, sua maneira de pensar o mundo”. (ibid. p.19).

Isto pode ser visto, em particular, na escolha da expressão “baderneiros”, em substituição a moradores de rua, com imputação pejorativa para retratar a imagem desse segmento populacional, para quem podem ser aplicados coipônimos, a exemplo de vadios, imundos, miseráveis, vagabundos, desocupados, inúteis, preguiçosos etc. Constata-se a presença da *fragmentação* como modo de operação da ideologia, especificamente com a estratégia chamada por Thompson (2009a, p.87) de *expurgo do outro*, consistindo na construção da figura de um inimigo que é “retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-lo”.

Então, são esses seres perigosos e ameaçadores que “bebem e aterrorizam”, processo *material* e processo *mental* (de cognição), e que juntos levam a um *processo comportamental* para relatar ato e atitude condenáveis, pois, quem bebe, embriaga-se e se torna inconveniente a ponto de amedrontar, apavorar e aterrorizar, tornando-se um estorvo e causando transtorno à outra espécie de pessoas, desta feita ordeira e formada pelo moradores da Asa Norte.

A opinião do *dizente* é concluída com a sua pergunta que o repórter apresenta aos leitores do CB: “Como vou deixar meus filhos brincarem embaixo do bloco?”. Com a apresentação desse questionamento pungente é criado o clímax da declaração, o que torna possível identificar a estratégia do jornalista na tessitura do seu texto e na apresentação do discurso do seu entrevistado, de forma a garantir a compreensão e a produção de interesse, e talvez de identificação, por parte dos leitores.

Fragmento 13

19. A invasão na quadra residencial é uma da sete que o Correio mapeou em um passeio
 20. pelo Plano Piloto. O número, no entanto, muda o tempo todo, pois os moradores de
 21. rua buscam novas opções a cada vez que são desalojados pelo poder público.
-

O dado novo apresentado é que o próprio jornal fez a sua investigação, pois não se ateve às informações oficiais e foi a campo para “mapear” sete invasões, como *processo material* que consiste no fazer/acontecer. O *ator* da ação não é o repórter, mas o “Correio,” como o CB é chamado, havendo o uso da metáfora conceptual constituído pela *personificação*, forma retórica de atribuir, à pessoa jurídica, o ato próprio do ser humano de fazer mapa e levantar dados “em um passeio pelo Plano Piloto”. (L.19/20). Há a intenção de tornar claro que não foi realizada uma abordagem científica, pois, ao invés de pesquisa, foi feito um passeio, que tem um sentido de volta ou giro aleatório que começou pela Asa Norte.

O repórter, falando em nome do *Correio*, não conhece o número exato das invasões, cuja dinâmica “no entanto, muda o tempo todo (L.20)”. Tal afirmação é iniciada com o operador que introduz um argumento contrário sobre esse fenômeno social que é mutante e incômodo. A marca da mutação acontece por meio do *processo comportamental* e a sua causa é que “são desalojados pelo poder público”, eufemismo para indicar que são expulsos, enxotados, escorraçados e que, por isto, “buscam novas opções (L.21)”.

O *processo material* permite indicar a postura dos *atores* ameaçados à procura de novas paragens que, de antemão, já sabem ser temporárias nesse ciclo repetitivo que os faz nômades e perseguidos, com o mesmo comportamento e a rejeição reservados a outros grupos estigmatizados, como o dos ciganos que vagueiam pelo interior do Brasil, em número cada vez menor, e sobre quem é dito que carregam crianças de colo e furtam bens que encontrem no caminho.

Portanto, a *eufemização*, usada em “novas opções,” camufla o sentido de ausência de opções, uma vez que opção é alternativa, escolha, seleção, é possibilidade de viver diferentemente, o que eles não têm. As perseguições da população e as investidas constantes do poder público representam, da perspectiva dos sem-teto, uma ameaça constante, como se pode constatar a seguir.

Fragmento 14

29. Repressão constante

30. A atuação da Sudesa, segundo o tenente Nelson Rodrigues Ramos, tem conseguido
31. impedir que o problema aumente. “Comparando com o ano passado, esse número de
32. 100 a 140 moradores de rua é 70% menor”, contabiliza. “Perto da Colina, na
33. Universidade de Brasília (UnB), chegamos a ter 40 barracos. Hoje dificilmente chegam
34. a 10. Atrás do Palácio do Planalto também era uma população enorme. Hoje há dois
35. barracos improvisados”, completa.
-

Essa parte da notícia é aberta com um intertítulo, o que constitui um elemento útil quando se pretende dar destaque a outro enfoque do assunto dentro do mesmo texto, além de permitir igualmente ordenar a informação para facilitar a leitura. Dessa forma, o emprego do intertítulo “repressão constante” serve para asseverar que as autoridades coíbem e controlam as invasões, o que é feito de forma constante e ininterrupta, dando o sentido de permanência e assiduidade. A ação do órgão fiscalizador e repressor tem conseguido o seu intento, o de “impedir que o problema aumente (L.31)”, avalia o *dizente*, autoridade com *legitimidade* garantida por ser oficial da Polícia Militar do DF.

O uso de verbo impedir, neste caso, representa um *processo mental* por retratar a percepção do tenente que usa o signo “problema” com o indicativo da *personificação*, passando, assim, a ser o *comportante* da ação. É o problema, com a conotação de atribulação, transtorno ou vicissitude, que perde a sua abstração por se ter tornado habilitado a crescer ou diminuir como ser vivo, o que constitui um *processo comportamental*. A afirmação corresponde ao critério, segundo a TSV, de *juízo de sanção social*, pois a repressão tem fundamento legal, sendo reconhecida e aceita pela maioria da população e rejeitada por quem é atingido pela medida.

Tal procedimento é entendido através da síntese apresentada por White (2000, p.188) sobre a base das sanções sociais, codificadas através de leis, regulamentos e normas estabelecidas por instituições de poder, como o governo e o sistema jurídico: “As sanções sociais são implementadas através de penalidades e punições institucionalizadas, e são naturalizadas através de noções de moralidade, honra e religiosidade”.

Assim, o discurso do tenente evidencia a força que é inerente à instituição policial, e que foi relatada por Foucault (1986) ao tratar especificamente do discurso que carrega o poder do mais forte em contraposição à luta, com baixa expressividade, de minorias para deter esse uso do poder. Esse poder que aparece no campo social, econômico ou institucional, pode também estar contido nas práticas discursivas, a maior

parte das vezes travestidas de declarada boa intenção e lisura, de mascaradas distorções para dissimular as marcas ideológicas.

O tenente apresenta dados numéricos que, embora aproximados, visam comprovar as suas afirmativas, como a de que “o problema está diminuindo”, além do esclarecimento sobre o seu ofício, pois ele monitora o movimento desses itinerantes, o que significa que a situação está sob controle. Essa apresentação de dados numéricos, por quem é credenciado para tal, sugere a veracidade da fonte de informação originária, possibilitando a confiabilidade sobre o que é dito. Ressalte-se que sempre que são fornecidos dados estatísticos, cifras, números, evocação de leis, são conferidas maior precisão e credibilidade à notícia. O exame do que diz o *dizente* permite antever, em vários pontos da sua declaração, o emprego da *legitimação* como modo de operação da ideologia.

No caso deste fragmento específico, merece destaque a estratégia de construção simbólica representada pela *narrativização*, assim vista por Thompson (2009a, p. 83): “Exigências de legitimação podem também ser expressas através da estratégia de *narrativização*; essas exigências estão inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável”.

O parágrafo é encerrado pelo repórter com o verbo “completar”, em referência ao *processo verbal* do informante que “completa” com algo mais sobre o que dissera antes (L.35). Tal forma finita evidencia que termo não foi escolhido pelo entrevistado, mas pelo jornalista para terminar aquele tópico da fala. O verbo “completar”, como outros assemelhados, a exemplo de *iniciar, prosseguir, concluir, inferir, continuar, finalizar* etc. é classificado, por Marcuschi (2007, p.164), como “verbos organizadores de um momento argumentativo no conjunto do discurso”. O linguista assim explica a função do emprego deles: “(...) os verbos têm, a par de uma atividade sobre o dito, também uma *função no texto* enquanto estruturam a argumentação”. Exatamente o que se espera de uma boa produção jornalística.

Fragmento 15

36. Só nos arredores da UnB são três focos. O maior, que abriga cerca de sete famílias, fica
37. na via L3 Norte, ao lado da Colina — os blocos funcionais da universidade. Lá vivem
38. casais com filhos em meio a montanhas de lixo que eles mesmo juntam para vender
39. para reciclagem. Além dos barracos, há uma criação de galinhas. Logo abaixo, na L4
40. Norte, duas famílias transformaram árvores em moradia. No “quintal” de uma delas foi
41. plantada uma pequena horta de temperos. O terceiro grupo se concentra na pista que
42. dá acesso direto da L2 à L3 e à UnB. Lá, vivem três famílias que usam a água de um
43. cano aparente no canteiro central para lavar roupas, panelas e até tomar banho.
-

Após a citação da fonte de informação, o repórter deixa claro que foi verificar os núcleos de invasão que existem em áreas públicas, como na Universidade de Brasília-UnB, onde identificou “três focos (L.36)”. Dessa forma, buscou confirmar ou negar as informações do tenente Ramos, ao mesmo tempo em que passa para o leitor a ideia de que não repete somente o que ouviu, mas que fez a verificação *in loco*. A sua forma de agir atende à recomendação de Pinto (2009, p.249): “O leitor deve perceber que você esteve lá pessoalmente. Use no seu texto aquilo que só você pode saber porque viu, porque se deu ao trabalho de observar”.

As suas conclusões são relatadas ao leitor, primando pelo destaque a aspectos que considera bizarros ou atípicos: “Lá vivem casais com filhos em meio a montanhas de lixo (L.38)”; “Além dos barracos, há uma criação de galinhas (L.39)”; “duas famílias transformaram árvores em moradia” (sem explicar como o fizeram, visto que, se não for bem projetado e executado, esse tipo de habitação não parece ser seguro nem confortável); “no ‘*quintal*’ de uma delas foi plantada uma pequena horta (L.41)”. O signo “quintal”, cujo significado é um pequeno terreno atrás de casa com horta ou jardim, foi posto entre aspas para indicar o sentido esdrúxulo porque, a rigor, naquele local não existe “casa”, que pressupõe edificação que tem a conotação de solidez, enraizamento e permanência e, à medida em que constitui essa morada, é vivenda, residência ou habitação. Logo, se não há casa, a existência de quintal é incompatível e despropositada.

Há outras afirmativas semelhantes às anteriores, a exemplo de: “Lá, vivem três famílias que usam a água de um cano aparente no canteiro central para lavar roupas, panelas e até tomar banho (L.42/43)”, a expor atividades que são típicas de uma “casa” naturalmente habitada por uma família; “Há um carro estacionado e até uma casinha de cachorro (L.63)”, como *símbolos de prestígio*, segundo a classificação de Goffman, (1988) por serem encontrados nas classes sociais favorecidas, pois ter “carro” e “até”

uma casinha de cachorro – são expressões introduzidas pelo operador a indicar o argumento mais forte de uma série. Portanto, a posse desses bens é privilégio inconciliável com o baixo status e o *modus vivendi* dos moradores de rua.

Para apresentar tais afirmativas, fruto da própria observação do repórter, ele se utilizou especialmente dos processos *comportamentais, existenciais e materiais*, fato que lhe permite a exposição do critério de *apreciação* da TSV que, de acordo com White (2004, p.191), é o campo dos significados onde se pode compor avaliações dos produtos do trabalho humano, dos fenômenos naturais e estados das coisas: “Os sujeitos humanos também podem ser ‘apreciados’ ao invés de ‘julgados’, mas somente naqueles casos nos quais suas qualidades estéticas estão sendo discutidas, e não a aceitabilidade social dos seus comportamentos”.

Observa-se essa característica, pois o repórter não emite julgamento sobre a forma de vida dos sem-teto, mas expõe o que viu, embora o que retrate, de acordo com as limitações de qualquer ser humano, esteja carregado da sua percepção individual da situação. Mais uma vez parece seguir o conselho de Pinto (2009, p. 163): “Jornalista não é delegado, promotor nem juiz. Não acuse. Não condene”.

5.2. Subgênero opinativo

5.2.1. Feedback 1

Moradores de rua lotam as ruas no Catete, na Glória e na Lapa

Seção: ***EU-REPÓRTER*** - Jornal ***O GLOBO***

<http://oglobo.globo.com/blogs/fotoglobo>

Enviado por leitor Sergio Fonseca, em 17/3/09

(globofoto@gmail.com)

**Comentário
na íntegra:
Anexo 5**

A mensagem de Sérgio Fonseca foi divulgada no site do jornal *O Globo*, na seção destinada a comentários e cuja intenção é dita na abertura: “Aqui você faz a notícia. Mande sua história em foto, vídeo, texto e áudio. A seção *Eu-Repórter*, portanto, é uma forma de o Globo promover o jornalismo participativo, ou seja, possibilitar a expressão do leitor, uma vez que “Aqui, os leitores são repórteres”. Portanto, o *Eu-Repórter* fez-se o local escolhido por esse novo redator para a produção de uma nova mensagem apresentada como registro de um acontecimento específico, relato de uma situação vivenciada, manifestação de protesto e reivindicação de mudança.

As novas tecnologias, como a internet, influenciam as pessoas e lhes permitem ampliar os meios possíveis de comunicação. As diversas mídias são beneficiadas por esse avanço que possibilita informação mais ágil e difusão do conhecimento. Nos dias atuais, observa-se o incremento das mensagens eletrônicas enviadas às redações, com alto grau de instantaneidade e agilidade. Esse novo espaço público de troca, em substituição às “cartas à redação” que, se forem postadas nos Correios, representa demora no recebimento e, conseqüentemente, na divulgação. As mensagens dos leitores costumeiramente são, portanto, publicadas em espaços próprios como o de “*cartas à redação*” dos jornais impressos, ou em *blogs* e *sites* da internet, a exemplo deste caso presente, assinado por Sérgio Fonseca.

Como redator da notícia sobre a invasão de moradores de rua em áreas nobres do Rio de Janeiro, ele reforça o produto textual com quatro fotos para ilustrar o que julga deva ser noticiado. Esse discurso paralelo apresenta homens ou crianças quase sempre em flagrante declaração de ócio como atitude de passividade e vadiagem, ora dormindo, ora zanzando, amontoando-se nas calçadas ou fazendo necessidades fisiológicas.

Essas fotos, com outra semiótica, possibilitam a junção do texto verbal ao texto imagético, o que aumenta o *efeito do real* da carga discursiva, fazendo com que esse *real retratado* possa servir como prova testemunhal do *real relatado* em um determinado tempo presente. Na legitimação do discurso da imprensa, a fotografia, mesmo constituindo um recorte fragmentado da realidade, pela limitação da abrangência e pela possibilidade de manipulação, transformou-se, a partir do século XX, em recurso indissociável do jornalismo, inaugurando a área específica e indispensável que é o fotojornalismo. Imagem e texto são tão complementares para a notícia na mídia que não se imagina noticiar sem ilustrar, nem tampouco que o repórter saia para uma cobertura sem ser acompanhado do fotógrafo.

As fotos apresentadas pelo leitor de *O Globo* são do tipo *ilustrativo* para confirmar o que está descrito no texto, e do tipo *informativo*, por adicionar informação para agregar a adesão do leitor à rejeição explícita da ocupação da área, aspirando torná-lo um cúmplice na comunhão desse sentimento de indignação. Dessa forma, o signo icônico expressa com a sua linguagem própria um discurso visual contundente, indo além do acontecimento em si, pois o aumento do efeito do real permite a projeção dos resultados da desastrosa presença de moradores de rua. Por conseguinte, o uso das quatro imagens fotográficas apresentadas funciona como expansão da linguagem

escrita, permitindo sejam consideradas como discurso visual repleto de vida e de caráter ideológico.

Assim, Sérgio Fonseca apropria-se do fazer jornalístico e, no seu agir como repórter, concretiza o *dialogismo*, já que o receptor pode fornecer o seu *feedback*, ensejando outro *Eu-Repórter*. Tal procedimento corrobora a perspectiva de Walter Benjamin (s/d), de que a narrativa possibilita a troca de experiência, como relação, como prática social que pressupõe a interlocução, e a de Bakhtin (1992), por entender que o diálogo inclui todas as formas de comunicação verbal, além da interação face a face.

O título escolhido apóia-se na ação de “lotar” (eles lotam) configuração do processo material transformativo, cujo significado tem a conotação negativa de excessiva, exagerada e abusiva, e, como sinonímia, abarrotam; enchem; superlotam; entulham; saturam; ocupam além do permitido ou aceitável. Os participantes são os “moradores de rua” e, como meta, “as ruas no Catete, na Glória e na Lapa”, visto que são participantes diretamente afetados por aquele processo, o que transcende a classificação específica de circunstância de lugar, em referência à localização espacial na qual tal processo é materializado.

Fragmento16

1. Enquanto os fiscais da prefeitura se preocupam com bicicletas presas em postes, coisa
 2. mais do que comum em qualquer cidade e que não causa nenhum grande
 3. transtorno na vida dos cariocas, moradores de rua lotam as calçadas das ruas do
 4. Catete, da Glória e da Lapa. São algumas dezenas de pessoas, - a maioria usuária de
 5. bebida alcoólica e outras drogas -, que sobrevivem vendendo objetos encontrados no
 6. lixo.
-

A abertura do texto é feita pelo adjunto conjuntivo “enquanto”, como marca do tempo em que acontecem concomitantemente os dois fatos comparativamente noticiados, como também tem o sentido de “ao passo que” para estabelecer bem a ausência de equilíbrio e proporção nas atitudes díspares dos fiscais, uma vez que condenam um acontecimento sem relevância e deixam impune o de maior gravidade, documentado e analisado pelo redator do texto. A conjunção introduz o sujeito identificado, com o finito no tempo presente “*enquanto os fiscais da prefeitura se preocupam*”...(L.1,), aos quais subjaz o critério de ‘afeto’ da TSV: os fiscais estão *preocupados*, apesar de ser somente com a parte menos importante do problema.

Preocupar, como é empregado, extrapola o sentido de desassossegado ou inquietar, de estar aflito ou agoniado, para se referir, na mudança de processo mental, que seria acompanhado de experienciador e fenômeno, para processo material que consiste no fazer e no acontecer, pois os fiscais perseguem e punem os proprietários das bicicletas acorrentadas (meta) aos postes. Preocupados, neste caso, tem a acepção que se traduz na ação de punir e perseguir cidadãos inofensivos, de apossá-los por um mal de menor gravidade ou relevância.

Tudo isso origina a avaliação do locutor: [*a permanência das bicicletas*] não (adjunto modal de negação) *causa* (predicador: causar) *nenhum* (numerativo) *grande transtorno na vida dos cariocas* (L.3) (complemento e adjunto modal). É possível identificar o critério de *apreciação* do leitor/redator que expõe pelo discurso a reação ao fato de que as bicicletas não constituem problema, e que, com o seu combate, os fiscais deturpam a função de fiscalizar. Naturaliza pela descriminalização o comportamento dos cariocas de pôr “bicicletas presas em postes” (L.1), através do critério tipológico de *juízo*, segundo a TSV, tratado como pólo positivo em contraposição ao negativo, que é a presença dos mendigos. Assim, assegura a avaliação da normalidade da ação em relação às redes sociais, manifestada no processo relacional atributivo.

Na afirmativa “*São algumas dezenas de pessoas, - a maioria usuária de bebida alcoólica e outras drogas - que sobrevivem vendendo objetos encontrados no lixo*”, (L.4/5) há o uso de uma oração não-finita, para a intensificação de qualidade, e o emprego de um adjunto conjuntivo numerativo (algumas dezenas de pessoas) para ampliar a credibilidade da sua afirmativa, pois a menção de dados estatísticos procura causar a impressão de veracidade e efeito de precisão.

Diferentemente da sua intenção de se tornar mais veraz, o redator apresenta imprecisão com essa generalização, embora vise ampliar a dimensão do problema, a despeito de que nenhuma das suas quatro fotos caracterize ajuntamento de pessoas a formar multidão. Sobrepõe-se o critério de *juízo* da TSV: são invasores da área pública, com comportamento promíscuo e usuários de drogas lícitas e ilícitas. Portanto, diz que são merecedores de *sanção social*, embora não reivindique diretamente o uso da força policial, uma vez que os fiscais da prefeitura podem coibi-los, desde que não percam tempo com as bicicletas e seus usuários.

O processo relacional identificador contido em “*São algumas dezenas de pessoas, - a maioria usuária de bebida alcoólica e outras drogas*” (L.4) expõe o fragmento da experiência do grupo analisado que tem como *característica* definida ser

usuário de drogas, as lícitas como o álcool, ou “outras”, cuja decodificação e atribuição do *valor* ficam por conta da imaginação do leitor.

A afirmativa de que “*sobrevivem vendendo objetos encontrados no lixo* (L.5/6) apresenta o registro de um *processo comportamental*, quando os *comportantes* realizam o *behaviour* de vasculhar o lixo, como forma de subsistir e estar no mundo, à qual está agregada a conotação negativa de que quem lida com a imundície é escória, é gentalha desprezível.

O aspecto ideológico está presente, a exemplo do uso de estratégias de construção simbólica, como da *legitimação*, pela “racionalização”, e da *fragmentação*, pelo “expurgo do outro”, o outro ser que consome bebidas alcoólicas e drogas proibidas, que incomoda e revolta, que sobrevive do lixo, enfim gente que precisa ser expurgada, haja vista o relato que o autor apresenta.

Portanto, marcas e traços ideológicos estão contidos no discurso do texto e das fotografias, com conceitos pré-construídos e manifestos por inferências, postos e pressupostos, quase sempre baseados no senso comum, compartilhados socialmente e que denotam relações de poder desiguais e preceituam formas de estar no mundo e, em particular, na cidade do Rio de Janeiro e nos bairros mencionados. Logo, os excluídos devem ser afastados para não incomodar com visões repulsivas os que têm o privilégio de usufruir de direitos, como emprego, educação, saúde e moradia.

Fragmento 17

1. Na Glória, eles se revezam entre a calçada do lado direito, atrapalhando os
 2. transeuntes e o passeio do lado esquerdo, que já foi um dos postais da Belle Époque
 3. no Rio de Janeiro. Nesse passeio, residem dezenas deles, com papelões, colchonetes,
 4. latas que viram painéis, cobertas, pequenos armários e até mesmo secador de
 5. roupas. Imundam as ruas com restos de comida, pedaços de objetos quebrados,
 6. roupas rasgadas jogadas pelo chão, urinam, defecam.
-

Os moradores de rua, como *participantes de processo material*, têm a mobilidade garantida entre os dois pólos constituídos pelo lado direito e o esquerdo de uma mesma rua da Glória, o que configura a existência da meta como a área afetada, visto que representa o participante para quem o processo é direcionado (L.7/8). Fazer tal revezamento está consubstanciado na ação de *revezar* que consiste em movimento contínuo e constante de alternância e substituição para garantir a ocupação das calçadas, deixando antever a ameaça da continuidade do ato.

Dessa maneira, se o movimento das pessoas indesejáveis é perene e constante não há possibilidade do vazio desejável. E à medida que se alternam entre os lados da rua, “atrapalhando os transeuntes”, comentem mais uma transgressão, pois quem atrapalha é aquele que dificulta, estorva e importuna, que obstrui e impede o acesso à área pública que, apesar de ser para todos, é destinada aos transeuntes, os pedestres, os caminhantes que passam rapidamente, que circulam, mas não se estabelecem nas ruas porque são cidadãos com casas para onde ir.

As afirmativas do emissor expõem o critério tipológico da *apreciação*, de acordo com a TSV, através de reações estéticas e valorativas, a exemplo da reminiscência de que “o passeio do lado esquerdo, que já foi um dos postais da Belle Époque”²⁰ (L.7), em referência nostálgica à época da beleza urbanística calcada na França, a recorrer à dimensão da finitude (daquilo que já foi e não é mais), contida no *processo relacional* marcado pela modalização axiológica, tendo a lamentação como ponto de união dos fragmentos de experiência.

Com a estimativa de que ali residem “dezenas deles” (L.9), à qual se soma a anterior de que “são algumas dezenas de pessoas” (L.4) há a exposição de dados numéricos genéricos o que, na retórica do discurso da notícia, sugere veracidade, mesmo que, como no caso presente, os números sejam vagos a denotar imprecisão. No entanto, a credibilidade impõe-se porque *quem* fala comprova através das referências quantitativas, mesmo que não se conheça as fontes que geraram tais números, nem tampouco se leve em consideração as fotos que falam por si mesmas, sem caracterizar a existência, e permanência no local, de tantas pessoas. Não se deve perder de vista, uma vez que a finalidade da foto em matéria jornalística é dar suporte ao texto para a produção do efeito do real, que a exposição pode resultar na ampliação da percepção do leitor e no aumento da credibilidade da informação.

Nesse ambiente os moradores de rua instalaram-se e deitaram por terra os seus pertences constituídos por “papelões, colchonetes, latas que viram panelas, cobertas, pequenos armários e até mesmo secador de roupas” (L. 9/10). Esse mobiliário e utensílios, expostos à vista e ao relento, possibilitam a retomada da classificação de

²⁰ A *Belle Époque* brasileira está vinculada à França, que influenciou pintores, escultores, arquitetos e urbanistas, ditando a tendência estética em voga no século XIX. No Rio de Janeiro, baniu-se do centro da cidade a presença dos humildes, permitindo que a burguesia ganhasse as ruas a caminhar pela promissora capital com rosto parisiense, de avenidas largas, belos jardins e chafarizes.

Goffman (1988, p.53), uma vez que representam *símbolos do estigma* da exclusão, diferentemente dos traços da *Belle Époque*, como *símbolo de prestígio*, a marcar o contraste visível na transposição da opulência à degradação.

O autor, Sérgio Fonseca, recorre à hipérbole, um dos *tropos* usados como modo de operação da ideologia e que é assim explicado por Thompson (2009a, p.84): “Por tropo entendo o uso figurativo da linguagem ou, mais em geral, das formas simbólicas”. Assim, o leitor-repórter exagera em termos e comparações, uma vez que, ao mesmo tempo, tais bens sujos, feios e apinhados também simbolizam a posse com a indesejada apropriação da área, pois é lá que os atores do *processo material* “residem”, em estado de permanência e com resultado transformativo: à medida em que vivem, moram ou habitam o local, tornam-no aviltado e descaracterizado.

“Imundam as ruas” (L.11) inaugura um novo signo linguístico para ampliar o efeito semântico, constituindo um processo material que consolida a ação de fazer algo desprezível, com seus atores omitidos na elipse, para evitar a redundância, mas claramente subtendidos. Lembra a passagem do substantivo francês “merde”²¹ para “emmerder,” (fam) com o sentido de importunar, azucrinar, chatear, visto que ambos os verbos conservam o sentido depreciativo ou chulo à medida em que guardam relação com os significados escatológicos que os originam. Como em português na existe tal formação, é possível ouvir de muitos brasileiros residentes na França o emprego, na nossa língua e por analogia, do verbo “emerdar,” desta feita com o sentido de fazer algo errado, de pôr tudo a perder, de destruir, de apoquentar ou danificar algo.

Dessa forma, ao criar o inexistente verbo “imundar” em referência à imundície, àquilo que é imundo, sujo, emporcalhado, impuro, à falta de asseio e higiene que assola “as calçadas das ruas do Catete, da Glória e da Lapa”, o autor do discurso recorre à metonímia, quando a palavra é usada para designar alguma coisa com a qual mantém uma relação de proximidade.

Esse tipo de procedimento linguístico, para Reuter (2007, p.115), está sempre ligado à descrição: “A descrição do lugar de moradia remete à personagem que lá reside”. Para chegar à sua amplitude diz que “a metonímia não se baseia na semelhança, mas em outras relações que unem o elemento de referência e o termo que o designa”. (ibid.).

²¹ - *Merde* (nf) TRÈS FAM: Excrément. Être ou chose méprisable, sans valeur.

Emmerder (vt) TRÈS FAM: Importuner; ennuyer.

Merdièr (nm) TRÈS FAM: Grand désordre. Situation embrouillée. (Dictionnaire *Le Larousse*, 2008).

A imundície que os moradores de rua espalham pela área é constituída por “restos de comida, pedaços de objetos quebrados, roupas rasgadas jogadas pelo chão”, (L.11/12), o que é mais um delito a merecer o *juízo de estima*, segundo a TSV, pois retrata atitude de má educação e atesta um tipo de delito. Um delito que não é passível de detenção, como os homicídios e os furtos, mas de multa.

Por sua vez, quando é enfatizado que eles “urinam, defecam” (L.12) nos locais citados, a ação é agravada e é expresso o *juízo de sanção social*. Por isso, a Prefeitura do Rio já aprovou a lei específica para punir quem urina ou joga lixo na rua. Resta saber como está sendo aplicada em relação aos moradores de rua.

Fragmento 18:

7. À noite, enquanto os travestis atendem clientes, os moradores de rua promovem
 8. sessões de sexo ao vivo para quem passar no local. Em frente a toda esta balbúrdia,
 9. existe uma escola pública onde eu estudei e fui feliz nos anos 60. Como carioca, é
 10. muito triste ver a cidade apodrecer.
-

A avaliação da situação prossegue na mesma base semântica, pois quem “imunda” vai além de somente sujar o local público, ao cometer atos obscenos, indecentes, imorais, como ultraje público ao pudor: “travestis atendem clientes”, o que significa que à noite, a área é transformada em bordel a céu aberto. O critério tipológico de *juízo* da TSV, de *juízo de estima* pode ser corroborado pelo *juízo de sanção social*, previsto no Código Penal brasileiro, cujo *artigo 233* considera ato obsceno aquele que é praticado em lugar público, ou aberto ou exposto ao público, tendo como pena a detenção de três meses a um ano, ou multa.

Na expressão de *juízo* (TSV), o autor cita que “os moradores de rua promovem sessões de sexo, urinam, defecam a céu aberto”, ao contrário de manter relações sexuais e fazer necessidades fisiológicas como as demais pessoas, humanizadas por atitudes e hábitos e normais na forma de vida. Subjaz a ideia de que eles poderiam viver de melhor forma se assim decidissem fazê-lo. Portanto, para o redator do texto, morar nas ruas é opção de quem poderia viver diferentemente.

A nostalgia reaparece no *processo existencial* (“existe uma escola”...) configurando a modalidade axiológica, que se realiza no eixo da adesão afetiva, e a modalidade epistêmica, concretizada no eixo das crenças, quando ele lembra, por exemplo, que naquele local “existe uma escola pública onde eu estudei e fui feliz nos

anos 60 (L.15), o que justificaria a necessidade da promoção da assepsia consubstanciada no afastamento dos moradores de rua.

A avaliação final é o resumo do seu estado de espírito: “Como carioca, é muito triste ver a cidade apodrecer.” (L.15/16). A metáfora gramatical contida no predicador é mais um dos *tropos* usado, como parte do resíduo e materializada na ação de “apodrecer”, o que permite a transferência mental e abstrata do sentido de putrefazer, decompor, tornar podre. Essa deterioração é aplicada figurativamente à cidade do Rio de Janeiro, metamorfoseando-a, através da retórica, em uma cidade moral e esteticamente corrompida. Sardinha (2007, p.53) acentua que os falantes, optando pela metáfora gramatical, passam a contar com um recurso congruente: “ Quando usam um elemento metafórico, isso tem consequências sobre como seu discurso é construído e sobre como ele é compreendido e percebido”.

Uma inferência que se faz sobre o que diz Sérgio Fonseca é que as ruas são destinadas aos cidadãos de bem, àqueles que pagam impostos e têm moradia fixa; os que não podem ser prejudicados por desabrigados. Por sua vez, esses desabrigados não têm direito de fazer o que fazem, mas têm deveres (entre os quais está o respeito à estética do lugar). Não devem fazer necessidades fisiológicas no ambiente público e esquecer que a prática pública do sexo é legalmente proibida e moralmente condenável.

Outro efeito sugerido pelo discurso apresentado é o de que os invasores devem sumir e que nem mesmo poderiam ter aparecido. A responsabilidade, ou a culpa, é dos fiscais da prefeitura que falham ao se preocupar somente com bicicletas, desconhecendo o real problema. Ao confundir suas atribuições, deixam de lado “toda esta balbúrdia” (L.14), o que significa que a área está mergulhada em confusão, em complicação, tendo virado um verdadeiro pandemônio. Por conseguinte, o clamor do cidadão Sérgio Fonseca é que é que os moradores de rua, desordeiros e marginais, sejam afastados dessa sociedade organizada, pondo fim a esse tumulto.

Sob o ponto de vista da TSV, há a existência dos três subsistemas, com a predominância do *juízo*, dividido em *juízo de estima* e *juízo de sanção social*. Ambas as formas destacam-se, segundo Martin e White (2005), quando a análise vai para as atitudes e os comportamentos que as pessoas têm perante algo. Compreende o sentimento transformado pela visão institucional, apontando normas de conduta e atitudes necessárias à vivência em sociedade, com fortes componentes ideológicos e culturais. Também é encontrada, segundo a TSV, a *apreciação* em referência a muitas avaliações negativas (sobre os sem teto) e poucas positivas (em

referência ao local e suas peculiaridades). O subsistema *afeto* é usado como recurso semântico para expressar as emoções no discurso, centradas nos sentimentos do falante.

As escolhas lexicais do leitor, então repórter que preparou uma redação nos moldes jornalísticos, são representadas por termos pejorativos e de menosprezo sobre moradores de rua, meio para reforçar a carga negativa, pontuada por toque de desdém, humor ou ironia. Outro recurso utilizado consiste em muitas vezes usar palavras que devem ser interpretadas no sentido oposto ao que aparentam transmitir, o que sempre coloca em desvantagem os personagens da história que conta.

Os fatos relatados na notícia analisada apontam para a consequência das pressuposições sugeridas pelo seu autor. Tal uso remete ao que diz Ducrot (1984) sobre a função dos pressupostos ser a garantia da coesão do discurso como condição de coerência, definida como a obrigação de os enunciados serem expostos em um quadro intelectual constante, a dar unicidade ao texto.

Desta forma, o discurso não aparece e nem se gesta em um emaranhado de frases sem nexos ou enunciações sem vínculo entre si. O discurso, subjacente ao texto, pode até manifestar certa redundância, percebida, por exemplo, no reaparecimento ou retomada regular de conteúdos ou pelo uso de certos itens lexicais, todavia mantendo a lógica constitutiva e a possibilidade de efeito.

5.2.2. Feedback 2

Publicado no **Estado de São Paulo** - 8/5/10
Caderno: Cidades/Metrópole – p. C2
Coluna: **São Paulo Reclama**
Enviado pelo leitor Domingos Spinelli, tendo como título e subtítulo:
DESCASO
Moradores de rua e drogas

**Comentário
na íntegra:**
Anexo 6

O título procura apresentar a síntese de um leitor sobre o que sente em relação ao que considera como uma omissão do poder público. Refere-se a um problema por ele identificado e sobre o qual apresenta, a seguir, relato, interpretação e opinião. O emprego do signo “descaso” no título significa desconsideração, desdém, desprezo, menosprezo, negligência, desleixo ou displicência à existência de moradores de rua em determinado local e a utilização de drogas por eles, como comportamento condenável e ilegal.

O subtítulo, como suporte do título, apresenta informações fundamentais para reforçar a explicação e situar o leitor sobre o assunto, que, logo após, passa a ser

detalhado. Assim, a mensagem enviada ao jornal passou pelo crivo do editor da seção que obedece a uma das recomendações dos manuais de jornalismo para despertar o interesse, o que consiste em evitar que o título se esvazie em si mesmo, o que dispensaria o prosseguimento da leitura. Esse título “descaso” apresenta palavra curta, impactante, usual, correta, clara, concisa, em correspondência ao conteúdo que vem a seguir, de forma a manter a forte vinculação entre título e texto.

Fragmento 19

1. Moro na Rua Gabriele D'Annunzio, no Campo Belo. Desde o final de outubro
 2. do ano passado, a esquina dessa rua com a Avenida Vereador José Diniz está
 3. tomada por moradores de rua, que fizeram uma pequena favela no local com
 4. tendas de lona.
-

Esse distrito de Campo Belo, ao qual o autor do texto faz referência, está situado na região centro-sul de São Paulo, com valorizados edifícios para a classe média alta, além de abrigar o Aeroporto de Congonhas. Logo, residir nessa região é *símbolo de prestígio*, conforme a diferenciação de Goffman para símbolo de prestígio e símbolo de estigma. (1988, p.53).

Com a indicação da rua e do bairro, o *processo material* configura-se na concretude do mundo físico, e o seu *ator*, como participante da ação, deixa implícito que a invasão acontece em área nobre, dado facilmente interpretado pelos leitores do jornal *ESP* e que funciona com o *tema*, em relação à *metafunção textual* da LSF.

A exposição evidencia os critérios tipológicos de *afeto* e *apreciação* da TSV, como reação individual avaliativa à circunstância relatada. O *rema*, ao tratar da invasão de moradores de rua, envereda pela *fragmentação* como modo de operação da ideologia, acontecendo o que é entendido por Thompson (2009a, p.87) como *expurgo do outro*: “Essa estratégia envolve a construção de um inimigo, seja ele interno ou externo, que é retratado como mau, perigoso e ameaçador e contra o qual os indivíduos são chamados a resistir coletivamente ou a expurgá-los”.

Existe a inclusão da circunstância de tempo na qual o processo se realiza: “desde o final de outubro do ano passado” (L.1/2), o que permite a apresentação e a caracterização do problema que se arrasta, sem solução, há sete meses, já que a esquina “está tomada por moradores de rua” (L.3), com o emprego de um *processo material*. A *passivização* utilizada equivale à afirmativa de que moradores de rua invadem, com o

sentido de usurpam, ocupam e usam indevida e ilegalmente, o que resulta na violação inadmissível da esquina na confluência das duas ruas.

Nessa situação, esses moradores “que fizeram uma pequena favela no local com tendas de lona” (L.3/4), realizam o *processo material* de fazer algo que consiste na construção de tal núcleo residencial. Ao usar o termo *favela*, cuja indicação depreciativa remete a um lugar pobre com habitações toscas e sem higiene adequada, o redator apropria-se da relação de *similaridade*, o que configura a conotação metafórica para algumas tendas que se traduzem em *símbolo de estigma* (GOFFMAN, 1988, p.53), demonstração de degradação, indigência e promiscuidade. O emprego do signo favela extrapola o seu significado inicial, pois a presença dos sem-teto e suas barracas para acampar em calçada pública não configuram, pelo seu caráter eventual e transitório, esse tipo de conjunto habitacional.

Existe o contraste no sentido dos *processos materiais* de “morar” do ator e autor quando declara “moro na Rua Gabriele D'Annunzio” (L.1), enquanto diz que os outros atores apossaram-se e moram naquela área específica que “está tomada por moradores de rua” (L.3), o que marca a diferença entre formas de vida desses dois grupos representantes de categorias bem afastadas na escala social. Aparece o *critério tipológico de afeto* da TSV, com a exposição do pensamento do autor como participante consciente.

Assim, os invasores moram em tendas, que funcionam como anteparo, barraca ou tabique móvel, cuja característica é a facilidade de serem montadas, visto que, por temporárias, podem ser armadas e mudadas, o que remete à transitoriedade, ao que é provisório, como as suas próprias vidas. Em contraposição, o autor do texto tem casa de alvenaria, ele mora em um apartamento, na sua moradia sólida, enraizada e definitiva.

Essas formas diferentes de habitação, a tenda com a precariedade e a mutabilidade da lona e a outra presa ao chão pela solidez da estrutura, validam a concepção de Bachelard (1988, p.120) sobre a relação do indivíduo com a sua morada, com esse seu lugar de estar no mundo: “A casa é um corpo de imagens que dão ao homem razões ou ilusões de estabilidade. A casa é imaginada como um ser concentrado. Ela nos convida a uma consciência de centralidade”. Talvez seja a explicação para a contundência verbal do redator do comentário que vê a invasão como um abalo à sua “consciência de centralidade”.

Fragmento 20:

-
5. Muitos fazem suas necessidades na calçada. Além da imundície,
 6. eles usam crack - especialmente à noite, quando mais usuários de drogas
 7. chegam ao local.
-

Em nenhum momento é questionado a razão de os moradores de rua assumirem comportamento reprovável em espaço público, nem tampouco as causas da existência desses desabrigados e a permanência no local, com destaque para o *critério da apreciação* da TSV. É apontado o paroxismo do ato, consubstanciado no *processo material* de “fazer necessidades ”(L.5) que os dicionários registram como urinar e defecar (Pop).

Ressalte-se que, como existe o traço cultural que julga o emprego de tais vocábulos para atos fisiológicos como constrangedor e pouco polido, especialmente em textos escritos, o autor recorre ao eufemismo (“fazer necessidades”) para designar o comportamento que considera vil, se realizado em espaço público. Embora a eufemização seja classificada por Thompson (2009a, p.84) como um dos modos de operação da ideologia: “Existe um espaço vago, aberto e indeterminado em muitas das palavras que nós usamos, de tal modo que a eufemização pode acontecer através de uma mudança de sentido pequena ou mesmo imperceptível”, o uso da expressão, no caso específico, não chega a representar uma marca ideológica.

Para dimensionar os delitos praticados - “Além da imundície, eles usam *crack*, especialmente à noite” – é acrescentado outro delito que é o emprego de drogas ilegais que o autor identifica como essa forma impura e barata da cocaína. A sua descrição expõe os *processos materiais* de “fazer imundície”, desta feita com um disfemismo para indicar necessidades fisiológicas com a concepção de atitude asquerosa, sem asseio e sórdida, e “usar *crack*” que consiste no ato de empregar a droga ilegal. Tais delitos merecem, segundo a TSV, o *juízo de estima* do autor, desde que tal comportamento foge à normalidade exigida aos habitantes de uma cidade como São Paulo.

Há a evidência de que Domingos Spinelli não faz menção ao *juízo de sanção social*, que consistiria na aplicação do Código Penal brasileiro a tais atos. A circunstância do consumo de *crack* tem o marcador de *modo* que é o “especialmente” e o de *temporalidade*, pois acontece “à noite”, enquanto que outro componente da transitividade é apresentado por novos atores que são “mais usuários de drogas” (L.6).

São estes que realizam um novo *processo material* que consiste no deslocamento até aquela esquina específica de Campo Belo, sendo bem definida a circunstância de localização espacial, com a expressão de que tudo o mais ocorre quando eles “chegam ao local”. (L.7).

Fragmento 21:

-
8. Os moradores da região já fizeram reclamações pelo 156, da
 9. Prefeitura, como também para a Polícia Militar. Porém, sem sucesso. Peço à
 10. *Coluna* que entre em contato com as autoridades para que, quem sabe, alguém
 11. faça algo para solucionar o problema.
-

“Os moradores da região” são os novos atores ao deflagrarem o *processo material* de fazer algo ao qual está subtendido o *processo verbal* de “reclamar” apresentado como reforço argumentativo, uma vez que outras pessoas, segundo o redator, também estão incomodadas com a presença de moradores de rua e, por isto, partiram para a ação de falar com as autoridades competentes da instância municipal e da estadual. O meio utilizado é telefone 156 – número da *Central de Atendimento da Prefeitura* paulistana, além da Polícia Militar, cuja função principal é exercer o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública no Estado de São Paulo (L.8/9).

A ação não teve sucesso, ou seja, malogrou no revés, no fracasso das queixas apresentadas. Vale ressaltar um pressuposto que subjaz a tal afirmativa, pois o senso comum entende que as forças policiais evitam inspeções em favelas e confrontos com favelados. E é assim que acontece também em Campo Belo. Ao denominar aquela específica ocupação como “favela”, o autor empresta-lhe a conotação de território inatingível e perigoso.

A análise, segundo o *agir comunicativo* de Harbermas (1989), permite destacar a função política desse enunciado, enquanto a visão foucaultiana (1986) possibilita identificar como o discurso avaliado carrega e expõe relações de poder e saber. Quanto à TSV, há evidência do uso do critério de *apreciação* como referência à avaliação de pessoas, coisas e atitudes, especialmente às organizações estatais como Polícia Militar e Prefeitura que, *personalizadas*, como estratégia típica de construção simbólica, omitem-se diante do que o redator identifica como “um problema”. (L.11).

Portanto, resta a Domingos Spinelli apelar para a coluna “São Paulo Reclama”, como último e poderoso recurso para pressionar as autoridades constituídas e, assim, “quem sabe” (L. 10), finalmente serem afastados os invasores do Campo Belo e posta por terra a favela surgida na confluência da rua Gabriele D'Annunzio com a avenida vereador José Diniz.

Após o *juízo de estima*, impõe-se o *juízo de sanção social*, de acordo com a TSV, com a reivindicação do uso da desejada medida saneadora, uma vez que urge que “alguém faça algo para solucionar o problema” (L.11), balanceando a instância relatada entre o *processo verbal do dizer*, ou contar um fato, e o *processo mental do perceber*, como reação efetivada por sentimentos, percepções e pensamentos. E assim é garantida a perspectiva ideológica que se consubstancia na produção do efeito desejado, pleno de valor simbólico.

O valor simbólico é visto por Thompson (2009a, p. 23) como aquele que “as formas simbólicas possuem, em virtude das maneiras como elas são apreciadas pelas pessoas que as produzem e as recebem; em virtude das maneiras como são apreciadas ou denunciadas, queridas ou desprezadas por esses indivíduos”. Portanto, ao se pôr em contato com as formas simbólicas, o indivíduo pode interpretá-las, avaliá-las e valorizá-las, ou desprezá-las, como parte do processo que varia de indivíduo para indivíduo, a depender, especialmente, do lugar que ocupa em campos socialmente estruturados.

5.2.3. Feedback 3

Jornal do Commercio (Recife) / Seção: Cartas à Redação
Publicada em 21/04/2009
Enviada por pelo leitor Ubirajara Cruz, tendo como título:
Invasão

Comentário na íntegra:
Anexo 7

O título sintetiza a interpretação do leitor do jornal sobre o que seja a presença de moradores de rua em áreas públicas, especialmente a “invasão” do Parque da Jaqueira, vista como atrevimento, desrespeito, desplante e desaforo, por representar uma ocupação que viola a estética, a moral e os bons costumes. Sobretudo, por violar a diferença de classes sociais, misturando os estratos de forma desordenada e inapropriada.

O autor da carta emprega a *racionalização* e a *nominalização* como estratégias de construção simbólica para a legitimação do seu discurso, que é assim explicada por

Thompson (2009a, p.82): “O produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais, e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio”.

O contexto da situação é representado pelo Parque da Jaqueira, localizado no bairro residencial do mesmo nome, no Recife, aprazível e pontuado por plantas ornamentais e fruteiras. Lá é possível encontrar do pau-brasil a mais espécimes, como jaqueiras (de onde vem a sua denominação), mangueiras, jambeiros, sapotizeiros, pitangueiras, sombreiros, flamboyants, palmeiras imperiais, além de canteiros floridos. Tudo junto forma um conjunto harmonioso, dando um ar multicolorido e perfumado ao Parque. Pistas de Cooper, *bicicross*, ciclovia, patinação e demais instalações servem de apoio às atividades esportivas praticadas diariamente por adultos e crianças das classes mais abastadas. Nos finais de semana, ali são desenvolvidas programações culturais, eruditas, folclóricas ou cívicas, frequentadas também por famílias de áreas periféricas, o que democratiza medianamente o espaço.

Ao denunciar o que considera um ultraje à área nobre, Ubirajara Cruz recorre à seção “Cartas do Leitor” do *Jornal do Commercio*, publicada diariamente com reivindicações, sugestões e denúncias dos leitores. Vale ressaltar que cartas e e-mails dirigidos aos meios de comunicação de massa são previamente selecionados pelos editores quando decidem sobre a conveniência, ou não, da publicação. Por conseguinte, o editor de “Cartas” do *JC* tomou a decisão de publicar a opinião daquele senhor, morador dos Aflitos, (bairro de classe média alta do Recife, nas cercanias do Parque da Jaqueira), a despeito do elevado número de disfemismos, visível nas escolhas lexicais a denotar o caráter jocoso, irônico e indignado do seu discurso.

A forma como é exposta a situação destaca a importância da análise desse discurso divulgado no jornal e, de forma mais abrangente, do papel dos meios de comunicação de massa que do jeito como agem, para Habermas (1989), propiciam o consenso imposto de cima para baixo, levando a esfera pública a ser pautada como a razão instrumental do Estado e da economia. É dessa forma que age o redator da carta na declaração contra os moradores por invadirem a área pública e deformar a paisagem anteriormente aprazível.

1. Como se não bastassem os furtos quase que diários de bicicletas, agora o Parque da
 2. Jaqueira se vê invadido por moradores de rua. Pela manhã, as torneiras do tanquinho
 3. que ficam atrás da casa da administração, funcionam como banheiros e lavanderias a
 4. céu aberto, com direito a pendurar para secar, onde acharem conveniente.
-

O enunciado começa com a expressão “como se não bastassem”, ou como não fossem suficientes (L.1), já sinalizando com a formulação da outra denúncia que consiste em “furtos quase que diários de bicicletas”. O pior vem após, marcando a gradação, iniciada pela circunstância temporal: “agora o Parque da Jaqueira se vê invadido por moradores de rua” (L. 1/2). Usando a *reificação* como modo de operação da ideologia, a *personificação* do parque e a *passivação* da ação são empregadas como tentativa estratégica de operação da ideologia de modo a ampliar a informação sobre o mal causado e provocar a desaprovação do receptor da mensagem sobre o que é narrado.

Assim, o parque personificado torna-se capaz de “se ver” a si mesmo, imbuído de uma apreciação que é própria ao ser humano. Devidamente personalizado, torna-se o *experienciador* que realiza o *processo mental* de perceber o *fenômeno* que é essa invasão, com a nominalização do finito, seguido do *processo material* representado por “invadir” em referência à ação de se instalar para habitar indevidamente. Com o uso da voz passiva, há a mudança da ordem entre sujeito e o complemento (agente), sendo que o sujeito, ao ser introduzido por um grupo preposicional, formou o agente (*por* moradores de rua) e o complemento anterior vindo a constituir o sujeito da passiva (o Parque da Jaqueira).

A observação desses aspectos evidencia a importância de proceder a análise tomando por base aspectos gramaticais segundo a perspectiva de Halliday (1994, p.xxxiv), especialmente por considerar a gramática como o centro do processamento de uma língua, pois significados são atribuídos de acordo com os vários *inputs* metafuncionais que se juntam para formar os *outputs*, materializados nas sentenças.

Assim, sem uma gramática no sistema, não haveria possibilidade de dar significado, ao mesmo tempo, a mais de uma coisa. A conclusão é que é preciso trabalhar com uma gramática para entender como uma língua funciona, embora se saiba que ela está em um nível abstrato de codificação, sem que a ligação *input / output* torne-se facilmente visível no mundo exterior: “Portanto, a fim de entender como a língua

funciona, temos de trabalhar com a gramática. É sempre difícil manter a gramática sob o foco da atenção, porque é um nível puramente abstrato de codificação”. (ibid.)

Seguindo essa perspectiva, é preciso identificar que, para concretizar o *output*, o redator passa a relatar a situação do parque que, por ter sido invadido, é um “ser” vencido e expugnado, violado por moradores de rua, a ralé que atormenta a vista e a vida dos frequentadores (como ele). Assim realiza o que Reuter (2007, p.68) identifica, entre as funções narrativas como forma de o narrador contar e evocar um mundo, a *função generalizante ou ideológica*: “Situada nas passagens mais gerais, mais abstratas, mais didáticas, ela frequentemente toma a forma de máximas, passíveis de se tornarem autônomas, nas quais são propostos juízos sobre a sociedade, os homens, as mulheres”.

Portanto, essa gente sem princípios vive o seu dia a dia com se estivesse na privacidade de um lar, usando as instalações de apoio “como banheiros e lavanderias a céu aberto” (L.3), e ali lavam as roupas “com direito a pendurar para secar, onde acharem conveniente”. (L.4). Há um sentido irônico na expressão “com direito”, expressão usada no sentido oposto ao que aparenta transmitir. Assim, ele expõe o absurdo de a escória julgar-se permitida ou autorizada para, à vista de todos, impor tal exposição aviltante.

Ao contrário, o reclamante sabe, é proibida legalmente a permanência de quem se apodera de área pública, de quem usurpa; apropria-se, rouba e furta. As roupas “são penduradas” pelos moradores de rua no exercício de um *processo material* com a apassivação pela transformação do complemento em sujeito, sendo acompanhado do *processo mental* sinalizador da avaliação situacional que resulta na assunção do livre arbítrio por parte dos invasores, pois secam as roupas onde eles “acham conveniente”. Esta afirmativa sarcástica sobre o absurdo do ato praticado sugere a presença de um *processo comportamental* que, situado entre os processos *material e mental*, demonstra formas de comportamentos humanos, numa mistura de ação (*behaviour*) e do sentimento dos *comportantes* (os moradores de rua).

Fragmento 23

5. Quando o movimento é maior, eles também se apoderam da torneira instalada no
 6. conjunto dos sanitários, onde também se banham e lavam roupa, impedindo que os
 7. usuários do parque disponham dessa concessão.
-

O finito contido em “eles também se apoderam da torneira” (L.5) acrescenta um dado agravante à situação, sublinhado pela modalização do “também” no sentido de que, ultrapassando do que foi descrito, eles vão além e cometem outro tipo de desfaçatez. O *processo material* de “apoderar-se” tem sinonímia de apropriar-se do que não é seu, de confisco ilícito, de usurpar. Esses atos “impedem os usuários” de usarem os equipamentos (L.7), ou seja, eles são tolhidos, inibidos e frustrados, configurando um *processo comportamental* como reação dos frequentadores do parque (*comportantes*) à ação dos invasores.

Quanto à TSV, é evidenciada a presença do critério de *afeto*, no registro do sentimento construído em relação ao fato narrado e exposto como reação individual diante daquela circunstância específica; do critério *de apreciação*, como resposta ao emprego de parâmetros estéticos e valorativos do redator, além do *juízo de estima social*, visto que a fuga da normalidade afeta diretamente o bem estar e a possibilidade de concordância dos usuários do parque com a presença incômoda do morador de rua. O resultado dessa avaliação rebaixa-o na consideração da comunidade com a reafirmação dos significados que marcam a fraca aceitabilidade social e execram tal tipo de vida e de comportamento humano.

As observações contidas no comentário de Ubirajara Cruz ressaltam a afirmativa de Habermas (2004, p.94) de que tudo pode ser expresso e modificado pela linguagem, o que aumenta a responsabilidade sobre juízos emitidos: “A função cognitiva da linguagem ganha relativa independência da função de abertura do mundo, notadamente no âmbito dos processos sócio-morais de aprendizado e na dimensão (‘cognitiva’ no sentido mais estrito) do domínio sobre a realidade exterior”. É dessa forma que o leitor do JC descreve a realidade com a qual se depara e tenta modificá-la para melhor. Usa a função cognitiva da linguagem, com o domínio do sistema linguístico, para persuadir seus leitores a integrarem a corrente de protesto e de reivindicação que ele inicia através do e-mail que encaminhou.

Fragmento 24

8. E o que é pior, frequentemente a administração do parque se vê na contingência de
 9. repor as torneiras que são furtadas, ou danificadas pelos vândalos. Isso ocorre
 10. quando, para evitar a utilização desses dispositivos pelos invasores, os vigias do parque
 11. fecham a passagem central da água.
-

A gradação chega ao clímax com a circunstância sobre o que acontece “frequentemente”, a atestar a regularidade e denotar a repetição do ato, o que vai resultar naquilo que é “o pior”. O que o autor designa de “a contingência” é a fatalidade com caráter de obrigatoriedade, pois representa a vicissitude que consiste em ter de comprar novas torneiras para substituir aquelas furtadas, ou danificadas, “pelos vândalos,” alusão a quem, por ser brutal, bárbaro e cruel, depreda, aniquila ou destrói o patrimônio público. Ao categorizá-los como “vândalos”, há o uso de mais um disfemismo, como estratégia de operação da ideologia.

Por sua vez, a sequência das ações – repor/furtar/danificar/utilizar/fechar – caracterizam processos materiais que estão no campo do fazer e do acontecer. Vale ressaltar que tais processos não são constituídos somente por eventos físicos e concretos, podem representar ações ou acontecimentos abstratos e codificar nossas experiências (ações e eventos) do mundo material, como no caso de que “os vigias” fecham as torneiras “para evitar a utilização desses dispositivos” pelos invasores. Um outro aspecto é a preocupação do autor em evitar a repetição das palavras, como no caso da substituição de torneiras, usada antes, por dispositivos, o que comprova o seu conhecimento mais apurado do código linguístico.

O emprego do *processo relacional atributivo* demonstra a intensidade da qualidade atribuída à situação apresentada. Na oração seguinte, o lexema muda para o coipônimo “invasores”. São eles que erram ao utilizar tais equipamentos, o que significa uma atitude incorreta, e é ressaltada a ação justa dos vigias do parque que “fecham a passagem central da água” (L.11), *processo material* para “evitar” a sua utilização pelos moradores de rua, o que corresponde ao *juízo de sanção social*, previsto na TSV. A forma de agir dos vigias não é questionada, sendo apresentada como, diante das circunstâncias, certa e coerente e como reação justa à ação condenável.

Pela apropriação da linguagem jornalística, o leitor passa a agir como se estivesse no exercício da profissão, onde o poder simbólico surge como todo poder que consegue impor significações como legítimas. Os símbolos afirmam-se, assim, como instrumentos de integração social, tornando possível a reprodução da ordem estabelecida. Para Bourdieu (1990, p.167), o poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras. E somente na medida em que é verdadeira, isto é, adequada às coisas, é que a descrição faz as coisas. Nesse sentido, o poder simbólico é um poder de consagração ou de revelação, um poder de consagrar ou revelar coisas que já existem.

12. Assim, vemos se encaminhar para o ralo a nobre iniciativa da Nestlé, que em boa hora
 13. tornou-se mantenedora do parque, promovendo sua revitalização. E por enquanto,
 14. detectamos apenas a presença do sexo masculino. Já imaginaram quando o sexo
 15. oposto, ou "polivalente", passar também a fazer parte da trupe?
-

A invasão resulta tão desastrosa que os usuários do parque podem, através do processo mental, testemunhar o malogro que se tornou a “nobre iniciativa da Nestlé que, *personificada*, adquire características humanas, pois ela é a empresa multinacional que praticou a magnânima resolução de adotar a Jaqueira e promover “a sua revitalização”. (L.13). Apesar de tê-lo feito “em boa hora”, circunstância de tempo a atestar o momento favorável, oportuno e preciso, o benefício advindo vai “para o ralo” (L.12), pois os esforços empreendidos são desperdiçados e inutilizados pelos vândalos.

Para completar essa situação, existe a ameaça representada pela chegada de mulheres, pois através de outro processo mental, até então “detectamos apenas a presença do sexo masculino” (L.14) e, como consequência, virá a prática do sexo. Tudo isso vai resultar no aumento da “trupe”, quando o significado depreciativo dado ao signo muda o sentido de grupo de artistas para amontoado de baderneiros ou arruaceiros.

A carta termina com um questionamento com força argumentativa que aguça a imaginação dos leitores, ao falar na incorporação do “sexo polivalente”, talvez em referência a homossexuais. O dito leva ao que não é dito, ao que é sugerido como pressupostos sobre a situação, assumindo o objetivo de comunicar que, segundo Ducrot (1977, p.10), “seria, antes de tudo, fazer saber, pôr o interlocutor na posse de conhecimentos de que ele antes não dispunha; não haveria informação a não ser que, e na medida em que, houvesse comunicação de alguma coisa”.

Assim, o sistema temático, contido na metafunção textual, está constituído em cada frase que se organiza como mensagem e que se relaciona com outras no desenvolvimento do texto e do discurso, com visível presença do TSV que permite desvendar como o emissor, ao se apresentar linguisticamente no seu texto, torna possível a observância dos campos de envolvimento e de atitudes para expressar muita desaprovação e restrita aprovação, como no caso da Nestlé. O discurso do leitor do JC expõe, portanto, o seu temor de que a coesão social, de tão ameaçada, seja quebrada e que haja perda das regalias às quais os cidadãos recifenses, como ele, têm direito.

Dessa forma, transforma o seu relato em declaração de impossibilidade de coexistência pacífica entre cidadãos e subcidadãos. Estes, os sem-teto e sem direitos, são referidos em todo o texto e no discurso, através o modo de operação da ideologia classificado por Thompson (2009 a, p.82) como *fragmentação*, com o uso predominante da estratégia típica de construção simbólica denominada de “expurgo do outro”.

5.2. 4. Feedback 4 ²²

Autor: *Fábio*

Galera, ponderemos: esses invasores têm até carro e casa em outras localidades! Moradores de rua?! Acho que não... o nome disso é vagabundagem mesmo. Pedir é mais fácil do que trabalhar; e com certeza rende mais R\$ no final do mês.

A linguagem informal marca o vocativo do leitor Fábio para se dirigir a quem julga seus pares e denuncia a sua faixa etária, pois “galera” é gíria usada pelos jovens em referência à turma, ao círculo ou grupo. Faz um chamamento: “ponderemos”, *processo mental* como expressão de cognição e indicativo da necessidade de atentar, examinar, considerar, refletir, ampliando o *experienciador* que, além dele mesmo (o falante), chega ao “nós” formador da “galera”, o que permite a manifestação do *critério tipológico de afeto*, da TSV, como reação individual ao fato relatado pelo jornal. O *processo mental* evidencia o *fenômeno*, constituído pelo fato que ele passa a comentar.

Embora a matéria jornalística originária do presente comentário somente faça referência a “moradores de rua”, Fábio usa como coipônimo “invasores”, ou seja, quem se instala no local que não lhe pertence, aqueles meliantes, transgressores que têm “até carro e casa”, autênticos *símbolos de prestígio*, como denomina Goffman (1988, p.53), numa gradação de inclusão que tenta demonstrar o comportamento paradoxal daquele grupo. A posse de carro por parte de sem-teto, somente mencionada no fim da matéria do CB, ganha proporção e chama a atenção a ponto de figurar, segundo a metafunção textual da LSF, como o rema da notícia, visto ser inconcebível tal patrimônio por parte de gente tão desafortunada.

²² - Os itens (5.2.4/5.2.5/5.2.6/5.2.7) foram gerados a partir da notícia publicada no *Correio Braziliense* (28/2/10), o que resultou em 19 comentários, dos quais analiso quatro deles. O título da matéria é **Moradores de rua ocupam cada vez mais espaços à margem de vias de grande movimento**. Dessa forma, leitores do CB apresentam o subgênero opinativo, a partir do subgênero informativo, através de comentários sobre o que foi apresentado pela repórter Thaís Paranhos. (A matéria compõe o anexo 8).

Obviamente o leitor acredita nas informações veiculadas na matéria do CB que apresenta detalhes sobre a vida de moradores de rua: alguns têm endereço fixo em outras localidades e “nem todos estão em situação de penúria: alguns compraram carros”. O processo material constituído por “comprar”, foi somente realizado por um só “ator” entre os componentes do grupo, ou seja, uma mulher que adquiriu um carro velho, com pneus furados, que nem acabou de pagar.

Essa mulher ao realizar o processo verbal de “dizer” o que disse sobre o carro, reforça o seu papel de “dizente” ao declarar que acalenta sonhos. Sonha com uma casa própria, embora tal sonho seja precedido por outro, que é “ganhar um lote” para que possa realizar o primeiro deles. Nada disso, no entanto, é digno de menção por parte do autor do comentário, onde somente são considerados outros detalhes, embora ele tenha tido conhecimento de outros através do texto jornalístico do CB.

Dessa forma, o comentarista expõe o *critério tipológico de apreciação*, da TSV, ao empregar a sua própria escala valorativa para determinar o grau da importância atribuída a pessoas, coisas, atitudes e acontecimentos. Ao analisar o inventário dos bens materiais dessa gente, Fábio passa para outro coipônimo, desta feita acrescido de disfemismo, como negação de que seja adequado o termo “moradores de rua” usado pelo repórter da matéria, expondo a sua escolha por classificá-los de vagabundos, pois “o nome disso é vagabundagem mesmo”, em alusão à vadiagem praticada por quem, ao seu ver, é vadio mesmo, sedentário, errante e preguiçoso.

O *critério de julgamento de sanção social*, de acordo com a TSV, vem pela máxima invertida e irônica: “pedir é mais fácil do que trabalhar”, onde se verifica a substituição do *processo material* (“trabalhar”) pelo *verbal* (“pedir”), forma de validar o desprezo que manifesta por tal estilo de vida, o que representa o *julgamento de estima* da TSV, além de garantir que “com certeza,” sem precisar a fonte dessa convicção, desse jeito o rendimento mensal é bem maior.

Por conseguinte, o redator do comentário refere-se a um pessoal que tem vida errante e errada, mas possui bens materiais e renda mensal considerável. Esta avaliação apresenta um *tropo* como modo de operação da ideologia por *dissimulação*, no caso específico, a *sinédoque*. É ela que permite a junção semântica da parte e do todo, quando os moradores de rua são vistos de forma homogênea e indiferenciada na caracterização da sua exclusão social e dos malefícios que representam. O seu emprego é assim visto por Thompson (2009a, p.84): “Essa técnica pode dissimular relações

sociais, através da confusão ou da inversão das relações entre coletividades e suas partes, entre grupos particulares e formações sociais e políticas mais amplas”.

Esse uso corrobora a ideia de que o discurso formulado e transmitido representa a exteriorização de um conjunto de discursos interiorizados pelo indivíduo ao longo de sua vida e que lhe parecem naturais e justos, o que remete à consideração de Fiorin (2009, p.35): “O homem aprende como ver o mundo pelos discursos que assimila e, na maior parte das vezes, reproduz esses discursos em sua fala”. Nessa repetição, julgando-se justo e coerente, o indivíduo naturaliza e compatibiliza formas de pensar, falar e agir. Essa forma de expor o problema, ressalta as marcas ideológicas do discurso de Fábio, com a intolerância ao pregar a necessidade de afastar os sem-teto da paisagem urbana.

5.2.5. Feedback 5

Autor: *Arlindo Filho*

Esses moradores de rua, muitos com certeza são verdadeiros ESCÁRNIOS SOCIAIS, pois depredam a cidade, fazendo as suas necessidades na rua mesmo... bebendo, se drogando, roubando e até intimidando as pessoas, pois já presenciei.

O comentário tem um aspecto particular, pois o leitor não discute somente o que está posto na matéria jornalística, mas amplia o nível de envolvimento ao se apresentar como testemunha do que relata “pois já presenciei”. Dessa forma, realiza o que Reuter (2007, p.66) chama de *função testemunhal*: “Centrada na declaração, manifesta o grau de certeza ou de distância que o narrador mantém em face da história que conta”.

É um modo de operação da ideologia, pela *legitimação* que autoriza a quem se apresenta voluntariamente como testemunha com bom nível de credibilidade garantida pela *narrativização*, que, segundo Thompson (2009a, p.83), relaciona-se com histórias que são contadas “servindo para justificar o exercício do poder por aqueles que o possuem o servindo, também, para justificar, diante dos outros, o fato de que eles não têm poder”. Assim, o redator tem o poder e os meios para tecer seu comentário, ao mesmo tempo em que os moradores de rua, objeto do comentário, não têm direito à resposta nem poder para fazer face ao seu antagonista e à ira que provocam.

Neste caso, Arlindo Filho alia a certeza sobre o que diz à distância que mantém daquela gente, o que lhe permite sentir-se seguro sobre o que fala. Ao realizar o processo mental de *presenciar* (“já presenciei”) no sentido de ver e observar, o “experienciador” chega à conclusão condenatória: “Esses moradores de rua, muitos com

certeza são verdadeiros ESCÁRNIOS SOCIAIS”, como *atributo* pertinente ao *processo relacional atributivo* que estabelece a conexão entre entidades, identificando-as.

O comentarista usa maiúsculas para adjetivar “muitos” desses moradores (*portadores*), como manifestação da subjetividade revelada. Diferentemente do comentarista anterior (5.2.1) que universaliza os excluídos, ele especifica o comentário sobre o segmento apontado pelo CB, de forma contundente, o que na linguagem oral estaria expresso pela entonação, altura ou timbre mais destacados. Assim, amplia a extensão do escárnio, da caçoada, chacota, desdém ou menosprezo e que, adjetivados, significam ultraje à sociedade, sendo tudo “verdadeiro” e inadmissível. Quanto à TSV, apresenta o critério tipológico de *juízo de estima* como campo de significados e através dos quais elabora suas posições em relação aos comportamentos humanos listados por ele.

De maneira mais ampla, o comentário em questão apresenta aspectos da TSV nas suas três formas (*afeto, apreciação e juízo*) em referência aos comportamentos identificados, enquanto que os processos apontados são *materiais*, como especificação do que faz determinada entidade para resultar em mudanças físicas com traços perceptíveis, e que têm um forte componente *comportamental*, como *deprestar, fazer necessidades* na rua, *beber, drogar-se, roubar*, e, com a maior gravidade marcada pela modalização, *intimidar pessoas*: “depredam a cidade, fazendo as suas necessidades na rua mesmo... bebendo, se drogando, roubando e até intimidando as pessoas”.

A observância da *metafunção textual* da LSF leva a identificar o modo constituído pelo sujeito identificado, sempre seguido desses finitos categóricos vistos no presente do Indicativo e no gerúndio, forma nominal usada para expressar uma ação em curso ou simultânea à outra, algo em andamento, ainda não finalizado, com caráter duradouro. Por outro lado, esse uso pode ser enquadrado na categorização de Weinrich (1973) sobre a função dos tempos verbais para indicar atitude de locução, de tensão ou relaxamento e na divisão dos verbos em *comentativos*, quando o *mundo comentado* expressa, através do presente, passado e futuro, atitude de locução tensa, em verbos *narrativos*, representando ações definidas e sem grau de tensão, significando a exposição de atitude de narração relaxada. Para o autor, o emprego dos tempos *comentativos* tem por objetivo fazer saber ao interlocutor que o texto merece de sua parte uma atenção diligente e concentrada.

Uma das observações de Fiorin (2009, p.43), cujo teor pode ser constado no comentário do leitor como manifestação de repulsa e indignação, é aquela que relaciona a aprendizagem linguística à aprendizagem de um discurso, por criar uma consciência verbal, que irmana cada indivíduo aos membros do seu grupo social: “Por isso, a aprendizagem linguística está estreitamente vinculada à produção de uma identidade ideológica, que é o papel que o indivíduo exerce no interior de uma formação social”.

É assim que a ideologia da maioria chega a ser incorporada pelo destinatário da mensagem, mesmo que ele não seja necessariamente informado sobre a intenção de persuadir, de influenciar o receptor com apelos à razão, emoção, a imaginação, a ser concretizado na transferência de um determinado ponto de vista, de uma opinião, a partir da informação de um fato específico pretensamente veraz.

5.2.6. Feedback 6

Autor: <i>Leonardo Bueno</i> E a lei da vadiagem, prevista nos artigos 59 e 60 da Lei das Contravenções Penais? Está na hora de colocá-la em prática aqui no DF, mas dando oportunidade de trabalho a quem precisa e quer realmente trabalhar.

O autor, com esta abordagem, procura demonstrar conhecimento jurídico quando se reporta à legislação brasileira, o que deixa antever que busca esse respaldo para validar as suas crenças, cujos conteúdos não afetam somente o modo como ele avalia o mundo, mas também como percebe concretamente pessoas e coisas do seu ambiente e do entorno. Com a citação de uma lei específica pretende, portanto, fundamentar e transmitir credibilidade e aura de erudição, ampliando a *legitimação*, o que remete a Thompson (2009a, p.82) quando ele trata dos três tipos de fundamentos identificados por Weber como afirmações de legitimação e que é, neste caso, o primeiro deles: “Os fundamentos racionais (que fazem apelo à legalidade de regras dadas)”.

Tais aspectos materializam-se no uso da TSV, com a predominância do *juízo de sanção social*, quando a avaliação é feita tendo como referência determinada estrutura de normas sociais escritas que compõem a Lei das Contravenções Penais. O comentarista pressupõe que o seu leitor seja conhecedor dessa lei, uma vez que não dá maiores explicações e chama seus artigos 59 e 60 de “lei da vadiagem”.

A frase interrogativa com a qual ele abre o comentário tem uma reconhecida função pragmática, pois através do ato ilocucionário diretivo busca a anuência do leitor.

Dessa forma, ele realiza o que Habermas (1989) classifica como ato *de fala constativo* com pretensão de verdade, cuja natureza externa é formada por tudo que pode ser percebido, estando, portanto, de acordo com o quadro axiológico-normativo vigente, o que tornaria possível o compartilhamento de convicções e ideias apresentadas.

O jurista Damasio de Jesus (2010) menciona que a Lei das Contravenções Penais foi sancionada como Decreto-Lei 3688, de 3 de outubro de 1941, sendo modificada para adequação em 1951 e em 1985. Seu objetivo é tipificar alguns crimes que, por menor potencial lesivo, foram nominados como contravenções penais.

O Artigo 59, destacado no comentário de Leonardo Bueno, refere-se à vadiagem, assim explicada no texto legal: *Entregar-se alguém habitualmente à ociosidade, sendo válido para o trabalho, sem ter renda que lhe assegure meios bastantes de subsistência, ou prover a própria subsistência mediante ocupação ilícita*. A pena prevista para vadiagem é a de prisão simples, de quinze dias a três meses. O parágrafo único ressalva que a aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios de subsistência, extingue a pena.

Por sua vez, o Artigo 60, também mencionado pelo comentarista, trata da *mendicância*, definida como *mendigar, por ociosidade ou cupidez*. A pena indicada seria a de prisão simples, de quinze dias a três meses. O parágrafo único prevê o agravamento com o aumento da pena, de um sexto a um terço, se “a contravenção é praticada de modo vexatório, ameaçador ou fraudulento; mediante simulação de moléstia ou deformidade; ou em companhia de alienado ou de menor de dezoito anos”.

Vale ressaltar que o Art.60 já havia sido extinto pelo presidente Lula, através de uma nova lei, a de nº 11.983, de 16 de julho de 2009, portanto com data anterior ao envio do comentário do leitor, o que lhe escapou, e também ao editor da seção de cartas do CB. Assim, o autor do comentário trata do quadro referencial previsto na legislação, mesmo que superado em parte, e pede que seja aplicada aos moradores de rua com justiça e equidade: “Está na hora de colocá-la em prática aqui no DF”.

Uma das circunstâncias é marcada pelo tempo presente: estar na hora, ou no momento preciso para deflagrar a ação, marcada como processo relacional identificador, enquanto a outra circunstância aponta para a restrição da abrangência da medida a determinando lugar, sem mencionar se deve ser aplicada em todo o país. Modaliza no critério de aplicação: “mas dando oportunidade de trabalho a quem precisa e quer realmente trabalhar”.

O *processo verbal*, exercido pelo comentarista como “dizente” que emite juízo de valor sobre o assunto (“alvo”) dirigido aos “receptores” (leitores do seu comentário) explicita a exceção (moradores de rua que não devem ser punidos). Portanto, será dada “oportunidade” àquelas pessoas que “precisam” e “querem” trabalhar, finitos que formam *processos comportamentais* situados entre os *materiais* e *mentais*, acompanhados da circunstância de modo que marca a modalização, quando “realmente”, com a conotação de verdadeiramente, sugere uma averiguação das intenções dos indivíduos que estão nas ruas para separá-los entre resgatáveis e condenáveis.

Assim, segundo Leonardo Bruno, somente ao primeiro grupo será dada a chance do ultrapassar a barreira da exclusão através da inserção no mercado de trabalho, enquanto que aos outros sem-teto será aplicada a lei, de acordo com a sua indicação. Porém, ao estabelecer a exceção, ele não esclarece a origem da magnanimidade e deixa de mencionar o parágrafo único do Art.59 da Lei das Contravenções Penais que prevê a extinção do castigo por vadiagem, se houver “aquisição superveniente de renda, que assegure ao condenado meios bastante de subsistência”.

Com esse tom discursivo, o comentarista naturaliza a ideia divulgada inicialmente no texto do CB de que “há moradores de rua que têm casa e até carro”, o que o redime de não questionar se a afirmativa pode ser tomada pelo todo e se aquelas pessoas realmente tiveram a opção de escolha entre a ociosidade, desamparo e rejeição social e o lado contrário, que é ter uma vida produtiva, com moradia, alimentação e trabalho digno.

O procedimento expõe o uso da *dissimulação* como modo de operação da ideologia. Thompson (2009a, p.83) explica este *modus operandi*: “Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes”.

Esses aspectos referem-se particularmente à maneira como os emissores posicionam-se nos textos que produzem, como são realizadas, linguisticamente, campos de envolvimento, de atitudes, a significar aprovação, desaprovação, entusiasmo ou rejeição em referência aos significados que transmitem, além de antever o modo como escritores e falantes constroem suas identidades nos textos, perpassados por ideologias claramente expostas ou pretensamente ocultadas. Mas que podem ser desvendadas através da análise crítica da discursividade subjacente ao texto.

5.2.7. Feedback 7

Autora: *Bruna*

Um bando de vagabundos que vivem às custas dos bestas que dão esmolas.
Trabalho é o que não falta! Vai vender água, bombom, mudas de plantas... Tem
muita gente que sobrevive com algum tipo de serviço. É uma pouca vergonha esse
pessoal...

A reação é contundente na classificação dos moradores de rua com o finito elíptico, pois eles “são” um bando de vagabundos, como *processo relacional identificador* através da característica definida e com caráter de permanência, pois, nesse caso, a vagabundagem não se apresenta como transitória. Tal reação verbal configura o direito da leitora dizer o que diz como exercício do poder, em um espaço que não seria dado a um dos “vagabundos”, segundo a sua classificação, visto que eles não têm acesso ao meio de comunicação e nem mesmo endereço fixo, o que é exigido pelo jornal para a publicação.

As afirmativas emitidas pela leitora do CB apontam para a precisão do enfoque dado por Wodak (2004, p. 237) sobre o poder que envolve relações de diferenças nas estruturas sociais: “A unidade permanente entre linguagem e outras questões sociais garantem que a linguagem esteja entrelaçada com o poder social de várias maneiras: a linguagem classifica o poder, expressa o poder e está presente onde há disputa e desafio ao poder”. Assim, a autora trata da importância da linguagem na construção das diferenças do poder nas estruturas sociais hierárquicas: “Pouquíssimas estruturas linguísticas não foram colocadas, em nenhum momento, a serviço da expressão do poder, através de um processo de metáfora sintática ou textual”. (ibid.). Portanto, é isso que faz Bruna ao usar a estrutura linguística para manifestar o poder de dizer o que diz.

O predicativo enfático, com a escolha lexical pela expressão “bando de vagabundos”, empregado disfemisticamente com a intenção de expressar desprezo, resulta como *juízo de estima*, de acordo com a TSV, marcado pela reação negativa através da rejeição social à existência e permanência de moradores de rua nos locais mencionados pelo CB. A equivalência de significados para *bando* está relacionada à quadrilha, à bandidagem, corja, gangue e outros epítetos semelhantes e cuja constituição é de vadios, preguiçosos, inúteis, errantes, todos com caráter desfavorável.

Bruna faz referência ao processo material dos moradores que “vivem às custas”, quando, neste caso, “viver” não se refere à existência, o que caracterizaria um processo

comportamental, mas tem o sentido figurado de “manter-se às custas de” para garantir o sustento, o que configura a modalidade deôntica, relativa ao eixo da conduta. Assim, tais *atores* “vivem às custas dos bestas que dão esmolas”, e a locução “às custas” denota, no caso em questão, uma forma de exploração, abuso ou de extorsão praticada por quem recebe os favores, além de demonstrar, por outro lado, a ingenuidade ou atitude simplória por parte de quem se deixa explorar ao dar esmolas.

Há a flagrante exploração da boa-fé dos “bestas,” como são chamadas as pessoas que dão esmolas, cujo sentido é figurado, pois literalmente o signo refere-se a animais de carga. Aplicado a seres humanos, é termo pejorativo e corresponde a estúpido, idiota, ignorante ou tolo. Portanto, são esses “bestas” que, atuando como *atores*, dão esmolas, *processo material* configurando uma ação perceptível no mundo físico. A *extensão*, se tomada pelo aspecto positivo, poderia adquirir a equivalência de dádiva, auxílio, caridade, filantropia e socorro. Do jeito que está posto, indica que as esmolas são dadas como consequência à ação de “pedir algo”, o mesmo que “esmolar”, que é mendigar, implorar ou suplicar por dinheiro, comida ou roupa. E, para a comentarista, comportamentos, ações e atitudes desse porte são execráveis e justificam o isolamento social ao qual estão relegados.

Diferentemente, esses “vagabundos” deveriam procurar ocupação rentável, pois “trabalho é o que não falta!”. A afirmativa simplista expõe o *processo existencial*, uma vez que equivale a existir ou haver, tendo como complemento “o trabalho”, o *existente*. Com essa simplificação, Bruna não aborda aspectos relevantes como a dificuldade de alocação dessa gente no sistema produtivo por conta do despreparo profissional, visto que a qualificação está entre as exigências do mercado para o recrutamento de mão-de-obra.

Assim, ela emprega a *universalização* como estratégia típica de construção simbólica. A forma como tal estratégia constrói seus traços ideológicos, segundo Thompson (2009a, p. 83), acontece quando acordos e exceções que servem a alguns indivíduos “são vistos como estando abertos, em princípio a qualquer um que tenha a habilidade e a tendência de ser neles bem sucedidos”. No caso, a capacidade de conseguir trabalho seria somente garantida pelo fato de o morador de rua ter vida e pela força de vontade e decisão de mudá-la radicalmente. Para tanto, sugere a entrada na economia informal e dá a receita em tom imperativo, através do *processo material* configurado no verbo vender: “Vai vender água, bombom, mudas de plantas”, o que sugere o pressuposto de “vai fazer qualquer coisa, mas some daqui...”

Termina o aconselhamento com a ponderação: “Tem muita gente que sobrevive com algum tipo de serviço”. O emprego da expressão “algum tipo de serviço” evidencia a sua percepção particular do problema, pois deixa claro que aquelas pessoas, se trabalharem de forma alternativa, podem “sobreviver”, *processo comportamental* (situado entre os *materiais* e *mentais*), com a equivalência de subsistir, resistir ou escapar ao infortúnio e ultrapassar as condições adversas, o que garantiria ao antigo “vagabundo” a nova adjetivação de sobrevivente ou sobrevivente.

Bruna preferiu não usar o verbo “viver”, que está relacionado à estabilidade e às condições de vida duradouras e mais seguras, o que se configura em ações como usufruir lucros, vivenciar uma profissão, manter-se dignamente, o que é restrito a quem tem o privilégio de escolher o “tipo de serviço” para o qual tem aptidão e de optar por uma carreira de reconhecimento social. Tudo o que configura a cidadania com seus direitos e deveres.

A comentarista finaliza voltando ao tema recorrente, como expressão do seu *juízo de estima*, de acordo com a classificação da TSV, para as atitudes. Este juízo de estima, de acordo com Martin e Rose (2007, p.68), expressa a aspiração pela normalidade (com a reprovação ao que foge ao usual); pela capacidade (até que ponto determinado indivíduo é capaz de fazer algo) e pela tenacidade (qual o seu nível de envolvimento e comprometimento com a missão).

É dessa forma que o discurso de Bruna soa como insulto generalizado, tendo como foco o repúdio sobre a situação e os envolvidos. Identifica a presença dos moradores de rua, através do processo relacional atributivo, como opróbrio, humilhação, vexame e desonra: “É uma pouca vergonha esse pessoal”...

A essa conduta da leitora do Correio Braziliense bem pode ser aplicada a afirmativa de Fiorin (2009, p.55): “O discurso transmitido contém em si, como parte da visão de mundo que veicula, um sistema de valores, isto é, estereótipos dos comportamentos humanos que são valorizados positiva ou negativamente. Ele veicula os tabus comportamentais”. Portanto, se ela já tinha essa visão negativa sobre os párias sociais que desfilam a indigência pelas ruas de Brasília, a matéria do jornal deu-lhe mais subsídios para continuar adotando os mesmos preconceitos.

Considerações complementares

A análise dos textos, tanto os classificados no subgênero informativo como no opinativo, permitiu a identificação nos discursos de traços ideológicos que os perpassam, o que ressalta a invisibilidade do morador de rua, enquanto sujeito livre da classificação foucaultiana, na produção jornalística. Isto é previsível, uma vez que a ideologia produzida pelo emissor tem uma forte carga de poder simbólico que chega a ser facilmente incorporada pelo destinatário da mensagem, mesmo que não seja necessariamente explicitado o objetivo de persuadir, de influenciar o receptor com apelos à razão, emoção, a imaginação, a ser concretizado na transferência de um determinado ponto de vista, de uma opinião a partir da informação de um fato específico pretensamente veraz.

Há marcas e traços discursivos tanto no subgênero informativo como no opinativo, com conceitos previamente construídos e manifestos por meio de, por exemplo, inferências, postos e pressupostos compartilhados socialmente, que evidenciam relações de poder desiguais e preceituam formas de estar no mundo e, em particular, nas cidades enfocadas. De maneira geral, existe a concepção de que os excluídos devem ser afastados para não incomodar com visões repulsivas os que têm o privilégio de ter direitos.

Assim, é a partir dessas informações, algumas confiáveis outras nem tanto, que o leitor constrói à sua maneira o discurso, mesmo que corra o risco de ter ofuscada a capacidade de discernimento, visto que a matéria jornalística apresenta uma hierarquização lógica que se delinea no campo lexical ou semântico. Isto funciona como indício da prática discursiva do emissor que, por sua vez, pode consubstanciar-se na escolha de determinadas palavras para ocupar certas posições sintáticas relacionando o eixo paradigmático com o sintagmático, quando o aspecto ideológico está presente em muitas das afirmativas.

O discurso jornalístico é caracterizado pela presença de eufemismo quando colocado na contingência de apresentar os menos favorecidos, como atenuação intencional de expressões depreciativas. Assim, edulcora a linguagem, mas não ameniza no julgamento subjacente, o que é explicado pela TSV, sobre atitudes e comportamentos que as pessoas demonstram a embasar redes sociais Parece, então, que tudo que é permitido, aprovado e comprovado, na consonância do discurso jornalístico

que se consubstancia na combinação de fotos e texto, como estratégia de reforço da relação entre as duas linguagens complementárias.

A pragmática habermasiana é perceptível pelo emprego da linguagem como realização de uma ação representada na configuração de sentido resultante de uma prática social. Atos de fala são identificados no discurso jornalístico pelo desempenho do papel de mediação. Para realizar tal mediação, raramente o repórter apela para o uso de difemismos, embora, às vezes, intencionalmente ou por descuido, deixe passar um deles.

Para exemplificar o emprego de difemismo, cito o caso da matéria da FSP (14/9/10, p.C8) sobre a aglomeração de sem-teto entre os escombros da antiga rodoviária de São Paulo. À noite, chegam a 400 pessoas que são chamadas pela dupla de repórteres de “exército de farrapos humanos”, constituído de “usuários de crack e moradores de rua”. Por sua vez, a Secretaria de Assistência Social diz eufemisticamente, através da personificação, que os componentes daquele exército são “frequentadores que não aceitam ajuda”.

Por sua vez, o discurso do leitor, manifestado através de cartas e e-mails que envia às redações, tenta adequar a sua linguagem à maneira da escrita jornalística, embora carregue mais nas tintas, quando o pouco é velado e o muito é dito às claras, o que o faz adentrar nos meandros dos difemismos. Assim é, que sem a menor cerimônia, ele usar palavras duras para nomear os sem-teto, a exemplo de vadios, imundos, miseráveis, vagabundos, preguiçosos e outros tantos que lhe possibilite externar a indignação e a repulsa por aquela forma de estar no mundo.

A partir da leitura de determinado texto, em que está subjacente o discurso, constituído em cima de decisões sobre como a informação vai ser dada, quando, de que modo e com que fim, o leitor se vê levado a interpretações direcionadas e à tomada de posição sobre determinado assunto, que se consolida, na prática, no envio da sua mensagem.

Os moradores de rua, por sua vez, têm geralmente acesso parcial ao sistema linguístico e, simultaneamente, trazem diferentes tipos de conhecimento, o que faz com que seja diminuída a sua possibilidade de uma verdadeira escolha para tentar construir uma relação social, o que transparece na transcrição das suas entrevistas.

Para analisar os discursos identificados no *corpus* selecionado, o emprego da LSF foi primordial, pois esse uso possibilitou o acesso à gramática, à qual a TSV complementa-a na ampliação do enfoque, uma vez que se busca o discurso no texto.

Considero decisiva a premissa de que a análise despojada da base gramatical resulta somente em um comentário corrido sobre um texto, onde e quando componentes individuais influenciam o trabalho a ponto de perder, ou não encontrar, o foco analítico.

Os textos analisados, de acordo com princípios da LSF, não foram considerados como uma unidade gramatical, mas como unidade semântica, visto que os significados são transmitidos através das frases. Esta perspectiva tornou possível a constatação de que é o contexto que guarda o lugar central da gramática. Portanto, ao analisar cada texto, a gramática do discurso permite ao analista antever o lado funcional e semântica da sua orientação, clarificando os resultados e permitindo a consecução dos objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, e baseada na análise discursiva contida nos textos formadores do *corpus* da pesquisa, posso registrar que algumas afirmações sobre a invisibilidade do morador de rua na produção do jornalismo impresso deixam de ser hipotéticas e passam a ser conclusivas. Entre elas, está a observação de que a sua discursividade é ocultada no discurso jornalístico, e nos feedbacks dos leitores, porque ele é um sujeito marcado por opacidade e estigma. Por conseguinte, é um ser pretensa e desejavelmente invisível.

Considero que qualquer que seja a abordagem teórica, em nenhum momento pode-se afastar a certeza de como é difícil trilhar o caminho da crítica que deve, obrigatoriamente, incluir leitura, reflexão e o desenvolvimento de uma consciência sobre direitos e deveres. Considero, ainda, que esse procedimento é o mais aconselhável para resultar na transformação das práticas sociais, através da utilização adequada dos procedimentos linguísticos, especialmente por parte de jornalistas e seus leitores.

As abordagens vistas nos exemplos da imprensa escrita, distribuídas pelos cinco capítulos desta tese, possibilitam perceber que, muitas vezes, não há o aprofundamento da identidade das pessoas que estão no foco das notícias. As matérias divulgadas pela mídia trazem a descrição dos problemas que causam e situações que atravessam os moradores de rua, sobretudo ao ressaltar a tácita marca da mendicância de ser quase sempre acompanhada do uso de drogas que vai do álcool ao *crack*, como marcador da devastação moral, física e social.

Nas matérias jornalísticas analisadas, as declarações entre aspas, ponto importante nesses relatos, contêm informações e opiniões que podem ampliar o preconceito e o estigma. Por sua vez, os critérios tipológicos de *afeto*, *juízo* e *apreciação*, previstos na TSV, são identificados nos textos que portam os discursos sobre o morador de rua, quase sempre de forma avaliativa negativa. Assim, a multiplicidade discursiva negociada nos textos guarda traços de diferentes discursos e ideologias em disputa pelo controle do poder, que nunca está do lado do mais fraco e inferior na pirâmide social.

Ressalto que o uso das aspas para indicar a fonte da declaração dá a impressão da isenção do jornalista em relação ao assunto tratado. Isto é uma falácia, pois ao usar

tal recurso ele não deixa de participar da notícia, pois o fato não fala por si só. O fato fala pelas escolhas que o profissional faz dos entrevistados, pela edição das declarações, pela organização que dá ao texto, pelo tamanho e espaço da notícia, através da seleção das fotos, e tudo o mais que possibilita identificar os vestígios das marcas ideológicas.

Nos discursos analisados, destacam-se as escolhas lexicais dos repórteres, especialmente quando existe a priorização do uso de *eufemismos* com o intuito de suavizar ou camuflar uma concepção tida como desagradável ou pouco polida, sujeita ao repúdio do que se convencionou chamar de “politicamente correto”, revelando precaução de quem faz a opção lexical.

Apesar desse cuidado, falta ao jornalista ouvir e ver o morador de rua como sujeito que deveria ter garantidos os direitos à cidadania e a responsabilidade inerente aos deveres do cidadão. A invisibilidade nos textos jornalísticos torna a sua figura esmaecida e a sua voz fragmentada em discursos que, apesar de serem sobre ele, não lhe permitem ser o centro da notícia, pois outros, geralmente especialistas em problemas sociais, falam por ele.

No caminho contrário, é muito encontrada nos discursos dos leitores que se manifestam através de cartas ou e-mails endereçados à redação, a utilização de *disfemismos*, compreendidos como termos pejorativos para reforçar a opinião emitida, sempre como agressão verbal, ou, mais sutilmente, como toques de humor ou ironia, o que se traduz, algumas vezes, pela ambiguidade para atenuar o caráter negativo do discurso. Isto pode ser constatado nas análises que compõem o bloco do subsistema opinativo, onde os redatores ficam à vontade para vociferar contra aqueles que não vão reagir através do mesmo meio de comunicação, até porque não têm acesso a eles, faltando a esses discursos a análise do problema social que constitui a existência do sem-teto e vislumbrar as agruras do que deve ser viver essa forma de vida.

Na maior parte das interações, os moradores de rua têm acesso parcial e seletivo ao sistema linguístico e, simultaneamente, trazem diferentes tipos de conhecimento, o que diminui a sua possibilidade de uma verdadeira escolha para tentar construir uma relação social. Há mesmo situações, como ao serem entrevistados, em que a escolha não existe porque se sobrepõe a desigualdade entre os falantes. Isto pode ser visto nas matérias analisados e nos inúmeros exemplos dados nos vários capítulos, onde o espaço destinado à fala dos sem-teto é parco e de pouco destaque.

O poder simbólico formado e mantido pela imprensa é o poder de constituir o dado pela enunciação, de ser crível e se fazer ver, de asseverar ou de mudar a visão

ideológica de mundo, representando o exercício da ação sobre a sociedade. Sua força transformadora e o seu nível de influência podem ser comparados a mudanças concretas, como as geradas pelos setores produtivos da economia, da qual as empresas jornalísticas fazem parte, ou à opressão inibitória que chega ao limite de empregar a força física, como em muitas investidas policiais, com repercussão na mídia, contra pobres e miseráveis, entre os quais estão os moradores de rua.

O espaço destinado ao sem-teto como notícia de jornal é, na maioria das vezes, nas páginas policiais, onde é destituído da sua essência ontológica. Por sua vez, o poder simbólico das metáforas usadas sobre ele e sua situação de vida, transforma-se em forte jogo para representação ideológica com suas estratégias e cálculos articulados. Entre estes, está apresentar os modos de operação da ideologia de forma mais abrangente e não somente através do metaforismo, como explicação parcial do fenômeno social, na procura de dar sentido lógico ao sem sentido.

O jornalista e o leitor, ao expressarem linguisticamente o pensamento, deveriam estar imbuídos da percepção sobre a responsabilidade de quem se acerca a esmiuçar a vida daqueles que sobrevivem nas ruas dos grandes centros urbanos. É desejável, até mesmo obrigatório, que valores éticos e princípios deontológicos sobreponham-se à ânsia do fazer relatos simplificados e eivados de lugar comum. Também é necessário furtarem-se a emitir juízo de valor, sem medir as consequências, e opinar com atitudes e princípios desumanizados, amparados em rótulos e critérios pretensamente objetivos e neutros.

Ao identificar o sem-teto como um estorvo e vê-lo com uma “coisa” que seria problema do governo, é aconselhável ter em mente o combate à visão preconceituosa sobre esse sujeito estigmatizado, preso no vácuo do seu cenário desprezível. Os indícios que apontam para essa ação são perceptíveis no jornalismo impresso, pela escolha das palavras e expressões, no encadeamento e na interdependência de ideias, na paginação, pelo posicionamento e destaque que são dados através de recursos gráficos como as fotos e outros tantos, a constituírem também a textualidade, contributos diretos à argumentação de um texto.

Uma ideia essencial que balizou a elaboração deste trabalho é que toda realidade empírica é uma entidade construída socialmente, isto é, uma entidade que se constitui a partir da permanente interação dialética entre sujeito e objeto. Acredito, então, que a realidade empírica que aparentemente é apresentada como um dado objetivo, não pode ser considerada como algo alheio e independente do sujeito do conhecimento. Ao pesquisar a mídia, evidencia-se o papel que tem o *contexto* na formulação do seu

discurso, desde o nível macro ao mais localizado e pontual, reconhecidamente relevante para compactuar os elementos e compatibilizá-lo com as fases de produção e interpretação do texto, lugar de onde emerge o discurso.

Esse contexto localizado é representado por itens como lugar, tempo, circunstâncias e pessoas envolvidas em determinado acontecimento, enquanto o contexto global compreende ações produzidas por atores que integram grupos sociais e institucionais, a exemplo dos repórteres que falam em nome, e por meio, da empresa jornalística à qual prestam serviço.

Os contextos sociais, ao assumirem caracteres dinâmicos, múltiplos e mutáveis, influenciam na produção e decodificação do discurso e estabelecem vínculos linguísticos como os do âmbito da pragmática, sintaxe e semântica, concretizados no papel político que representam, ao expressar, por exemplo, coesão, resistência, apoio, legitimação ou negação. Nesse cenário, materializam-se os discursos jornalísticos pelos atos ilocucionários para levar à resposta desejada e que chega, muitas vezes, pelas cartas enviadas às redações.

Nos fragmentos apresentados e analisados, pode-se verificar que é dado maior espaço aos leitores que entram em acordo com a estratégia discursiva apresentada nas matérias jornalísticas que geraram os *feedbacks*. Assim é que acontece a presença de outros *textos* dentro de um *texto*, causada pela inserção do autor num *contexto* que já inclui previamente textos anteriores que lhe inspiram ou influenciam.

Como crenças e valores são definidos a partir das vozes que estão presentes na formação do indivíduo, elas vão ser explicitadas, consciente ou inconscientemente, na materialidade do texto e no seu discurso subjacente, quando essa polifonia vai compor a textualidade, descentralizando a função do autor e permitindo antever a contextualização com seus componentes políticos, sociais e econômicos.

Portanto, o espaço destinado à livre expressão da opinião do leitor tem como finalidade possibilitar o registro da reação e de tomada de posição do público receptor. Com essa forma de apresentar o que identificam como valor-notícia, os leitores, conforme a análise apresentada (item 5.2), falam sobre os moradores de rua e expõem o rechaço e estranhamento. Essa ação do leitor, como manifestação de poder que se consolida através da oportunidade que lhe foi dada pelo jornal para expor a sua opinião, não pode ser controlada quanto aos seus efeitos, visto que pode gerar uma multiplicidade de sentidos.

Pelas matérias analisadas, é possível verificar que a figura do sujeito repórter não aparece com destaque ao se manifestar através do subgênero informativo, diferentemente do que é encontrado nas produções do subgênero opinativo, pois, no primeiro caso, o autor do texto esconde-se atrás de uma multiplicidade de vozes, com o uso de verbos na terceira pessoas, pois alguém: *disse, falou, declarou, desabafou, enfatizou, condenou, disparou*. Assim, o repórter não assume posições, mas procura entrevistados que o fazem, fornecendo, dessa forma, a contribuição para a coerência e coesão da mensagem.

Os moradores de rua carregam atrelados aos seus entulhos, situações dramáticas, líricas ou cômicas. Quando têm a oportunidade de serem entrevistados, são *dizentes* que falam da vida e do que fazem para escamotear os impasses, com criatividade e instinto de sobrevivência. Relatam alegrias e tristeza, sucessos e fracassos.

Eles são sujeitos invisíveis, são ideologicamente ocultados, em uma sociedade que transita bem entre o que quer ver e o que finge desconhecer, em um jogo que lhe dá serenidade para ampliar sua ânsia consumista e edulcorar a pobreza e a realidade do dia a dia. A discursividade do morador de rua é inaudível e a sua figura invisível. Quase nunca é notícia de jornal, a não ser nas páginas policiais, onde é destituído da sua essência ontológica. A pressuposição aponta para a causalidade por conta de ser socialmente rejeitado, nulo do ponto de vista econômico e politicamente inexistente.

Por conviver e viver do lixo, o desprezo é acentuado na sociedade industrializada que gera esse lixo. É paradoxal que o mesmo público que produz o lixo tenha aversão e desprezo pela consequência do seu consumo e por quem lida com ele. Nesse descarte, o imaginário passa da satisfação do bem adquirido para o desprezo pelos resíduos produzidos, adjetivados de imundos, mal cheirosos, que andam ao lado da morte.

É inegável que é complexo o desempenho da mídia, mas também que essa complexidade não afeta a credibilidade que goza junto ao público, conforme as pesquisas de verificação de confiabilidade apresentadas pelas agências especializadas do setor. Dessa forma, há a retroalimentação que vai resultar no exercício de poder e na aquisição dos valores agregados como prestígio, respeito, beneplácito e lucro.

A aplicação da ADC sobre a produção jornalística intenta desvendar as formas discursivas empregadas sobre um tema específico, a partir da observação de que o jornalismo atribui a si mesmo, muitas vezes, uma forte imagem ao assumir deliberadamente o papel de *watch dog*, por se ver respaldado na credibilidade resultante

do perfil de instituição moral, difusora e responsável pela guarda dos preceitos éticos dos cidadãos.

A *práxis* concretiza-se na legitimidade de valores culturais estabelecidos como mais adequados à prática social e no descarte do que é danoso ou esdrúxulo, representado, muitas vezes, pela rejeição a mudanças drásticas ou a troca de crenças e valores. Por isto, então, há a necessidade de determinar o valor-notícia, o que aumenta de acordo com o nível do que há de inusitado e diferente no acontecimento, quando predomina o sentido contrário ao previsível, com fatos consequentes como a de empregados ficarem desempregados e, por isto, virarem moradores de rua.

Por conseguinte, a utilização dos princípios da ADC neste trabalho foi indispensável à promoção de uma reflexão mais aprofundada, como também o emprego da LSF, à qual se soma os princípios da TSV. Junta-se a contribuição da base filosófica de Foucault e Habermas, pelo comprometimento de ambos com a liberdade e o respeito ao sujeito livre, e por alertarem sobre a necessidade de superação da figura do sujeito assujeitado.

Assim, fez-se possível distinguir marcas linguísticas, indícios de fenômenos de linguagem a construir sentidos na sua relação com as práticas discursivas e a interação com as práticas sociais, além de identificar a construção das *identidades sociais* do sem-teto nas produções de jornalistas e dos seus leitores.

A despeito de a mídia assumir essa posição de distanciamento do problema, um caminho inverso começa a ser trilhado pela imprensa alternativa, engajada na luta em defesa dos excluídos e no desafio aos interesses defendidos pela grande imprensa. Dessa forma, é que redes sociais abrigam vários endereços nessa direção. Nessa direção servem de exemplo os brasileiros *Fala Rua* e a *Revista OCAS – Saindo das Ruas*, cujo objetivo é a reinserção social dos sem-teto através da venda do periódico.

Há também o caso do movimento *Street Esteem*, desenvolvido em vários países do primeiro mundo, e que, entre outras ações como promover a visibilidade de manifestações artísticas de excluídos, produz jornais e revistas cuja venda deve ser feita exclusivamente por pessoas que moram nas ruas, o que assegura uma fonte de renda suplementar. Dessa forma, o movimento destaca-se na luta pela melhoria do relacionamento entre pessoas e pela tentativa de superação do preconceito entre as classes sociais.

A intenção deste trabalho, ao abranger vários itens da situação relatada e analisada, é incentivar o debate sobre a relação discurso /imprensa de modo a tornar

visível esse espaço da esfera pública onde, através da linguagem, profissionais têm a oportunidade de manifestar as suas ideologias implícita ou explicitamente, em uma clara demonstração da força que tem a mídia como dispositivo do poder.

Esse debate precisa ser ampliado, pois ele não deve ficar restrito somente ao meio acadêmico, mas se estender a jornalistas e leitores, aos protagonistas para os quais se destina a produção jornalística. É importante que esses leitores especificamente, e a sociedade como um todo, possam desvendar esses mecanismos da imprensa para ter maior ingerência sobre o produto notícia que quer consumir.

Os aspectos levantados podem subsidiar a reflexão do jornalista sobre a profissão e o alcance do seu trabalho junto à opinião pública. Nos cursos de comunicação social, poderiam servir de incentivo à introdução de um estudo sistematizado sobre a ADC e sua aplicabilidade para tornar os alunos mais ágeis, não somente nas técnicas de elaborar textos, mas também para se fazerem hábeis no exercício da crítica discursiva.

Considero pertinente, portanto, sugerir que o profissional da notícia desenvolva o hábito de analisar o seu próprio texto e os dos colegas, compatibilizando o processo da construção com o da desconstrução do discurso para prever as possibilidades de recepção do produto que é entregue ao leitor.

Cada vez mais predomina a concepção de que o repórter, na observância a regras deontológicas e éticas, tem responsabilidade pelo seu papel ativo no exercício da construção da realidade social. Para resgatar a racionalidade comunicativa dos cidadãos em esferas de decisão, de modo a que possam integrar o projeto coletivo que respeite também as características da individualidade, o jornalista deveria questionar a ressonância e a força da expressividade do seu discurso junto aos leitores, cujos *feedbacks* denotam, na maioria das vezes, a apropriação do mesmo teor argumentativo das matérias que escreveu e que, a sua empresa divulgou.

O mundo da vida é um mundo compartilhado onde o discurso jornalístico se solidifica com o reconhecimento da relação da produção da linguagem com a produção social, o que coloca a notícia no interior de uma complexa rede produtiva. As condições sociais de produção, portanto, marcam especificamente as relações do profissional com representantes dos outros campos.

Nessas relações, impõe-se o *agir comunicativo* habermasiano que se materializa pela ação discursiva, quando a linguagem não funciona somente da forma usual e costumeira, mas representa o agir que conduz à interação, como uma forma de

realização de uma livre discussão constituída pelo discurso para promover a integração social e o pleno exercício da democracia e da cidadania. Assim, torna-se possível o resgate dessa missão da imprensa, bela e utopicamente desejável.

REFERÊNCIAS

ADORNO, HABERMAS. *Textos escolhidos*. Trad. José Lino Grünnewald. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (col. *Os Pensadores*).

AGAMBEN, Giorgio. *Homo Sacer: O Poder Soberano e a Vida Nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

AQUILES, Aristeu. *Os Jornais da Independência*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1976.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Editora UFPR, 2008.

ARBEX JÚNIOR, J. *Showrnlismo – a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS – ANJ. Entrevistas com os jornalistas Roberto Pompeu de Toledo, Rubem Mauro Machado e Ricardo Kotscho. Disponível em <<http://www.anj.org.br>>. Acesso: 24/12/ 2006.

AUSTIN, J.L. *How to do things with words*. Osford, UK: Osford University Press, 1976.

BACHELARD, Gaston. *O Novo Espírito Científico e A Poética do Espaço*. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

BANQUETE DE MENDIGOS. Disponível em <http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/audios/banquete.htm>. Acesso: 16/7/10.

BAKHTIN, M. *Os gêneros do discurso*. In: *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____ *El marxismo y la filosofía del lenguaje*. Madrid: Alianza, 1992.

BARROS, N.C. *Estratégias de ataque à face em gêneros jornalísticos*. In MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.) *Gêneros textuais e práticas discursivas*. Bauru: Edusc, 2002.

BARTHES, Roland. *O Prazer do Texto*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

_____ *Roland Barthes por Roland Barthes*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

BASÍLIO, Margarida. *Teoria Lexical*. São Paulo : Ática, 1987.

BAZZO, Ezio Flavio. *Mendigos*. LGE Editora. Brasília, 2009.

BBC (British Broadcasting Corporation). Disponível em <http://www.bbc.co.uk/>. Acesso: 29/8/09.

- BENJAMIN, Walter. *Imagination y Sociedad*. Madrid: Taurus, s/d.
- BENVENISTE, E. *A natureza dos pronomes*. In: Problemas de Linguística Geral I. 3ª. ed. São Paulo: Pontes, 1991.
- BERNIER, Marc-François. *Étique et déontologie du journalisme*. Ottawa: Les Presses de l'Université Laval, 2004.
- BOFF, Leonardo. *A Força da Ternura*. Petrópolis: Sextante, 2006.
- BOOTH, W.C; COLOMB, G.G; WILLIAMS, J.M. *A arte da pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BOSI, Alfredo. *Ideologia e Contraideologia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Trad. F.Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.
- _____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRANDÃO, H. N. *Subjetividade, argumentação e polifonia*. São Paulo: Editora UNESP, 1997.
- BRASIL DE FATO. Disponível em <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/nacional>
Acesso: 15/9/09.
- BURSZTYN, Marcel (org.) *No meio da rua: nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- CABRAL PINTO, F. *Leituras de Habermas. Modernidade e Emancipação*. Coimbra: Fora do Texto, 1992.
- CAMARGO, Joracy. *Deus lhe pague*. Porto: Livros do Brasil, 1983.
- CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault*. Trad. Ingrid Xavier. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- CHOULIARAKI, L; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in Late Modernity. Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- CALDAS-COULTHARD; SCLiar CABRAL, L. *Desvendando Discursos: Conceitos Básicos*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- CAROS AMIGOS: *Entrevista com Marilena Chauí*. In: *As grandes entrevistas de Caros Amigos*. São Paulo: Editora Casa Amarela, n.3, p.4-11, abril de 2001.
- COSTA, Claudio. *Filosofia da linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- COSTA, Wagner; AQUAROLI, Marcelo. *Dicionário Jurídico*. São Paulo : WVC Gestão Inteligente.s/d.

COULTHARD, Carmen Rosa. *News as social practice*. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 1997.

CUSSET, Yves; HABER, Stéphane. *Habermas et Foucault: Parcours croisés, confrontations critiques*. Paris: CNRS Éditions, 2006.

DEZIN, N.K. e LINCOLN, Y.S. *O Planejamento da Pesquisa Qualitativa. Teorias e abordagens*. Trad. Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DINIZ LEAL, M.C. *Quem são eles? A questão da identidade em manifestações de rua*. In SILVA, LEAL E PACHECO. (Orgs). *Discurso em questão*. Goiânia : Câneone, 2009.

DUCROT, O. *Estruturalismo linguístico*. Trad. José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 1970

_____ *Dizer e não-dizer: princípios da semântica lingüística*. Trad. Carlos Vogt. São Paulo: Cultrix, 1977.

_____ *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.

DUCROT, O; TUDOROV, T. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: USP/editora Boitempo. 1997.

EGGINS, Suzanne. *An Introduction to Systemic Functional Linguistics*. London/New York: Continuum, 2004.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e Mudança Social*. Trad. de Isabel Magalhães. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

_____ *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N e WODAK, R. *Análisis crítico del discurso*. In VAN DIJK (org). *El discurso como interacción social*. Barcelona: Gedisa, 2005.

FALA RUA. Disponível em www.falarua.org. Acesso em 17/7/2010.

FAULSTICH, Enilde. *Lexicologia : a linguagem do noticiário policial*. Brasília: Horizonte, 1980.

FERREIRA, Aurélio Buarque. *Novo Dicionário Aurélio século XXI*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, (versão eletrônica), 2004.

FERRÉZ. *Capão Pecado*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

_____ *Amanhecer Esmeralda*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

- _____. *Cronista de um tempo ruim*. São Paulo: Selo do Povo, 2009.
- FIORIN, José Luiz. *Linguagem e ideologia*. São Paulo: Ática, 2009.
- _____. *Estruturas Simbólicas Específicas e Redundâncias no Discurso*. (p. 107 a 121). In Letras & Letras. Uberlândia: dezembro de 1985.
- FIGUEIRÊDO ALVES, Virgínia Colares. *Inquirição na Justiça: Estratégias linguístico-discursivas*. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2003.
- FLORES, Barbisan, FINATTO, Teixeira (org.) *Dicionário de Linguística da Enunciação*. São Paulo: Contexto, 2008.
- FLORES, Valdir. *Dialogismo e enunciação; elementos para uma epistemologia da linguística*. In: Revista Linguagem & Ensino, vol. 1, n° 1, 1998, Pelotas: Universidade Católica. p. 3-34.
- FOUCAULT, Michel A *Arqueologia do Saber*. Trad. L.F.B. Neves. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1986.
- _____. *As Palavras e as Coisas*. Tradução de Salma Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *L'Ordre du Discours, leçon inaugurale ao Collège de France, prononcée le 2 décembre, 1970*. Paris: Gallimard, 1971.
- _____. *Vigiar e Punir*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.
- _____. *A Ordem do Discurso*. Trad. Laura Sampaio. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *Microfísica do poder*. São Paulo: Graal, 2007.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Palavra e Verdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- GHIO, E. E FERÁNDEZ, D. *Linguística Sistémico Funcional: Aplicaciones a la Lengua Española*. Santa Fe (Argentina): Universidad Nacional del Litoral: 2006.
- GIANNETTI DA FONSECA, Eduardo. *Autoengano*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. (Coleção Companhia do Bolso).
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- GLOBO. Disponível em <http://cbn.globoradio.globo.com/home/HOME.htm>. Acesso: 27/11/2009.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso – diálogos & duelos*. São Paulo: Claraluz, 2004.
- GRICE, H. P. *Lógica e conversação*. In: DASCAL, Marcelo (org.). *Fundamentos Metodológicos da Linguística*. Campinas- SP: [s.n], 1982.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.

HABERMAS, Jürgen. *Raison et Légitimité. Problèmes de légitimation dans le capitalisme avancé*. Paris: Payot, 1978.

_____. *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1989.

_____. *Pensamento Pós-Metafísico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. 1990.

_____. *Verdade e Justificação*. Ensaios Filosóficos. Trad. de Milton Camargo Mota. São Paulo: Loyola, 2004.

HALL, S. *The Work of Representation*. In: _____ *Representation: cultural representations and signifying practices*. London: Sage, 2000.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora: 2006.

HALLIDAY, Michael A. K. *An introduction to functional grammar*. London: Edward Arnold, 1985.

_____. *As bases funcionais da linguagem*. In M. Dascal (org). *Fundamentos Metodológicos da Linguística*, v1. São Paulo: Global, 1978.

_____. *Introduction to Functional Grammar*, 2ª edição. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M; HASAN, R. *Language, context and text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford Press, 1989.

HALLIDAY e MATHIESSEN. *An Introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold, 2004.

HERMAN, E; CHOMSKY, N. *Manufacturing consent: the political economy of mass media*. New York: Pantheon books, 1988.

HOUAISS, Antonio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

IBGE: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad). Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2008/default.shtm>. Acesso em 12/6/2010.

INSTITUTO ANTONIO HOUAISS. *Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos*. São Paulo: Publifolha, 2008.

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso: 26 de julho de 2010.

JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. Trad. de Izidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix, 2004.

JESUS, Damasio E. *Lei das Contravenções Penais Anotada - 12ª Ed.* São Paulo: Saraiva, 2010.

LAGO, C. e BENETTI, M. *Metodologia e Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

LAROUSSE. *Dictionnaire de la Langue Française*. Paris: 2008.

KOCH, Ingedore: *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. *Argumentação e Linguagem*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Desvendando os Segredos do Texto*. 4ª.ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LAVILLE, Cristian e DIONNE, Jean. *A Construção do Saber*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

MACEDO, Roberto S. *Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação*. Brasília, Liber Livro, 2006.

MACIEL, Fabrício e GRILLO, André. *O trabalho que (in)dignifica o homem (241-277)*. In *A Ralé Brasileira*. SOUZA, Jessé. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

MAGALHÃES, Isabel. *Teoria crítica do discurso e texto*. In: _____Revista Linguagem em Discurso, vol.4, número especial. Tubarão: Editora Unisul, 2004.

MALINOWSKI, B. *Um diário no sentido estreito do termo*. Rio de Janeiro: Record, s/d.

_____. *Crime e Costume na Sociedade Selvagem*. Brasília/São Paulo: UnB/Imprensa Oficial SP, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática, 2001.

_____. *Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.

MARCONDES, D. *Filosofia, Linguagem e Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2000.

MARQUES DE MELO, J. *Jornalismo opinativo*. 3ª. ed. São Paulo: Mantiqueira, 2003

_____. *Prefácio*, in LAGO, C. e BENETTI, M. *Metodologia e Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARTIN, J.R. *Beyond Exchange: APPRAISAL Systems in English*. In *Evaluation in Text: Authorial Stance and the Construction of Discourse*, edited by Hustan &Thompson. UK: Oxford University Press, 2003.

- MARTIN, J. R. e WHITE, P. R. R. *The Language of Evaluation: appraisal in English*. London: Palgrave/Macmillan, 2005.
- MARTIN, J. R. e ROSE, D. *Working with Discourse*. 2nd. Ed. London/New York: Continuum, 2007.
- MARTIN, J. R. e ROSE, D. *Genre Relations: Mapping Culture*. London/New York: Equinox Published, London / Oakville 2008.
- MARTINS, José de Souza. *Jogados ao deus-dará*. Jornal O Estado de São Paulo, suplemento Aliás (6/3/10).
- MARTINS DA SILVA, L. *Sociedade, esfera pública e agendamento*. in LAGO, C. e BENETTI, M. *Metodologia e Pesquisa em Jornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- _____. *Imprensa, jornalismo e pós-jornalismo*. In *Revista Humanidades*. Brasília: Editora UnB, n° 55, agosto de 2008; p. 61.
- MISSE, Michel (org.). *O Inquérito Policial no Brasil: uma pesquisa empírica*. Rio de Janeiro: Booklink, 2010.
- MOIRAND, Sophie. *Les discours de la presse quotidienne*. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.
- MOTTA, Luiz Gonzaga (Org). *Imprensa e Poder*. Brasília/São Paulo: Editora UnB e Imprensa Oficial SP: 2002.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. *Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. In: BURSZTYN, Marcel (org). *No meio da rua: nômade, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, 2003, p. 56-87.
- NIETZSCHE, F. *Aurora*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- OBSERVATÓRIO DA IMPRESA. Disponível em <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>. Acesso: 30/1/2010.
- NÚCLEO DE GESTÃO AMBIENTAL DA FCAP: Faculdade de Administração da Universidade de Pernambuco. (Dados disponíveis para consulta no local).
- OCAS – SAINDO DAS RUAS (Organização Civil de Ação Social). Disponível em <http://www.ocas.org.br/>. Acesso: 13/8/10.
- ORTIZ, Esmeralda do Carmo e DIMENSTEIN, Gilberto. *Esmeralda, por que não dancei*. São Paulo: Senac e Atica, 2000.
- OYAMA, Thaís. *A arte de entrevistar bem*. São Paulo: Contexto, 2008.
- PARDO A, Neyla G. *Discurso, Impunidad y Prensa*. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia/Departamento de Lingüística, 2007.

PEDRO, Emília Ribeiro. *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1997. (Coleção universitária, série linguística).

PEIRCE, Charles S. *Antologia Filosófica*. Lisboa: Imprensa Oficial, Casa da Moeda, 1998.

PINTO, Ana Estela. *Jornalismo Diário: Reflexões, recomendações, dicas, exercícios*. São Paulo: Publifolha, 2009.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. Disponível em http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/. Acesso em 17/7/10.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. *Por uma linguística crítica: Linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

RECANATI, François. *Philosophie du Langage*. Paris: Gallimard, 2008.

REDE RUA COMUNICAÇÃO. Disponível em <http://www.rederua.org.br/>. Acesso: 16/8/10.

REUTER, Yves. *A Análise da Narrativa*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Ltda. 2007.

RICHARSON, Roberto J. *Pesquisa social; métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.

ROCHA LIMA, Carlos Henrique. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 43ªed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. *Comunicação & Pesquisa*. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

_____. *Produção de Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Cortez, 2002.

SARDINHA, Tony Berber. *Metáfora*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

SELO POVO. Disponível em www.editoraliteraturamarginal.blogspot.com. Acesso em 29/8/ 10.

SILVA, Denize Elena Garcia (org). *Nas Instâncias do Discurso: uma permeabilidade de fronteiras*. Brasília: Editora UnB, 2005.

_____(org.) *Língua, Gramática e Discurso*. Goiânia: Cãnone Editoração, 2006.

_____. *Identities enfraquecidas versus cidadania cultural*. In: Sébastien Joachim (org). *Cidadania Cultural: Diversidade Cultural – Diversidade Cultural, Linguagem e Identidades*. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2007

_____. *A pobreza no contexto brasileiro: da exclusão econômica social à ruptura familiar*. In: Revista multidisciplinar da Internet: Discurso & Sociedade, 2 (2) 2008, 265-296.

- SEABRA, Gil. *Pesquisa científica: o método em questão*. Brasília: UnB, 2002.
- SOUSA, Jorge Pedro. *Introdução à Análise do Discurso Jornalístico Impresso*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.
- SOUZA, Jessé. *A Ralé brasileira: Quem é e como vive*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.
- SOUZA, Maria Medianeira e CUNHA, Maria Angélica. *Transitividade e seus contextos de uso*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.
- STEVE LOPEZ. Disponível em <http://www.stevelopezonline.com/>. Acesso: 26/12/09.
- STOFELLS, Marie-Ghislaine. *Os mendigos na cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- STREET ESTEEM. Disponível em <http://www.williamwoods.edu/attachments/studentlife/StallStreetEsteemandBodyImage> Acesso: 22/12/09.
- TAFNER, Paulo; CARVALHO, Márcia; BOTELHO, Carolina. *O aprimoramento das políticas sociais: rumo ao Bolsa Família 2.0*. In: GIAMBIAGI, Fábio e BARROS, Octavio (org). *BRASIL PÓS CRISE – Agenda para a próxima década*. Rio de Janeiro: Campus Elsevier, 2009. (p.171-193).
- TAMBA-MECZ, Irène. *A Semântica*. Trad. Marcos Marcionilo, São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- TRAQUINA, Nelson (org). *Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'*. 2ª.ed. Lisboa: Vega, 1999.
- _____. *O estudo do jornalismo no século XX*. São Leopoldo, RS: Unisinos: 2001.
- TRASK, R.L. *Dicionário de Linguagem e Lingüística*. Trad. e adaptação de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2004.
- THOMPSON, John. *Ideologia e Cultura Moderna*. Petrópolis: Vozes, 2009a.
- _____. *A mídia e a modernidade*. Petrópolis: Vozes, 2009b.
- TWAIN, Mark. *Concerning the 'Interview'*. Berkeley: University of California Press, 2010. In: Folha de São Paulo, caderno Ilustríssima, p.6, (18/7/10).
- UNIVERSIDADE DE CALGARY (Canadá). Disponível em <http://www.ucalgary.ca/>. Acesso: 15/11/2009.
- VAN DIJK, Teun A. *La Noticia como Discurso*. Barcelona: Paidós, 1990.
- _____. (compilador). *El Discurso como Estructura y Proceso*. Barcelona: Gedisa, 2001.

- _____ Ideología y Discurso. Barcelona: Ariel: 2003.
- _____ *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto:2004.
- _____ (compilador). *El Discurso como Interacción Social*. Barcelona: Gedisa, 2005.
- _____ *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2008.
- VAN LEEUWEN. *A Representação dos Actores Sociais*. In: Pedro, Emília Ribeiro(org). *Análise Crítica do Discurso*. Lisboa: Caminho, 1997. (Coleção universitária, série linguística).
- VÉRON, Eliseo. *Fragmentos de um tecido*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.
- WEINRICH, H. *Les Temps*. Paris: Éditions du Seuil: 1973.
- WODAK, Ruth. *Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos*. Santa Catarina: Revista Linguagem em Discurso. Vol.4, número especial, Editora Unisul, 2004.
- WHITE, Peter. *Valoração – a linguagem da avaliação e da perspectiva*. Santa Catarina: Revista Linguagem em Discurso. Vol.4, número especial, Editora Unisul, 2004.
- WASHINGTON NOVAES. *Culturas regionais, minorias étnicas e os meios de comunicação*. In *Revista Humanidades*. Brasília: Editora UnB, n° 55, agosto de 2008; p. 53-59.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- WOLF, Mauro. *Teorias da comunicação*. Lisboa, Presença, 1987.

ANEXOS

Anexo 1:

Notícia I:
JC (Recife): Caderno CIDADES (Publicado em 17.11.2009)

MISTÉRIO NO OTÁVIO DE FREITAS Corpo achado em terreno de hospital

1. Um corpo encontrado ontem em terreno do Hospital Otávio de
2. Freitas (HOF), no Sancho, Zona Oeste do Recife, intriga a
3. polícia. Por volta do meio-dia, crianças de uma escola vizinha
4. avistaram, pela janela, um homem em meio ao mato da
5. propriedade. Aparentando ter de 40 a 50 anos, descalço, sem
6. camisa, sem documentos, apenas com uma bermuda marrom, até
7. as 18h ninguém sabia de quem se tratava. Suspeitava-se que era
8. um paciente que fugira, mas o diretor do hospital afastou essa
9. hipótese.
10. Alertados pelos alunos, funcionários do colégio acionaram a unidade
11. de saúde, que comunicou o caso à Delegacia de Tejipló. Constatou-se
12. que a vítima não tinha sinais de violência pelo corpo, porém
13. aparentava saúde debilitada. “Um aspecto de desnutrição crônica”
14. descreveu o diretor do HOF, Hermes Wagner, que acompanhou a
15. remoção do corpo pelo Instituto de Medicina Legal (IML), no fim da
16. tarde.
17. O gestor procurou saber se algum setor do hospital havia dado
18. Por falta de um paciente, porém não se fez nenhuma queixa a
19. respeito. Vizinhos do terreno cogitaram a possibilidade de ser um
20. interno da ala psiquiátrica, uma vez que era comum ver alguns
21. perambulando por ali até meses atrás. Hoje, entretanto, o setor está
22. desativado.
23. Embora aparentemente não tenha sofrido agressão, só será possível
24. dizer o que aconteceu ao homem após os exames do IML e do
25. Instituto de Criminalística (IC), que demoram de 10 a 30 dias para
26. sair.
27. De acordo com o delegado de Tejipló, o homem provavelmente estava
28. no local desde o começo da manhã. Nenhum vigilante do HOF teria
29. percebido movimentação estranha. “Parece um andarilho, um
30. morador de rua. Não há sinal de luta pelo terreno nem feridas
31. expostas no corpo”, disse Sérgio Ricardo. Perto do cadáver, a polícia
32. encontrou uma camisa e um par de sandálias infantis azuis, que a
33. polícia não acredita serem da vítima.
34. Em se tratando de área, o HOF é o maior hospital público do Estado.
35. Tem 81 mil metros quadrados de terreno, incluindo o matagal onde
36. se encontrou o corpo. Muros separam o terreno dos pavilhões que
37. recebem pacientes. Há uma comunidade situada por trás da
38. propriedade, por onde o homem pode ter entrado. “Na verdade, não
39. sabemos como ele chegou aqui. Só a investigação policial vai poder
40. dizer”, afirmou Hermes Wagner.

Anexo2:

Notícia II:
Estado de São Paulo (ESP) - 11 de maio de 2010.
Repórter: BRUNO LUPION - Agência Estado

Cinco morrem na segunda chacina da semana em SP

1. Cinco moradores de rua foram assassinados na madrugada desta terça-feira,
2. 11, por volta da 1h15, no Jaçanã, zona norte da capital, na segunda chacina da
3. semana na região metropolitana. Outro homem foi assassinado, no mesmo
4. horário, a cerca de um quilômetro do local. Os crimes ocorrem um dia após seis
5. pessoas serem mortas em São Bernardo do Campo.
6. As vítimas dormiam sob um viaduto na altura do km 86 da Rodovia Fernão
7. Dias, na Rua Abílio Pedro Ramos, quando cinco homens chegaram em três
8. motos e atiraram várias vezes, segundo testemunhas. Entre os cinco mortos,
9. todos homens, apenas Manuel do Nascimento Batista Cerqueira Junior havia
10. sido identificado até a madrugada desta terça-feira. Uma mulher, Mariana
11. Henrique, sobreviveu e está internada em estado grave no Hospital do
12. Mandaqui.
13. No mesmo horário, a cerca de um quilômetro do local do crime, na Rua Manoel
14. Fernandes Silva, outro homem foi encontrado baleado e socorrido para o
15. Hospital Padre Bento, mas não resistiu e morreu. A polícia não sabe se os
16. crimes estão relacionados. É a quinta chacina deste ano na região metropolitana
17. de São Paulo, elevando a 25 o total de vítimas. O crime foi registrado no 73º DP
18. (Jaçanã).
19. Agressões
20. Uma homem e uma mulher foram agredidos por cerca de dez homens na noite
21. de domingo, 9, sob o mesmo viaduto onde ocorreu a chacina, segundo
22. testemunhas. A violência teria começado após uma moradora de rua
23. aproveitar uma colisão entre veículos e roubar a bolsa de uma motorista.
24. Algumas horas depois, os agressores teriam chegado ao local e atingido o
25. homem e a mulher com socos e pontapés.

Anexo 3:

Notícia III

FOLHA DE SÃO PAULO (FSP) - Reportagem Local (12/05/2010)

Sobrevivente de chacina em SP recebe escolta em hospital; 6 morreram

1. Uma mulher que sobreviveu a uma chacina no Jaçanã (zona norte de São Paulo)
2. permanece internada nesta quarta-feira, sob proteção policial, segundo a
3. Secretaria da Segurança Pública. Na madrugada de ontem, seis rapazes com
4. idades entre 25 e 35 anos-cinco deles moradores de rua-- foram assassinados a
5. tiros sob um viaduto.
6. De acordo com a polícia, as vítimas eram viciadas em crack e cometiam
7. pequenos crimes na região. Elas dormiam no momento em que foram atacadas a
8. tiros por ocupantes de motocicletas.
9. Dos seis mortos, só um não vivia nas ruas. Manoel do Nascimento Batista
10. Cerqueira Júnior, 29, que morava em um conjunto do Cingapura vizinho, foi
11. morto a poucos metros dali. A polícia não sabe se ele havia testemunhado o
12. crime ou se tinha ido ao local consumir drogas. Uma mulher, que segundo a
13. polícia vivia com o grupo, levou um tiro na cabeça e passou por uma cirurgia.
14. **Hipóteses**
15. Para a polícia, a principal hipótese é que os assassinatos tenham sido cometidos
16. por pessoas que estavam "incomodadas" com a presença deles. "Acho a
17. possibilidade mais provável. Mas tudo será investigado", disse o delegado
18. Pietrantonio de Araújo, do 73º DP.
19. Outra hipótese é que a morte tenha sido motivada por vingança de uma mulher,
20. parente de um policial militar, que teve a bolsa furtada por um dos sem-teto. "O
21. problema é que não foi feito nenhum registro desse furto", disse o delegado
22. Luiz Fernando Teixeira, do departamento de homicídios.
23. Foi a oitava chacina no ano no Estado, somando 34 mortos. Anteontem, seis
24. pessoas foram mortas em São Bernardo.

Anexo 4:

Notícia IV

CORREIO BRAZILIENSE ((Publicação: 07/07/2008)

Repórter: Raphael Veleda

Plano Piloto tem mais de 100 moradores de rua

Entre 100 e 140 moradores de rua acampam em vários pontos do Plano Piloto, como no gramado entre as quadras 309 e 310 Norte. Há gente vivendo ao relento a apenas 200m do gabinete do presidente Lula.

1. Barracos feitos de lona, montes de sujeira e pessoas vivendo à margem dos direitos do
2. cidadão já fazem parte da paisagem da obra de Oscar Niemeyer e Lucio Costa que se
3. tornou patrimônio cultural da humanidade. Ao lado de monumentos que enchem de
4. orgulho o brasiliense, como a Praça dos Três Poderes, no meio da cidade com o maior
5. Índice de Desenvolvimento Urbano (IDH) do país, brasileiros dormem sob as estrelas,
6. passando frio e sujeitos a todo tipo de doenças. São entre 100 e 140 pessoas, segundo
7. estimativa do governo. Uma população flutuante, invisível, que só é percebida quando
8. incomoda a sociedade.
9. É o caso de um acampamento de catadores de papel e alumínio que surgiu há quase
10. um mês no gramado que separa as quadras 309 e 310 Norte. “Primeiro eram duas
11. pessoas. Agora já são quase 10 quando chega a noite”, informa o funcionário público
12. Jessé Moreira Borges, 58, que mora em um bloco em frente aos barracos. “Não vou
13. dizer que me agrada vê-los aí, mas para mim não são uma ameaça, são um problema
14. social e temos que abrir os olhos para isso”, complementa. Esse papel, para o
15. comerciante Mário Gilberto Feitosa, 40, cabe ao governo. “Não compramos um
16. apartamento caríssimo para ter que conviver com esses baderneiros que passam o dia
17. bebendo e aterrorizam os moradores. Como vou deixar meus filhos brincarem
18. embaixo do bloco?”, questiona.
19. A invasão na quadra residencial é uma das sete que o Correio mapeou em um passeio
20. pelo Plano Piloto. O número, no entanto, muda o tempo todo, pois os moradores de
21. rua buscam novas opções a cada vez que são desalojados pelo poder público.
22. “Realizamos, em média, 15 operações todo mês só no Plano Piloto”, informa o chefe
23. do Núcleo de Vigilância da subsecretaria de Defesa do Solo e da Água (Sudesa),
24. tenente Nelson Rodrigues Ramos.
25. Essas operações são motivadas por denúncias de moradores e de órgãos do próprio
26. governo, como a Secretaria de Segurança Pública. “Além disso, temos equipes que
27. monitoram as invasões em todas as regiões do DF”, conta Ramos. No Plano Piloto,
28. atuam duas equipes, com dois fiscais cada.
29. **Repressão constante**
30. A atuação da Sudesa, segundo o tenente Nelson Rodrigues Ramos, tem conseguido
31. impedir que o problema aumente. “Comparando com o ano passado, esse número de
32. 100 a 140 moradores de rua é 70% menor”, contabiliza. “Perto da Colina, na
33. Universidade de Brasília (UnB), chegamos a ter 40 barracos. Hoje dificilmente chegam
34. a 10. Atrás do Palácio do Planalto também era uma população enorme. Hoje há dois
35. barracos improvisados”, completa.

36. Só nos arredores da UnB são três focos. O maior, que abriga cerca de sete famílias, fica
37. na via L3 Norte, ao lado da Colina — os blocos funcionais da universidade. Lá vivem
38. casais com filhos em meio a montanhas de lixo que eles mesmo juntam para vender
39. para reciclagem. Além dos barracos, há uma criação de galinhas. Logo abaixo, na L4
40. Norte, duas famílias transformaram árvores em moradia. No “quintal” de uma delas foi
41. plantada uma pequena horta de temperos. O terceiro grupo se concentra na pista que
42. dá acesso direto da L2 à L3 e à UnB. Lá, vivem três famílias que usam a água de um
43. cano aparente no canteiro central para lavar roupas, panelas e até tomar banho.
44. O outro acampamento citado por Ramos fica a menos de 200 metros do gabinete do
45. presidente da República. E existe há pelo menos 20 anos segundo a catadora Francisca
46. Pedro da Silva, 58. “Cheguei aqui em 1988, com meu marido e nove filhos. O caçula
47. era um bebê e hoje é um homem feito”, conta. A família veio da Paraíba em busca de
48. uma vida melhor, mas as expectativas não se concretizaram. “Hoje alugo uma casa no
49. Recanto das Emas, mas já tive que morar aqui mesmo”, lembra ela, enquanto prepara
50. o almoço em meio ao lixo.
51. Esse é o caso da maioria dos moradores de rua do centro da cidade, segundo a Sudesa.
52. “Eles vêm trabalhar aqui porque o lixo é mais abundante nas áreas ricas. Mas a renda
53. que conseguem é muito baixa e impede que eles possam ir e voltar diariamente”,
54. analisa Marília Peluso, professora de Geografia Urbana da UnB.
55. Na Asa Sul, o Correio encontrou dois acampamentos. O mais precário fica na 908/909
56. Sul, entre a paróquia São Judas Tadeu e o Caseb. Na semana passada só havia duas
57. famílias no local. Mas os restos de lona e lixo mostram que mais gente usa o gramado
58. como lar. Perto dali, na 913/914 Sul, entre o cemitério Campo da Esperança e o
59. Parque da Cidade, está uma das invasões mais antigas da capital. Os catadores
60. abriram até uma pequena estrada de chão, que leva a um terreno escondido
61. totalmente transformado por eles. Não há vegetação, os montes de entulho estão
62. dispostos de forma organizada e os barracos têm melhor acabamento. Há um carro
63. estacionado e até uma casinha de cachorro.

Anexo 5:

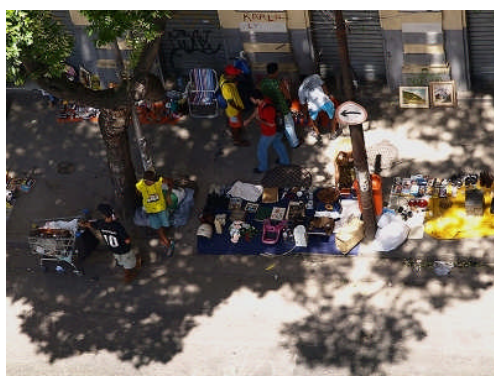
Feedback I

EU-REPÓRTER O GLOBO (globofoto@gmail.com)

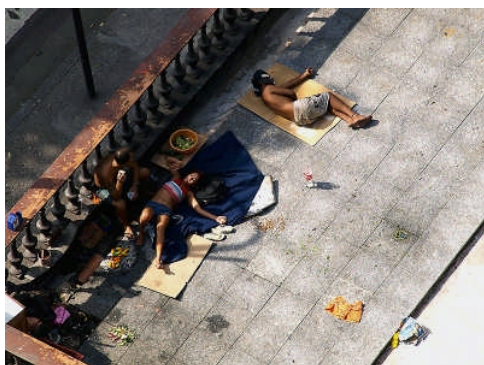
Enviado por leitor Sergio Fonseca, em 17 de março de 2009

<http://oglobo.globo.com/blogs/fotoglobo>

Moradores de rua lotam as ruas no Catete, na Glória e na Lapa



1. Enquanto os fiscais da prefeitura se preocupam com bicicletas presas em postes, coisa
2. mais do que comum em qualquer cidade e que não causa nenhum grande
3. transtorno na vida dos cariocas, moradores de rua lotam as calçadas das ruas do
4. Catete, da Glória e da Lapa. São algumas dezenas de pessoas, - a maioria usuária de
5. bebida alcoólica e outras drogas -, que sobrevivem vendendo objetos encontrados no
6. lixo.
7. Na Glória, eles se revezam entre a calçada do lado direito, atrapalhando os
8. transeuntes e o passeio do lado esquerdo, que já foi um dos postais da Belle Époque
9. no Rio de Janeiro. Nesse passeio, residem dezenas deles, com papelões, colchonetes
10. , latas que viram panelas, cobertas, pequenos armários e até mesmo secador de
11. roupas. Imundam as ruas com restos de comida, pedaços de objetos quebrados,
12. roupas rasgadas jogadas pelo chão, urinam, defecam.
13. À noite, enquanto os travestis atendem clientes, os moradores de rua promovem
14. sessões de sexo ao vivo para quem passar no local. Em frente a toda esta balbúrdia,
15. existe uma escola pública onde eu estudei e fui feliz nos anos 60. Como carioca, é
16. muito triste ver a cidade apodrecer.



Anexo 6:

Feedback II

Estado de São Paulo - 8 de maio de 2010

Caderno Cidades/Metrópole – p. C2

Coluna: *São Paulo Reclama*

Mensagem do leitor DOMINGOS SPINELLI (de São Paulo)

DESCASO

Moradores de rua e drogas

1. Moro na Rua Gabriele D'Annunzio, no Campo Belo. Desde o final de outubro
2. do ano passado, a esquina dessa rua com a Avenida Vereador José Diniz está
3. tomada por moradores de rua, que fizeram uma pequena favela no local com
4. tendas de lona.
5. Muitos fazem suas necessidades na calçada. Além da imundície,
6. eles usam crack - especialmente à noite, quando mais usuários de drogas
7. chegam ao local.
8. Os moradores da região já fizeram reclamações pelo 156, da
9. Prefeitura, como também para a Polícia Militar. Porém, sem sucesso. Peço à
10. *Coluna* que entre em contato com as autoridades para que, quem sabe, alguém
11. faça algo para solucionar o problema.

Anexo 7:

Feedback III

Jornal do Commercio (Recife) / Seção: Cartas Redação -

Publicada em 21/04/2009

Enviada por *Ubirajara Cruz – Aflitos* - (*biracruz@oi.com.br*)

Título: Invasão

1. Como se não bastassem os furtos quase que diários de bicicletas, agora o Parque da
2. Jaqueira se vê invadido por moradores de rua. Pela manhã, as torneiras do tanquinho
3. que ficam atrás da casa da administração, funcionam como banheiros e lavanderias a
4. céu aberto, com direito a pendurar para secar, onde acharem conveniente.
5. Quando o movimento é maior, eles também se apoderam da torneira instalada no
6. conjunto dos sanitários, onde também se banham e lavam roupa, impedindo que os
7. usuários do parque disponham dessa concessão.
8. E o que é pior, frequentemente a administração do parque se vê na contingência de
9. repor as torneiras que são furtadas, ou danificadas pelos vândalos. Isso ocorre
10. quando, para evitar a utilização desses dispositivos pelos invasores, os vigias do parque
11. fecham a passagem central da água.
12. Assim, vemos se encaminhar para o ralo a nobre iniciativa da Nestlé, que em boa hora
13. tornou-se mantenedora do parque, promovendo sua revitalização. E por enquanto,
14. detectamos apenas a presença do sexo masculino. Já imaginaram quando o sexo
15. oposto, ou "polivalente", passar também a fazer parte da trupe?

Anexo 8:

Correio Braziliense

Publicação: 28/02/2010

Matéria que gerou 19 comentários, entre os quais optei por analisar quatro deles:

Moradores de rua ocupam cada vez mais espaços à margem de vias de grande movimento

Thaís Paranhos



Famílias instaladas em áreas públicas: segundo a Sedest, boa parte tem endereço fixo em outras regiões

O Plano Piloto não é o único lugar do Distrito Federal a enfrentar a presença constante de moradores de rua. Taguatinga também se tornou um atrativo para aqueles que perambulam pelas cidades em busca de doações. Famílias inteiras se fixaram nas movimentadas vias da cidade para chamar a atenção da população na tentativa de receber alguma ajuda. Em Taguatinga Sul, no gramado próximo ao principal shopping da região, adultos e crianças dividem o espaço com animais, sujeira e objetos recolhidos na rua durante o dia.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda (Sedest), não há como aferir o número de moradores de rua. Mas o coordenador de Ações Especiais da Sedest, Evanildo Sales Santos, garante que a maioria dessas pessoas tem endereço fixo em outras regiões administrativas e, principalmente, no Entorno do DF. Há casos em que as famílias abordadas recebem um auxílio do governo para voltar à terra natal. Em outras situações, são encaminhadas à assistência social. “A população deve parar de fazer doações e dar esmolas”, alerta Santos.

Há também aqueles que vêm de outros estados em busca de uma vida melhor. É o caso de Maria Lúcia dos Santos, 44 anos. Ela saiu com a família há cinco anos de Jacobina, em Pernambuco, e decidiu vir para o DF, mas as dificuldades para arrumar emprego e um lugar para viver levaram-na a ser catadora de lixo nas ruas de Taguatinga. Hoje, uma lona amarela agarrada ao solo protege da chuva e do calor a catadora e os dois filhos. Maria Lúcia explica que não tem outro lugar para ir. “Se eu tivesse uma casa, não estaria aqui. Sempre penso num futuro melhor para a minha família, mas por enquanto é só o que tenho”, lamenta, apontando para um fogão que está quebrado.

Onde vive Maria Lúcia há mais cinco adultos e 22 crianças. Quem pode, trabalha como catador e separa o lixo do que será reciclado. Um caminhão costuma passar pelo local a cada 15 dias para recolher o material. Alessandro Gomes Bezerra, 25 anos, mudou-se com a mulher e os três filhos para a pista atrás do shopping há mais de oito anos. Ele garante o sustento da família com a venda dos materiais recicláveis. O catador nem se preocupa com as investidas do governo para removê-los de lá: “Eles vêm, tiram tudo o

que nós conseguimos com o trabalho, mas não tem problema. A gente corre atrás para conseguir tudo de novo”.



Nem todos estão em situação de penúria: alguns compraram carros

Abordagem

Proteger-se de agentes da Sedest já virou rotina na vida dos moradores dessa invasão. Santos conta que alguns deles já foram retirados de lá mais de cinco vezes, mas sempre voltam. “Tentamos explicar que eles não podem ficar. Também colocamos um caminhão à disposição para levar os pertences, doamos cestas básicas e pagamos passagens para quem não mora no DF”, relata o coordenador de Ações Especiais. “Estamos muito preocupados com a situação das crianças que moram lá. Elas vivem em risco”, alerta.

Apesar da precariedade em que vivem, muitos moradores do lugar conseguem juntar algum dinheiro. Um fato inusitado é a presença de veículos no local. Maria Lúcia, por exemplo, conta que conseguiu, depois de muito esforço, comprar um carro para ajudar no trabalho e guardar os objetos da família quando o governo aparece. “Ele é velho, está com dois pneus furados e ainda estou devendo algumas prestações para o antigo dono. Mas assim que eu conseguir um lote, vou usar o carro para levar tudo isso para a minha casa”, anseia.

O número: 400

Número de abordagens mensais realizadas pela Sedest em todo o Distrito Federal